Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Maria Alice Vaz de Almeida Mendes Correia

**O Modelo do urbanismo e da arquitetura
do movimento moderno
Luanda – 1950/1975**

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MARIA ALICE VAZ DE ALMEIDA MENDES CORREIA

O modelo do urbanismo e da arquitetura do movimento moderno
Luanda 1950 – 1975

Versão Original

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em
Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração:

História e Fundamentos da Arquitetura e do
Urbanismo

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Augusto Mattei Faggin

São Paulo
2018

**O presente trabalho foi realizado com o apoio do Programa Estudantes-
Convênio de Pós-Graduação – PEC-PG, da CAPES/CNPq - Brasil.**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Correia, Maria Alice Mendes
O modelo do urbanismo e da arquitetura do
movimento moderno - Luanda 1950/1975 / Maria Alice
Mendes Correia; orientador Carlos Augusto Mattei
Faggin. - São Paulo, 2018.
512.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de
concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e
do Urbanismo

1. História da Arquitetura. 2. Arquitetura
Moderna. 3. Modernismo. I. Faggin, Carlos Augusto
Mattei, orient. II. Título.

Nome: CORREIA, Maria Alice Vaz de Almeida Mendes.
Título: O modelo do urbanismo e da arquitetura do movimento moderno
Luanda - 1950/1975

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em Arquitetura e
Urbanismo.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Doutor

Instituição

Julgamento

Prof. Doutor

Instituição

Julgamento

Prof. Doutor

Instituição

Julgamento

Prof. Doutor

Instituição

Julgamento

Prof. Doutor

Instituição

Julgamento

DEDICATÓRIA

Prof. Dr. Murilo de Azevedo Marx (1945-2011), *in memoriam*, seu 1º Orientador.

Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão (1934-2017), *in memoriam*.

Prof. Dr. Ilídio do Amaral (1926-2017), *in memoriam*.

Engenheiro Eurico Santos Rodrigues Corvo (1925-2018), *in memoriam*.

José Vaz de Almeida (1927-1976), *in memoriam*, seu Pai.

Armindo Vaz de Almeida (1955-1998), *in memoriam*, Seu Irmão.

Teresa José Caetano (1928-2004), *in memoriam*, sua Mãe.

Prof. Dr. Carlos Augusto Mattei Faggin, seu Orientador.

Arquitetos Angolanos.

Família.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério dos Petróleos da República de Angola pelo grande apoio prestado.

A CAPES pelo grande apoio prestado a essa pesquisa de doutoramento.

À Direção do IPGUL e seus trabalhadores pelo apoio no decorrer da pesquisa.

Aos Srs. Guiomar Quaresma Neto e Eng. José Maria Botelho de Vasconcelos pela grande oportunidade, confiança, atenção e carinho prestado ao longo destes longos anos.

À Sua Excelência Dr. Burnito de Sousa por toda a colaboração prestada na consulta das leis referente ao período entre 1845 e a data atual.

Aos Drs. Rui Luís Pinto de Andrade, Manuel Miguel de Carvalho e Carla Patrícia Mendes Correia pelo apoio na solução de problemas no decorrer da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Sylvio Sawaya pelo convite e aceitação da candidatura da primeira aluna angolana-africana na Pós-Graduação da FAU-USP.

Ao Prof. Dr. Carlos Augusto Mattei Faggin pela atenção, apoio incondicional e amizade no período de 2009 desde a entrevista para o mestrado até a esta data.

Ao Prof. Dr. Hélder da Conceição José pelo apoio incondicional prestado nesse período de trabalho muito árduo.

À Profa. Dra. Maria Manuela Afonso da Fonte por dedicar o seu precioso tempo na leitura e opinar para que essa tese de doutoramento tivesse um conteúdo aceitável.

Aos Profs. Drs. Helena Ayoub e Jorge Bassani por aceitarem participar da banca de qualificação e contribuírem com sugestões para o melhoramento desta pesquisa.

Aos Profs. Drs. Isabel Martins e António Gameiro pelo apoio prestado.

Ao Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão pela cessão dos planos da cidade de Luanda, pelas conversas e por permitir a pesquisa na sua biblioteca particular.

Aos Drs. Rosa Cruz e Silva, Ana Cannas, Ziva Domingos, Anabela Cunha e Honoré Mbunga pela disponibilidade de informação.

As Sras. Catarina Serafim e Lúcia Ferreira pelo grande apoio prestado na pesquisa.

Aos Profs. Drs. Maria Ângela Faggin Pereira Leite, Carlos Augusto Mattei Faggin, Maria Lúcia Bressan Pinheiro, José Eduardo Assis Lefèvre, Jorge Bassani, Eduardo Nobre, Ana Cristina Barreto de Carvalho, Maria Manuela Afonso da Fonte, Ana Vaz Milheiro e José Manuel Fernandes pela presença em Luanda, no primeiro *workshop* sobre a arquitetura do movimento moderno em julho de 2015 e pela importância atribuída a esta pesquisa.

Aos Profs. Drs. Ana Duarte Lanna, Beatriz Bueno, Paulo Garcez, Nilce Aravechia Blotas, Rafael Perroni, Renato Cymbalista, Renato Ronconi, Teixeira Dante, Mônica Junqueira, Silvio Macedo, Candido Campos, Marly Namur, Sergio Regis Martins, Valentino Paulo Bruna, Sylvio Sawaia e Miguel Pereira pela passagem de conhecimento e atenção para com o tema de estudo da pesquisa, incentivando e indicando literatura.

Aos Profs. Drs. Marta Dora Grostein e Pereira Xavier pela atenção prestada na entrevista para o doutoramento.

Às Profas. Dras. Maria Lúcia Refinete Martins e Maria Lúcia Caira Gitahy pelo apoio prestado ao longo destes anos.

Aos trabalhadores das Secretarias e das Bibliotecas da FAU-USP, muito especialmente aos Srs. Cristina Maria Arguejo, Ivani, Cilda, Cida, Dinah, Isa, Lúcia, Maria José, André, Lizeli, Marlene e Silvia Ducci.

À Profa. Dra. Beatriz Bueno pelos ensinamentos e atenção no estágio de docência.

Aos Srs. da Biblioteca Municipal de Luanda Dr. António Brito (diretor), Custa Ganhar Filipe, Edson da Costa, Maria Francisco e José Mendes.

A todos que no IPGUL prestaram o seu apoio sincero: Dra. Paula Almeida, Dr. António Bunga, Dr. Salomão Matapalo, Dr. Paulo Carvalho, Eng. Rosa Beteca, Eng. Sandala, Eng. Judice Gouveia, Eng. Faustino Firmino, Eng. Ananias, Eng. Marcos Gaspar, Eng. Eliude Marcolino, Eng. Guinamau Matondo, Eng. Francisco, Eng. Judice, Eng. Hélder, Eng. Adilson, Dra. Adriana Maia Custódio, Arq. Victor Daniel, Arq. Anderson Batalha, Arq. Gilberto Rita, Arq. Kahina Ferreira, Arq. Osvaldo Jorge, Arq. Mário Franco, Arq. Feuder Caetano, Arq. Cláudia Lisboa, Arq. Sandra Brito, Arq. Ylemo, Arq. António Salvador, Arq. Osvaldo Fortes, Arq. Olga Neto, Arq. Miguel Matondo, Sr. Nelson Campos, Sr. Neto, Sr. Rosário Neto, Sr. Ibahine Giuse, Sr. Mandela Alberto, Sra. Rosa Simões, Sr. Malheiro, Sra. Constância, Sr. Cristiano Gama, Sr. Matumona, Sra. Hirondina Vigário, Sra. Mary Fernandes, Sra. Lourdes Muhongo, Sra. Esperança Ambriz, Sra. Georgina Diogo, Sras. Inês Quintas, Alice Quintas, Sra. Gicilda e Sra. Domingas.

Aos Srs. Carlos de Almeida (Licas), Eleutério Freire, Graça Sá Carneiro d'Orey, Sebastião Soares, Filomena Soares, Ana Antónia Silva, Florinda, Prazeres, Dra. Clara Sá Carneiro, Dra. Victória do Espírito Santo, Dr. Luís Bernardino, Prof. Dr. José Manuel Fernandes, Arq. Filomena Espírito Santo, Arq. Suzana Matos, Arq. Miguel Gonçalves Dias, Arq. Adélio Tchiteculo, Arq. Maria João Teles Grillo, Arq. Miga Azevedo, Dra. Sara Vilas, Eng. Fernando Leal Machado, Marrion Leal Machado, Luís Carlos Dias, Arq. Joana Reis, Arq. Sara Cardoso Rodrigues, Arq. Fernão Lopes Simões de Carvalho, Arq. Júlio Quaresma, Arq. José António Romeiras, Arq. Deodoro Troufa Real, Prof. Doutor Gunter Weimer, Arq. Lara Smidt, Arq. Lara Ferreira, Eng. Manuel Resende de Oliveira, Dr. Esdras Arraes, Dra. Catarina Agudo, Sr. António Pateiro, Sr. Luís Martins Soares, Sra. Violante Oliveira, Sr. Ruy Moraes e Castro, Arq. Pedro Cidade e Eng. João Mendes da Silva pelo apoio na pesquisa.

A Prof. Dra. Alecsandra Matias, a Karin de Carvalho e a Prof. Dra. Ana Cristina Barreto de Carvalho por todo o apoio prestado a esta pesquisa.

Ao Eng. Luiz Fernando Smidt e sua família alargada por todo apoio prestado ao longo deste tempo, pelo incentivo, pela grande amizade e solidariedade.

À Eng. Silvia Zago e sua Família alargada pela atenção, incentivo, amizade e carinho.

Ao SIG do IPGUL Daniel Cassoma e Artur Freitas pelo grande apoio prestado.

Às alunas da FAU/USP: Heloisa Ikeda, Stefanie Seki e Karina Suzuki.

Ao CESAD da FAU/USP Ricardo Nader, Edgar Spilla e a Prof. Dra. Eunice Barbosa.

Às Profas. Dras. Maria José Feitosa e Alina Feitosa pelo apoio.

À Arq. Ana Lara Lessa pela companhia e partilha de trabalhos nas disciplinas.

Aos Drs. Vanda Brandão de Andrade, Victória Espírito Santo, Ana Van-Dúnem, Gina Van-Dúnem, José Van-Dúnem, Joaquim Van-Dúnem, Luís Bernardino, Livia Smidt, Luís Smidt, Leonardo Martins, Alina Landi, Rosileny Jardas, Gustavo Werutsky, Karolina Haddad, Mariana Ferrari, Thatiany Santana, Fábio Rodrigues, Flávio Guimenez, Keila e Erica Narimatzo, Luciana Vianna, Marco António de Oliveira, José Guilherme, Jane Pereira, António Barros Júnior, Eluane Fagundes, Luciano Gomes, Leonardo Husz, Catia Kelly e Claudia Silva.

Aos amigos Alina Landi, Sérgio Sousa e Filomena Sousa por toda a atenção e carinho.

Aos amigos arquitetos Victor Leonel, Manuel de Carvalho, Celestino Chitonho, João Guimarães e Teixeira Pinto por estarem presentes, pelo incentivo e apoio.

Ao Senhor Padre José Roberto, Irmã Janet (São Paulo) e Sr. Cónego Apolónio Graciano (Luanda) pelo apoio e oração, fator importante para a mente no decorrer da pesquisa.

À Profa. Dra. Irmã Maria Amélia Carreira pelo carinho e orações.

A Rosa Agostinho grande amiga, irmã e companheira dos maus e bons momentos.

À Dra. Victória do Espírito Santo pelo grande apoio, carinho e amizade.

Às irmãs, irmão, cunhados e sobrinhos o eterno e profundo agradecimento pelo apoio.

Ao Mário e as meninas, são o grande suporte para a realização desta pesquisa, pelo amor, carinho, amizade e dedicação, o eterno e profundo agradecimento.

A todos que direta ou indiretamente prestaram apoio a esta pesquisa, fica aqui o agradecimento e carinho.

ΕΠΙΓΡΑΦΕ

Civilização Ocidental

Latas pregadas em paus
Fixados na terra
Fazem a casa

Os farrapos completam
A paisagem íntima
O sol atravessando as frestas
Acorda o seu habitante
Depois das doze horas de trabalho
Escravo

Britar pedra
Acarretar pedra
Britar pedra
Acarretar pedra
Ao sol
À chuva
Britar pedra
Acarretar pedra

A velhice vem cedo

Uma esteira nas noites escuras
Basta para ele morrer
Grato
E de fome.

Autor: António Agostinho Neto

RESUMO

CORREIA, Maria Alice Vaz de Almeida Mendes. **O Modelo do Urbanismo e da Arquitetura do movimento moderno, Luanda - 1950/1975**. Tese (Doutoramento em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Luanda é a capital de Angola. Situada no litoral norte, é considerada a mais desenvolvida cidade do país. Já no início do século XX, há registros de seu crescimento, porém, seu maior avanço aconteceu entre os anos de 1950 e 1975, isto porque nesse período surge um novo modelo de urbanismo. No contexto dessas mudanças, estavam as novas intenções de Portugal dirigidas para Angola, que incluíram a abolição do degredo e a substituição dos degredados por uma população portuguesa com vontade de trabalhar numa terra que lhes foi oferecida. À época, na província de Angola, foi criado um novo modo de vida com a adaptação daquilo que se fazia de melhor na Europa e na América. Eram novas edificações e novos hábitos. Nesse novo modo de vida, a habitação, o trabalho e o lazer estavam juntos e se viu o surgimento dos cinemas ao ar livre.

Nesse cenário destacam-se as realizações dos arquitetos brasileiros modernos. Eles foram precursores de um urbanismo e de uma arquitetura adaptados aos trópicos. Nesse ponto, a África do Sul se evidencia como uma das pioneiras nesse tipo de arquitetura. Aos portugueses só chegou esse interesse depois dos resultados na África do Sul, o que os levou a uma tomada de consciência de que para projetar no continente africano seria necessário conhecer o território e viver nele, pois só conhecendo os problemas seria possível a sua solução e desenvolvimento. Sob essa perspectiva, vieram os profissionais formados em instituições francesas e inglesas destinados a introduzir uma arquitetura moderna, contrariando o regime de Salazar. Como o regime sempre conseguiu se impor, existiram diferenças na arquitetura produzida para os edifícios públicos e para o tipo de habitação que atenderia negros e brancos, assim como a imposição de regras aos profissionais que nem sempre conseguiram cumprir o estabelecido na Carta de Atenas. Passados 46 anos após a independência de Angola, se reconhece a qualidade dessa arquitetura e, por essa razão se apela pela sua preservação.

Palavras-chaves: História da Arquitetura; Arquitetura Moderna; Modernismo; Luanda; Angola.

ABSTRACT

CORREIA, Maria Alice Vaz de Almeida Mendes.

Luanda's modern Urban and Architectural movement - 1950/1975. Thesis (PhD in History and Fundamentals of Architecture and Urbanism) - Faculty of Architecture and Urbanism, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

Angola's capital city Luanda, located in the north coast, is considered the most developed city of the country. There are records of its growth in the beginning of the twentieth century, however, the city's greatest advance is recorded between the years 1950 and 1975, the reason being the emergence of a new urbanism model. In the context of these changes were Portugal's new intentions for Angola, which included the abolition of deportation and the replacement of those deported by a Portuguese population who wanted to work in a land that had been offered to them.

At the time, in the province of Angola, a new way of life was created with the adaptation of best things Europe and America had to offer. They brought with them new architectural structures, and new habits. With their new way of life, housing and work ethics, they also brought; the at the time extremely popular open-air theaters to Luanda. In this scenario, the achievements of modern Brazilian architects stand out. They were precursors to urbanism and architecture adapted to the tropics. At this point, South Africa stood out as one of the pioneers in this type of architecture.

The Portuguese only found themselves interested in this after the results in South Africa, which led them to the awareness that to build on the African continent it was essential to know the territory and live in it, because only after knowing the problems, would it be possible to solve them and continue the development. With this knowledge, professionals trained in French and English institutions were sent to introduce a modern architecture, contrary to the Salazar regime.

As the regime always managed to impose itself, there were differences in the architecture produced for public buildings and the type of housing that would serve blacks and whites, as well as the imposition of rules on professionals who were not always able to comply with the Charter of Athens. 46th years after Angola's independence, the quality of the architecture continues to be recognized, and for this reason, efforts should be taken to continue its preservation.

Keywords: History of Architecture; Modern architecture; Modernism; Luanda; Angola.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Forais atribuídos à cidade de Luanda. Esquema diretor, setembro/ 1973, edição 1990.	42
Figura 2 - Exemplos sobre a evolução dos beirais.	57
Figura 3 - Tipos de divisórias.....	58
Figura 4 - As fachadas do Brasil do séc. XVII ao início do séc. XX.	59
Figura 5 - As fachadas do Brasil.	60
Figura 6 - Edifício Gustavo Capanema, Rio de Janeiro.	68
Figura 7 - Casa de Gregori Ilyich Warchavchik, São Paulo.....	71
Figura 8 - Igreja de São Francisco de Assis ou da Pampulha, Belo Horizonte.....	72
Figura 9 - Conjunto de Apartamentos da rua Infante Santo, Lisboa, 1954	73
Figura 10 - Praça do Areeiro, Lisboa, 1954.	75
Figura 11 - Praça do Areeiro, Lisboa, 1954.	75
Figura 12 – Mulheres trabalhando na Fortaleza de São Miguel na cidade de Luanda, 1915.....	85
Figura 13 – Degredados trabalhando fora da cidade, em Luanda, 1915.	86
Figura 14 – Portaria nº 2837 de 02 de dezembro de 1938.	86
Figura 15 - Documentos que comprovam a viagem de David Moreira da Silva a Luanda, 1941 e 1942.	92
Figura 16 - Contrato para a elaboração do plano urbanístico de Luanda, 1941.	92
Figura 17 - Contrato para a elaboração do plano urbanístico de Luanda, 1941.	93
Figura 18 - Esquema funcional do plano urbanístico para a cidade de Luanda, 1942.	94
Figura 19 – Plano urbanístico da cidade de Luanda, 1942.	94
Figura 20 - Plano urbanístico para a cidade de Luanda, com proposta de áreas verdes, 1942.	95
Figura 21 – Plano urbanístico para a cidade de Luanda, 1947.	96
Figura 22 - Plano Urbanístico para a cidade de Luanda, 1949/1950.	97
Figura 23 – Casa típica portuguesa, rua Direita de Luanda, na cidade de Luanda.	99
Figura 24 - Casas típicas portuguesas, rua Avelino Dias, na cidade de Luanda.	99
Figura 25 – Casas típicas portuguesas, rua Avelino Dias, na cidade de Luanda.	100
Figura 26 - Casas típicas portuguesas, rua das Flores, na cidade de Luanda.	100

Figura 27 – Casa típica portuguesa, rua Francisco das Necessidades, na cidade de Luanda.	101
Figura 28 - Casa típica portuguesa, rua Avelino Dias, na cidade de Luanda.	102
Figura 29 - Casa típica portuguesa, rua Avelino Dias, na cidade de Luanda.	102
Figura 30 - Sobrado (à direita) ao lado do edifício do Baleizão, largo do Infante D. Henrique, na cidade de Luanda.....	104
Figura 31 – Dependência do Banco de Angola, avenida dos Restauradores de Angola, na cidade de Luanda.	105
Figura 32 - Casas típicas na cidade de Luanda, largo de D. Fernando.	105
Figura 33 – Desenho da cubata da Ilha de Luanda na cidade de Luanda.....	107
Figura 34 – Fachada de frente da casa mais evoluída de Luanda, bairro das Ingombotas.	107
Figura 35 – Planta da casa mais evoluída da cidade de Luanda, bairro das Ingombotas.	108
Figura 36 - Casa de pau-a-pique nos arredores da cidade de Luanda.	110
Figura 37 - Vista da ponte da Ilha de Luanda na cidade de Luanda, 1924.	110
Figura 38 – Bairros e musseques de Luanda em 1940, 1990.	111
Figura 39 - Edifício SNECIPA, avenida dos Restauradores de Angola, na cidade de Luanda.....	113
Figura 40 - Ampliação do Hospital Maria Pia, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda.	113
Figura 41 – Fachada do edifício da Associação Beneficente dos Empregados do Comércio de Luanda, rua dos Restauradores de Angola, na cidade de Luanda. Projeto de Fernando Batalha, 1940..	114
Figura 42 - Edifício do Palácio do Comércio, rua Governador Eduardo Costa, na cidade de Luanda.	115
Figura 43 - Grande Hotel de Luanda na cidade de Luanda.....	117
Figura 44 – Edifício do Hotel Angola, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda.....	118
Figura 45 - Residência para quatro famílias, rua Direita de Luanda, na cidade de Luanda.....	118
Figura 46 - Edifícios com serviços e habitação, avenida dos Restauradores de Angola, na cidade de Luanda.	119
Figura 47 - Habitação e serviços no largo Serpa Pinto, na cidade de Luanda.	119
Figura 48 - Edifício de Obras Públicas, largo de D. Afonso Henriques, na cidade de Luanda.....	120
Figura 49 - Lateral Esquerda do Edifício de Obras Públicas na rua Higino Aires, na cidade de Luanda.	120
Figura 50 - Esquina do Edifício de Obras Públicas, rua Higino Aires, na cidade de Luanda.	121

Figura 51 - Edifício da Livraria Lello, no largo de D. Fernando, na cidade de Luanda.....	121
Figura 52 - Edifício dos Transitários, na rua Direita de Luanda, na cidade de Luanda.....	122
Figura 53 - Edifício da Casa Paris na rua de Salvador Correia, na cidade de Luanda.	122
Figura 54 - Edifício do Sindicato dos Motoristas, entre a avenida Álvaro Ferreira e a rua Júlio de Vilhena na cidade de Luanda. Projeto do Arq. António Ribeiro Martins, 1946.	123
Figura 55 – Projeto para as instalações da Empresa Robert Hudson, rua Direita de Luanda, 1946...	123
Figura 56 – Projeto para a piscina da Ilha de Luanda na cidade de Luanda, 1940.	124
Figura 57 – A piscina da Ilha de Luanda na cidade de Luanda, 1954.	124
Figura 58 – Mostra de edificações da cidade de Luanda, 1941.....	125
Figura 59 – Plano urbanístico da cidade de Luanda, projeto do GUC, 1950.	139
Figura 60 - Edifício ao lado do edifício Infante D. Henrique, no largo do Infante D. Henrique, na cidade de Luanda.....	143
Figura 61 - Edifício ao lado do edifício Infante D. Henrique, no largo do Baleizão, na cidade de Luanda, anos 1950.....	144
Figura 62 – Palácio das Arcádias na avenida Paulo Dias de Novais na cidade de Luanda.....	144
Figura 63 – Edifício do Clube Ferrovia na rua Direita de Luanda, na cidade de Luanda.	145
Figura 64 – Edifício da Associação Beneficente dos Empregados do Comércio de Luanda, rua dos Restauradores de Angola, projeto de Fernando Batalha, 1940.	145
Figura 65 - Colégio São José do Cluny na cidade de Luanda.	146
Figura 66 – Anúncio para a venda de vivendas na cidade de Luanda, Cofinca.	159
Figura 67 – Anúncio para a venda de apartamentos em propriedade horizontal em Luanda, Cofinca.	160
Figura 68 – Edifício da Cooperativa O Lar do Namibe,.....	161
Figura 69 – Interior dos apartamentos na rua Nortom de Matos na cidade de Luanda.....	161
Figura 70 – Anúncio na cidade de Luanda para a venda de prédios em Portugal.....	162
Figura 71 - Anúncio na cidade de Luanda para a venda de prédios em Brasília, Brasil.	163
Figura 72 – Anúncio para venda de habitação social na cidade de Luanda, bairro Popular.	164
Figura 73 – Edificação da Cooperativa O Lar do Namibe, na rua António Barroso, na cidade de Luanda	164
Figura 74 – Edifício Sagrada Família, no largo da Sagrada Família, na cidade de Luanda.....	165

Figura 75 - Outra edificação da Cooperativa O Lar do Namibe,	166
Figura 76 - Edificação da Conol à direita, perpendicular à rua António Barroso, na cidade de Luanda.	167
Figura 77 - Edificação da Cooperativa Alegria pelo Trabalho, rua António Barroso e rua José de Oliveira Barbosa, na cidade de Luanda.....	167
Figura 78 - Edifício Kinaxixi, na rua Mousinho de Albuquerque, na cidade de Luanda, 1971.	168
Figura 79 - Edificações na rua Júlio de Vilhena, na cidade de Luanda.	168
Figura 80 - Edificação perpendicular à rua António Barroso, na cidade de Luanda.	169
Figura 81 - Edifício do Livro, na rua Guilherme Capelo, na cidade de Luanda	169
Figura 82 – Detalhe da entrada do edifício do Livro, rua Guilherme Capelo, na cidade de Luanda...	170
Figura 83 – Edifício do Lar do Namibe na rua D. João II na cidade de Luanda.	170
Figura 84 - Plano de urbanização da cidade de Luanda com áreas urbanizadas antes e depois de 1954.	174
Figura 85 - Plano de urbanização da cidade de Luanda, com indicação de estudo de ruas e algumas áreas.	175
Figura 86 - Informação nº 144 de 25 de março de 1958.	176
Figura 87 - Proposta para o largo das Escolas na cidade de Luanda.....	188
Figura 88 - Edificação do largo das Escolas na cidade de Luanda.....	189
Figura 89 - Largo dos Ministérios na cidade de Luanda.	190
Figura 90 - Proposta para o bairro da Polícia, 1958.....	190
Figura 91 - Habitação no bairro Caputo na cidade de Luanda, próximo do Mercado dos Congolenses.	191
Figura 92 - Proposta para Unidade de Vizinhança nº 3 do Musseque Prenda na cidade de Luanda..	191
Figura 93 - Unidade de Vizinhança nº 1 bairro Prenda na cidade de Luanda, 1962-1975.	192
Figura 94 - Arranjo Urbanístico nº 4 para o troço das ruas António Barroso, Norton de Matos e avenida Lisboa na cidade de Luanda, 1967.	193
Figura 95 - Arranjo Urbanístico nº 4 para o troço das ruas António Barroso, Norton de Matos e avenida Lisboa na cidade de Luanda, 1971.	193
Figura 96 - Arranjo Urbanístico nº 5 para a rua Mousinho de Albuquerque, Conselheiro Aires de Ornelas e Paiva Couceiro na cidade de Luanda.	194
Figura 97 - Proposta para a Unidade de Vizinhança nº 6 Musseque Burity na cidade de Luanda.	195

Figura 98 – Proposta de urbanização do bairro Burity.....	196
Figura 99 - Proposta para a unidade de vizinhança nº 26 a Sul do bairro Madame Berman na cidade de Luanda.....	197
Figura 100 - Proposta para a unidade de vizinhança do Rangel na cidade de Luanda.	197
Figura 101 - Proposta para o arranjo urbanístico do bairro a Sul do bairro da Cuca na cidade de Luanda.	198
Figura 102 - Proposta para a unidade de vizinhança nº 9, na rua Francisco Newton, na cidade de Luanda.	198
Figura 103 - Proposta para unidade de realojamento nº 1 na cidade de Luanda.	199
Figura 104 - Estudo da rua António Barroso na cidade de Luanda.....	199
Figura 105 - Plano de massas para a rua Bartolomeu Dias na cidade de Luanda, 1967.	199
Figura 106 - Plano de massas para a avenida do Brasil na cidade de Luanda.	200
Figura 107 - Plano de massas para a avenida Marginal na cidade de Luanda.....	200
Figura 108 - Plano de massas para a rua do Eng. Artur Torres na cidade de Luanda.	200
Figura 109 - Plano de massas para a rua de Serpa Pinto na cidade de Luanda.....	201
Figura 110 - Plano de massas para a avenida de Álvaro Ferreira na cidade de Luanda.....	201
Figura 111 – Plano de massas para a praça Portas do Mar no largo de Bressane Leite, 1966.....	201
Figura 112 - Edifício de Obras Públicas na cidade de Luanda, 1905.	204
Figura 113 - Edifício de Obras Públicas, largo de D. Afonso Henriques, na cidade de Luanda.....	205
Figura 114 - Panorâmica da cidade-baixa e Marginal de Luanda, 1937.....	205
Figura 115 - Panorâmica da cidade-baixa vista da cidade-alta, 1942.	206
Figura 116 - Panorâmica da cidade de Luanda, 1952.	207
Figura 117 - Panorâmica da cidade de Luanda, 1966.	208
Figura 118 - Panorâmica parcial da cidade baixa, na cidade de Luanda, 1970.	209
Figura 119 - Panorâmica parcial da cidade de Luanda com vista para o BNA e BCA, 1970.	210
Figura 120 - Largo dos Lusíadas na cidade de Luanda, 1930.....	210
Figura 121 - O Largo dos Lusíadas na cidade de Luanda nos anos de 1950.	211
Figura 122 - O largo dos Lusíadas na cidade de Luanda nos anos de 1960.....	211
Figura 123 - Largo dos Lusíadas na cidade de Luanda, 1964.....	212

Figura 124 - Avenida de Álvaro Ferreira na cidade de Luanda, 1954.....	212
Figura 125 - Ponte da Ilha de Luanda, 1924.	213
Figura 126 - Ponte da Ilha de Luanda, 1964.	213
Figura 127 - Marginal na cidade de Luanda, início do Séc. XX.....	214
Figura 128 - Vista da Marginal da cidade de Luanda, 1928.....	214
Figura 129 - Parcial de Marginal da cidade de Luanda, 1964.	215
Figura 130 - Marginal da cidade de Luanda, 1964.	215
Figura 131 - Palácio do Governador-Geral de Angola na cidade de Luanda no início do séc. XX.....	216
Figura 132 - Palácio do Governador-Geral de Angola na cidade de Luanda, 1951.....	216
Figura 133 - Largo da Mutamba na cidade de Luanda, 1930.	217
Figura 134 - Largo da Mutamba na cidade de Luanda, 1940.	217
Figura 135 - Largo da Mutamba na cidade de Luanda, 1964.	218
Figura 136 - Largo da Mutamba na cidade de Luanda, 1964.	218
Figura 137 - Bairro das Ingombotas na cidade de Luanda, 1925.....	219
Figura 138 - Bairro das Ingombotas na cidade de Luanda, 1964.....	219
Figura 139 - Bairro dos Coqueiros na cidade de Luanda, 1930.	220
Figura 140 - Bairro dos Coqueiros na cidade de Luanda, 1965.	220
Figura 141 - Rampa do Liceu Salvador Correia na cidade de Luanda, 1935.....	221
Figura 142 - Rampa do Liceu Salvador Correia na cidade de Luanda, 1964.....	221
Figura 143 - Rua de Salvador Correia na cidade de Luanda, 1935.....	222
Figura 144 - Rua de Salvador Correia na cidade de Luanda, 1964.....	222
Figura 145 - Largo Infante D. Henrique na cidade de Luanda, no início do Séc. XX.....	223
Figura 146 - Largo do Infante D. Henrique na cidade de Luanda, 1965.....	223
Figura 147 - Rua de Salvador Correia próximo do largo de D. Fernando na cidade de Luanda, 1930.....	224
Figura 148 - Rua de Salvador Correia próximo do largo de D. Fernando na cidade de Luanda, 1964.....	224
Figura 149 - Largo de Pedro Alexandrino na cidade de Luanda no fim do século XIX, 1964.....	225
Figura 150 - Largo de Pedro Alexandrino na cidade de Luanda, 1964.....	225

Figura 151 - Rua General Carmona na cidade de Luanda, 1929.	226
Figura 152 - Rua General Carmona na cidade de Luanda, 1964.	226
Figura 153 - Rua Salvador Correia na cidade de Luanda, 1930.	227
Figura 154 - Rua Salvador Correia na cidade de Luanda, 1964.	227
Figura 155 - Plano de urbanístico da cidade de Luanda aprovado pelo GUC, 1952.	239
Figura 156 - Plano urbanístico da cidade de Luanda aprovado pela CML, 1952.	240
Figura 157 - Plano urbanístico para a cidade de Luanda, 1956.	240
Figura 158 - As áreas da cidade de Luanda e a proposta de aumento do Porto de Luanda, 1958....	241
Figura 159 - Vista da avenida Marginal na cidade de Luanda, 1958.	241
Figura 160 – Proposta para um nó viário entre a rua de D. João II e a Estrada de Catete, na cidade de Luanda 1959.	242
Figura 161 – Proposta para o nó viário no largo da Maianga na cidade de Luanda.	243
Figura 162 - Plano urbanístico para a cidade de Luanda, 1961.	249
Figura 163 - Plano urbanístico para a cidade de Luanda sobre a base do plano de 1956, 1961.	249
Figura 164 – Esboço da distribuição da população para a cidade de Luanda, 1962.	250
Figura 165 – Esquema de vias para a cidade de Luanda a atingir até 1990, 1973.	254
Figura 166 – Mapa de Angola com a distribuição da população, no Censo de 1950.	255
Figura 167 – Rotunda da Estrada de Catete e rua Sidónio Pais – Rotunda da rua D. João II, avenida Lisboa e do Laboratório de Engenharia.	256
Figura 168 – Rotunda nas ruas 21 de Janeiro e Lisboa – Rotunda do largo da Maianga.	256
Figura 169 – Largo João Vieira Ferreira e Avelino Dias.	257
Figura 170 – Largo do Bocage e do Cruzeiro.	257
Figura 171 – Largo de Serpa Pinto e Praceta no final da rua R. das Minas.	258
Figura 172 – Portas do Mar no largo Bressane Leite.	259
Figura 173 – Largo do Infante D. Henrique.	260
Figura 174 - Proposta de agrupamento para habitação económica na cidade de Luanda, 1957.	263
Figura 175 - Casa para pescadores em Cacuaco na cidade de Luanda.	264
Figura 176 - Bairro Militar na cidade de Luanda.	265

Figura 177 - Bairro Militar na cidade de Luanda.....	266
Figura 178 - Bairro Militar na cidade de Luanda.....	266
Figura 179 - Habitação no Bairro da Polícia na cidade de Luanda.....	267
Figura 180 - Projeto de habitação para pescadores na Ilha de Luanda, 1963.....	268
Figura 181 - Projeto de habitação para pescadores na Ilha de Luanda, 1963.....	268
Figura 182 - Projeto de Centros Cultural e de Saúde para pescadores na Ilha de Luanda, 1963.	269
Figura 183 - Projeto de Posto de Correios para pescadores na Ilha de Luanda, 1963.....	269
Figura 184 - Projeto de posto de higiene municipal para pescadores na Ilha de Luanda, 1963.	269
Figura 185 - Casa do Caminho-de-ferro na Vila Alice para quatro famílias, na cidade de Luanda.	270
Figura 186 - Habitação do bairro da Vila-Alice na cidade de Luanda.....	270
Figura 187 - Habitação do bairro da Terra-Nova na cidade de Luanda.....	271
Figura 188 - Habitação do bairro Popular na cidade de Luanda.....	271
Figura 189 - Habitação do bairro Popular na cidade de Luanda.....	271
Figura 190 - Habitação social do bairro dos Saiotes na cidade de Luanda.....	272
Figura 191 - Habitação social do bairro dos Saiotes na cidade de Luanda.....	273
Figura 192 – Projeto das fachadas das habitações do bairro Indígena na cidade de Luanda, 1942...	274
Figura 193 - Alçado de uma habitação para quatro famílias.....	275
Figura 194 - Isometria mostrando o alçado lateral direito e o de frente da habitação para quatro famílias.....	275
Figura 195 – Unidade de vizinhança nº 1 na cidade de Luanda, bairro Prenda.....	283
Figura 196 - Edifício São Paulo de Tarso na cidade de Luanda, alameda D. João II, 1971.	284
Figura 197 - Edifício São Paulo de Tarso na cidade de Luanda, alameda D. João II, 1971.	284
Figura 198 - Edifício Alameda na cidade de Luanda, alameda Almirante Américo Tomás, 1973.....	285
Figura 199 – Edifício Combatentes na cidade de Luanda, rua Senado da Câmara, 1971.	286
Figura 200 - Edifício Combatentes na cidade de Luanda, avenida Senado da Câmara, 1971.	286
Figura 201 - Edifício de apartamentos na cidade de Luanda, alameda de D. João II, 1971.	287
Figura 202 - Edifício São José na cidade de Luanda, avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 1959.....	288

Figura 203 – Anúncio da Empresa Cofinca sobre os edifícios que comercializava na cidade de Luanda, 1965.....	289
Figura 204 – Andar tipo do edifício da cooperativa A Nossa Casa na cidade de Luanda, 1974.	289
Figura 205 - Planta do andar tipo do edifício da cooperativa A Nossa Casa na cidade de Luanda, 1974.	290
Figura 206 – Edifício do Palácio das Arcádias na Marginal de Luanda de Francisco Maria Pereira. Projeto da Castilhos Ltda., 1956.....	292
Figura 207 – Fachada principal do edifício de Francisco Maria Pereira na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto de Castilhos Ltda., 1956.....	292
Figura 208 – Planta do piso térreo e sobreloja do edifício de Francisco Maria Pereira na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto de Castilhos Ltda., 1956.	293
Figura 209 - Plantas 1º e 2º andares do edifício de Francisco Maria Pereira na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1956.....	293
Figura 210 – Plantas do 4º piso e cobertura do edifício de Francisco Maria Pereira na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1956.	294
Figura 211 – Seções do edifício de Francisco Maria Pereira e do anexo na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1956.....	294
Figura 212 – Fachada posterior e fachada do anexo do edifício de Francisco Maria Pereira na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1956.....	294
Figura 213 – Edifício do largo dos Lusíadas na cidade de Luanda.	296
Figura 214 – Implantação e proposta para as cercas do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.	297
Figura 215 - Implantação atual do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda.	297
Figura 216 – Planta do piso térreo do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.	298
Figura 217 - Planta do subsolo do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto de Castilho Ltda., 1958.	298
Figura 218 – Planta das sobrelojas do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.	299
Figura 219 – Planta tipo do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.	299
Figura 220 – Planta de cobertura do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.	300

Figura 221 – Fachada para a praça dos Lusíadas do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.	300
Figura 222 – Detalhe da fachada do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda, projeto da Castilho Ltda., 1958.	301
Figura 223 – Fachada para a rua de Luís de Camões do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.	301
Figura 224 – Corte C-D do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.	301
Figura 225 – Fachada posterior do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.	302
Figura 226 – Seção A-B do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda -Projeto da Castilho Ltda., 1958.	302
Figura 227 – Implantação do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.	303
Figura 228 – Planta do subsolo do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.	304
Figura 229 – Planta do piso térreo do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.	304
Figura 230 – Planta do 1º, 2º e 3º andar do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.	304
Figura 231 – Planta do 4º andar do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.	305
Figura 232 – Planta do 4º piso do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.	305
Figura 233 – Planta do 5º e 8º andar do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.	305
Figura 234 – Planta do 10º andar do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.	306
Figura 235 – Fachada principal do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.	306
Figura 236 – Seções do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.	307
Figura 237 - Edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda	309

Figura 238 – Implantação do edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda	309
Figura 239 – Planta do edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda..	310
Figura 240 – Planta do edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda..	310
Figura 241 – Seção do edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda...	311
Figura 242 – Seção do edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda...	311
Figura 243 – Fachada principal do edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto dos Arquitetos F. Pereira da Costa e J. A. Pinto da Cunha, 1966.....	312
Figura 244 – Planta do subsolo e do piso térreo do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.	312
Figura 245 – Planta do piso térreo referente as lojas, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.....	313
Figura 246 – Planta do Entrepiso, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.....	313
Figura 247 – Planta do 1º Andar, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.....	314
Figura 248 – Planta do andar tipo – 2º a 6º Andares, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.....	314
Figura 249 – Planta do 7º Andar, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.....	315
Figura 250 – Fachada da rua Sociedade de Geografia, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.....	315
Figura 251 – Fachada da rua Luís de Camões, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.....	316
Figura 252 – Fachada posterior, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.....	316
Figura 253 – Planta do subsolo do edifício de António da Fonseca na rua de Paiva Couceiro na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.	317
Figura 254 – Planta do piso térreo e entrepiso, do edifício de António da Fonseca na rua de Paiva Couceiro na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.	317

Figura 255 – Planta tipo do 1º a 6º Andar e do terraço, do edifício de António da Fonseca na rua de Paiva Couceiro na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.	318
Figura 256 – Planta tipo do 1º a 6º Andar e do terraço, do edifício de António da Fonseca na rua de Paiva Couceiro na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.	318
Figura 257 – Seção do corpo da escada e fachada lateral direita, do edifício de António da Fonseca na rua de Paiva Couceiro na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.....	318
Figura 258 – Planta do piso térreo, planta do andar tipo e seção transversal do edifício de Adriano Miranda na rua Serpa Pinto na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.....	319
Figura 259 – Planta do andar tipo, seção transversal e fachada principal, do edifício de Adriano Miranda na rua Serpa Pinto na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.....	319
Figura 260 – Fundos do edifício do Livro da cidade de Luanda na rua Guilherme Capelo	320
Figura 261 - Edifício da rua Brito Godins na cidade de Luanda – Projeto de Pinto dos Reis.....	320
Figura 262 – Edifício Servidores do Estado na cidade de Luanda	321
Figura 263 - Detalhe da fachada do edifício da rua Serpa Pinto na cidade de Luanda.....	321
Figura 264 - Em segundo plano vista do edifício da rua Júlio de Vilhena na cidade de Luanda.....	322
Figura 265 – Edifício na rua Fernão de Magalhães na cidade de Luanda	323
Figura 266 – Edifício da rua Fernão de Magalhães à esquerda na cidade de Luanda	323
Figura 267 - Edifício do Montepio Ferroviário, na cidade de Luanda na rua dos Restauradores de Angola.....	324
Figura 268 - Edifício da Livraria Mensagem na cidade de Luanda rua de D. Pereira.	324
Figura 269 – Edifício na esquina da avenida dos Restauradores de Angola e o.....	325
Figura 270 - Edifício do Montepio Ferroviário na rua dos Coqueiros na cidade de Luanda.	325
Figura 271 - Entrada do edifício do Montepio Ferroviário na rua dos Coqueiros na cidade de Luanda	326
Figura 272 - Edifício do Totobola na cidade de Luanda na avenida dos Restauradores de Angola....	326
Figura 273 – Edifício na esquina da rua Pinheiro Chagas e rua do Conselheiro Aires de Ornelas.....	327
Figura 274 - Detalhe do edifício na rua Paiva Couceiro na cidade de Luanda.....	327
Figura 275 - Edifícios na avenida Marginal na cidade de Luanda.	328
Figura 276 - Edifício Baptista Limitada na cidade de Luanda no largo dos Lusíadas.	328
Figura 277 - Edifício da cooperativa O Lar do Namibe na rua de António Enes na cidade de Luanda.	329

Figura 278 - Edifício ao lado do edifício da Cooperativa O Lar do Namibe, rua de António Enes, na cidade de Luanda.	329
Figura 279 – Detalhe das fachadas lateral esquerda e posterior de um dos edifícios do Cofre da Previdência na rua do Quicombo na cidade de Luanda.	330
Figura 280 – Edifício Combatentes da rua António Enes de frente para a rua do Quicombo na cidade de Luanda, 1973.	330
Figura 281 – Edifícios e serviços na rua Paiva Couceiro na cidade de Luanda.	331
Figura 282 - Edifícios e serviços na rua Paiva Couceiro na cidade de Luanda.	331
Figura 283 – Edifícios de habitação e serviço no largo do Infante D. Henrique na cidade de Luanda	337
Figura 284 - Edifício na esquina das ruas Álvaro Ferreira e Júlio de Vilhena, na cidade de Luanda...	338
Figura 285 - Edifício da antiga sorveteria Pinguim, na rua Álvaro Ferreira na cidade de Luanda.	338
Figura 286 - Edifício na rua Álvaro Ferreira na cidade de Luanda.	339
Figura 287 – Edifício da rua Serpa Pinto na cidade de Luanda.	339
Figura 288 - Edifício da Oliva, largo Serpa Pinto, na cidade de Luanda.	340
Figura 289 - Edifício das Lotarias de Angola, na esquina da rua António Barroso e a rua que dá acesso a rua de Serpa Pinto, na cidade de Luanda.....	341
Figura 290 – Edifício no bairro de São Paulo na cidade de Luanda.	342
Figura 291 - Habitação e serviços na rua Guilherme Capelo na cidade de Luanda	342
Figura 292 - Edifício da cooperativa O Lar do Namibe, na rua do Quicombo, no bairro de São Paulo, na cidade de Luanda, 1992.	343
Figura 293 - Habitação para funcionários dos CTT, no bairro da Precol, na cidade de Luanda.	344
Figura 294 - Edifício do bairro dos CTT, detalhe da escada, na cidade de Luanda.	345
Figura 295 - Edifício Henrique Gago Chagas da rua Conselheiro Aires de Ornelas na cidade de Luanda	346
Figura 296 - Detalhe da escada do edifício da rua Guilherme Capelo,	346
Figura 297 – Habitação na rua do final dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda ..	347
Figura 298 - Habitação na avenida Norton de Matos na cidade de Luanda.	347
Figura 299 - Edifício Lausanne, avenida de Higienópolis, São Paulo	348
Figura 300 – Pormenor das venezianas em madeira na cidade de Luanda.	349
Figura 301 - Habitação para estudantes na rua Coronel Artur de Paiva, na cidade de Luanda.	349

Figura 302 – Edifício de habitação e serviços Sociedade Agrícola de Café – Maria Celeste, na avenida de Salvador Correia, na cidade de Luanda.....	350
Figura 303 - Habitação e serviços na rua Direita de Luanda, na cidade de Luanda.....	351
Figura 304 – Edifício Cuco com habitação e serviços no bairro dos Coqueiros na cidade de Luanda.....	351
Figura 305 - Habitação e serviços na rua de Luís de Camões.....	352
Figura 306 - Habitação e serviços na rua Júlio de Vilhena na cidade de Luanda.....	352
Figura 307 - Habitação e serviços na avenida dos Restauradores de Angola na cidade de Luanda....	353
Figura 308 - Edifício da rua Salvador Correia na cidade de Luanda.....	354
Figura 309 - Habitação e serviços na avenida dos Combatentes na cidade de Luanda.....	355
Figura 310 - Habitação e serviços na rua Pereira Forjaz na cidade de Luanda.....	355
Figura 311 - Habitação do bairro do Caputo na cidade de Luanda.....	356
Figura 312 - Unidade de vizinhança nº 1 do bairro Prenda, na cidade de Luanda.	356
Figura 313 – Edifício Cirilo com habitação e serviços na rua Direita de Luanda, na cidade de Luanda.	357
Figura 314 - Habitação e serviços na rua Serpa Pinto na cidade de Luanda.	357
Figura 315 - Habitação e serviços na esquina da rua Francisco das Necessidades e rua Cerveira Pereira no bairro dos Coqueiros, na cidade de Luanda.....	358
Figura 316 - Habitação dos SMAE na avenida Vasco da Gama na cidade de Luanda.	358
Figura 317 - Edifício da Cooperativa O Lar do Namibe na Avenida de Norton de Matos, na cidade de Luanda.	359
Figura 318 - Edifício das lojas dos Frigoríficos Polo Norte na avenida dos Restauradores de Angola na cidade de Luanda	359
Figura 319 – Edifício do Cine Teatro Nacional na avenida Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda, 1932.	362
Figura 320 – Notícia após a inauguração do Cinema Colonial na cidade de Luanda, 1940.	363
Figura 321 – Anuncio da inauguração do Cinema Tropical na cidade de Luanda, 1951.	363
Figura 322 – Edifício do Cinema Restauração na cidade de Luanda na avenida Álvaro Ferreira	364
Figura 323 - Placas inaugurais das companhias de teatro, Cine Teatro Nacional na cidade de Luanda, 1932.....	365
Figura 324 - Proprietários da Companhia de Teatro presente no Cine Teatro Nacional.	366

Figura 325 - À direita o Cinema Miramar, bairro Miramar, na cidade de Luanda.....	372
Figura 326 - o Cinema Miramar, bairro Miramar, na cidade de Luanda.....	373
Figura 327 - Vista do ecran e lateral direita da esplanada do Cinema Miramar, bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1959.....	373
Figura 328 - Vista do ecran e lateral esquerda da esplanada do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1959.....	374
Figura 329 - Vista do ecran e lateral direita da esplanada do Cinema Miramar, bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1959.....	374
Figura 330 - Implantação do Cinema Miramar, bairro Miramar, na cidade de Luanda.....	375
Figura 331 - Planta do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda.	375
Figura 332 - Plantas da cozinha, copa e cabine de projeção do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1964.....	376
Figura 333 - Planta do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda.	376
Figura 334 - Fachada Principal do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda.....	377
Figura 335 - Vista do ecran de projeção do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda.	377
Figura 336 – Seção do écran de projeção do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda.	378
Figura 337 - Seção entre a cabine e a esplanada do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1964.	378
Figura 338 - Seção mostrando a esplanada coberta e arrumos do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1964.....	379
Figura 339 – Maquete do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda.....	380
Figura 340 - Vista aérea do cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda.....	380
Figura 341 - Fachada principal do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda.	381
Figura 342 - Planta de cobertura e corte transversal do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda. Projeto de Castilhos Ltda., 1964.	381
Figura 343 - Planta do piso térreo e primeiro andar do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda. Projeto de Castilhos Ltda., 1964.	382
Figura 344 - Planta do Terceiro piso do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda.....	383
Figura 345 - Seções transversais do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda.	383

Figura 346 - Fachada principal do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda.	383
Figura 347 - Alçado lateral esquerdo do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda.	384
Figura 348 - Entrada principal do Ngola Cine, bairro dos Congolenses, na cidade de Luanda.	385
Figura 349 - Planta do Ngola Cine, bairro dos Congolenses, na cidade de Luanda.	385
Figura 350 - Alçado Principal do Ngola Cine, bairro dos Congolenses, na cidade de Luanda.	386
Figura 351 - Vista sobre a cabine de projeção e vista interior sobre a esplanada, Ngola Cine, bairro Congolenses, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1964.	386
Figura 352 - Alçado Lateral Direito do Ngola Cine, bairro Congolenses, na cidade de Luanda.	386
Figura 353 - Corte transversal do Ngola, bairro Congolenses, na cidade de Luanda.	387
Figura 354 - Vista da entrada principal do Cinema São Paulo, no bairro São Paulo, na cidade de Luanda.	389
Figura 355 - Vista principal e lateral do Cinema África, bairro da Cuca, na cidade de Luanda, 1968.	389
Figura 356 - Vista da entrada principal do Cinema Tivoli, bairro Azul, na cidade de Luanda. Projeto de Manolo Potier, 1965.	390
Figura 357 - Interior do Cinema Império, Vila Alice, na cidade Luanda.	390
Figura 358 - Vista da entrada principal do Cinema Império que hoje tomou o nome de Atlântico, Vila Alice, na cidade de Luanda. Projeto de António Ribeiro Santos, 1966.	391
Figura 359 - Anúncios do Jornal de Angola sobre os filmes da época, 1958.	391
Figura 360 - Anúncios do Jornal de Angola sobre os filmes da época, 1967.	392
Figura 361 – Edifício do Liceu Salvador Correia na cidade de Luanda, 1956.	394
Figura 362 – Edifício do Mercado do Kinaxixi na cidade de Luanda, largo dos Lusíadas	396
Figura 363 – Edifício Mutamba, largo da Mutamba, na cidade de Luanda.	396
Figura 364 – Proposta vencedora do concurso para o Palácio da Justiça na cidade de Luanda	399
Figura 365 – Proposta de volumetria para o Palácio da Justiça, na cidade de Luanda.	400
Figura 366 – Esboço do plano de massas do Palácio da Justiça na cidade de Luanda.	400
Figura 367 – Fachada principal do edifício do Cinema Restauração, rua de Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1951.	402
Figura 368 - Projeto da fachada do Cinema Restauração, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1947.	402
Figura 369 - Projeto do interior do Cinema Restauração, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda.	403

Figura 370 – Projeto do interior do Cinema Restauração, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda.	403
Figura 371 – Fachada principal do edifício do IIAA e IIVA, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	404
Figura 372 - Fundos do edifício da Junta Provincial de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	405
Figura 373 – Piso térreo do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda.	405
Figura 374 – Planta 2º piso térreo do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	406
Figura 375 – Planta do 3º piso do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	406
Figura 376 – Planta do 4º piso do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	406
Figura 377 – Planta do 5º piso do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	407
Figura 378 - Planta do 6º piso do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	407
Figura 379 – Planta do 7º piso do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	407
Figura 380 – Planta do 8º piso do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	408
Figura 381 – Planta de cobertura do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	408
Figura 382 – Seções do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	408
Figura 383 – Fachada principal do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	409
Figura 384 – Fachada posterior do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	409
Figura 385 – Fachada lateral direita do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	409
Figura 386 – Fachada lateral esquerda do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.	410

Figura 387 – Implantação do Centro de Radiodifusão de Angola na cidade de Luanda	410
Figura 388 – Fachadas do edifício do Centro de Radiodifusão de Angola na cidade de Luanda.....	411
Figura 389 – Edifício do Hotel Panorama, Ilha de Luanda, na cidade de Luanda.	411
Figura 390 – Rua do Governador Eduardo Costa com os pórticos dos edifícios da Secil e do BCA....	412
Figura 391 – Edifício Cirilo na cidade de Luanda, rua Direita de Luanda	413
Figura 392 – Construções resistentes ao fogo e não resistentes ao fogo na cidade de Luanda	418

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proposta do quadro de engenheiros e urbanistas para o plano urbanístico da cidade de Luanda, 1961.....	247
Tabela 2 - Os cinemas da cidade de Luanda.....	370

SIGLAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURA OU SIGLA	SIGNIFICADO DA ABREVIATURA OU SIGLA
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIA	Agência Imobiliária de Angola
BCA	Banco Comercial Angolano
BNA	Banco Nacional de Angola
BO	Bairro Operário
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESAD	Seção Técnica Geoinformação e Produção de Bases Digitais
CIAM	Conselho Internacional dos Arquitetos Modernos
CIRPAC	Comité Internacional Resolução do Problema da Arquitetura Contemporânea
CML	Câmara Municipal de Luanda
CTTU	Correios Telégrafos e Telefones do Ultramar
EMPROE	Empresa de Obras Especiais
ESBAL	Escola Superior de Belas Artes de Lisboa
ESBAP	Escola Superior de Belas Artes do Porto
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FTU	Fábrica de Tabacos
GPL	Governo da Província de Luanda
GTRUCS	Gabinete Técnico de Reconversão Urbana dos Bairros Sambizanga, Cazenga e Rangel
GU	Gabinete de Urbanização – Luanda
GUC	Gabinete de Urbanização Colonial
GUU	Gabinete de Urbanização do Ultramar
ICAT	Iniciativas Culturais Arte e Técnica
IIAA	Instituto de Investigação Agrônoma de Angola
IIVA	Instituto de Investigação Veterinária de Angola
INOT	Instituto Nacional do Ordenamento do Território
IPGUL	Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda
MAPESS	Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social
MoMA	Museu de Arte Moderna de Nova York
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
SMAE	Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade
SNECIPA	Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria da Província de Angola
MUD	Movimento de Unidade Democrática
PIDE DGS	Polícia Internacional de Defesa e Segurança
RA	República de Angola
RFB	República Federativa do Brasil
SICAP	Sindicato dos Arquitetos de Portugal
SIG	Sistema de Informação Geográfico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	39
CAPÍTULO 1 - Antecedentes e contextos.....	54
(O movimento moderno no mundo e em Luanda).....	54
1.1 O conceito do movimento moderno.....	54
1.1.1. A Carta de Atenas e o modo de vida do movimento moderno	60
1.1.2 A influência do Brasil e a adaptação dos conceitos do movimento moderno nos trópicos.	66
1.1.3 Portugal e o movimento moderno nas colônias portuguesas (Angola e Moçambique).	76
1.2. Luanda, antes do movimento moderno, a cidade da “Angolanidade” (1920-1950).	81
1.2.1 Situação política, econômica, social e cultural de Luanda.	81
1.2.1.1 A crise econômica e o abandono de alguns portugueses.....	81
1.2.1.2 A abolição do Depósito Legal de Degredados (1883-1932).....	83
1.2.1.3 As infraestruturas, o preparar a chegada dos portugueses.....	87
1.3 O traçado urbano e os novos planos urbanísticos.	91
1.4 As edificações de Luanda antes do movimento moderno.	97
CAPÍTULO 2 - Evolução político-social, administrativa e cultural em Luanda.....	127
2.1. Políticas para o desenvolvimento, a cidade da “Portugalidade” 1950 – 1975.....	129
2.1.1 Políticas urbanísticas e o conflito entre a CML e o GUC.....	130
2.1.2 O Gabinete de Urbanização Colonial no papel de regulador no desenvolvimento das colônias..	139
2.1.3 O papel dos promotores privados na implantação do moderno na cidade de Luanda.	146
CAPÍTULO 3 - Processos de implementação do movimento moderno na cidade de Luanda.....	172
3.1. Os pressupostos da Carta de Atenas, sua aplicabilidade e a gestão do espaço urbano.....	175
3.2. A substituição da arquitetura existente pelo moderno e seus novos valores	202
CAPÍTULO 4. O modelo de urbanismo e das arquiteturas do movimento moderno em Luanda	
(exemplos, características, tipologias e originalidades locais).	230
4.1 O urbanismo do movimento moderno em Luanda	230
4.2 A produção arquitetônica do movimento moderno.	260
4.2.1 Habitação social.....	260
4.2.2 As unidades de habitação no período do movimento moderno em Luanda	276
4.2.1 Nova forma na produção arquitetônica, as particularidades do moderno em Luanda.	332
4.1.3 Os cinemas ao ar livre em Luanda	360
4.1.3.1 A arquitetura dos cinemas em Luanda.....	369
4.1.2 Novos modos de vida para a cidade de Luanda.....	393
CAPÍTULO 5 - Após o movimento moderno: evolução política e cultural.....	415
5.1 O legado da cidade de Luanda.	415
5.2 O que fazer com o legado?	421
5.3 Políticas desenvolvidas no pós-moderno.....	424
CONCLUSÃO.	442
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	445
ANEXOS.	486

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Angola é um país situado na África subsaariana, sendo Luanda – a capital – a primeira e maior cidade. Ocupada e colonizada por portugueses no período entre 1576 e 1975. A segunda cidade de Angola foi Benguela que surgiu 41 anos depois, em 1617. Passados 323 anos da ocupação portuguesa em Angola, em 1940, só existiam 8 cidades. Já em 1960, existiam 16 cidades e em 1970, mais de 20 cidades (AMARAL, 1978). O fenômeno urbanístico em Angola nos indica que as cidades permaneceram estagnadas durante séculos e só depois de 1940 a então colônia Angola desenvolveu-se com maior intensidade, adquirindo novos povoados, novas cidades e um novo modo de vida com a implementação dos pressupostos da Carta de Atenas. Esse momento de desenvolvimento iniciou a partir do primeiro plano urbanístico de 1942 e da Lei das Edificações Urbanas de 1951.

De acordo com AMARAL (1978, pp.44-45):

Outra perspectiva do fenômeno urbano pode ser obtida quando se considera o número de cidades e a evolução da população, tendo em conta que, segundo a tradição portuguesa, uma “cidade” será uma aglomeração urbana sede de distrito administrativo ou aquela a que o governo concede tal título e diploma por motivo de importância regional, económica e demográfica, que venha a adquirir.

Caracterizada por uma gênese espontânea, Luanda ganhou gradualmente um traçado urbano planejado – fruto de diversos estudos e planos urbanísticos. Embora, tivessem sido elaborados vários planos urbanísticos, nenhum foi totalmente implementado a partir de 1942, data, portanto, do primeiro Plano Diretor para a cidade de Luanda, realizado por David Moreira da Silva e Ettiënne De Groer. Diante desse contexto, a presente pesquisa pretende construir um estudo detalhado sobre o modelo como o movimento moderno foi incorporado numa região africana subsaariana e sob a colonização portuguesa – Angola. Note-se que esse estudo tem grande interesse nas Universidades que administram o ensino da arquitetura e urbanismo, isso porque ele pode ser uma importante contribuição à educação de arquitetos, além da possibilidade de despertar maior cuidado e respeito pelo espaço urbanizado das cidades e muito particularmente pela cidade de Luanda, assim como a valorização do seu patrimônio.

Nessa direção, pretende-se interpretar os conhecimentos dos movimentos modernos da Europa, da América, de Portugal e do Brasil e compará-los às ações do movimento moderno e suas edificações na cidade de Luanda (sempre que seja possível). Procuram-se os paralelismos existentes entre essa arquitetura moderna e a arquitetura moderna da cidade de Luanda. Assim, será possível avaliar/realçar o movimento moderno de Luanda, comprovando que a cidade teve

seu desenvolvimento marcado pelas doutrinas da Carta de Atenas. Nesse mesmo período, essas doutrinas foram adquiridas sob a maior influência da obra arquitetônica de Le Corbusier. O universo de investigação foi constituído pelos dados bibliográficos, iconográficos, fotográficos, digitalizações (planos urbanísticos, projetos, visitas aos edifícios, documentação da CML, sobretudo, da 8ª Repartição) e entrevistas. Esse conjunto de informações fundamentou às análises contidas no presente estudo e permitiu a abordagem do assunto por intermédio do apelo à preservação e ao tombamento das obras do movimento moderno na cidade de Luanda, por isso o estudo abrange os anos entre 1950 e 1975. Esse período também corresponde ao fim da II Guerra Mundial e à Independência de Angola, quando essa deixou de pertencer a uma política capitalista colonialista e passou para uma política de esquerda do Bloco Socialista. Na investigação foi dada ainda importância à descrição da cidade de Luanda em momentos anterior (depois de 1920) e posterior (antes de 2000), para um maior entendimento do que aconteceu na cidade.

Como marco do movimento moderno em Luanda, considerou-se a construção do Mercado Municipal no largo dos Lusíadas, mas mais conhecido como Mercado do Kinaxixi (1952-1958), com projeto de Vasco Vieira da Costa (1911-1982) de influência corbusiana, por se tratar de uma obra pública com características corbusianas. Destaca-se que a arquitetura de Le Corbusier simples e funcionalista se tornou a marca principal do movimento moderno. Outros dos edifícios que caracterizam o movimento moderno em Luanda são: o edifício Mobil (1951), no Largo da Mutamba, com o projeto de João Pessoa e João Garcia de Castilho; o Banco Comercial de Angola (1957), de Januário Godinho de Almeida; o edifício do Ministério do Urbanismo na Mutamba; a Torre Secil na rua Marginal; a escola Anangola na rua Paiva Couceiro e a Casa Inglesa no Morro de São Miguel de Vasco Vieira da Costa; o Edifício da Rádio Nacional de Angola e as Unidades de Vizinhança de Fernão Simões de Carvalho e José Pinto da Cunha. Essas são algumas das muitas obras que marcaram a cidade e se relacionaram com o movimento moderno. São edificações semelhantes àquelas que se produziram na Europa e na América. O recorte temporal dessa pesquisa recuou à época anterior para uma melhor compreensão do surgimento da arquitetura do movimento moderno e sua implementação na cidade de Luanda. Nesse período, se evidenciou o modo como se vivia e as características que as edificações apresentavam, tais como: o edifício das Obras Públicas, a sede do Sindicato dos Motoristas e alguns edifícios no bairro dos Coqueiros na avenida dos Restauradores de Angola, Salvador Correia e no bairro do Bungo na rua Direita de Luanda que já evidenciavam obras com elementos da vanguarda e adaptadas ao clima tropical.

Contrariamente a Portugal, em Luanda as obras do movimento moderno tiveram aceitação nas câmaras municipais, onde o que se projetava deveria obedecer a esses modelos e passou a existir um controle em relação às alturas dos edifícios, para que esses não impedissem a brisa marítima sobre a cidade, evitando assim um aquecimento excessivo. A Câmara Municipal de Luanda (CML) promoveu a arquitetura do movimento moderno em substituição às obras com raízes portuguesas (sobrados pombalinos e casas típicas portuguesas), no centro histórico da cidade de Luanda, o que veio criar alguns conflitos, passando a existir arquitetos que concordavam com o moderno e aqueles que discordavam e pretendiam uma cidade com um aspecto mais português. Para contrapor essa ação exercida pelas câmaras municipais, o Governo Português com a criação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), com dependência do Ministério das Colônias, passou a implementar projetos com os ideais ligados ao Estado Novo e a conceder licenças de construção aos cidadãos que se deslocavam à Lisboa para obter as mesmas e poderem realizar edificações em Luanda – essa atitude era contra todas as regras e ideais propostos pelo Presidente da CML e pelo Governo-Geral de Angola. Nesse âmbito, destacaram-se o edifício da Fazenda, com projeto de António Aguiar; o Banco Nacional de Angola, com projeto de Vasco Regaleira, a Delegacia de Saúde e todos os edifícios que eram financiados pelo Estado, tais como, escolas, barragens, cadeias e outros. Ocorreu ainda o aumento de impostos provocado pelo regime ditatorial de Salazar.

O primeiro foral de Luanda foi em 1605. Porém, a datação que se teve acesso foi a de 1909 no qual esse foral foi revogado. Luanda teve seu segundo foral em 1930 (BOLETIM OFICIAL DA COLÔNIA DE ANGOLA, 25 jan. 1930), com o objetivo de abrigar as edificações e a população que se encontravam fora do limite proposto em 1909. Em 1947 e 1956, foram atribuídos novos forais devido ao desenvolvimento de Luanda e aos problemas urbanísticos que a cidade apresentava.

Ao longo do tempo, a habitação em Luanda sofreu grandes transformações. Isso foi documentado através de escritos feitos por quem vivia ou visitava a cidade e foi possível tomar conhecimento que as primeiras habitações registradas foram as cubatas, logo após a chegada dos portugueses – Luanda era considerada como um local desabitado num período anterior aos colonizadores. Feitas de colmo, ramos de árvores e lama, as primeiras habitações deram lugar às casas típicas portuguesas, seguindo-se os sobrados e, por fim, os edifícios altos em concreto armado. As casas típicas, muito simples em pedra e cal, eram as primeiras manifestações dos portugueses em Luanda. Sua planta arquitetônica era muito simples, em forma retangular com telhados de duas e quatro águas. Já os sobrados eram manifestações em pedra e cal e com

tecnologia pré-fabricada. Numa fase posterior, esse tipo de construção ganhou a designação de arquitetura pombalina. Com dois ou três pisos, com quatro águas e com dupla função: a de praticar comércio em baixo e a de morar em cima. Isso porque, anteriormente, o comércio se fazia nos quintais ou nas praças.

Figura 1 - Forais atribuídos à cidade de Luanda. Esquema diretor, setembro/ 1973, edição 1990.

Fonte – Arquivo do INOT¹, 2012.

Os anos de 1950 trazem à Luanda maior desenvolvimento, especialmente a partir dos produtos agrícolas, produzidos nas cidades do interior, trazidos pela estrada de ferro ao Porto de Luanda para posteriormente serem exportados. Assinala-se ainda que o Porto e a Empresa Caminho-de-Ferro de Luanda necessitavam de mão-de-obra. Nesse contexto, a opinião geral era a que viver na cidade traria mais oportunidades e isso contribuiu para o aumento da população autóctone numa fase inicial e posteriormente atingiu a população portuguesa. Assim, a cidade cresceu, mas a população negra e alguns brancos até os anos de 1960 continuavam a viver em condições muito precárias e passaram a ocupar, cada vez mais, localidades mais distantes do centro histórico da cidade, assim como foi retirado aos angolanos os postos de trabalho das instituições do Estado para dar lugar à população branca que chegava da metrópole.

Existiu a preocupação em proporcionar condições de vida à população branca mais carente e a alguns negros que com ela coabitavam. Nesse movimento, incluiu-se a criação do

¹ Instituto Nacional do Ordenamento do Território do Governo da República de Angola.

fundo de fomento habitacional em 1961. A partir desse fundo, foram construídas moradias e edifícios altos com alta tecnologia no qual foi patente o concreto armado, a infraestrutura, as redes técnicas, o elevador, o sistema de água quente e fria na canalização das cozinhas e dos banheiros, o ar condicionado, a escada rolante², abrigando o maior número de população, visto que os portugueses não paravam de chegar à Luanda. Para maior conforto e organização foram ordenadas as ruas com passeios e arborização, criando moradias baixas para a população negra e edifícios altos para brancos, distanciadas entre si por vegetação para evitar que o mau cheiro do local sem infraestrutura chegasse à população branca. Alguns anos antes, o GUC apostou na criação de modelos habitacionais com o objetivo de educar a população africana para uma vida mais europeia e metropolitana. Simultaneamente, educou os europeus para uma vida que os fizesse recordar Portugal.

Foram erigidas habitações para funcionários do Estado. Depois dos anos de 1960, alguns poderiam adquirir-las e pagá-las em prestações – essa medida serviu a estratos sociais muito reduzidos porque muito poucos africanos conseguiam ascender. A produção de habitações contou com o apoio do Estado que distribuía as terras. Criaram-se também o critério de distribuição de loteamento e a exigência da planta das habitações. Para os altos funcionários do Estado, surgiram o bairro da cidade-alta, o edifício da avenida Serpa Pinto e da Marginal, os bairros da Polícia, dos Militares, do Caminho-de-Ferro, do Porto de Luanda e dos Correios. Para o restante da população, a habitação geria-se pelo regulamento urbano e com ele todas as ruas de Luanda beneficiaram de políticas públicas para novos modelos arquitetônicos, a partir do plano regulador em 1957.

Essa pesquisa concentra-se em identificar o crescimento na produção de habitações, serviços e lazer do período do movimento moderno em Luanda, enfatizando as habitações e os cinemas. Assim, pretende-se examinar a troca de conhecimento entre colonos e colonizados, ou seja, o percurso traçado desde a cubata ao edifício de concreto armado. Todas essas habitações geraram um relevante legado a partir do ponto de vista que considera a valorização do patrimônio histórico de uma cidade. Aqui pontuamos nossa principal indagação: por que apenas as casas típicas, os sobrados, os palácios portugueses, as igrejas e alguns edifícios do Estado Novo com características ecléticas foram classificados como patrimônio? Então, o que fazer com as edificações restantes?

² Na loja dos Frigoríficos Polo Norte, em 1975, na avenida dos Restauradores de Angola.

A pesquisa tem como finalidade compreender o processo de implementação do movimento moderno numa cidade africana e sob jugo colonial, logo após a II Guerra Mundial. As obras do movimento moderno e a grande necessidade de tombamentos para essa arquitetura são consideradas como altamente relevantes. Das obras edificadas muitas se encontram em mau estado de conservação e outras foram destruídas ou descaracterizadas por não existir uma lei que as defenda. Mencionam-se o Mercado do Kinaxixi que foi destruído em 2008 para dar lugar a um *shopping*; a alteração e a descaracterização do Edifício Mutamba, do Hotel Presidente, do BCA (Banco Comercial de Angola), hoje BPC (Banco de Poupança e Crédito), do Ministério do Interior e tantos outros que diariamente são alterados ou destruídos.

O fraco incentivo à pesquisa sobre as construções das cidades angolanas tem levado também a um total desconhecimento sobre o real valor das obras do movimento moderno – um movimento tão importante e que se notabilizou com obras mundiais. Muitas dessas obras são as primeiras edificadas em Angola e são também as de maior vulto, visto que na cidade de Luanda foi onde se produziu mais e onde se investiu mais na qualidade das mesmas.

Assim, tem-se como questões norteadoras: que influências arquitetônicas apresentam os projetos do movimento moderno em Luanda e por qual via chegaram à cidade? Uma vez que se pretende provar que a cidade de Luanda é detentora de construções do movimento moderno e que as mesmas foram edificadas no período entre 1950 e 1975, quais os aspectos que podem ser realçados de forma a comprovar-se a existência de um novo modo de vida e do crescimento acelerado da cidade de Luanda? Existiu uma diferença no modo de vida da cidade após 1950? Visto que depois dos anos de 1950, a cidade de Luanda passou a ter um modo de vida diferente daquele que se vivia anteriormente, a semelhança do que acontecia nas grandes cidades da Europa e da América, quais os motivos que impediam a aprovação do plano diretor urbanístico de 1961, assim como os planos realizados em períodos anteriores? Quais os aspectos que são relevantes no novo modo de traçado da cidade de Luanda? O que continham os planos urbanísticos anteriores ao de 1961? Como era ser arquiteto antes e durante o movimento moderno?

O plano diretor urbanístico para a cidade de Luanda de 1961 e o de 1956 não foram aprovados pelo Ministério das Colônias, mas verifica-se que algo deles foi implementado. Fato que veio provar que apesar do Ministério das Colônias de Portugal ou o GUC não aprovarem, a CML e o Governo-Geral de Angola promoviam a implementação do moderno de forma massiva. Esses organismos acreditavam que quem projetasse em Angola deveria sim lá viver. Para o plano de 1961 foi aprovado o plano de Fernão Lopes Simões de Carvalho, natural de

Luanda e formado em Lisboa na ESBAL (Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa) e com participação nos projetos desenvolvidos num importante gabinete ao serviço de Le Corbusier na França. Essa nova forma de atuação vem permitir a proliferação da profissão de arquiteto e a promoção imobiliária. Na verdade, ela iniciou em 1950 com a vinda de profissionais portugueses após as reivindicações do Congresso dos Arquitetos em 1948 em Portugal. Porém, o grande desenvolvimento foi verificado depois de 1965 – marco do término de uma guerra que se iniciou em 1961 e os planos de 1956/1958 e 1961/1966. Nesse contexto, pontuam-se as seguintes perguntas: quais são as razões que estavam na base da proliferação da arquitetura promovida pelo Estado Novo? Como é que essa arquitetura se impõe no espaço e quais as conotações que lhe são atribuídas? No período de 1950 a 1975, só se construíram obras do movimento moderno? No pós-independência, que importância foi dada ao modo de construir o moderno no Estado Novo?

Nos anos de 1940 do século XX, surgiram nas colônias e no caso particular de Luanda, obras, tais como, o Banco Nacional de Angola, o Ministério das Finanças já referidas e outras com características do eclético que se produzia na Itália – algo caduco que se fazia passar por novo. Como se pode caracterizar o novo modo de urbanização para a cidade de Luanda? Quais as doutrinas que se muniam os propulsores do movimento moderno em oposição ao patrimônio até então edificado na cidade de Luanda e que fim teve uma parte desse patrimônio? De que forma o movimento moderno foi sendo implementado na cidade de Luanda?

A pesquisa realizada no Arquivo do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) e que pertenceu a CML demonstrou que a Repartição de Arquitetura e Urbanismo (também designada como 8ª Repartição) impunha novas regras urbanísticas que iam ao encontro dos ideais do moderno e em alguns documentos mencionaram a fonte que promovia a mudança: a Carta de Atenas. O que de fato permite dizer que o urbanismo e a arquitetura praticados em Luanda não tiveram uma regulamentação (FONTE, 2012) porque muitas regulamentações não foram aprovadas e as poucas aprovadas não eram respeitadas pelo GUC. O regulamento do plano regulador foi proposto e aprovado, porém somente foi publicado um ano depois, mas nem sempre se fazia sentir. Nesse cenário, os profissionais buscavam novas soluções, tendo por base sua vivência na África, a experiência do que acontecia em outros países e as suas especializações no exterior.

Como objeto de análise, emergem as obras construídas num período anterior ao moderno e as obras que no período moderno foram edificadas como sendo obras do Estado

Novo. Essas obras foram edificadas para contraporem-se às obras do movimento moderno que se produziam em Luanda.

Com tudo isso se pretendeu: contribuir para o conhecimento das obras arquitetônicas produzidas em Luanda e, evidenciar o desenvolvimento que a cidade teve com um urbanismo e uma arquitetura importados de países mais desenvolvidos à época. Nesse âmbito, ocorreu ainda a formação dos seus profissionais que pelo modo massivo com que essa arquitetura foi produzida destacaram-se entre as colônias portuguesas, em Portugal e no Brasil. No estudo, a preocupação de retratar o desenvolvimento ao longo da história da cidade, especialmente aspectos econômicos e sociais para um melhor entendimento das suas obras arquitetônicas esteve presente. Ocorreu sempre uma tentativa de ligar a história do modelo do urbanismo e da arquitetura ao desenvolvimento registrado na cidade, envolvendo as consequências decorrentes da substituição da arquitetura colonial pela de vanguarda, numa forma de abranger um maior número de indivíduos que passaram a residir na cidade de Luanda que traziam da Europa ou do Brasil novos hábitos, usos e costumes.

Nessa empreitada, tornaram-se necessários o conhecimento e a caracterização das obras mais representativas do movimento moderno em Luanda, tendo em conta sua autoria e a correlação com outras obras em outras cidades. Entendeu-se que relações existiam entre os projetos do movimento moderno no mundo e os projetos do movimento moderno realizados em Luanda. Tornou-se necessário estudar aspectos das ocupações banto (população de origem da região) e portuguesa em Luanda, com o objetivo de encontrar as trocas culturais e os hibridismos passados entre os povos – essa prática foi fundamental para a permanência dos portugueses no processo da colonização, visto que o colonizador tem sempre influência sobre o colonizado e do mesmo modo o colonizado influencia o colonizador (GIANESELLA, 2012). Fez-se uma análise também para o conhecimento sobre a posse da terra e os promotores imobiliários que rapidamente substituíram os espaços agrícolas da cidade por espaços urbanizados; sobre a forma como a população (de origem portuguesa) em massa teve acesso às novas edificações e como a nível econômico a África, no caso, a cidade de Luanda esteve tão ligada à Europa ou à América.

Pretendeu-se analisar o relacionamento que existia entre os arquitetos que viviam e/ou projetaram para as cidades de Angola com arquitetos de outros países com quem se relacionavam e que outros relacionamentos foram estabelecidos em França no período em que estudaram os arquitetos Vasco Vieira da Costa, Fernão Lopes Simões de Carvalho, José

Augusto Pinto da Cunha, João António Augusto de Aguiar ou o engenheiro Duarte Pacheco (FONTE, 2012) para um melhor entendimento das participações no sistema.

Para a produção de arquitetura na cidade de Luanda, os portugueses buscaram a devida formação e participaram de congressos internacionais (FONTE, 2012), como foram os casos de Fernando Távora (MONTANER, 2007) e de Castro Rodrigues nos congressos do Conselho Internacional dos Arquitetos Modernos (CIAM) – o que permitiu uma atuação consciente no espaço que compreendem as cidades lusófonas e muito especialmente em Luanda, comparativamente com o que era produzido em outras partes do mundo. Procurou-se compreender que fenômeno distinguia a metrópole das colônias, que políticas António de Oliveira Salazar (Chefe do Governo de Portugal de 1932 a 1968) e Marcelo Caetano (Chefe do Governo de Portugal de 1968 a 1974) instituíram para o desenvolvimento das colônias e como isso se rebateu no urbanismo e na arquitetura da cidade de Luanda entre 1950 e 1975.

A investigação teve interesse em conhecer os que trabalharam no *atelier* de Le Corbusier e em que medida isso influenciou a sua atividade profissional e por sua vez o território. Pretendeu-se também conhecer o processo de licenciamento das obras na CML e os critérios de avaliação dos projetos para um real entendimento daquilo que se pretendia que fosse edificado na cidade, que políticas foram realizadas para a valorização dessas obras e que consequências tiveram as edificações depois das políticas do Estado Novo e do Governo Angolano depois da independência de Angola.

A cidade de Luanda, nos anos de 1940, assinalou um tipo de arquitetura sem qualquer relação com a arquitetura tradicional angolana, com a típica portuguesa ou com a eclética adotada pelo Estado Novo. É peremptório o surgimento de uma arquitetura importada de outros países da Europa e da América, ao contrário daquela que era produzida até então e que tinha o aspecto da portuguesa nas casas típicas e nos sobrados e o aspecto da italiana nas obras do Estado Novo. Deparou-se com um novo modo de enquadramento e com bases de desenvolvimento para a cidade que marcaram o período, sobretudo, na forma de separação dos espaços, segundo a suas funções, na realização de um urbanismo e de uma arquitetura voltada para a atribuição de melhores condições de vida à população e uma preocupação do Estado para com os mais necessitados. Sublinha-se que essa preocupação só atingiu uma parte muito pequena da população negra. Usufruíram mais os assimilados (indivíduos que adquiriram hábitos, usos e costumes de Portugal abandonando os seus), funcionários públicos e os que tinham posses para aquisição de casas. Todo esse processo foi decorrente das reivindicações e

do início da guerra de 1961, pelos ataques aos portugueses que exigiam liberdade e melhores condições para o povo angolano.

O maior desenvolvimento foi registrado no centro histórico da cidade de Luanda e assistiu-se à substituição de sobrados e das casas típicas portuguesas por arquitetura de arte do movimento moderno. O modo como essa arquitetura foi implementada tem muito a ver com os pressupostos da Carta de Atenas e, por isso, são aqui mencionados. Depois dessa nova produção, foi notória a destruição de muitos sobrados para dar lugar às novas edificações modernas. Já nos anos de 1940 se apelava pela preservação dessa arquitetura, mas os modernos insistiam que o velho deveria ser destruído e que no centro histórico de Luanda deveria prevalecer o novo³. Isto levantou inúmeros conflitos e disputas no período entre 1945 (no momento da visita do Ministro das Colônias e do Diretor do GUC a Angola) e 1957 (período da extinção desse gabinete) – ocasião na qual a cidade de Luanda passou a ter na gestão a CML e as Obras Públicas. Numa forma de colocar fim a desordem, entendeu-se finalmente que o GUC e, posteriormente, Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU) deveria ser extintos e passou a existir um Gabinete de Urbanização local que já tinha realizado o plano regulador 1956/1958. Esse gabinete formado com outros indivíduos desenvolveu o plano diretor para a cidade de Luanda de 1961/1966 e que com o mesmo espírito a cidade foi gerida até o ano de 1975, visto que do plano de 1973 apenas se conhece a proposta das vias. A entidade competente para os tombamentos apenas considerou as obras mais antigas para os mesmos, ficando as obras do movimento moderno sem classificação, visto as dificuldades que existem ainda na categorização do patrimônio em Angola e mesmo pelo modo como a África era vista pela própria UNESCO⁴.

A pesquisa incidiu sobre a cidade de Luanda por ser a capital de Angola – atributo altamente relevante para os angolanos. O tema foi escolhido por ser o período em que a cidade de Luanda mais se desenvolveu, fazendo referência ao que aconteceu anteriormente a 1950 e um pouco depois de 1975, como já foi dito. O estudo do modelo desse urbanismo e dessa arquitetura coloca a cidade de Luanda num patamar de destaque, em relação às colônias portuguesas e a Portugal, visto que nenhuma outra cidade portuguesa ou das colônias teve um desenvolvimento tão acelerado quanto Luanda, particularmente sob os padrões do movimento

³ Pela análise detalhada das novas propostas para a cidade de Luanda. Numa delas Fernão Lopes Simões de Carvalho propunha a destruição do Cine Teatro Nacional e em sua substituição propunha um parque de estacionamento com capacidade para 3000 viaturas.

⁴ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – em português - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

moderno aplicado às cidades da Europa e da América. Nos anos de 1940, se registaram obras em Luanda com um nível que Lisboa não possuía, mesmo sendo a capital do Império Português, são elas: o Liceu Salvador Correia, a escola Comercial de Luanda, a Escola Dona Filipa de Lencastre, a Maternidade, o Porto de Luanda ou mesmo o restante edificado da cidade. Em Lisboa só foram registradas grandes obras⁵ depois dos anos de 1960 e a cidade de Nova Lisboa era preparada para substituir Lisboa como a futura capital do Império Português. Nos usos e costumes da população de Luanda, um fato que ressalta, é o das senhoras usarem as minissaias a partir dos anos de 1960 e as banhistas passearem pelas praias de Luanda só com biquíni, o que não acontecia em Lisboa e isso se contrapunha aos hábitos e costumes dos africanos, mas os portugueses e os assimilados faziam uso disso, por ser um novo modo de ser e estar e que já se verificava em países mais desenvolvidos.

Até ao momento não se conhecem registros de uma tese de doutoramento que trate do modelo do urbanismo e da arquitetura do movimento moderno em Luanda. Das obras publicadas, poucas são as que foram escritas por alguém que conhecesse profundamente o território, o contexto africano e Angola, no caso particular. As obras de maior referência para essa tese de doutoramento são: a obra publicada, em 2012, da Profa. Dra. Maria Manuela Afonso da Fonte; a tese de doutoramento da Profa. Dra. Maria Isabel Nunes Martins, em 2002 e, a obra do Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão, em 2006. Esses são estudos relevantes porque evidenciam o urbanismo e a arquitetura, somando-se ao fato dos autores terem vivido em Angola e acompanhado em algum momento o desenvolvimento da cidade de Luanda no período entre 1950 e 1975.

Na obra da Profa. Dra. Maria Manuela Afonso da Fonte – **Urbanismo e arquitetura em Angola** (2012) – considerada a obra de maior referência pela descrição pormenorizada das intenções de Portugal com as cidades de Angola no século XX, do processo de ocupação do território, do povoamento e da planificação das cidades. Mereceram ênfase a habitação e os equipamentos que permitiram o desenvolvimento das cidades de Angola. A autora ainda acompanhou o desenrolar dos acontecimentos, dando destaque aos arquitetos – os maiores impulsionadores do moderno. A Profa. Dra. Maria Isabel Nunes Martins, na sua tese de doutoramento em arquitetura – **Luanda, A cidade e a arquitetura** (2002) –, descreveu a história da arquitetura da cidade de Luanda em todos os tempos. Por sua vez, a obra do Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão – **Continuidades e Descontinuidades de um**

⁵ Depois do período da monarquia. Duarte Pacheco promoveu algumas, mas nada que se comparasse com o desenvolvimento de Angola e de Moçambique.

Processo Colonial Através de Uma Leitura de Luanda: Uma interpretação do desenho urbano (2006) – dedicou-se à descrição do traçado da cidade desde a feitoria aos anos 70 do século XX, destacando os planos urbanísticos e mapas da cidade com planilhas, com dados de população e aspectos econômicos e sociais desta. Desse modo, o estudo auxiliou a compreensão do desenvolvimento do fenômeno urbano em Luanda.

Para o presente estudo foram considerados como fontes primárias os planos urbanísticos e mapas realizados para Luanda, nomeadamente de 1942⁶, 1947, 1949/1950, 1952⁷, 1956/1958, 1961 e a carta da cidade de 1975, 1977 e 1988 para uma análise detalhada do desenvolvimento urbanístico que se pretendia para a cidade e o que ficou edificado até 1975. Considera-se também muito importante o conjunto de pastas de arquivo, contendo documentação obtida dos atos de solicitação e resposta para a execução de obras na cidade. A investigação sobre essa documentação levou a novos estudos para a cidade de Luanda. Esses documentos integram o Arquivo do IPGUL. Eles trouxeram para essa pesquisa desenhos detalhados e relatórios daquilo que foi planejado e construído em Luanda. Ainda o arquivo de projetos no Arquivo Nacional Angolano que foi fonte de pesquisa, uma vez que o mesmo herdou o Arquivo das Obras Públicas e o arquivo de projetos do Governo da Província de Luanda e, sem dúvida, a biblioteca particular do Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão que também foi fonte para as investigações pelas pesquisas realizadas por ele na Torre do Tombo em Lisboa e os arquivos de Angola.

Foram relevantes ainda as fotos recolhidas de Luanda – um acervo que retrata a cidade de 1994 aos dias de hoje. Essas fotos exibem obras do movimento moderno. A coleção engloba imagens captadas pela autora dessa pesquisa, pelo Dr. José Carlos da Silva e pelo Tenente Coronel Neves Damião. Esses dois últimos fotografaram frequentemente a cidade e colocaram as fotos à disposição. Também foram recebidas fotos realizadas por amigos e familiares dispostos sempre a colaborar nessa empreitada. Considerou-se toda informação recolhida através de pessoas singulares por meio de entrevistas, ou ainda testemunhos postados na *internet* – nesse ponto, os intervenientes do Site Luandenses merecem destaque, isso porque todos viveram em Angola e tinham presente em suas memórias o espaço e as edificações.

Como metodologia de trabalho empregaram-se métodos empíricos com base na análise dos planos urbanísticos de Luanda realizados no período de estudo - 1950 a 1975 – e as obras edificadas no mesmo período, comparando com os períodos anterior e posterior e

⁶ Data da aprovação do primeiro plano urbanístico para Luanda.

⁷ Revisão do plano de 1950.

avaliando os parâmetros criados para o crescimento da cidade e a análise dos projetos numa confrontação com o que foi produzido de moderno em Luanda. Igualmente desenvolveu-se uma análise comparativa ao que se produziu na mesma época e não eram obras do movimento moderno, numa forma de melhor caracterizar a cidade no período de estudo. Comparou-se ainda o modo de projetar dos arquitetos, tendo em conta que influências foram adotadas no ato dessa projeção. O levantamento dos dados foi ao encontro de projetos e informação sobre as obras que existem em Luanda, ao longo de inúmeras visitas ao local, na coleta de fotos do momento comparadas às anteriores e, por fim, a pesquisa de jornais, tais como, os diários **A Província de Angola** e o **Comércio** no período de 1940 a 1975 e que permitiu atribuir à pesquisa uma maior solidez – tudo isso com a consulta de fontes bibliográficas e documentais de arquivos, localizados em Luanda, Lisboa, Porto e São Paulo.

Desse modo, a pesquisa estrutura-se da seguinte maneira: o primeiro capítulo descreve os antecedentes e contextos do movimento moderno no mundo, os pressupostos da Carta de Atenas e o novo modo de vida que se pretendia para as populações, bem como a atividade do CIAM, dando especial importância à influência do Brasil no desenvolvimento da arquitetura do movimento moderno nos trópicos e a uma classe de arquitetos que defendia esses ideais e, por isso também, abandona Portugal – o que veio a proporcionar desenvolvimento às colônias portuguesas com ênfase em Angola e Moçambique com o objetivo de se substituir o degredo pela população portuguesa em massa. No segundo capítulo, são destacadas as políticas desenvolvidas na cidade de Luanda para o seu desenvolvimento, em destaque o papel da CML (entidade que regulamentava e geria as colônias e também os conflitos e disputas), assim como o papel dos promotores privados na implantação das habitações com características do movimento moderno. O terceiro capítulo faz uma análise sobre as propostas desenvolvidas para a cidade comparadas aos pressupostos da Carta de Atenas, numa forma de melhor provar em que se baseavam os técnicos para fomentar desenvolvimento para a cidade. No quarto capítulo, se descreve o que prevaleceu realmente, os modelos do urbanismo e da arquitetura propostos pelos modernos, com suas características, tipologias e originalidades, destacando a habitação e o lazer, no caso específico a habitação e os cinemas e, sobretudo, aos construídos ao ar livre, criados para a cidade e as semelhanças/paralelismos com obras produzidas em outros pontos do mundo. Finalmente, no quinto capítulo, indica-se o que de edificado foi deixado pelos portugueses até a independência de Angola em 1975. Pontuamos a importância que foi atribuída às obras do movimento moderno em Luanda e a eleição da arquitetura como documento para as políticas de preservação e tombamento antes e depois do movimento moderno.

Pelo vasto número de documentos consultados e considerados importantes para a pesquisa, achou-se por bem elaborar uma lista em anexo. Esta foi organizada por datas e de modo a que todos tenham um fácil acesso para a compreensão da mesma. Como teria sido muito difícil mencionar todos os documentos importantes no texto, achou-se necessário que os documentos e desenhos mais relevantes constassem nas referências bibliográficas. Salienta-se que os mesmos são uma pequena parte dos muitos documentos consultados, representando uma parcela muito inferior àquilo que é o arquivo da CML nas instalações do IPGUL e não só. Os documentos mencionam os nomes das ruas que vigoraram entre 1950 e 1975. Para facilitar a pesquisadora, continuou a citar os mesmos nomes. Para aqueles que não conheceram Luanda nesse período, foi elaborada uma lista com os nomes das ruas, entre 1950 e 1975, e com os nomes atuais das ruas mais importantes. Essa tomada de posição deveu-se também ao fato dos nomes antigos dos bairros terem sido mudados e abrangerem áreas muito superiores, mencioná-los não corresponderia ao real assim como algumas ruas por serem muito longas terem 2 ou 3 designações e depois da independência passaram a ter apenas uma designação. Serão anexados a essa pesquisa alguns documentos e mapas para comprovar o que realmente os arquitetos e gestores portugueses pretendiam para a cidade, um mapa anterior ao movimento moderno e outro depois deste período a caracterizar o que foi deixado pelos portugueses.

Note-se que às vezes a pesquisa apresenta imagens que não têm a qualidade desejada, mas numa forma de melhor provar os fatos, se achou importante que as mesmas façam parte, visto que no decorrer da pesquisa se considerou a ausência de referências bibliográficas e recorreram-se aos meios que se tinha para contextualizar a pesquisa, no caso os jornais e as fotos de particulares que ainda hoje as guardam com saudades da vida que lhes foi proporcionada em Luanda.

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 1 - Antecedentes e contextos

(O movimento moderno no mundo e em Luanda).

1.1 O conceito do movimento moderno.

Com início no século XX, o movimento moderno teve como grande objetivo romper com o passado. Seus adeptos indicavam a arquitetura eclética como ultrapassada e procuravam uma nova forma de planejar as cidades, proporcionando novos modos de vida com diferentes materiais e um sistema inovador de construção. O movimento nasceu frente à qualidade de vida de uma classe burguesa europeia em contraposição às más condições de uma classe operária (FELDEMAN, 2005).

Nesse ponto, CORREIA (2012, p.117) nos dá um panorama sobre o movimento moderno:

A palavra moderna é usada como antônimo de antigo e por essa razão passou a ser designada como contemporâneo. Mas a arquitetura moderna difere da contemporânea. A arquitetura moderna foi muito influenciada pelo cubismo, nas formas cúbicas, na valorização de todas as fachadas a edificar e propõe-se valorizar a mesma como um todo. Os pioneiros do movimento moderno foram os arquitetos e os *designers* no momento, pela forma como se consideraram responsáveis na elaboração de objetos com qualidade, demonstrando a ideia de que a industrialização afinal se fazia sentir.

O moderno teve duas vertentes, a dos funcionalistas e a dos organicistas. O organicismo surgiu nos EUA, sob a influência de Frank Lloyd Wright, que acreditava que as construções deveriam nascer para atender as necessidades das pessoas – como se essas construções fossem algo vivo. Por isso, elas deveriam respeitar, sobretudo, a natureza. Os projetos eram estudados de tal forma que se enquadravam ao local onde eram implantados – como se já pertencessem à natureza. Já no funcionalismo, surgiram várias tendências, porém, a mais abrangente foi o *International Style*. Considera-se internacional porque os conceitos, praticados pelos modernos, permitiam sua adaptação às necessidades arquitetônicas de cada país, como exemplo, tem-se a arquitetura de Le Corbusier – motivo pelo qual é o mais conhecido e solicitado dos arquitetos dessa vertente. O termo *International Style* é atribuído ao livro homônimo, de Henry-Hussel Hitchcock e Philip Johnson, publicado em 1932. Nesse mesmo ano, houve uma importante exposição para a divulgação desse tipo de arquitetura, aconteceu no Museum of Modern Art (MoMA). Nessa vertente, apontam-se como arquitetos modernos da primeira geração: Le Corbusier, na França; os membros da Bauhaus (Walter Gropius, Ludwig Mies Van der Rohe e Marcel Breuer), na Alemanha e, Frank Lloyd Wright e Philip Johnson, nos EUA.

Segundo BENEVOLO (2006), o movimento moderno foi gerado por diversas

contribuições individuais e coletivas. Não é possível fixar apenas uma origem em um só lugar ou num único ambiente cultural. O autor considera a obra didática de Walter Gropius e os seus colaboradores, assim como as contribuições de Le Corbusier como sendo as primárias. Como secundárias, coloca as experiências ligadas aos movimentos culturais, antes e durante a I Guerra Mundial. São elas: a obra de Mendelsohn, na Alemanha; o itinerário de Mies van der Rohe do Novembergruppe à Werkbund; os trabalhos de Oud, na administração de Roterdã e, de Dudok em Hilversum que, como arquiteto, em 1928, projetou vários edifícios públicos na cidade de Hilversum e arredores.

Na Inglaterra, anteriormente ao moderno, Ebenezer Howard descreveu sobre como deveria ser a cidade-jardim ou o jardim na cidade. Ele criou uma cooperativa; adquiriu terrenos e capital e, contratou Raymond Unwin e Barry Parker para executar as suas ideias. Howard não era engenheiro tampouco arquiteto, aos 21 anos, foi viver nos EUA e lá teve contato com obras dos poetas americanos Walt Whitman e Ralph Waldo Emerson. Dessa experiência, iniciou a estratégia de conceber cidades para proporcionar melhores condições às populações inglesas: sua intenção era erigir cidades destinadas aos operários. Em 1899, criou, com Henry Harvey Vivian, a Garden Cities Association e o movimento de coparceira de habitação, iniciativas que deram origem a duas cidades-jardins inglesas: Letchworth e Welwyn. A ideia da cidade-jardim influenciou Frederick Law Olmsted e Clarence Perry, assim como essas primeiras cidades-jardins serviram de base para a construção e o planejamento de novas cidades na Inglaterra, depois da II Guerra Mundial.

Na Alemanha, dois arquitetos, Hermann Muthesius e Bruno Taut, realizaram grandes projetos de habitação na República de Weimar, sendo que a primeira cidade-jardim alemã foi Hellerau, em 1909. A partir da interpretação das ideias de Ebenezer Howard, surgiram cidades, nas quais se respeitava a natureza, tais como: as curvas de nível do solo. Aparecem ruas com calçadas verdes; casas com recuos; habitações individuais baixas; casas geminadas e os '*cul de sac*' (nós de ruas sem saída), com a intenção dos carros efetuarem o retorno sem se aproximarem das residências. Sobrevém o conceito de unidade de vizinhança, uma vida feita para quem caminha a pé e quer muito perto de onde vive o comércio e o lazer. Acredita-se que foi nas cidades-jardins que os arquitetos modernos se inspiraram.

Em 1919, Walter Gropius fundou a Staatliches⁸ Bauhaus, a partir da união da Escola de Artes Aplicadas de Weimar e da Escola de Van de Velde (BENEVOLO, 2006). À época, as belas-artes eram consideradas como a disciplina que dominava as artes, as artes aplicadas e a

⁸ Casa estatal de construção.

atividade artesanal. Assim, muitos consideravam a *arte nouveau* e o movimento *arts & crafts* como algo que não deu resultado e, por essa razão, Gropius unificou-as com os arquitetos do seu grupo e com os artistas do movimento de vanguarda. A Bauhaus era constituída por escolas de arquitetura, arte, *design*, artesanato, teatro, entre outras. Com o desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à indústria, foi necessário diferenciar o artista plástico do *designer* – essa situação ocorreu somente em meados do século XX. Nascido em Berlim em 1883, Walter Gropius fundou a Bauhaus, considerada a escola que distinguiu o *design*, a arquitetura e a arte moderna. Nos anos 30 do século XX, com a emergência do Nazismo na Alemanha, Gropius seguiu para os EUA. Para além de desenvolver grandes projetos, ele foi diretor do curso de arquitetura da Universidade de Harvard. Antes, em 1907, frequentou o estúdio de Peter Behrens (arquiteto pioneiro na passagem de conhecimentos sobre a construção do movimento moderno). Em 1910, Le Corbusier e Mies van der Rohe também frequentaram o mesmo estúdio.

De acordo com MONTANER (2007, p.7):

Aquilo que desde meados do século XIX estava sendo procurado com ansiedade, uma nova arquitetura para a nova sociedade industrial, pôde ser alcançado com plenitude. Uma radical mudança ocorreu em poucos anos, da esgotada e anacrônica linguagem *Beaux-arts* e acadêmica, incapaz de gerar tanto uma nova arquitetura como uma nova cidade – e de desenvolver os problemas tecnológicos, formais, higiênicos e sociais relacionados à arquitetura – passou-se a uma arquitetura com tendências à abstração.

Da Bauhaus e do seu método revolucionário, surgiu o moderno *design*. Essa escola teve como professores: pintores, arquitetos, *designers* e fotógrafos que já tinham certo prestígio, tais como: Wassily Kandinsky, Paul Klee, Johannes Itten, Josef Albers, Herbert Bayer e László Moholy-Nagy. A Bauhaus destacou-se no ensino da estética moderna e funcionalista e, mais tarde, no *International Style*, constituindo as iniciais experiências em arquitetura funcionalista, produzida na primeira metade do século XX, com manifestações em todo o mundo.

Charles Edouard Jeanneret, mais conhecido como Le Corbusier, nasceu na Suíça, na Vila Chaux de Fond em 1887. Formado na École des Beaux-Arts, considerada à época como a melhor universidade na formação de arquitetos, em Paris, Le Corbusier destacou-se pelo novo modo de pensar a arquitetura, pelas novas tipologias, pelos materiais nunca vistos anteriormente e pela sua qualidade como profissional. Seu sistema construtivo era baseado nos pilotis, nos tetos-terraço e no concreto armado. Criou ainda as unidades de habitação atribuídas à população, no fim da II Guerra Mundial. Como arquiteto, dotado de soluções simples e funcionais, projetou para vários países do mundo. Suas viagens foram fundamentais para o conhecimento sobre a arquitetura clássica. Em 1908, frequentou também o *atelier* de August Perret, pioneiro no uso do concreto armado. E dois anos depois, o ateliê de Peter Behrens,

reconhecido pelas edificações do movimento moderno.

Note-se que na Alemanha e nos EUA já se faziam edifícios altos, porém, Le Corbusier foi o responsável pelo emprego dos pilotis, permitindo: a continuidade da rua, o estacionamento e os grandes espaços verdes ao redor das habitações. Ele também inovou com os tetos-jardins, mais econômicos e que permitem o seu uso em espaços de lazer. Na arquitetura de Le Corbusier, a edificação sustentou-se por um esqueleto composto de lajes, vigas e pilares, tornando possível a planta livre, as grandes aberturas de vãos e a fachada livre, o avanço das fachadas para as ruas, além do uso do concreto armado (FRAMPTON, 2008). Os arquitetos brasileiros foram aqueles que, ao importarem a arquitetura corbusiana, melhor a souberam desenvolver e adaptá-la aos países tropicais. Foi com eles que os demais arquitetos dessas regiões se identificaram, iniciando-se assim, uma produção arquitetônica nos países africanos de expressão portuguesa. Porém, na África, o processo começou pela África do Sul, visto a importância dada à exposição *Brazil Builds*. Na sequência, os portugueses seguiram as constatações sul-africanas.

Em 1937, Lúcio Costa, no texto *Documentação Necessária no Brasil*, publicado na **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, do Ministério de Educação e Saúde, descreveu o caminho percorrido pela arquitetura do século XVII até 1930 – o texto era acompanhado por desenhos seus. Nessa altura chamava a atenção os beirais das casas antigas, esses não tinham a função de protegê-las do sol, mas sim da chuva. No percurso até o terraço-jardim, as calhas das cornijas e com as coberturas em terraço-jardim transformaram-se completamente.

Figura 2 - Exemplos sobre a evolução dos beirais.

Fonte: COSTA (1937, p. 35).

COSTA (1937, p. 35), nos explica os detalhes:

Diz-se, por exemplo, que os beirais das nossas velhas casas tinham por função proteger do sol, quando a verdade é, no entanto, bem outra. Um simples corte (fig.3) faz compreender como, na maioria dos casos, teria sido ineficiente tal proteção; e os bons mestres jamais pensaram nisto, mas na chuva, isto é, afastar das paredes a cortina de água derramada do telhado. Depois com o aparecimento das calhas (fig. 4), surgiram aos poucos, logicamente, as platibandas, continuando as cornijas – já sem função – presas ainda à parede pela força do hábito e meio sem jeito (fig. 5), até que, agora, com as coberturas em terraço-jardim, a transformação se completou (fig. 6). E a prova melhor de que só excepcionalmente se atribuía ao beiral outra finalidade, é que na Califórnia, no México, em Marrocos, etc., onde o sol também é muito, mas a chuva escassa, ele, quando existe, se reduz o mais das vezes à própria telha.

As paredes das residências também sofreram a sua evolução quanto ao material: a alvenaria fazia paredes de largas espessuras (fig. 7), isto era por precaução, pelas dúvidas (naquele período, ainda não existiam estudos sobre resistência e estabilidade) e com o objetivo de tornar o interior mais fresco. Porém, a estrutura de madeira da mesma época (fig. 8) não prevê as espessuras dos pés-direitos (ao contrário da espessura possível com as estruturas em concreto) (fig. 9).

Figura 3 - Tipos de divisórias.

Fonte: (Idem, 1937, p. 36).

COSTA (1937, p. 36) dá continuidade:

Prende-se, também, que os antigos faziam as paredes de espessura desmedida (fig.7), não apenas por precaução, por causa “das dúvidas” – empíricas como eram as noções de então sobre resistência e estabilidade – mas, ainda, com o intuito de tornar os interiores mais frescos. Ora, nas construções de arcabouço de madeira e da mesma época, as paredes têm, invariavelmente, a espessura dos pés direitos (fig. 8) e nada mais, exatamente como têm agora a espessura dos montantes de concreto (fig. 9).

Figura 4 - As fachadas do Brasil do séc. XVII ao início do séc. XX.

Fonte: Idem (1937, p. 36).

COSTA (1937, p. 36) indica que:

Outro ponto digno de atenção é o que se refere à relação dos vãos com a parede. Nas casas mais antigas, presumivelmente nas dos fins do século XVI e durante todo o século XVII, os cheios teriam predominado (fig.11), e logo se corresponde, por que: à medida, porém, que a vida se tornava mais fácil e mais policiada, o número de janelas ia aumentando; já no século XVIII cheios e vazios se equilibravam (fig.12), e no começo do século XIX predominam francamente os vãos (fig. 13); de 1850 em diante as hombreiras quase se tocam (fig. 14), até a fachada, depois de 1900, se apresenta praticamente toda aberta, tendo os vãos, muitas vezes, hombreira comum (fig. 15). O que se observa, portanto, é a tendência para abrir sempre e cada vez mais. E compreende-se que, com este nosso clima, tenha sido mesmo assim, pois, embora se fale tanto da luminosidade do nosso céu, na claridade excessiva dos nossos dias, etc., o fato é que as varandas, quando bem orientadas, são o melhor lugar que as nossas casas têm para se ficar; e que é a varanda afinal, senão uma sala aberta? Entretanto quando nós, arquitetos modernos, pretendemos deixar todo aberto o lado bem orientado das salas: aqui del rey!

Verifica-se, assim, portanto, que os mestres de obra estavam, ainda em 1910, no bom caminho. Fieis à boa tradição portuguesa de não mentir, eles vinham aplicando naturalmente, às suas construções meio feiosas todas as novas possibilidades da técnica moderna, como, além das fachadas quase completamente abertas, as colunas finíssimas de ferro, os pisos de varanda armados em duplo T e abobadilhas, as escadas também de ferro, soltas e bem lançadas – ora direitas, ora curvas em S, outras vezes em caracol e, ainda, várias outras características, além da procura, não intencional, de um equilíbrio plástico diferente (figs. 16 e 17).

Figura 5 - As fachadas do Brasil.

Fonte: (Idem, 1937).

Constata-se, então, que as fachadas anteriores no Brasil, mesmo antes do moderno, já imitavam as “modernas do puro Le Corbusier”. No fundo, o que ocorreu ao longo do tempo, foi uma evolução, conforme indicam as Figuras 4 e 5 (COSTA, 1937). Nesse sentido, o movimento moderno surgiu a partir de uma arquitetura feita com um sistema moderno de construção, com o concreto armado e a supressão de decoração nas fachadas.

1.1.1. A Carta de Atenas e o modo de vida do movimento moderno

A Carta de Atenas, produzida no IV Encontro dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), em 1933, é um documento iniciado a bordo do navio Patris II e concluído, em Atenas, dias depois de ter sido prestigiado pelo Governo da Grécia (CORBUSIER, 1993). A ata do IV Encontro do CIAM foi publicada nos **Anais Técnicos da Câmara Técnica de Atenas** e, em 1941, Le Corbusier acrescentou tópicos e ênfases particulares à carta de 1933.

De acordo com BENEVOLO (2006, p. 512):

O IV Congresso tem lugar em 1933, em um navio que vai de Marselha a Atenas. Enfrenta-se o problema da cidade, examinando-se 33 casos, e desta vez não se publica qualquer relato oficial; somente em 1941 imprime-se em Paris um documento anônimo (redigido por Le Corbusier), com prefácio de Jean Giraudoux, que toma o nome de Carta de Atenas.

Nesse encontro, foram estabelecidas 111 propostas que constituíam a Carta de Atenas, uma parte delas anunciava o estado das cidades e, outra, continha propostas para corrigir as falhas dessas cidades, agrupadas em cinco categorias principais: a moradia, o lazer, o trabalho, o transporte e os edifícios históricos (FRAMPTON, 2008). Também nesse encontro, foram analisadas 33 cidades e concluíram que nelas prevalecia a desordem provocada pelo desenvolvimento da indústria. As populações por necessidade de trabalho ocupavam indiscriminadamente o território, face à má remuneração do trabalho que os impossibilitava de terem uma vida melhor. Isto provocou, entre os muitos problemas, habitações precárias (nas dimensões e na orientação do solo). Desse modo, jamais as cidades estariam em condições de cumprir com a sua função, “a de abrigar os homens e abrigá-los bem”.

De acordo com CORBUSIER (1993, p. 64):

71 – A MAIORIA DAS CIDADES ESTUDADAS OFERECE HOJE A IMAGEM DO CAOS: ESSAS CIDADES NÃO CORRESPONDEM DE MODO ALGUM À SUA DESTINAÇÃO, QUE SERIA SATISFAZER AS NECESSIDADES PRIMORDIAIS, BIOLÓGICAS PSICOLÓGICAS, DE SUA POPULAÇÃO.

As cidades analisadas por ocasião do congresso de Atenas, por diligência dos grupos nacionais dos "Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna" foram trinta e três: Amsterdã, Atenas, Bruxelas, Baltimore, Bandoeng, Budapeste, Berlim, Barcelona, Charleroi, Colônia, Como, Dalat, Detroit, Dessau, Frankfurt, Genebra, Gênova, Haia, Los Angeles, Litoria, Londres, Madri, Oslo, Paris, Praga, Roma, Roterdã, Estocolmo, Utrecht, Verona, Varsóvia, Zagreb e Zurique. Elas ilustram a história da raça branca nos mais diversos climas e latitudes. Todas testemunham o mesmo fenômeno: a desordem instituída pelo maquinismo em uma situação que comportava até então uma relativa harmonia; e também a ausência de qualquer esforço sério de adaptação. Em todas essas cidades o homem é molestado. Tudo que o cerca sufoca-o e esmaga-o. Nada do que é necessário à sua saúde física e moral foi salvaguardado ou organizado. Uma crise de humanidade assola as grandes cidades e repercute em toda a extensão dos territórios. A cidade não corresponde mais à sua função, que é a de abrigar os homens e abrigá-los bem.

Na Carta de Atenas, Le Corbusier apresentou 95 pontos, considerados como aqueles que levariam as cidades para um caminho melhor. O documento dá forma ao pensamento racionalista no urbanismo. Ele apelava para a necessidade de se fazer planejamentos nas cidades e o zoneamento. Impunha, assim, a separação de usos nas diferentes zonas das cidades, evitando conflitos e usos que não fossem compatíveis em determinados locais da cidade. Atribuía a

propriedade da terra voltada aos interesses de todos. Privilegiava a construção vertical de edifícios com grandes áreas verdes, a padronização das construções e o desenvolvimento industrial dos seus componentes. Isto claro, com o intuito de produzir habitações mais baratas, favorecendo todos por igual modo. Esse era o instrumento no qual os arquitetos e os urbanistas do movimento moderno se baseavam para colocar propostas voltadas a um novo modo de vida. Na opinião de BANHAM (1963), essas premissas hoje seriam somente uma questão de preferência estética, porém, no passado, essas tiveram a força de um mandamento e o modo como os modernos pensaram as habitações “serviu para paralisar as pesquisas sobre outras formas de moradia”.

Sigamos BANHAM (1963, *apud* FRAMPTON, 2008 p. 328-329):

(...) Contudo, essa generalização persuasiva que confere à Carta de Atenas seu ar de aplicabilidade universal esconde uma concepção muito limitada tanto da arquitetura quanto do planejamento urbano e de modo equivocado, comprometeu os CIAM com: a) um zoneamento funcional rígido da planificação urbana, com cinturões verdes entre as áreas reservadas às diferentes funções, e b) um único tipo de moradia urbana, expresso, nos termos da Carta, como “blocos de apartamentos altos e com bom espaço entre si, sempre que existir a necessidade de alojar uma alta densidade de população”. Hoje trinta anos depois, não reconhecemos nisso nada além da expressão de uma preferência estética, mas na época teve a força de um mandamento mosaico e realmente paralisou as pesquisas sobre outras formas de moradia.

Criado em 1928, o CIAM – juntamente com o Comité Internacional para a Resolução do Problema da Arquitetura Contemporânea (CIRPAC), grupo de trabalho responsável por preparar os temas discutidos nos encontros – teve o objetivo de promover encontros organizados pelos seus membros principais para tratar da arquitetura moderna, no âmbito internacional, com discussões sobre os rumos da arquitetura que, incluíam: o paisagismo, o urbanismo, os exteriores, os interiores, os equipamentos, os utensílios, enfim tudo relacionado ao Homem, à sociedade e ao meio ambiente (FRAMPTON, 2008).

No primeiro encontro, em 1928, na Suíça, Walter Gropius, Le Corbusier e Singfried Giedion convocaram os arquitetos: Hélène de Mandrot Karl Moser, Hendrik Berlage, Victor Bourgeois, Pierre Chareau, Josef Frank, Gabriel Guevrekian, Max Ernst Haefeli, Hugo Häring, Arnold Höchel, Huib Hoste, Pierre Jeanneret (primo de Le Corbusier), André Lurçat, Ernst May, Fernando García Mercadal, Hannes Meyer, M. Werner Moser, Carlo Enrico Rava, Gerrit Rietveld, Alberto Sartoris, Hans Schmidt, Mart Stam, Rudolf Steiger, Syrkus Szymon, Robert Von der Mühl-Henri, e Juan de Zavala. Depois, Walter Gropius, Le Corbusier e Singfried Giedion passaram a ter consigo Jose-Luis Sert e Hans Schmidt. Outros, tais como, Alvar Aalto, Uno Ahren, Louis Herman De Koninck, Fred Forbát e Hamilton Harwell Harris também participaram de parte dos encontros.

Do CIAM I ao CIAM IV (1928 a 1933), Gropius, Siegfried Giedion, Le Corbusier, Sert e Hans Schmidt trataram as dimensões regulatória e urbanística. O CIAM I serviu para organizarem as suas intenções e, no CIAM II propuseram uma legislação baseada em novas relações entre o Estado e a sociedade, bem como a necessidade de se adequar as leis aos novos modos de vida, às inovadoras formas de construção, aos processos especulativos na habitação operária e à criação de legislação destinada às melhores condições de vida, na Europa (FELDEMAN, 2005). Esse evento foi realizado em 1929, em Frankfurt am Main, tendo como foco a discussão da moradia como subsídio mínimo para a vida. No CIAM III, as cidades foram vistas na sua totalidade, tendo como base as razões biológicas para a moradia mínima. Nesse âmbito, foi proposta a construção do tráfego rodoviário em altura, permitindo sua fluidez e, ainda, que um maior número de famílias pudesse se beneficiar de áreas verdes. Enquanto as habitações dos mais necessitados se apresentavam muito juntas e sem ruas definidas, uma minoria vivia em grandes habitações baixas com espaços verdes ao seu redor. Os modernos apelavam para uma vida decente para todos (FELDMAN, 2005).

Os encontros do CIAM foram designados também por fases. Assim, os encontros CIAM I, CIAM II e CIAM III (Bruxelas, 1930) trataram dos métodos construtivos racionais com casas baixas, médias e altas. Esses três encontros foram considerados como a fase doutrinária do grupo. Já os eventos relacionados ao CIAM IV (Atenas, 1933), ao CIAM V (Paris), ao CIAM VI (Bridgwater, 1947) e ao CIAM VII (Bergamo, 1947) pertenceram à fase romântica. Por último, o CIAM VIII (Hoddesdon, 1951), CIAM IX (Aix-en-Provence, 1953) e o CIAM X (Dubrovnik, 1956) integraram a fase crítica.

A partir desses eventos, o movimento moderno resolveu propor uma organização do espaço, segundo um processo sob a responsabilidade do Estado, do arquiteto e do construtor, abrangendo não apenas a organização física do espaço, mas também levava em conta a dimensão social do lugar. Na verdade, atribuiu-se especial importância à legislação para o zoneamento e loteamento da cidade. Nessa dinâmica, existia também uma relação entre o Estado e a sociedade, uma relação entre o Estado e os profissionais e uma relação entre os profissionais e a sociedade.

Desse modo, os modernistas iniciaram suas manifestações, criticando o modelo urbanístico dos higienistas, chamando-o de desatualizado e guiado pelo modo de vida da família tradicional, com casas unifamiliares, edificações de baixa altura e jardins privados, ao invés de valorizarem as habitações multifamiliares, verticalizadas, com espaços livres e serviços comunitários. Eles consideravam os higienistas incoerentes porque esses favoreciam a construção de blocos de habitação ligados aos interesses dos capitalistas que se aproveitavam

para colocar preços especulativos e vendiam habitações em más condições de higiene, sem insolação e sem a ventilação necessária para uma vida saudável. Na Europa, a insolação⁹ é fundamental para a estação de inverno. Consideravam também que o sistema de vendas das habitações do urbanismo higienista era rígido e inadequado às condições económicas da população naquela época. Faziam ainda uma crítica aos mesmos pelo fato dos usuários não participarem com as entidades profissionais na elaboração das habitações e na aplicação das regras que envolviam todo o processo de construção das habitações (FELDMAN, 2005).

Walter Gropius propôs “ao invés do limite de altura dos edifícios, a legislação limite a densidade populacional, controlando a relação entre o volume construído e a superfície edificável” (Idem, p.75). Determinou, ainda, regras de implantação e coeficientes urbanísticos sem limites de altura. Assim, “a legislação de zoneamento – abrangente ao conjunto da cidade é apontada como instrumento para garantir as condições urbanas adequadas” (Idem).

Le Corbusier propôs uma profunda mudança no reagrupamento do solo, considerado como o “único caminho que conduz ao urbanismo”. O Estado passou a ser dono do terreno e proporcionava uma cidade igual para todos. Para ele:

Essa é a condição necessária para garantir a melhoria do alcance coletivo, que se expressa espacialmente pelas construções em altura, reunidas sobre pequena superfície edificada, enormes espaços livres, supressão de pátios e corredores, construções sobre pilotis, e tetos-jardim (LE CORBUSIER *apud* FELDMAN, 2005, p. 76).

Já Jose-Luis Sert percebeu a necessidade da associação do arquiteto com outros profissionais para solução de problemas. Esse arquiteto enfoca a legislação como um dos obstáculos a serem enfrentados pelo urbanista e que “para vencê-lo, deveria associar-se a outros especialistas, como legisladores e economistas” (FELDMAN, 2005).

Nos CIAM IV e V foi definido o caminho até ao CIAM VIII, no qual surgiram os temas: para o CIAM IV a cidade funcional I, para o CIAM V a cidade funcional II e foram apresentados e discutidos os 33 planos de cidades. O arquiteto passou a conquistar o papel relevante no desenvolvimento das cidades. No CIAM VI, foi proposto o planeamento em todas as escalas: planeamento nacional e planeamento regional. A tradução da Carta de Atenas (da teoria para a prática) aconteceu no CIAM VII. Nesse evento, ainda consideraram um esquema funcional para os planos, no qual a habitação era representada pela cor verde, os edifícios de trabalho com a cor vermelha, os locais de lazer com a cor amarela e os de circulação com a cor azul.

⁹ Expostos a luz solar, numa forma de secar os locais húmidos e tornar as habitações mais saudáveis.

O CIAM Grid foi uma

[...] proposta metodológica para análise do desenvolvimento de cidades de diferentes escalas, funções e contextos, bem como a aplicação da Carta de Atenas. [...] após o IV CIAM os princípios estabelecidos na Carta de Atenas para a legislação prevalecem e são assumidos de forma generalizada (Idem, p. 77).

Nesse congresso, foi proposta a renovação do centro urbano das cidades. Ocorreram ainda a tentativa de recuperação das cidades no pós-guerra e a crítica ao que já estava edificado, propondo mais melhorias. Nos CIAM IX e CIAM X foram organizados pelo Team 10 e pelos antigos membros. Ficaram excluídos Le Corbusier e Gropius que se recusaram a participar, visto o elevado número de críticas que lhes eram dirigidas, esse foi o último CIAM. Nesse último encontro, estiveram o Team 10, Bakema, Candillis, Van Eyck, Alison e Peter Smithson, Woods, entre outros. Nele, os arquitetos modernos da primeira geração sentiram-se desrespeitados, porque as suas justificativas não convenceram todos. Uma nova geração se fazia presente e esses novos arquitetos concluíram que muito mais teria que ser realizado para que, de fato, as cidades pudessem abrigar de forma adequada suas populações.

Note-se que o movimento moderno teve uma repercussão internacional e uma duração mais intensa entre os anos de 1920 e 1960. A revolução industrial, as injustiças sociais, as propostas utópicas dos urbanistas e as cidades-jardins foram um impulso para a mudança nas sociedades e para a criação de uma nova arquitetura, dirigida às causas sociais, permitindo o acesso para uma vida melhor para todos, muito abraçada pelos países socialistas como o caso da URSS¹⁰. Somem-se, então, as contribuições dos movimentos *arts & crafts* e a *art nouveau*, com propostas de novos caminhos para inusitados modos de criar arte, com conceitos definidos e critérios técnicos, impulsionaram também a formação do movimento moderno. O moderno foi, sobretudo, um movimento com ideologia arquitetônica ligada ao mundo da razão dos iluministas e a seu projeto da modernidade. Os arquitetos modernos assumiram a gestão da cidade e eram os principais mentores da vida melhor para todos. Hoje, o arquiteto já não desempenha esse papel sozinho – geralmente, a ação é executada por uma equipe multidisciplinar. Esses arquitetos propuseram uma cidade com edifícios econômicos, funcionais, ventilados e com insolação, mediante as necessidades relacionadas à localização dos edifícios. Nesse sentido, ficaram frases célebres, tais como: “menos é mais”, de Mies Van der Rohe; “a forma segue a função”, de Louis Sullivan e “é fazendo cidades que se resolvem os problemas da cidade”, de Gold.

¹⁰ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

1.1.2 A influência do Brasil e a adaptação dos conceitos do movimento moderno nos trópicos.

A moderna arquitetura brasileira incentivou os arquitetos portugueses, especialmente após a exposição *Brazil Builds*, realizada em Nova York, entre 13 de janeiro e 28 de fevereiro de 1943. Nela, os arquitetos portugueses aperceberam-se, uns anos depois, da importância da arquitetura brasileira pela “evolução da crítica internacional da avaliação que se fez sobre a arquitetura moderna brasileira” (MILHEIRO, 2012). A exposição foi concebida por Philip Goodwin, a partir de fotos do arquiteto G. E. Kidder Smith. Alice Carson era a curadora da exposição e Bernard Rudovsky deu assistência para sua instalação. Composta por painéis fotográficos, textos explicativos e três maquetes: o edifício do Ministério de Educação Pública; o pavilhão brasileiro na feira internacional de Nova York (1939) e, a Casa Armstein (projeto de Bernard Rudovsky). Além das maquetes, era exibido um audiovisual com projeção de *slides*. A exposição foi acompanhada por um livro de autoria de Philip Goodwin. A mostra foi organizada ainda entre os anos de 1943 e 1945, na Filadélfia, Pittsburgh, Londres, Toronto, México e no Brasil nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Santos, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Jundiaí. Durante sua realização, muitas vezes ocorreram palestras como, no caso do *Boston Museum of Fine Arts*, onde Robert Smith abordou a arquitetura colonial do Brasil e Bernard Rudovsky e Paul Lester Wiener a arquitetura moderna do Brasil. Já nas exposições organizadas no Brasil, nas cidades de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, Oscar Niemayer proferiu as palestras.

Uns anos antes, em 1922 e em 1936, o Brasil se adiantou e realizou a Semana de Arte Moderna e a construção do edifício do Ministério da Educação Pública. Porém, a exposição *Brazil Builds* mostrou o caminho da arquitetura brasileira de 1652 a 1942. Toda a trajetória percorrida pelo Brasil estava sendo exibida, demonstrando uma profunda evolução no modo de pensamento arquitetônico (MILHEIRO, 2012).

MILHEIRO (2012, p.17) reforça esse acontecimento:

A historiografia portuguesa dedicada à arquitetura em Portugal durante o período moderno, entre 1930 e 1974, tem de forma persistente evocado a presença de uma influência brasileira a partir de 1948, data da organização do primeiro Congresso Nacional de Arquitetura no país. Sérgio Fernandez, José Manuel Fernandes, Pedro Vieira de Almeida, Ana Tostões, João Vieira Caldas ou Jorge Ferreira estão entre os autores que fazem esta leitura, apoiados, naturalmente, nas obras realizadas e nos depoimentos dos arquitetos que promoveram esse ciclo de irradiação. Uma série de testemunhos – escritos e materiais – provam que existia uma consciência, ao tempo, da importância da arquitetura do Brasil.

O marco do movimento moderno no Brasil é assinalado pela Semana de Arte Moderna, ocorrida entre 11 e 18 de fevereiro de 1922, em São Paulo e, organizada com o apoio do Governador do Estado Washington Luís. Em cada dia da Semana foi abordado um assunto ligado à pintura, escultura, poesia, literatura e música. De acordo com BRUAND (2016, p. 63), “recorreram, então, a um espanhol radicado em São Paulo, Antônio Garcia Moya” para a mostra de arquitetura. Apesar desse evento não ter tido uma influência direta sobre a arquitetura, (BRUAND, 2016) considerou que o ato em mostrar “casas inspiradas na tradição mourisca espanhola” do arquiteto Moya trouxe a possibilidade de se romper com os padrões já existentes. O objetivo do encontro baseava-se na necessidade que os brasileiros tinham em “romper com o passado e a independência cultural frente à Europa – especialmente Portugal e França, países que se tinham marcado de modo mais profundo em relação à literatura e às artes brasileiras” (Idem).

De acordo com BRUAND (2016, p. 20):

A reviravolta decisiva, que coincide com a aceleração da revolução industrial do país, ocorre na década de 30. Tem então início a era dos grandes edifícios de apartamentos e escritórios, que substituem no centro das cidades, o sobrado residencial e as construções de maior porte (estas bem mais recentes), geralmente destinadas a fins comerciais.

Em 1936, o Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema Filho, convidou o arquiteto Lúcio Costa para chefiar a equipe de construção do edifício sede do ministério. Por sua vez, Lúcio Costa integrou à equipe Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Afonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira e Ernâni Vasconcelos. O projeto de Archimedes Memória foi selecionado por concurso público, o ministro pagou o referido prêmio, porém, preferiu que Lúcio Costa cuidasse de um novo projeto para garantir que o edifício fosse a “catedral da moderna arquitetura mundial”. A obra foi iniciada em 1937 e foi concluída em 1945, depois da queda do Estado Novo, no Brasil.

O edifício Gustavo Capanema foi construído no Rio de Janeiro, na rua da Imprensa, número 16. A arquitetura brasileira passou a distinguir-se da europeia pela característica de cada edifício, da expressão de cada um dos seus traços, com um programa criativo e um novo rigor que passou a caracterizar o movimento moderno nos trópicos, assim como por seu entrosamento com a paisagem (MONTANER, 2007).

Segundo MONTANER (2007, p. 26):

[...] A arquitetura moderna brasileira se distinguiu da europeia por uma vontade mais decidida de caracterização de cada edifício, pela expressão dos traços distintivos de cada programa mediante imaginativo do repertório moderno e pela relação com a paisagem. Estas duas primeiras obras representativas de Costa e Niemeyer demonstram as formas de representação da linguagem lecorbusiana de volumes puros,

“promenades architecturales” pilotis, “brise-soleil”, etc., desde a exuberância de uma sensibilidade barroca e a preocupação pelo *genius loci*. A tendência para intensidade do prisma puro e autônomo, para a regularidade, ortogonalidade e frontalidade na arquitetura maquinista de Le Corbusier é corrigida no Ministério e no Pavilhão pela dispersão e o contraste de volumes, pelo caráter poroso, expansivo e transparente dos edifícios, pela posição lateral de entradas que induzem ao movimento. Definitivamente, os elementos da arquitetura moderna se articulam em uma composição aberta, oscilante, expansiva e oblíqua que lembra os traços que Heinrich Wölfflin outorgou no barroco.

Figura 6 - Edifício Gustavo Capanema, Rio de Janeiro.

Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b5/MESP4.jpg/240px-MESP4.jpg>. Acesso em 28 abr. 2017.

No decorrer da construção, Le Corbusier foi convidado a opinar sobre o projeto. Este já tinha estado no Brasil, em 1929, em regresso da viagem feita à Argentina. No país, proferiu palestras, remuneradas por Paulo Prado, que deixaram os arquitetos brasileiros convencidos de que era pelo caminho da arquitetura do movimento moderno que eles deveriam seguir. A sua última vinda ao Brasil foi em 1962, em visita à Brasília.

As ornamentações do edifício foram afrescos de Portinari, um painel de azulejos de Adriana Janacopoulos, Celso Antônio, Bruno Giorgi e Jacques Lipschitz. Roberto Burle Marx foi responsável pelo paisagismo. O ministro Gustavo Capanema Filho foi assessorado por

Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete, que esteve sempre relacionado a um grupo de intelectuais, tais como: Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade – uma equipe diversificada com indivíduos ligados aos novos ideais do movimento moderno.

Lúcio Costa, em 1932, montou um escritório de arquitetura e teve como sócio o Gregori Warchavchik. Diz-se que esse contato o influenciou sobre a arquitetura moderna, assim como aos seus colaboradores Oscar Niemayer e Eduardo Affonso Reidy.

MONTANER (2007, p.26) nos dá esse testemunho:

O arquiteto russo Gregori Warchavchik, emigrado ao Brasil em 1928, introduziu Lúcio Costa à arquitetura moderna; e este foi o professor de Niemeyer. Apesar dos paradigmas formais de Le Corbusier presentes em ambos, foram tomados com total liberdade e, inclusive, foram transformados e pervertidos totalmente. Isto já se evidencia nas primeiras obras modernas que projetam Costa e Niemeyer. A sede do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro (1938-1945); e o Pavilhão Brasileiro, na Feira Mundial de Nova York (1939). Lúcio Costa, com seu ensaio *Razões de uma Nova Arquitetura* (1934), tinha se convertido no teórico da arquitetura moderna no Brasil.

Gregory Warchavchik nasceu em Odessa na Ucrânia. O seu nome é apontado como um dos primeiros da geração pioneira de arquitetos modernos no Brasil, iniciando a implantação do moderno com a sua residência na Vila Mariana, em São Paulo, a primeira residência moderna no país. Chegou às terras brasileiras em 1923 e naturalizou-se em 1928, após matrimônio com a filha de um importante industrial. Iniciou seu curso em Odessa, mas, em 1918, foi para a cidade de Roma, onde terminou no *Regio Istituto Superiore di Belle Arti*, em 1920. Em 1925, publicou um texto, considerado por muitos como o primeiro manifesto da arquitetura moderna no Brasil. No texto, “Futurismo?”, manifesta sua opinião sobre o novo padrão de estética arquitetônica que se desenvolvia, com base nos seus ideais da vanguarda construtivista russa, já que os da Itália de Piacentini guardavam mais aproximações com fascismo, visto que seu mestre se tornou o arquiteto do regime fascista italiano.

Quando realizava seu segundo projeto – a construção da casa da rua de Itápolis, no bairro do Pacaembu, em São Paulo –, Warchavchik recebeu a visita de Le Corbusier, em 1929, que manifestou gosto pelo que via e sugeriu que Warchavchik representasse o Brasil e a América do Sul como delegado do CIAM. Quando, em 1931, Lúcio Costa foi convidado para ser diretor da Escola Nacional de Belas-Artes, teve o cuidado de convidar Warchavchik para dar aulas. Há notícias que as suas ideias, mesmo com o pouco tempo que lecionou, influenciaram Affonso Eduardo Reidy, os irmãos Roberto, Jorge Moreira e outros.

Oscar Niemeyer nasceu no Rio de Janeiro, em 1907. Formou-se arquiteto-engenheiro na Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, em 1934. É considerado o arquiteto com mais projetos realizados em âmbito mundial, acredita-se que sejam mais de 600. O seu trabalho baseou-se em desenvolver projetos em concreto armado. Muitos teóricos consideram que sua arquitetura é uma evolução daquilo que Le Corbusier praticava. Sua vida profissional começou no *atelier* de Lúcio Costa e de Carlos Leão. Com a chegada de Le Corbusier ao Rio de Janeiro, em 1936, coube a Oscar Niemeyer acompanhar todos os passos e beber o máximo da sabedoria do mestre. Em 1940, a convite do prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, mostrou o valor do seu primeiro grande projeto com o Conjunto da Pampulha, composto por uma igreja, a de São Francisco de Assis ou Igreja da Pampulha, um casino, a casa do baile e o clube. Em 1947, teve participação no projeto do edifício das Nações Unidas (ONU), em Nova York. Ao longo de sua trajetória, projetou bancos, residências, bibliotecas, igrejas, museus e a cidade de Brasília, em 1956, a convite de Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil e sob o urbanismo de Lúcio Costa. São projetos de Oscar Niemeyer: o Palácio da Alvorada, o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional, o Itamaraty, a Catedral, a Praça dos Três Poderes, o Supremo Tribunal e o Teatro Nacional, inaugurados em 1962. Com o poder alcançado pelos militares em 1964, Oscar Niemeyer viveu exilado na França e só regressou ao Brasil em 1979. Na França, continuou a trabalhar e fez parcerias com Le Corbusier onde conheceu Fernão Lopes Simões de Carvalho (2011).

Nuno Teotónio Pereira tomou conhecimento da arquitetura brasileira em 1945, porque um tio seu que tinha sido Governador-Geral de Moçambique, José Tristão de Bettencourt, comprou um livro numa das viagens à África do Sul e o enviou para Portugal (MILHEIRO, 2012). Nota-se que a África do Sul também atribuiu importância à arquitetura brasileira. Em 1943, quando foi criada a Faculdade de Arquitetura de Pretória, muitos entenderam que a exposição *Brasil Builds* não deixou de ser uma ideologia a seguir.

Vejamos:

Importa igualmente refletir e contextualizar geograficamente a assimilação do modernismo colonial português com o impacto que a produção brasileira teve na região, nomeadamente na África do Sul, que influenciaria a produção em Angola e especialmente, no vizinho Moçambique. Os ensinamentos do modernismo brasileiro foram divulgados e assimilados desde cedo na África do Sul, em especial em Johannesburg e Pretória. (MENDES, 2012, p.253).

Em 1948 e 1949, deu-se a primeira exposição de arquitetura brasileira em Lisboa, no Instituto Superior Técnico. A **Revista Arquitetura**, nos anos de 1950, publicou textos de Rino Levi e, desse modo, a partir daí, iniciaram-se as publicações brasileiras no mundo português.

Os autores que mais se destacaram foram: Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Marx. Outro dos primeiros projetos publicados foi o bloco de habitações na praia da Gávea, em 1952. Francisco Castro Rodrigues escreveu, em 1954, sobre a bibliografia de Burle Marx e os seus jardins (MILHEIRO, 2012).

**Figura 7 - Casa de Gregori Ilyich Warchavchik, São Paulo.
Projeto de Gregory Warchavchik.**

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=obras+de+niemeyer+em+minas+gerais&tbm=isch&tbo=dia>
Acesso em 25 mai. 2017.

Em 1953, no III Congresso da União Internacional de Arquitetos, realizado na Sociedade Nacional de Belas-Artes, aconteceu uma segunda mostra de arquitetura brasileira em Portugal. A **Revista Arquitetura** aproveitou a oportunidade e publicou um número dedicado à referida exposição e um artigo de Wladimir Alves de Souza, um professor da Universidade do Rio de Janeiro (Idem). De acordo com MILHEIRO (2012, p.28) deixa “[...] claro que a arquitetura brasileira pode servir de modelo no processo de modernização português, num quadro mais ambicioso do que a simples renovação linguística”. O “Inquérito a arquitetura portuguesa”, iniciado em 1955, terá sido por influência dessa exposição? Em 1961, por exemplo, o livro **Arquitetura Popular em Portugal** foi publicado. Nesse momento, os arquitetos portugueses passaram a ter maior interesse sobre o que se fazia de arquitetura pelo mundo e muitos desses textos eram divulgados pela **Revista Arquitetura**.

De acordo com MILHEIRO (2012, p.22):

Teotônio fala aqui da envolvente particular com que a arquitetura brasileira trabalha. Para si, e para outros arquitetos portugueses da sua geração, é a condição moderna que o Brasil atravessa que possibilita rever a importância das marcas históricas. E, mais do que as palavras de Philip Goodwin, são as imagens produzidas em *Brazil Builds* que abrem esse caminho.

Figura 8 - Igreja de São Francisco de Assis ou da Pampulha, Belo Horizonte. Projeto de Oscar Niemayer.

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=igreja+de+s%C3%A3o+francisco+de+assis+bh&tbm=isch&imgil=XPrLKuk78wKM6M%253A%253BOPemM>. Acesso em 25 mai. 2017.

Na década de 1950, com a divulgação da arquitetura brasileira em Portugal passou-se a verificar uma mudança nas obras arquitetônicas, como o caso do conjunto habitacional da Avenida Infante Santo, construído em Lisboa, em 1955 – um projeto de Alberto José Pessoa, Hernâni Gandra e de João Abel Manta (MILHEIRO, 2012). A referência do moderno que se fazia em Portugal era a Praça do Areeiro e com a mesma semelhança encontramos um edifício no Largo do Baleizão, na cidade de Luanda.

Aos poucos, os arquitetos portugueses se especializam na arquitetura brasileira com o objetivo de melhor intervir no espaço africano, visto que as condições climáticas brasileiras eram muito semelhantes às das colônias africanas e muito já tinha sido construído – o que demonstrava já uma experiência em construir nos espaços tropicais.

Francisco Castro Rodrigues organizou a exposição de arquitetura brasileira “feita com recorte de revistas”, em 05 de junho de 1961, também deu uma palestra sobre “A Arquitetura Moderna Brasileira”, no dia 13 de junho de 1961, que contou com a presença de Negrão de

Lima, o embaixador do Brasil em Lisboa. Essa exposição esteve também em Angola, em “Benguela, Luanda, Nova Lisboa (atual Huambo) e Moçamedes. Castro Rodrigues afirmou que chegou a Angola “cheio de Brasil e de Arquitetura” (MILHEIRO, 2012). Essa exposição aconteceu num momento de guerra em Angola, pois, em 4 de fevereiro de 1961, iniciou-se a Guerra de Libertação Nacional. Vivia-se um período de insegurança e, como disse Castro Rodrigues, “Salazar abriu as portas” (Idem). A abertura de portas pode ser entendida como o momento em que o regime passou a desenvolver políticas externas e procurar um melhor relacionamento com o Brasil?

**Figura 9 - Conjunto de Apartamentos da rua Infante Santo, Lisboa, 1954
Projeto de Alberto José Pessoa, Hernani Gandra e João Abel Manta.**

Fonte: <https://www.google.pt/search?q=conjunto+habitacional+da+Avenida+Infante+Santo>. Acesso 4 mai. 2017.

De acordo com MENESES (2011, p.23)

Porém, como Franco Nogueira escreveu [...] não era permitido ao Estado Novo português desistir de uma cooperação tão íntima quanto possível como o Brasil. Não porque este representasse como tinha feito no passado, um peso importante na vida econômica de Portugal, mas antes porque o Brasil se tornara, desde 1945, com o fim da segunda Guerra Mundial e a resultante reavaliação da empresa colonizadora na África, uma lição viva dos “benefícios” do colonialismo luso. Era o Brasil o exemplo mais importante da sociedade multirracial que Portugal afirmava estar empenhado em criar em Angola, em Moçambique e nas demais colônias.

Essa abertura de portas terá sido pelo fato de Salazar sentir-se satisfeito por achar que o Brasil tinha tomado um “bom rumo” com uma sociedade multirracial? Muitos dos autores que tratam da obra de Salazar mencionam o fato deste manifestar à vontade em poder conseguir o mesmo na África. Mas só se viram mudanças, de um lado, após os confrontos armados de

1961, nos quais a Frente Nacional de Libertação para Angola (FNLA), sob o comando de Holden Roberto, apoiada pelo presidente Mobutu do Zaire (hoje, República Democrática do Congo), atacou fazendas, provocando a morte de cerca de mil brancos e um número incerto de negros. Por outro lado, o ataque às cadeias, perpetrado pelo Movimento de Libertação de Angola (MPLA), em Luanda, libertou os presos acusados injustamente pelo regime de Salazar e, no qual se denominaram os Heróis do 4 de Fevereiro.

Mesmo frente a esse contexto, os portugueses perceberam a falta de incompreensão dos brasileiros sobre a política que esses faziam na África, tornando a relação entre os dois países, em alguns momentos difíceis, principalmente nos anos de 1960, quando o Brasil se manifestou a favor de Angola nas resoluções da ONU.

Em janeiro de 1962, por exemplo, o Brasil votou a favor da Resolução 1.742 das Nações Unidas, que mais uma vez condenou Portugal pela política adotada em Angola e prolongou a vida do subcomitê criado em abril do ano anterior para acompanhar a situação naquele território. Em 1963 o Brasil, com representação no Conselho de Segurança, votou a favor da Resolução S-5.380, que instava Portugal a reconhecer, com urgência, o direito à autodeterminação das populações nas suas colônias (MENEZES, 2011, p.32).

A intenção dos portugueses em realizar as suas formações na França e seus estágios no *atelier* de Le Corbusier terá sido também influenciada pela exposição de arquitetura *Brazil Builds?* Certamente, depois de analisados os acontecimentos, pode-se constatar que a arquitetura desenvolvida pelos portugueses nas colônias tomou como base as propostas realizadas por Le Corbusier e desenvolvidas pelos arquitetos brasileiros. Provavelmente, por se tratar de uma região semelhante ao Brasil, acreditaram que as colônias portuguesas na África seriam o melhor lugar para poderem expressar tudo quanto sentiam sobre o movimento moderno, mesmo porque já se tinham certificado dos resultados que essa arquitetura atribuiu com prestígio o Brasil.

**Figura 10 - Praça do Areeiro, Lisboa, 1954.
Projeto de João Guilherme Faria da Costa.**

Fonte: Wilson Correia Marques Pinto, 2017.

**Figura 11 - Praça do Areeiro, Lisboa, 1954.
Projeto de Luís Cristino da Silva.**

Fonte: Wilson Correia Marques Pinto, 2017.

De acordo com MENDES (2012, p.252):

As influências práticas da produção arquitetônica e urbanística brasileira no contexto colonial português revelar-se-iam essenciais, pois, do ponto de vista climático, o Brasil era muito semelhante ao que se podia encontrar na África portuguesa, existindo um conjunto enorme de soluções e técnicas já experimentadas e saberes sedimentado que poderiam ser transpostos com segurança para aquele contexto.

No Brasil, a escolha pelo desenvolvimento da arquitetura de Le Corbusier deveu-se ao fato de ser uma arquitetura simples, com materiais menos nobres, fácil de copiar e executar. Não seria tão viável a escolha da arquitetura, desenvolvida por Walter Gropius, porque essa exigia alta tecnologia e profissionais especializados para a sua execução (BRUAND, 2016). Contudo, as edificações modernas, construídas no Brasil, não se destinaram às classes baixas, mas sim para classes mais altas. Isto porque empregou materiais de qualidade, tais como, os granitos ou os painéis de Portinari, inclusive esses arquitetos foram considerados como os primeiros a utilizar esses revestimentos nas paredes e receberam o aval de Le Corbusier (Idem).

Segundo, MONTANER (2007, p. 26), “a arquitetura moderna brasileira se distinguirá da europeia por uma vontade mais decidida da caracterização de cada edifício, pela expressão dos traços distintivos de cada programa mediante o uso imaginário reportório moderno e pela relação com a paisagem”. Foi também uma arquitetura localizada em pontos distintos – muito bem representada. Diferente do que aconteceu na cidade de Luanda, onde se tornou uma arquitetura destinada às massas de raça branca, onde em todas as ruas da cidade existem construções do movimento moderno. Esse tipo de arquitetura era privilegiado pelos gestores do espaço, no caso a CML, pelos próprios arquitetos e pelos promotores imobiliários da década de 1950 a 1975.

1.1.3 Portugal e o movimento moderno nas colônias portuguesas (Angola e Moçambique).

Os arquitetos lisboetas criaram no ano de 1946 um grupo chamado Iniciativas Culturais, Arte e Técnica (ICAT). Nesse grupo, destacaram-se: Keil do Amaral, João Simões, Veloso Reis Camelo, Paulo de Carvalho Cunha, Adelino Nunes, Hernâni Gandra, Celestino de Castro, Formosinho Sanches, Raúl Chorão Ramalho, entre outros. Uma parte dos indivíduos integrantes do grupo pertenceu ao Movimento de Unidade Democrática (MUD), um movimento contrário à política, exercida por António de Oliveira Salazar, chefe do Governo, que geriu Portugal de 1933 a 1968. Esses arquitetos editaram a **Revista de Arte e Construção**, a partir do ano de 1947, e tiveram grande participação, no período entre 1946 e 1956, na

organização das Exposições Gerais de Artes Plásticas, com mostras de pintura, escultura, arquitetura, entre outras linguagens. Foi esse grupo que deu força ao Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal.

Na cidade do Porto, surgiu a Organização dos Arquitetos Modernos (ODAM), em 1947, que durou até 1952. Essa organização tinha como objetivo a divulgação e defesa dos pontos de vista da arquitetura moderna, tendo realizado em 1949 uma exposição na Câmara Municipal do Porto e, em 1951, uma exposição de arquitetura no Ateneu Comercial do Porto, com os arquitetos Viana de Lima, António Lobão Vital, António Matos Veloso, Américo Taveira Losa, Luís José Oliveira Martins e Mário Bonito. Faziam parte da ODA, Acácio Couto Jorge, Adalberto Dias, Agostinho Rica, Alfredo Ângelo de Magalhães, Alfredo Viana de Lima, António Lobão Vital, António Corte Real, António Neves, Américo Losa, Anselmo Gomes Teixeira, Artur Andrade, Cassiano Barbosa, Delfim Fernandes Amorim, Eduardo Matos, Eugénio Alves de Sousa, Fernando Campos, Fernando Eurico, Fernando Lanhas, Fernando Limpo de Faria, Fernando Távora, Fernando Tudela, João Segurado, João José Tinoco, João de Mello Breyner Andersen, Joaquim Marques Araújo, José Carlos Loureiro, José Borrego, José Luís Oliveira Martins, Luís Praça, Mário Bonito, Octávio Lixa Felgueiras, Ricardo Gil da Costa e Rui Pimentel. Adalberto Dias, António Matos Veloso, Paulo de Carvalho Cunha funcionaram na CML e João Guilherme Faria da Costa era o responsável pelo plano de 1956/1958 (apesar de residir em Lisboa) e Keil do Amaral realizou projetos para a cidade de Luanda e um dos seus grandes projetos foi o Aeroporto Craveiro Lopes em Luanda, hoje denominado por Aeroporto 4 de Fevereiro.

O I Congresso Nacional de Arquitetura, com o apoio do Governo de Salazar, realizou-se, em Lisboa, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, de 28 de maio a 4 de junho de 1948, sendo organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos. A equipe de organização foi composta por Corttinelli Telmo, como presidente; Paulo de Carvalho Cunha, como secretário geral; João Guilherme Faria da Costa, como tesoureiro; Pardal Monteiro, como 1º vogal e, Miguel Jacobetty Rosa, como 2º vogal. Esse grupo de arquitetos é considerado como a primeira geração dos arquitetos modernos portugueses. Igualmente, ocorreu o incentivo à participação de arquitetos recém-formados que exerceriam a arquitetura nas colônias. No evento, os debates tiveram como moderadores Corttinelli Telmo, Carlos Ramos e Pardal Monteiro. Destacaram-se, nesse encontro, as participações de Keil do Amaral, Miguel Jacobetty Rosa, Viana de Lima e Arménio Losa, considerados como a segunda geração de arquitetos modernos de Portugal. Presentes estavam ainda Francisco Castro Rodrigues, Candido Palma de Melo, Conceição Silva e Huertas Lobo.

O congresso contou com a participação dos membros do ICAT de Lisboa e da ODAM do Porto. Nesse encontro, seus participantes expressaram o seu desagrado pela arquitetura que o Governo Português promovia: o Português Suave. Eles apontavam o problema da habitação em Portugal e propunham como solução a arquitetura do movimento moderno; reconheciam também a ausência de uma arquitetura moderna em Portugal e entendiam que isso acabava por afetar também o progresso da arquitetura das colônias portuguesas (MILHEIROS, 2011). Também se fizeram sentir reclamações pelo fato do Governo de Salazar não promover a arquitetura do movimento moderno e da falta de inovação nos sistemas construtivos, como o caso do concreto armado que impossibilitava o surgimento de novos modelos arquitetônicos. O evento contou com uma boa participação de arquitetos e estudantes das Universidades de Lisboa e do Porto e acredita-se que impulsionou arquitetos de uma nova geração a comprometerem-se com a sociedade por tomarem consciência dos problemas existentes. Foi um momento importante, porque foi pela primeira vez, que os arquitetos portugueses se reuniam para tratar do movimento moderno de forma oficial e sem qualquer restrição.

No encontro, a Carta de Atenas ganhou grande relevância, exercendo influência sobre a produção da arquitetura portuguesa posterior e em contraposição à arquitetura do “Português Suave” com caráter tradicionalista promovida pelo Estado Novo. Em 1948, insistia-se na ida de profissionais portugueses às colônias. Considerava-se um erro o GUC, com sede em Lisboa, realizar planejamento e projetos arquitetônicos à distância. Nessas condições, os profissionais não conheceriam a realidade das localidades. Outro motivo estava na ausência de trabalho para os profissionais, sobretudo, aqueles que reivindicavam contra o sistema político em Portugal.

Uns anos antes, em 1940, na Exposição do Mundo Português, foram convocados os arquitetos com maior fama para participarem e, ao mesmo tempo, requalificarem parte da cidade de Lisboa. Nesse evento, tornou-se notória a fraca capacidade de pensamento dos profissionais portugueses, em termos urbanos, de organização das cidades e mesmo sua falta de consciência social. Essa constatação levou o governo de Salazar a buscar por profissionais estrangeiros, no ramo do urbanismo, como o caso de Groer, Agache, Piacentini e Muzio. Por isso, a criação do GUC, em 1944, para condução das obras públicas e a urbanização das colônias (MENDES, 2012).

Em 1933, Duarte Pacheco, como ministro de obras públicas de Portugal, foi quem solicitou os préstimos de Donat-Alfred Agache (conhecido por seu trabalho no Rio de Janeiro) para a adaptação dos métodos franceses à cidade. Além disso, o arquiteto elaborou um documento, no qual existe a criação de Planos Gerais e Urbanização (PGU), com base nas leis francesas. Isso deu ao Estado Novo uma imagem de poder, uma vez que se passou a realizar

planos diretores para municípios e localidades com mais de 2.500 habitantes – ação firmada pelo Decreto Lei 24.802, de 21 de dezembro de 1934. Anteriormente, já se faziam melhoramentos nas cidades, porém, essa atividade estava mais ligada às obras de infraestrutura. Com os Planos Gerais de Urbanização, Portugal e as colônias passaram a ter maior organização e controle do território.

A partir do GUC, iniciou-se um processo de urbanização de todas as localidades, direcionaram-se profissionais com diversas competências. Contudo, essa ação não foi suficiente para melhorar o sistema, porque os profissionais apesar de entenderem de urbanismo, não conheciam as localidades nas colônias, muitos dos planos foram revistos. É com base nisso que a CML se sentiu com direito de realizar o seu primeiro plano diretor em 1942. Mas, tal como em Portugal, os meios para a sua execução eram escassos e Duarte Pacheco recorreu, então, ao fundo de desemprego, com o Decreto Lei 21.699, no qual criou um imposto para permitir ao Estado a realização de obras de infraestrutura. Para que os planos fossem realizados, o Estado português, em Angola, optou pela escolha de Ettiënne de Groer e, num período posterior, por Robert Auzelle – ambos tinham prestígio por serem professores no *Institut d'Urbanisme*, na França. De Groer, de 1941 a 1943, participou do plano de Luanda e, em 1958, Robert Auzelle foi convidado a visitar Luanda e opinar sobre o urbanismo que se fazia.

A essas alturas, o Governo de Salazar incentivou que seus profissionais fizessem suas formações no exterior. Assim, para que os profissionais portugueses, fincados no GUC, respondessem aos problemas das colônias, eles se beneficiaram de cursos de arquitetura tropical em Londres (MENDES, 2012), orientando o modo de atuação sobre o espaço africano. Porém, isso não bastou para o conhecimento do território africano. Só depois de passarem a residir ou viajar para África é que esses profissionais, nos anos de 1950, perceberam os erros cometidos por não conhecerem a realidade de relevo e de clima dessas localidades.

Os arquitetos que se deslocaram para as colônias portuguesas na África passaram a ter trabalho e certa liberdade na produção da sua obra – como diversas vezes manifestou Francisco Castro Rodrigues, que já colaborava no GUC e, em 1948, participou com o António de Aguiar da realização do plano urbanístico do Lobito (MILHEIRO, 2012). Contrariando as ideias dos seus mestres (Raul Lino e Cristino da Silva), Francisco Castro Rodrigues passou a admirar Le Corbusier. Frequentou encontros do CIAM e traduziu para a língua portuguesa integralmente a Carta de Atenas, com sua esposa Maria de Lurdes Rodrigues, em 1948 e 1949, na **Revista Arquitetura**, publicada nos números 23/24, 26, 27, 28, 29, 30 e 31 (FONTE, 2012). Muito cedo, interessou-se pela política, com o objetivo de mudar o sistema e permitir maior liberdade aos profissionais e, posteriormente, ao desenvolvimento de Angola. Lutava, sobretudo, para

que os arquitetos pudessem expressar as suas ideias. Foi membro do MUD, do Partido Comunista Português e do Sindicato dos Arquitetos de Portugal (SICAP). Ele nos deu seu depoimento: “Fui membro do Sindicato dos Arquitetos de Portugal, cheio de conservadores como o Raul Lino, Cristino da Silva, assim uns tipos que nós não gostávamos nada, chamados arquitetos do Português Suave” Rodrigues (2014).

Conviveu com António Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, quando esse, em 1948, transferiu a sua matrícula de Coimbra para a Faculdade de Medicina de Lisboa e passou a frequentar a Casa dos Estudantes do Império¹¹. A partir de 1951, foi o representante da Juventude das Colônias Portuguesas junto do MUD. Igualmente, nesse período, na Casa dos Estudantes do Império, frequentava uma boa parte dos jovens que, mais tarde, se tornaram as grandes figuras da luta de libertação das ex-colônias portuguesas, tais como: Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos, Lúcio Lara, Francisco José Tenreiro e muitos mais. Foi lá também que Fernando Augusto Albuquerque Mourão se integrou ao grupo e fez amizade com Fernão Lopes Simões de Carvalho e passou a apoiar a causa justa do povo angolano em querer libertar-se do colonialismo. No momento que integrava o GUC, recebeu um convite para trabalhar na Câmara do Lobito e assim, escolheu Angola pela liberdade que teria para viver. Foi no sul de Angola, em Benguela, no Lobito e no Sumbe, que Castro Rodrigues desenvolveu a sua arquitetura. Foi o primeiro arquiteto a fixar residência no Lobito em 1954 e que em Benguela e no Lobito conheceu e conviveu com o Engenheiro Eurico Rodrigues Corvo.

Castro Rodrigues dizia ter sido muito feliz em Angola, por ter tido muito mais liberdade para projetar, o que não acontecia em Portugal. Dizia também que os projetos sofriam censura dos próprios arquitetos que os criavam e eram examinados por arquitetos mais experientes que ditavam o tipo de arquitetura que se pretendia para as cidades portuguesas. Uma prática que no seu entender era “deprimente” para o profissional e que acabava por viciar os projetos, impedindo, assim, o arquiteto de expressar no papel aquilo que a sua mente mandava que se fizesse.

Em entrevista concedida ao **Do-co-mo-mo Angola**, Castro Rodrigues (2014) declarou:

Senti em Angola liberdade de projetar muito grande que não havia cá, cá havia muitos censores, tínhamos que fazer uma autocensura e que ao fazermos um projeto, este ia ser examinado por um arquiteto maior, já mais velho que cortava essas modernices... Já fazíamos uma autocensura que era deprimente e já viciávamos um bocadinho os nossos trabalhos. Depois era o crivo das autoridades administrativas... Eu cheguei a

¹¹ Dependência do Estado destinada a acolher os estudantes que saíam dos seus países para estudar em Lisboa, situada na avenida Almirante Reis, próximo da alameda Afonso Henriques.

dar uma entrevista sobre o tempo de Norton de Matos e saiu no jornal como o arquiteto da oposição, com fotos...
Fui muito feliz lá, gostei de lá estar. Foi uma vida com muito trabalho e muita dedicação. Tive sempre prazer... ainda hoje tenho em ser arquiteto e colocar no papel os meus sonhos.

Como Castro Rodrigues, muitos outros arquitetos portugueses partiram, em especial, para Angola e Moçambique, sendo que nesses lugares lhes foi permitido expressarem as suas ideias modernas, sem tanta censura nem autocensura. De acordo com José Manuel Fernandes (2015): “As ex-colônias portuguesas em África com o maior número de obras do movimento moderno são Angola e Moçambique. Luanda, Benguela e Malanje são as que melhor se fazem representar em Angola, em Moçambique são as cidades de Lourenço Marques e Beira”.

1.2. Luanda, antes do movimento moderno, a cidade da “Angolanidade” (1920-1950).

1.2.1 Situação política, econômica, social e cultural de Luanda.

1.2.1.1 A crise econômica e o abandono de alguns portugueses.

Depois de 1910, foi implantada em Angola uma política capitalista por Norton de Matos que introduziu as novas ideias liberais no território: a continuidade da construção da estrada de ferro, iniciada no final do século XIX; a propagação de um programa de estradas, criando medidas para que o imposto indígena devesse ser pago obrigatoriamente; o fomento ao uso da moeda e, a redução do número de funcionários públicos que, na sua maioria, eram mestiços e negros. Desse modo, reduziu a pequena burguesia africana em Angola e intensificou as tropas no território. Tudo isso com o intuito de criar condições para tornar Angola capacitada para receber os portugueses, com habitação e infraestrutura, para que os recém-chegados pudessem ter emprego e “dignidade” (DILOLWA, 2002).

Em 1936, as exportações registaram mais do que o dobro das importações, assim como nos anos seguintes, as importações foram subindo e antes de 1940, verificou-se a “entrada definitiva de Angola nos circuitos internacionais”, mas isso não serviu para melhorar a vida dos nacionais, constatou-se um aumento descabido nos preços dos produtos comercializados em Angola (Idem) – o que veio dificultar a vida de quem permanecia no lugar. Tudo isso, com intuito do Governo-Geral de Angola conseguir mais lucros e beneficiar Portugal com a importação de produtos portugueses para Angola, mesmo não sendo, por vezes, os considerados de primeira necessidade.

Durante muito tempo, assistiu-se à desvalorização do escudo angolano que acompanhou a desvalorização do escudo português. Como solução o Ministro das Colônias, em 1926, Armindo Monteiro, através do Decreto 2.124, criou a Junta da Moeda de Angola e passou a existir um banco que emitia moeda separadamente da de Portugal. Assim, as primeiras notas emitidas em Angola foram feitas por falta da emissão de moedas para Angola em Portugal, pela falta de qualidade e, conseqüentemente, pela pouca durabilidade. Isso foi autorizado, em 1910, com o nome de Réis.

Salienta-se que a atividade bancária em Angola iniciou em agosto de 1865, funcionando em regime de sucursal do Banco Nacional Ultramarino, com sede em Lisboa e que era a entidade autorizada para emitir as notas. Nesse contexto, ocorreu descontrole na emissão das notas, como forma de solucionar o problema, foi criada a Junta da Moeda que, em reforma monetária, decidiu criar um banco que continuasse a emitir notas de forma independente, designado por Banco de Angola, criado em 1926, mas que tinha a sua sede em Lisboa, para um maior controle. Somente em 1957, existiu o Banco Comercial de Angola com sede em Angola em Luanda. Com a desvalorização da borracha no mercado internacional, em 1913, a crise angolana se agravou, entretanto, em Portugal também se viviam momentos difíceis e não existiam meios para produzir dinheiro.

Assim, o ano de 1926 foi considerado o pior momento da crise em Angola. A Junta da Moeda e o Banco de Angola que ficou com toda a estrutura do Banco Nacional Ultramarino foram vistos como solução naquele momento. O Angolar (moeda emitida depois dos Réis) possuía o mesmo valor do Escudo, mas com o aumento da inflexão em Angola chegou a desvalorizar e ficou a 0,8 do valor do escudo, ou seja, um escudo era igual a 0,8 Angolares. Essa desvalorização auxiliou na liquidação das dívidas, mas gerou muitos problemas econômicos para a população angolana. Inicialmente, o Angolar foi emitido de 1926 a 1929, pela Junta da Moeda e, de 1930 a 1958, pelo Banco de Angola. Depois foi emitida uma nova moeda o Escudo Português. Antes de 1926, nas emissões de moeda em 1901 e 1913 existiu o Escudo Angolano.

A Província de Angola era gerida pelo Governo-Geral de Angola que recebia orientações do Ministério das Colônias de Portugal e, por sua vez, as cidades eram geridas pelos presidentes das câmaras municipais. Com a crise econômica mundial, os produtos agrícolas produzidos em Angola registaram baixa de preços. Com isso os portugueses agricultores que residiam em Luanda, regressaram a Portugal, por sentirem que o lucro não era mais o desejado.

Uma situação análoga ocorreu após a abolição da escravatura em Angola, no fim do século XIX, quando após essa ter ocorrido, os comerciantes de escravos achavam que não

teriam mais lucros e porque já tinham grandes fortunas acharam por bem se aposentarem. Essa atitude, porém, fez com que seus descendentes assumissem parte dos bens, além de provocar a movimentação de agricultores que viviam no interior de Angola. Esses se instalaram em Luanda a procura de melhores condições de vida, mas sem, contudo, abandonarem a atividade agrícola, mantendo a família em Luanda e deslocando-se constantemente para estar com a família e acompanhar os negócios. Grande parte desses frutos da família é formada por jovens filhos de brancos com negras que, ao longo de alguns anos, foram ascendendo a postos de trabalho no Estado. Dados estatísticos indicam que os mestiços eram a maioria da população e que também eram os mais instruídos.

1.2.1.2 A abolição do Depósito Legal de Degredados (1883-1932)

Em 1932, foi abolido o envio de degredados para Angola, o último ponto de degredo de Portugal, criado em 1883, e denominado por Depósito Legal de Degredados, porém, somente em 1938, no ato da publicação da Portaria nº. 2.837, de 08 de setembro do mesmo ano, é que o Ministro das Colônias “extinguiu” o Depósito de Degredados de Angola, com sede na Fortaleza de São Miguel e criou o Museu de Angola.

Segundo CUNHA (2013, p.93)

O terceiro período que vai desde os meados do século XIX até o ano de 1932, corresponde à fase da intensificação e declínio do degredo. Intensificação por corresponder ao período do aumento significativo de envio de degredados para África e a sua consequente utilização para a formação de povoações essencialmente brancas, ou seja, para a colonização. Trata-se de um período marcado por transformações sociais e até mesmo políticas e pelo incremento de uma nova dinâmica comercial, tanto em Angola como nos outros territórios portugueses em África.

Esses foram enviados para a dependência no Kinaxixi, Eleutério Freire (2017), onde foram morar aqueles que não conseguiram outro local. Deu-se assim a dispersão dos mesmos. Nesse período (1883-1932), chegavam indivíduos à Luanda de diferentes origens (Portugal, Brasil, Índia, Cabo Verde, China, Itália, Espanha, São Tomé e Príncipe, Guiné) que cumpriam penas por crimes praticados. O objetivo inicial da vinda dos degredados era “engrossar as missões enviadas à África na época dos primeiros contatos entre portugueses e africanos e, posteriormente, para povoarem as possessões portuguesas em África” (CUNHA, 2013) e ainda o de povoar, espionar, intimidar ou mesmo para eliminar outros.

A partir de 1932, pretendeu-se substituir a população branca de degredados para não degredados, ou seja, Luanda e Angola receberam indivíduos que não iam cumprir penas, alguns

dos quais considerados criminosos, outros até injustiçados por pequenos crimes. Há notícia de que os degredados, após cumprirem as suas penas, tinham acesso a emprego e conseguiam sair do presídio, no caso a Fortaleza de São Miguel em Luanda. Eles ainda ascendiam a cargos de destaque na sociedade, assim como constituíam empresas bem-sucedidas Eleutério Freire (2017).

Os degredados, geralmente, vestiam calça e camisa de *jeans* com a identificação DDA (Depósito de Degredados de Angola). Eles realizavam vários serviços nas ruas e eram recrutados, como: contínuos das repartições públicas, operários nos estabelecimentos oficiais, empregados de limpeza do município, criados dos hospitais, braçais da alfândega e guarnição militar e policial. Tudo isso, depois de cumprirem a sua deportação com bom comportamento segundo publicação do jornal **A Província de Angola** num artigo escrito por Moreira (1940). Durante o dia, executavam os trabalhos e à noite recolhiam-se na Fortaleza de São Miguel, mas as mulheres nas mesmas condições apenas trabalhavam dentro da fortaleza – algumas delas eram mães segundo Eleutério Freire (2017). Para alguns deles permitia-se sair da fortaleza sob a custódia de outros, assim, constituíam uma atividade comercial, sendo que alguns deles conseguiram bons frutos. Depois do degredo, apresentando bom comportamento, eles eram livres para escolher o rumo de suas vidas. Muitos passaram a degredados somente por um simples roubo ou por difamação – o que leva a concluir que nem todos eram criminosos.

A criação do Depósito Geral de Degredados, na cidade de Luanda, fez crescer o envio desses para Angola. No início do século XIX, eram enviados cerca de 100 por ano, já no fim do mesmo século, ocorreu um aumento para 275 por ano. A situação política e econômica que se vivia em Portugal, depois de meados do século XIX, ocasionou o aumento de criminosos e com eles, o aumento das condenações. Muitos dos degredados eram os vadios e os mendigos que Portugal considerava como ameaça à estabilidade da sociedade. Os crimes cometidos eram os roubos, os homicídios, as ofensas corporais, os infanticídios, as burlas e os ferimentos corporais (CUNHA, 2013).

Os degredados chegavam debilitados, muitas vezes porque já teriam iniciado sua pena num outro local sem condições de alojamento e com má alimentação. Ao chegarem a Fortaleza de São Miguel, viviam em más condições, sendo alvo das epidemias (a malária, por exemplo, sempre foi uma doença que prevaleceu). Ao chegarem a Angola, alguns com famílias, as más condições agravavam tudo: as tarefas que desempenhavam eram também motivo para abalar a sua saúde, assim como o fato de executarem funções que não iam de acordo com as suas vocações. O fato de viajarem com as suas famílias eram um motivo para não mais voltarem a Portugal. Além desse, a falta de condições financeiras, isto porque o Estado Português custeava

a ida e não costeava o seu regresso. Existia ainda a discriminação desses pelos colonos e, como contrapeso, o crescimento da fixação dos militares, após a II Guerra Mundial. Com o degredo, a cidade de Luanda, durante muitos anos, recebeu criminosos que, pelo bom comportamento, tiveram suas penas reduzidas ou perdoadas. Em 1948, aconteceu o primeiro povoamento de brancos, que com suas famílias e com o intuito de se ocuparem da agricultura, se estabeleceu em localidades fora de Luanda.

Num período posterior os presos das colônias, no caso de preso político contra o colonialismo português na luta pela independência, a cadeia foi transferida para Cabo Verde no Tarrafal. Os Cabo-verdianos foram os que mais colaboraram na gestão das localidades por toda a África Portuguesa por serem os mais instruídos.

Figura 12 – Mulheres trabalhando na Fortaleza de São Miguel na cidade de Luanda, 1915.

Fonte: Eleutério Freire, 2017.

Figura 13 – Degredados trabalhando fora da cidade, em Luanda, 1915.

Fonte: Eleutério Freire, 2017.

Figura 14 – Portaria nº 2837 de 02 de dezembro de 1938.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2014.

1.2.1.3 As infraestruturas, o preparar a chegada dos portugueses.

De 1900 a 1930, a população mostrava um equilíbrio entre a população branca e a população mestiça. Na década de 1930, o equilíbrio rompeu-se a favor da população branca: em 1940, por exemplo, existiam 9.404 indivíduos brancos, em 1950, esse número aumentou para 21.018, num crescente nas décadas seguintes. Luanda tornou-se, assim, uma cidade branca, a partir dos anos de 1950, na qual o espaço urbanizado estava ocupado por um maior número de indivíduos brancos em relação aos mestiços. Um fato impressionante é que a tendência dos indivíduos negros civilizados, escolhiam também a cidade de Luanda para viver (MOURÃO, 1995). No início do século XX, a cidade não se apresentava com musseques¹² na sua periferia, mas sim com cubatas espalhadas por seus bairros (no Bungo, na ponta da Mãe Isabel, nas Ingombotas e nos Coqueiros). Nos anos de 1930 do século XX, os trabalhadores que auxiliavam no comércio e nos serviços domésticos já moravam acima da avenida Brito Godins, ou seja, a maior parte dos negros são empurrados para a periferia da cidade e deram origem aos musseques do Ramalho, Cayatte, Mota, Pepita e Josefa Marçal. Os moradores “pagavam foro aos proprietários” brancos e alguns negros como o Távira, Voto Santos e Josefa Marçal, cujas propriedades ficavam fora do foral da cidade.

De acordo com MOURÃO (1995, p.8):

Em 1940, os “brancos” já aparecem com 9.404 indivíduos, enquanto os “mestiços” ficam em 6.191. Os dados, ao que parece, foram manipulados face ao interesse das autoridades de comprovar uma presença “branca”, uma Luanda civilizada’. Certamente, um contingente razoável de “mestiços”, para além dos que já desejavam ser recenciados na qualidade de “brancos”, foram efetivamente transpostos na categoria de “mestiços” para a de “brancos”.

Nos anos seguintes, Angola recebeu mais população branca que vinha da metrópole. Foram registrados contingentes de mulheres em 1935 e em 1942, além da entrada de muitos brancos solteiros na condição de imigrantes. Porém, somente em 1948 se iniciou o primeiro povoamento em Angola com a chegada dos colonos brancos “dentro já de um projeto de colonização dirigida; foram instalados no colonato da Cela” (Idem).

MOURÃO (1995 p.8) expõe o contexto:

Do mesmo modo que, em 1935, um número razoável de mulheres chegou a Angola, provenientes da metrópole; começou a ser incentivada, a partir de 1942, a vinda de numerosos “brancos” solteiros através das “cartas de chamada” – instrumento particular passado por alguém devidamente estabelecido na colônia e que dava ao seu possuidor o direito de embarque como emigrante. A partir desta data, começaram a

¹² Favela, que para Angola pode ser considerada também como um bairro com infraestrutura deficitária, edificações sólidas, com arruamentos, mas sem ordenamento do território e sem planejamento.

surgir em Luanda numerosas pensões e “messes”, habitações coletivas que abrigavam imigrantes solteiros mediante o rateio das despesas.

Depois da II Guerra Mundial, uma boa parte dos militares que constituía a tropa portuguesa não regressou a Portugal, eram maioritariamente transmigrantes e foram aqueles que abriram comércio nos musseques de Luanda e que também alguns destes constituíram famílias com negras e mestiças. Os brancos que abriam comércio nos bairros pobres de Luanda foi dado o nome de fubeiros¹³. Outro fato curioso: a partir de 1948, ocorreu uma compra desenfreada de terrenos, nos musseques de Luanda, isto porque já se previa que a cidade iria ter um grande desenvolvimento, sendo necessárias mais habitações para albergar quem chegasse (Idem).

De acordo com MOURÃO (1995, p.20):

No espaço urbano de Luanda (e em alguns casos, no de Benguela), gerou-se uma cultura urbana própria, na perspectiva de um apropriação do espaço, segundo uma visão angolana, “euro-africana”. Esse processo foi interrompido pelo adensamento da população “branca”, em decorrência do aumento da imigração metropolitana, principalmente após os anos cinquenta e resultou numa ruptura. Luanda, a cidade mestiça, perdeu seu imperativo desde a década dos anos trinta. A Segunda Guerra Mundial foi um marco divisor, seguida que foi da crise econômica mundial dos anos trinta, quando se registrou a saída de numerosos colonos “brancos” face à quebra dos preços dos produtos coloniais.

Luanda, de certo modo, sempre foi um centro cosmopolita; primeiro dentro de uma escala de colônia, depois já numa perspectiva maior. Ao longo dos séculos, a dinâmica da vida cosmopolita de Luanda gerou um estilo de vida próprio que redundou numa apropriação paulatina do espaço nacional angolano como modelo cultural; tudo isto trouxe consequências políticas que resultaram na síntese daquilo que costumeiramente designamos de angolanidade.

Luanda até aos anos de 1940 do século XX, era uma cidade pouco desenvolvida e com edificações de baixa altura e de baixa densidade. Tinha como limites a Fortaleza de São Miguel, calçada de São Miguel, rua de Diogo Cão, da Misericórdia, de Guilherme Capelo, avenida Brito Godins, rua Luís de Camões, calçada de Gregório Ferreira, rua Direita de Luanda, Estação Central no Bungo, Estação na Marginal e as Oficinas da estrada de ferro. Os bairros do Bungo e da Boa Vista apresentavam-se com pequenos núcleos de cubatas e casas dispersas com população branca (SOARES, 2015). Os bairros da cidade baixa, que envolvem o centro histórico, e o da cidade alta eram asfaltados. O bairro do Maculusso não era urbanizado, assim como todos os outros bairros que circundavam a costa da cidade. O bairro da Ingombota, em 1940, era habitado por famílias europeias e africanas.

¹³ Indivíduos brancos que comercializavam os produtos que os angolanos consumiam, como por exemplo, a fuba (mandioca demolhada na água e depois de seca se faz um pirão apenas com água depois de fervida), o peixe seco, o cogumelo seco, o milho, entre outros.

Nos musseques não existia um ordenamento urbanístico, na periferia muitas cubatas, casas de adobe ou tijolo cerâmico com coberturas de zinco. Ao redor dos quintais existiam folhas de chapa de zinco ou aduelas de barris de vinho para delimitá-los e, no seu interior, existiam pequenas hortas e árvores de fruta, tais como, mamoeiros, goiabeiras e mangueiras (Idem). Viviam portugueses e poucos negros, no centro da cidade. Nos musseques viviam os negros, os fubeiros e suas famílias, depois se juntaram a trabalhadores pobres brancos que não tinham dinheiro para custear uma vida na cidade. Será que esse aumento de brancos nos bairros periféricos deveu-se ao fato de nos anos de 1930, o Governo Geral de Angola ter expulsado os degredados que residiam na Fortaleza de São Miguel, antes da mesma ser transformada em museu e passar a ser um monumento tombado em Angola? Será também que o aumento se deveu ao fato da maior parte dos militares que protegeram Angola durante a II Guerra Mundial (apesar de Portugal não ter participado nesta) não terem regressado às terras portuguesas?

Os mercados existentes eram a Quitanda Grande, Xamavo (no musseque Mota), a quitanda da fazenda na Mutamba fazia-se a venda de panos e foi um local com muitas árvores. O largo da Alfândega passou a chamar-se Bressane Leite e lá vendiam frutas entre 5h e 8h. No bairro dos Kipacas, existiam cerâmicas que fabricavam telhas e tijolos, com fornos para cozer a cerâmica e com chaminés muito altas. Na mesma época, existiu na cidade uma indústria que fabricava blocos de concreto e outros. Próximo da Fortaleza de São Miguel ficava a Fábrica de Sabão e, ali próximo, funcionou também uma Fábrica de Asfalto, que posteriormente foi transferida para outro lugar. A Fábrica de Papel, no início do largo Avelino Dias, era muito próxima da Fábrica de Sabão, sendo que sua matéria-prima eram as revistas e os papelões. O Baleizão vendia sorvetes em carrinhos empurrados por jovens vestidos de branco e com bivaque branco. Luanda tinha os jornais: **A Província de Angola**, o **Diário de Notícias**, o **Comércio** e outros. No bairro da Praia do Bispo, faziam-se *pic-nics* juntamente com a idas a praia, eram os divertimentos naquela época. Por vezes, ocorriam afogamentos no mar. Quando isso acontecia, a notícia se espalhava por toda a cidade, assim como as mortes que eram provocadas por eletrocutamentos provocados pelos ventos fortes que se davam por trás do Hospital Maria Pia (Idem).

Antes de 1950, a cidade de Luanda já tinha os cinemas Cine Teatro Nacional (1932) e o Cine Colonial (1940), esse último era frequentado maioritariamente pelos residentes de bairros dos musseques, tais como: Operário, São Paulo, musseque Sambizanga, Mota, Lixeira, Rangel e Zangado. O Estádio de Futebol dos Coqueiros foi inaugurado em 1942; a Maternidade Mariano Machado, situada no bairro da Ingombota, foi edificada em 1947; a Escola Industrial de Luanda, em 1945; a Companhia União de Cervejas de Angola (CUCA), em 1947; o novo

edifício do Liceu de Salvador Correia, em 1942 e, na rua António Barroso¹⁴ já existia a padaria Aliança (Idem). Para que a população fosse informada do horário, um tiro de canhão anunciava às 12 horas todos os dias, no cimo das barrocas nos quartéis da Companhia Indígena e, às 22 horas soava o toque do recolher obrigatório (Idem), mas não era ouvido por todos.

Em 1940, a água era comprada pela população do musseque. A sanga¹⁵ era usada nas casas para guardar a água que era fervida e coada, isto porque por suas propriedades conservava a água fresca. Somente a partir de 1960, é que em cada musseque passou a ter chafarizes, porém, a distribuição de água nunca beneficiava todos (Idem). O sistema de distribuição de água para a cidade de Luanda, denominado “Sistema Zero”, foi inaugurado em 1889 e funcionou até 1953. Tinha capacidade para distribuir 6.000 m³ de água por dia. O “Sistema I” foi criado em 1953, com capacidade para distribuir 60.000 m³ de água por dia. Só em 1971 foi criado o Sistema II, com capacidade para distribuir 70.000 m³ de água. Depois de 1971, a cidade passou a beneficiar 130.000 m³ de água por dia (Idem). Os barris de vinho depois de vazios serviam para transportar água; os barris cortados ao meio serviam de selha para reservar água, lavar roupa ou tomar banho; demarcavam quintais e seus arcos serviam para brinquedo de muitas crianças (Idem).

O carnaval era festejado nas ruas dos bairros de classe média com festas em diversos pontos da cidade, com muita música e alegria. Faziam-se os combates de rua na rua António Barroso com fuba em pequenos sacos. Existiam ainda as serpentinas coloridas, os confetes e as máscaras. À tarde do dia de carnaval desfilavam carros, carrinhas e camionetas recebidos pelos populares que dos passeios atiravam fuba nos saquinhos (Idem). O carnaval dos musseques, descia aos bairros de classe média e desfilavam com fardas coloridas com chapéus tipo a Napoleão Bonaparte, mulheres com panos coloridos. Havia também mulheres vestidas de preto usando adornos com missangas. As músicas eram entoadas para insultar outro grupo carnavalesco – quando esses se cruzavam, derivavam brigas na rua. Os grupos carnavalescos eram da Ilha de Luanda, Ingombota, Prenda, Sambizanga, bairro Operário, Cidrália e Invejados. O desfile finalizava em frente às casas e os carnavalescos recebiam dinheiro da população (Idem).

¹⁴ Atual Rua Presidente Marien N’Gouabi, entre o largo da Maianga e a Rua Comandante Jika.

¹⁵ Recipiente fabricado com argila e depois cozido nos fornos das cerâmicas em forma de jarra grande.

1.3 O traçado urbano e os novos planos urbanísticos.

Em 1605, a cidade de Luanda teve o seu primeiro foral, no Governo de Manoel Cerveira Pereira. Em 1929, tinha uma área de 350 hectares e no fim dos anos de 1970 passou a ter uma área de 4.700 hectares. Notou-se no século XX, depois de 1927, um aumento de negros para serviços menores, a intensificação da agricultura e da exploração mineira, por tais razões o desenvolvimento da cidade foi intensificado.

O primeiro plano urbanístico para a cidade foi encomendado em 1941 e aprovado em 1943. A encomenda foi dirigida aos arquitetos e urbanistas Ettiënne de Groer e David Moreira da Silva. Apesar de não ter sido totalmente implementado, foi o plano urbanístico que ditou grande parte das características que a cidade apresentava até essa data. O plano para a cidade foi uma encomenda da CML, com a anuência do Ministério das Colônias, à semelhança daquilo que foi feito para a cidade de Lisboa por indicação de Duarte Pacheco que, nessa altura, era o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Esse plano urbanístico apontava arranjos no centro histórico e indicava locais de desenvolvimento e crescimento para a cidade. Propunha: a projeção da Praça do Império, no extremo Norte da avenida Marginal; a criação da avenida Marginal; a eliminação do largo do Infante D. Henrique na avenida Álvaro Ferreira no percurso entre a Mutamba e o Palácio do Governador-Geral, a exclusão da linha da estrada de ferro da Ilha de Luanda e Samba e, o arranjo de lotes no centro histórico de modo a proporcionar alargamento de ruas e continuidade ao traçado já existente. Manteve: a linha da estrada de ferro do Bungo, passando pelo largo Alexandre Herculano até ao sentido da avenida Brito Godins e, da estrada de ferro já existente na Estação da Ingombota à Estrada de Catete e de lá, posteriormente, distribuída para os diversos pontos de Angola.

Criaram-se, nas áreas residenciais, de largos sem saída, os vulgarmente chamados de *cul-de-sac* (becos ou ruas sem saída), ao redor dos polos urbanos, vegetação em abundância; propunham a construção de quatro cais no Porto de Luanda e um estádio desportivo, localizado onde se edificou o Estádio da Cidadela Desportiva no bairro do Rangel que o Futebol Club de Luanda, filial do Futebol Club do Porto de Portugal, iniciou a construção do pavilhão desportivo e os edifícios para albergar o campeonato mundial de hóquei em patins que Portugal estava a organizar e seria para os meses de julho e agosto de 1974, segundo João Mendes da Silva (2018). Com a queda do Estado Novo, em 25 de abril de 1974, o estádio foi construído posteriormente, já com Angola independente. Indicou-se também a localização de edifícios públicos, espaços livres e faixas de proteção, zonas residenciais diferenciadas, zona industrial e portuária, zona industrial especial, zona mista, zona comercial central, zona arqueológica e

turística, zona administrativa e zona rural. Assim, determinava um zoneamento para a cidade à semelhança daquilo que o movimento moderno já previa para as cidades.

A proposta urbanística apresentava um esquema funcional com a criação de 5 cidades satélites ao redor do centro histórico, muito semelhante a filosofia empregue para as cidade-jardim com habitação de pouca densidade e altura, bem como muita vegetação ao seu redor. Cada cidade satélite previa 10 mil habitantes. Foi na localização destas cidades que nasceram as vias estruturantes que a cidade de Luanda tem. De acordo com PIRES (2012, p. 229), “detectamos na análise dos planos de urbanismo de DMS¹⁶, características ao nível da morfologia que se enquadram nos modelos cidade tradicional, na cidade-jardim e no movimento moderno”. David Moreira da Silva visitou Luanda juntamente com Etiénne de Groer a fim de colher informação sobre a cidade e melhor propor o plano urbanístico para a mesma (Idem).

Figura 15 - Documentos que comprovam a viagem de David Moreira da Silva a Luanda, 1941 e 1942.

Fonte: (PIRES, 2012).

Figura 16 - Contrato para a elaboração do plano urbanístico de Luanda, 1941.

Fonte: (PIRES, 2012).

¹⁶ David Moreira da Silva

Figura 17 - Contrato para a elaboração do plano urbanístico de Luanda, 1941.

Fonte: (PIRES, 2012).

Para o plano diretor foi elaborado um contrato de prestação de serviços. Esse documento foi assinado, em 24 de outubro de 1941, em Lisboa, nas instalações da Sede Geral das Colônias, no gabinete do Agente Geral das Colônias. Estiveram presentes: Amadeu Cunha, chefe da Quarta Divisão da Agência Geral das Colônias; José Osório de Castro e Oliveira, chefe da Terceira Divisão da Agência Geral das Colônias; Edmundo Aparício Dias, chefe da Primeira Divisão da Agência Geral das Colônias em substituição do Agente Geral das Colônias em representação da CML e, os arquitetos e urbanistas David Moreira da Silva e Ettiënne de Groer (Idem).

De acordo com PIRES (2012, p. 229):

Nos seus planos de urbanização e na linha da cidade-jardim, o arquiteto-urbanista tem em conta as pré-existências (urbanismo culturalista), aplica arruamentos sinuosos ou retilíneos de acordo com as condições específicas do terreno (topografia), os impasses habitacionais (podendo o impasse ser definido por moradias isoladas possibilitadores de certa intimidade), zonas residenciais de baixa densidade, privilegiando as moradias unifamiliares isoladas, implantadas em cada lote de terreno, prevendo ainda a possibilidade da construção geminada ou em banda e dispondo de logradouro/espço verde, propondo a expansão da cidade em zonas localizadas nas áreas rurais.

Figura 18 - Esquema funcional do plano urbanístico para a cidade de Luanda, 1942.

Fonte: (PIRES, 2012).

Figura 19 – Plano urbanístico da cidade de Luanda, 1942.

Fonte: A **Província de Luanda**, 01 mai. 1943.

Figura 20 - Plano urbanístico para a cidade de Luanda, com proposta de áreas verdes, 1942.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

Em 1945, o Plano de Ettiënne De Groer e de David Moreira da Silva foi alterado pelo GUC e a CML, recebeu a revisão e a alteração em 1947. Os pormenores da intervenção de Portugal, na gestão da cidade de Luanda, que contrariava a ação da CML estão detalhados no Capítulo 02 dessa pesquisa.

A alteração desse plano consistia na redução da proposta realizada por Ettiënne de Groer e David Moreira da Silva, no espaço a edificar e no espaço destinado para a área verde, tal como, o número de vias. Foi retirada a estrada de ferro da cidade-alta, ou seja, da Estação da Maianga. O trem passou a partir da Estação do Bungo para a Estação da Boavista, Estação do Cazenga, Estação de Viana e restantes pontos de Angola. Alegou-se que a estrada de ferro no centro da cidade proporcionava muita desordem e acidentes constantes. Essa ação impossibilitou o apoio da população aos pontos de trabalho, visto que a maioria da população morava na periferia e trabalhava no centro histórico, ou seja, morava no extremo da cidade e trabalhava na cidade baixa, exatamente no local onde estavam localizados o Porto de Luanda, os Correios Telégrafos e Telefones (CTT), a estrada de ferro, o comércio, as residências com colonos e alguns negros com poder. Foi proposto um novo estádio desportivo, o Estádio Municipal dos Coqueiros, mantendo a proposta do proposto por Ettiënne de Degroer e David Moreira da Silva. O número de cais foi reduzido para um, ao invés dos 4 propostos anteriormente.

Figura 21 – Plano urbanístico para a cidade de Luanda, 1947.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

Em 1950, foi elaborado um plano urbanístico pelo GUC, sob a coordenação de António Aguiar. O antepiano de urbanização está no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Nesse plano urbanístico, notou-se o aumento para três cais relativamente ao plano de 1947 que propunha apenas um e inferior também ao plano de 1942 que indicava a construção de 4 cais no Porto de Luanda. Proposta para um aeroporto, para as indústrias, para os armazéns, para o porto e para a estrada de ferro de Luanda e um novo cemitério, o da Estrada de Catete que tomou a designação de Cemitério de Santa Ana. A indicação das indústrias e dos armazéns já tinham sido propostas no plano de 1942 por Ettiénne de Groer e David Moreira da Silva. Contudo, no plano de 1950, a proposta das indústrias estava indicada para um local mais afastado do centro histórico, isto porque se registrou um crescimento acentuado da cidade, no período de 1942 a 1950.

Figura 22 - Plano Urbanístico para a cidade de Luanda, 1949/1950.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

1.4 As edificações de Luanda antes do movimento moderno.

As edificações mais antigas que existiam em Luanda no início do século XX eram produções do século XVII e nelas identificamos as fortalezas, as igrejas e o sobrado ao lado do edifício da Empresa Baleizão. Consideram-se as edificações antigas, as construídas nos séculos XVII ao XIX, tais como, o Palácio do Governo; o edifício de Obras Públicas; as instalações dos serviços públicos do Estado (como por exemplo, as dependências da CML e um conjunto de edifícios na cidade-alta e na cidade-baixa); o Hospital Maria Pia; o Cemitério do Alto das Cruzes; as estações da estrada de ferro do Bungo e Maianga e os sobrados. Somem-se a esse conjunto arquitetônico, as casas típicas portuguesas, que a seu redor estavam as cubatas. Essas, para além de não serem resistentes ao fogo, ao longo dos anos, eram demolidas para dar lugar às novas edificações. Os proprietários das cubatas eram obrigados a escolher um novo local, sendo sempre lhes reservado o extrema da cidade. Um dos locais onde se encontravam as casas mais simples e designadas por casas típicas portuguesas na cidade de Luanda era no bairro dos Coqueiros (nas ruas Avelino Dias, na Francisco das Necessidades, na Salvador Correia e na das Flores) e no bairro do Bungo (na rua Direita de Luanda). Os Coqueiros, o Bungo e as Ingombotas são considerados os bairros mais antigos da cidade. A Ilha de Luanda apesar de ser o bairro mais antigo, apenas viviam os padres e os descendentes do Reino do Congo e só

beneficiou de construções resistentes ao fogo num período posterior ao surgimento dos bairros referidos anteriormente. O edifício mais antigo é a Igreja de Nossa Senhora do Cabo.

As casas típicas portuguesas são consideradas as habitações mais simples, com um só telhado de quatro águas, um piso, porta e janela. São apenas três divisórias. As habitações portuguesas mais remotas, construídas em Luanda, apresentam-se com as paredes de pedra unidas com a amálgama de areia, cal (produzida com as conchas, depois de queimadas e moídas) e água. Em alguns exemplos são observadas também conchas inteiras entre as pedras e o pó de cal. Mesmo as habitações sendo construídas com os materiais trazidos de Portugal, são manifestações espontâneas e, por isso, são consideradas vernáculas, por não serem tão iguais às produzidas em Portugal. Acrescente-se a isso, a correspondência com o lugar (com o seu meio ambiente), as suas gentes, os seus hábitos, usos e costumes.

O contato direto entre os indígenas e os europeus proporcionou trocas de conhecimento. O indígena tinha como tradição construir sua habitação, primeiro com os materiais locais e depois, com os materiais importados, tais como, a telha de zinco e o bloco de cimento, nesse sentido, ele chegou à planta da casa à semelhança europeia. As casas construídas pelos europeus, numa primeira fase, foram com materiais locais e, mais tarde, com materiais do exterior com a finalidade de proporcionar maior conforto, na esperança de ter uma vida mais parecida com a que tinham em Portugal e foi evoluindo para melhor. Nesse contexto, ocorreu uma adaptação dos hábitos, usos e costumes dos africanos. A habitação do colono ganhou o quintal: anexo para os indígenas residirem e outros cômodos que permitiram a vida da família.

A planta da casa era simples: forma retangular e com os telhados de quatro águas (cobrindo apenas um cômodo e permitindo que do exterior se saiba quantos cômodos tem a casa). Esses telhados chamados de Tavira (cidade a sul de Portugal) têm a particularidade de serem protegidos por uma platibanda ao redor de toda a habitação como demonstram as figuras 23 e 24. Só é possível observar o telhado numa distância considerável, porque muito próximo à habitação não se consegue observar o mesmo pela sua altura. São também designados por telhados de tesoura pela forma como assentam nos barrotes cruzados que lembram as lâminas de uma tesoura, vista no interior da cobertura. Não se sabe ao certo quando esses telhados apareceram em Tavira/Algarve. Sabe-se que foram observados na parte aristocrática da cidade antiga e foram criados sob influência oriental, adaptados ao clima quente da região. Os telhados permitem a circulação de ar nas construções, trancam o frio e permitem que no verão as habitações fiquem mais frescas, por isso, a sua importância em Luanda. A altura do telhado era considerada alta e de acordo com as quedas pluviométricas, pois apesar de chover pouco, as precipitações em Luanda são intensas. Os sobrados – edifício de um ou dois pisos – não deixa

de ser uma evolução da casa típica portuguesa, onde as plantas repetem-se nos dois pisos, térreo e primeiro andar como nas figuras 27, 28 e 29.

Figura 23 – Casa típica portuguesa, rua Direita de Luanda, na cidade de Luanda.

Fonte: José Carlos da Silva, 2010.

Figura 24 - Casas típicas portuguesas, rua Avelino Dias, na cidade de Luanda.

Fonte: José Carlos da Silva, 2010

Figura 25 – Casas típicas portuguesas, rua Avelino Dias, na cidade de Luanda.

Fonte: José Carlos da Silva, 2010.

Figura 26 - Casas típicas portuguesas, rua das Flores, na cidade de Luanda.

Fonte: José Carlos da Silva, 2010.

Figura 27 – Casa típica portuguesa, rua Francisco das Necessidades, na cidade de Luanda.

Fonte: José Carlos da Silva, 2010.

Essa habitação, num outro momento, tem só um telhado com quatro águas, mostrando uma estrutura diferente da anterior, como nas figuras 26 e 27. Sua cobertura avança um pouco mais que as paredes. A casa mantém suas características, na fachada principal, e sofre um aumento na largura. Basicamente, apresenta-se na fachada principal janela, porta e janela. Algumas vezes, apresentam duas janelas, porta e duas janelas. Em determinado período, ganhou um recuo e um muro no limite do lote, denominado por varanda. Alguns anos depois, as varandas ganharam telhados com quatro águas. A figura 28 mostra esse aumento na largura e o recuo da casa em relação à rua.

Os sobrados mais antigos existentes hoje em Luanda são do século XVII, como já foi referido. Temos como exemplo o edifício ao lado da Empresa Baleizão (figura 30). Este tem 2 pisos – diferente da casa anterior. No piso térreo, mantém a aparência da casa típica, com janela, porta e janela. No piso de cima, na fachada principal, apresenta portas ou janelas ou portas com varandas. Esses sobrados com as suas varandas são denominados pombalinos, por obedecerem ao modo de fabricação igual a produção que se fez em Portugal, depois do terramoto de Lisboa em 1755 e mandados construir pelo Marques de Pombal, o primeiro ministro do Rei D. José I. Aqui o conceito de varanda é transportado também para o primeiro andar. É a primeira vez que se vê a varanda elevada na construção de Luanda, pela necessidade de contemplar o espaço e o de proteger quem está à porta. Nas restantes fachadas predominam as janelas. Aponta-se uma

particularidade: os vãos de cima acompanham na largura os já existentes no piso térreo – esse era usado para o comércio, ao passo, que o primeiro andar servia para residência, conforme as figuras 29, 30 e 31. Eram assim as ruas da baixa da cidade de Luanda até o início do século XX (SANTOS, 1965).

Figura 28 - Casa típica portuguesa, rua Avelino Dias, na cidade de Luanda.

Fonte: José Carlos da Silva, 2010.

Figura 29 - Casa típica portuguesa, rua Avelino Dias, na cidade de Luanda.

Fonte: José Carlos da Silva, 2010.

A casa com dois pisos passou a ser edificada, no estilo pombalino construídas com pedra, conchas e cal – esses materiais surgem, agora, dentro de um paralelepípedo de madeira, sobrepostos uns nos outros. Trata-se de um sistema de pré-fabricação – esse sistema é o mesmo adotado para a reconstrução da baixa Lisboa, em 1755, após o terremoto. Foi denominada como gaiola pombalina ou “sistema tridimensional contra ventado de madeira”. No edifício ao lado do Baleizão, devido à sua degradação, observamos como se construíam as suas paredes. Observa-se uma estrutura em madeira, ou seja, quatro pedaços retangulares de madeira unidos e no seu interior, vê-se pedra e cal socadas. Por sua vez, essa estrutura era coberta com painéis de madeira perfurada estucada e pintada, com teto falso em madeira e escadas também em madeira.

A decoração e as diferentes remodelações sofridas nessa arquitetura tornam-se singulares. As varandas mais antigas são em bronze fundido e os elementos decorativos mais frequentes são a “pinha símbolo de fertilidade, classicismo” (KOCH, 2004, p. 185).

Assim, em 1910, existiam: o Palácio do Governo, o bispado, o hospital, o observatório meteorológico onde funcionou a primeira paróquia de Luanda, a capitania, as obras públicas, as estações da estrada de ferro (Bungo e Maianga) e a residência do diretor que, mais tarde, foi aproveitada para a sede do Governo da Província de Luanda (SANTOS, 1965).

A cidade de Luanda era conhecida, no início do século XX, pelo capim nas ruas e pela chuva que arrastava as areias que se depositavam à beira dos passeios “dando um aspecto de desmazelo”. A iluminação era a petróleo, os homens (portugueses) vestiam-se de roupas brancas (calça e camisa) e usavam chapéus de palha. Havia poucas senhoras e quase nenhuma diversão, exceto a praia, o *pic-nic*, o ciclismo e as corridas praticadas pelos jovens. Não havia carros, as pessoas usavam a tipoia rebocada por cavalos ou mulas que chegavam de Cabo Verde ou da Cidade do Cabo na África do Sul. Nesse período, já existia o Club Naval na Ilha de Luanda. O primeiro local, onde se assistiam aos filmes, foi montado no Hotel Areias na cidade-baixa e, uns anos depois passou a funcionar no Cine-Parque com cadeiras vindas da Ilha da Madeira¹⁷, segundo publicação de João Mimoso Moreira no jornal **A Província de Angola**, em 22 de setembro de 1940.

¹⁷ Ilha no Atlântico sob ocupação e gestão portuguesa.

Figura 30 - Sobrado (à direita) ao lado do edifício do Baleizão, largo do Infante D. Henrique, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Figura 31 – Dependência do Banco de Angola, avenida dos Restauradores de Angola, na cidade de Luanda.

Fonte: Neves Damião, 2015.

Figura 32 - Casas típicas na cidade de Luanda, largo de D. Fernando.

Fonte: Neves Damião, 2015.

Em 1940, surgiam novos bairros, como: as 18 moradias construídas pelo Montepio dos Ferroviários, no ano de 1941, no cimo da avenida Neves Ferreira, junto da estação da estrada de ferro da cidade-alta, no bairro da Maianga; as habitações da *Diamangue* na rua das Flores, no bairro dos Coqueiros – essas eram habitações construídas em alvenaria com telhados de telha, portas e janelas de madeira como nos mostram as figuras 26, 27, 28 e 29.

Ao longo do tempo, ocorreram trabalhos urbanos, propiciando a existência de um cais de acostagem, um campo de aviação com *hangares*, Paços do Conselho, a Repartição de Agrimensura, de Pecuária e da Agricultura, os Correios, o Liceu Salvador Correia, o Quartel General e o Palácio do Comércio. Ocorrem ainda: o alargamento da cidade, o acentuado aumento de população, a pulverização de agremiações, o progresso da imprensa, o desenvolvimento da aviação, a construção de novas habitações e, o aperfeiçoamento do serviço da polícia (Idem).

Quanto à cubata de Luanda, ocorreram transformações no século XX: o teto de quatro ou duas águas evoluiu, segundo critérios portugueses, empregando materiais locais e mais precários, tais como: o colmo na cobertura, o sistema de construção em pau-a-pique ou de adobe com reboco, em madeira e pintura com água e cal. A planta distribui-se em sala, quarto e local para comer e cozinhar quando chove. O normal era cozinhar sobre uma cobertura no fundo do quintal e o mais distante da latrina. Como o calor é intenso, a cubata procurou ter ao seu redor o prolongamento da cobertura apoiada por troncos como demonstra a figura 33. Os vãos são sempre pequenos – o estritamente necessário para evitar mais gastos. Os pisos dificilmente apresentavam revestimento. Só depois dos anos de 1960, se passou a ver casas com materiais melhores. Provavelmente, pela maior oferta de empregos no Porto de Luanda, nas estações da estrada de ferro e, nos novos postos de trabalho que a cidade gradativamente proporcionava às classes mais baixas. A figura 34 apresenta-nos a mesma casa construída em adobe ou alvenaria de blocos de concreto. A cobertura variava entre o colmo ou a chapa (telha) de zinco, depois dos anos de 1960.

De acordo com WEIMER (2014, p. 123)

As cubatas são quase sempre retangulares, de pau a pique revestidas de palha ou barro. São baixas e sem janelas ou janelas muito pequenas. Em geral dividem a casa em três compartimentos, uma sala na frente, um quarto no meio e o comedor nos fundos. O piso é de terra batida, e só nos últimos tempos começa-se a divulgar o uso do soalho. As portas são de madeiras locais, e a da entrada sempre fica à esquerda e pode ser composta com uma pequena janela à direita.

Figura 33 – Desenho da cubata da Ilha de Luanda na cidade de Luanda.

Fonte: (WEIMER, 2014).

Figura 34 – Fachada de frente da casa mais evoluída de Luanda, bairro das Ingombotas.

Fonte: (WEIMER, 2014).

Figura 35 – Planta da casa mais evoluída da cidade de Luanda, bairro das Ingombotas.

Fonte: (WEIMER, 2014).

A casa iniciava a sua construção com paus fortes ao seu redor na vertical, como elementos portantes. Outros mais finos são colocados em paralelo com distâncias aproximadas a 25 cm. Por sua vez, são colocados outros paus mais finos na horizontal com as mesmas distâncias e amarrados uns aos outros com capim/colmo ou cordas. Em seguida, essa superfície é revestida com uma amálgama de areia do local (areia vermelha ou argila), com água e capim/colmo, cobrindo toda a estrutura com paus, como nos indicam as figuras 33 e 36. O telhado é suportado por paus também resistentes e com colmo ou chapa de zinco. A figura 37 mostra-nos a entrada da Ilha de Luanda com as casas que a caracterizavam em 1924. Habitações muito idênticas as da figura 34, porém, ao invés do telhado em colmo, essas eram construídas com telhado em chapa de zinco.

No início do século XX, existiu um programa que autorizava as empresas a edificar habitação para os seus trabalhadores. Vê-se no bairro dos Coqueiros, na rua das Flores, as habitações construídas pela empresa *Diamang*. O telhado é só um para todos os cômodos com quatro águas, como já vimos nas figuras 25 e 26.

Já em 1940, a cidade de Luanda detinha vários bairros e musseques, como nos indica a figura 38, na qual sobre a planta de Luanda de 1926, Eleutério Freire e Luandino Vieira, em 1990, informavam que existia a cidade-alta e a cidade-baixa. Que na cidade-alta existiam o Palácio, o Balão¹⁸, a Misericórdia, o Rosário e uma parte dos Ferreiras. Na cidade-baixa existiam: os Coqueiros, Remédios, Nazaré, Bungo, Katari, Kisando, Kaponta e Kipakas. Ao

¹⁸ A Torre da Igreja de Nossa Senhora da Conceição transformada em observatório meteorológico.

redor destes estavam: o Cruzeiro, Kinaxixi, Kafago, Praia do Bispo, Kinanga, Ingombota, Maianga, Samba, Ferreiras, Ramalho, Braga, Mazuika Sangam-Dombe e Kisando. A Ingombota na opinião do Professor Artur Pestana, em entrevista ao **Jornal de Angola**, no dia 25 de janeiro de 2009, foi o primeiro musseque. Em 1922, a rua Brito Godins serviu para ser o limite entre a cidade e os musseques. Nesse momento, a Ingombota não era considerada como um musseque, mas o Maculusso ou também designado por Kulusso era considerado musseque. Para urbanizarem as Ingombotas foi necessário levarem várias famílias para o bairro Operário e à medida que fossem criando novos bairros, continuaram afastando mais e mais famílias. Até 1940, existiu o musseque Braga que se situava entre o Liceu de Salvador Correia e o bairro do Café. Com a edificação do Liceu, a área deu lugar a novos bairros. Em 1950, o limite entre a cidade e o musseque era a rua de D. João II e o último limite até a independência foi a rua Senado da Câmara (MOURÃO, 2006).

Os musseques surgiram no fim do século XIX com a abolição da escravatura. Os escravos viviam nas propriedades dos seus senhores. Com a abolição desta, os ex-proprietários expulsaram essa população das suas moradias, alegando o fato de existirem epidemias. Os primeiros musseques foram ganhando os nomes das famílias mais importantes que os ocupavam, tais como: os Magalhães Silva, os Flores e os Van-Dúnem. Os antigos e os que se desenvolveram na época são abordados pela presente pesquisa, são eles: Sambizanga, Mota, Lixeira, Rangel, Adriano Moreira, Cazanga, Catambor, Prenda, Calemba, Rangel, Caputo, sendo os mais recentes o Cazenga, Cemitério Novo, Golfe, Palanca, Petrangol Mulemba e Rocha Pinto (Idem).

Figura 36 - Casa de pau-a-pique nos arredores da cidade de Luanda.

Fonte: Tenente Coronel Neves Damião, 2011.

Figura 37 - Vista da ponte da Ilha de Luanda na cidade de Luanda, 1924.

Fonte: GONCALVES, <https://www.facebook.com/groups/365527340157517>. Acesso em 8 jan. 2016.

Também a partir de 1930, construíram-se obras públicas grandiosas para o Estado Novo em Portugal, onde se identificam o sistema de construção da arquitetura moderna com os elementos monumentais da *art déco*, presentes nas edificações do Instituto Superior Técnico e do Instituto Nacional de Estatística em Lisboa. São também características do estilo “Português Suave”, os elementos ornamentais clássicos da arquitetura dos séculos XVII e XVIII e da arquitetura portuguesa das suas diferentes regiões, entre eles: a pedra rusticada¹⁹, os socos²⁰, os cunhais²¹ e guarnições de vão em cantaria²², tetos de águas inclinadas com beirais e telha vermelha, falsas cornijas²³, pináculos²⁴, pilastras em varandins²⁵, arcadas e torreões²⁶ medievalistas com coruchéus²⁷ (piramidais ou cônicos) rematadas com esferas armilares²⁸ que simbolizavam o império de Portugal ou com cata-ventos presentes mais frequentemente nas aldeias. As colunatas²⁹ têm um papel importante pela repetição dessas ao longo da fachada principal, atribuindo-lhe um caráter austero e forte – ela foi muito utilizada nos edifícios administrativos e nos judiciais.

Em Luanda, o “Português Suave” começou a ser edificado, depois dos anos de 1935, momento em que a cidade ganhou edifícios de maior porte, impulsionados por Norton de Matos. Então, surgiram: o Palácio do Comércio (1938), o Liceu de Salvador Correia (1942), o Porto de Luanda (1945) o Colégio de São José do Cluny³⁰ (1948), o edifício da Fazenda (1951); a ampliação do Hospital Maria Pia, o edifício da Delegacia de Saúde e outras edificações. Todos esses marcaram uma nova época, na cidade, antes e durante os edifícios do movimento moderno, numa forma do Estado impor a sua presença na arquitetura da cidade. Nesse ponto, nota-se que o edifício da Alfândega se apresenta com gradeamentos nos vãos e, neles, traços de *art nouveaux*. Pode-se dizer que nessa época existia uma tendência em modernizar os edifícios da cidade de Luanda.

¹⁹ Pedra picada que apresenta superfície com aparência granulada.

²⁰ Faixa horizontal com ou sem pequena saliência, pintada na base de um edifício com cor diferente da cor predominante da fachada. Também designada como elemento situado na parte inferior de parede ou muro, saliente e mais largo do que alto, que, por vezes, serve de base a um edifício ou a uma coluna (Dicionário *online* Infopédia. <https://www.infopedia.pt/>. Acesso 05 out. 2017).

²¹ Ângulo formado por duas paredes, o mesmo que esquina.

²² Guarnição de vão costumeiramente é a madeira que fica ao redor de portas e janelas para que não se observem as juntas que os unem, no caso, trata-se de uma guarnição em pedra cortada em paralelepípedo.

²³ Remate que se faz antes da cobertura.

²⁴ Trata-se do ponto mais alto num edifício ou torre, feita em alvenaria, é empregado como peso no cume de um contraforte ou usado apenas para remate para decoração.

²⁵ Pilar inserido na parede em varandas estreitas ou grades baixas e elegantes usadas na janela de peito

²⁶ Torre larga com ameias (cada uma das aberturas no alto da muralha ou do edifício para nelas atirar sobre o inimigo) que constitui o reduto defensivo de um castelo ou no alto de um edifício.

²⁷ Parte mais elevada de uma torre, apresenta-se com frequência com remate pontiagudo.

²⁸ O que tem forma de círculos, representativos da esfera terrestre.

²⁹ Colunas em série.

³⁰ Edifício da Igreja Católica

Figura 39 - Edifício SNECIPA³¹, avenida dos Restauradores de Angola, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2008.

Figura 40 - Ampliação do Hospital Maria Pia, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda.

Fonte: Tenente Coronel Neves Damião, 2015.

³¹ Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria da Província de Angola

Até aos anos de 1940, a maior parte dos edifícios da cidade tinham apenas dois pisos. Não existiam urbanistas em Angola. A cidade passou a ser gerida pela Repartição de Urbanismo e Arquitetura da CML e por alguns profissionais que escolheram Luanda para viver. Os arquitetos urbanistas surgiram em Luanda nos anos de 1950, com Vasco Vieira da Costa, chefe da 8ª Repartição e João Guilherme Faria da Costa e, nos anos 1961/1966, com Fernão Lopes Simões de Carvalho. Por essa razão, a contratação de Etienne de Groer e David Moreira da Silva para realizar o primeiro plano urbanístico para a cidade de Luanda em 1942.

Figura 41 – Fachada do edifício da Associação Beneficente dos Empregados do Comércio de Luanda, rua dos Restauradores de Angola, na cidade de Luanda. Projeto de Fernando Batalha, 1940.

Fonte: *A Província de Angola*, 21 abr. 1940.

Em 1938, a cidade passou a ter o arquiteto Fernando Batalha (1908-2012), admitido pelo Estado com a intenção de acompanhar o término da obra do Palácio do Comércio, em substituição ao arquiteto Sá de Miranda e, posteriormente, a remodelação do Palácio do Governador-Geral de Angola. Fernando Batalha formou-se na ESBAL (Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa) e trabalhou em vários projetos e planos urbanísticos em Angola. Em Luanda, destacaram-se o Museu de História Natural e sua participação com António Campino, no projeto do edifício de Investigação Científica da Universidade Agostinho Neto, situado entre as avenidas D. João II e Lisboa. Tempos depois, chefiou a Comissão Provincial dos Monumentos Nacionais de Angola, foi funcionário do Instituto de Investigação Científica do

Ultramar e também, nos anos de 1940, chefiou o Gabinete de Urbanização de Benguela. Foi também um dos últimos quadros a sair de Angola depois da independência e dedicou-se à salvaguarda dos monumentos portugueses – um modo de conservar a memória de Portugal em terras de Angola e África. A sua arquitetura estava muito ligada a arquitetura que se fazia em Portugal, era mais conservador relativamente a Vasco Vieira da Costa ou António Nunes e Silva Campino.

Figura 42 - Edifício do Palácio do Comércio, rua Governador Eduardo Costa, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Há também notícia que o arquiteto Franz Schacherl (1895-1943), nascido em Viena, por ser socialista, depois de 1933, não conseguiu mais emprego e foi forçado a emigrar para Paris em 1938 e através do Baron Rothschild, passou a viver em Luanda, em 1939, fazendo alguns projetos. Segundo o jornal **A Província de Angola** (25 mar. 1943), ele foi responsável pelos anteprojetos do grande Hotel de Luanda que seria edificado no bairro Miramar, no local da Exposição Feira e de uma residência, porém, até o momento não foi possível encontrar informação credível sobre a mesma. Fala-se ainda da construção de um cinema³². O Grande Hotel de Luanda foi edificado na rua Avelino Dias, mas com um projeto do arquiteto Fernando Batalha e hoje é a sede da Casa do Brasil em Luanda. Participou no anteprojecto do Colégio São

³² <http://www.architektenlexikon.at/de/530.htm>. Acesso em 26 fev. 2018.

José do Cluny, em 1942, e da Repartição de Geologia e Minas, em 1943 – o Colégio hoje edificado o projeto é da autoria de Fernando Batalha. Franz Schacherl era um arquiteto que não aceitava construções com muita altura e tampouco projetos que não fossem funcionais e voltados a uma vida simples. Escreveu artigos sobre arquitetura e urbanismo para revistas políticas. Apesar de não se conhecerem obras modernas nos anos de 1940, em Luanda. Encontra-se aqui um arquiteto que, depois de ter estado em Paris, segue para Luanda já com tendências modernas. Será que esse arquiteto foi uma influência na edificação de obras do movimento moderno em Luanda?

Vasco Vieira da Costa (1911-1982) é o arquiteto mais conceituado em Luanda. Depois de ter estudado no Porto e realizado estágio no *atelier* de Le Corbusier em Paris, naturalizou-se angolano. Era considerado como o mais velho e um dos primeiros a fixar residência em Angola, antes mesmo da sua formação como arquiteto, passando a trabalhar para a CML. Vasco Vieira da Costa nasceu em Aveiro. Chefiou a Repartição de Arquitetura e Urbanismo. Estudou arquitetura na Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP) e urbanismo em Paris. Regressou à Luanda em 1948. A sua ação na cidade é realçada, depois do seu regresso. Foi responsável pela execução dos trabalhos do plano urbanístico de 1942 e do plano regulador de 1956. Da Mutamba ao Hospital Maria Pia participou na edificação da rua que ligava o centro da cidade ao Palácio do Governador-Geral de Angola, a rua de Álvaro Ferreira, nota-se que passaram a existir novos edifícios que obedeciam a uma mesma linguagem como o da Fábrica Ultramarina de Tabacos (FTU), o edifício de Obras Públicas, a Procuradoria Militar (anteriormente, Hotel Angola), a Casa Americana e o Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPESS) e mesmo o do edifício do Sindicato dos Motoristas. Naquela altura, no período anterior ao movimento moderno existiu uma grande preocupação dos arquitetos em enquadrar as suas obras relativamente ao que já existia e por isso nota-se uma semelhança na linguagem dos edifícios da rua. No edifício de Obras Públicas, no largo de D. Afonso Henriques³³, apesar de se sentir uma arquitetura feita para o Estado, nota-se que nas diversas remodelações, regista-se um progresso no seu modo de pensar e no de fazer arquitetura. Observam-se elementos que identificam uma arquitetura pensada para uma região tropical, visto seus elementos de concreto vazados para ventilação, colocados numa das fachadas do referido edifício. O mesmo para a ação dos irmãos Castilho relativamente ao Cinema Restauração que se enquadra com perfeição ao existente sendo seus também os projetos da FTU e o da Casa Americana.

³³ Hoje, largo Lumeje, próximo da Universidade Lusíada de Angola.

Depois de 1945, o GUC interveio na gestão da cidade, realizando projetos e construindo edifícios, assumindo a gestão da cidade para realizar obras, justificada por muitos como uma forma de acelerar o desenvolvimento da colônia com a anuência do Ministro das Colônias. Antes do GUC tinha sido criada em outubro de 1942, segundo o jornal **A Província de Angola**, (25 mar. 1943), a “Missão de Estado e Construções de Edifícios”, chefiada pelo Engenheiro Goulart de Medeiros e no qual Franz Schacherl era colaborador e o primeiro projeto foi o Grande Hotel para Luanda, exposto nas montras da livraria Lello, assunto que será detalhado no Capítulo 2.

No geral, as habitações na cidade de Luanda foram edificadas com o uso de carris extraídos da estrada de ferro a substituir as vigas de concreto, numa forma de torna-las mais baratas (MOURÃO, 2006). Os edifícios do Estado eram pintados com cores muito claras nos tons de rosa, verde ou azul e em alguns raros casos em bege. O restante variava, mas notava-se o predomínio das cores mais claras. Sempre que fosse solicitada autorização para implantar uma obra, cabia ao requerente muitas vezes cuidar dos passeios e jardins e, por vezes, do asfalto em alguns troços de ruas. Grande parte do desenvolvimento da cidade foi com a prestação de investidores privados.

**Figura 43 - Grande Hotel de Luanda na cidade de Luanda
Anteprojeto de Franz Schacherl, 1943.**

Fonte: **A Província de Angola**, 25 mar. 1943.

Figura 44 – Edifício do Hotel Angola, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda.

Fonte: **A Província de Angola**, 13 abr. 1950.

Figura 45 - Residência para quatro famílias, rua Direita de Luanda, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2008.

Figura 46 - Edifícios com serviços e habitação, avenida dos Restauradores de Angola, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2008.

Figura 47 - Habitação e serviços no largo Serpa Pinto, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2008.

Figura 48 - Edifício de Obras Públicas, largo de D. Afonso Henriques, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Correia, 2017.

Figura 49 - Lateral Esquerda do Edifício de Obras Públicas na rua Higino Aires, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Correia, 2017.

Figura 50 - Esquina do Edifício de Obras Públicas, rua Higino Aires, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Correia, 2017.

Figura 51 - Edifício da Livraria Lello, no largo de D. Fernando, na cidade de Luanda.

Fonte: Tenente Coronel Neves Damião, 2015.

Figura 52 - Edifício dos Transitários, na rua Direita de Luanda, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Correia, 2017.

Figura 53 - Edifício da Casa Paris na rua de Salvador Correia, na cidade de Luanda.

Fonte: Tenente Coronel Neves Damião, 2015.

Figura 54 - Edifício do Sindicato dos Motoristas, entre a avenida Álvaro Ferreira e a rua Júlio de Vilhena na cidade de Luanda. Projeto do Arq. António Ribeiro Martins, 1946.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 55 – Projeto para as instalações da Empresa Robert Hudson, rua Direita de Luanda, 1946.

Fonte: A Província de Angola, 13 fev. 1946.

Figura 56 – Projeto para a piscina da Ilha de Luanda na cidade de Luanda, 1940.

Fonte: **A Província de Angola**, 01 set. 1940.

Figura 57 – A piscina da Ilha de Luanda na cidade de Luanda, 1954.

Ilha de Luanda, 1954 - Piscina do «Clube Desportivo Nun'Alvares»

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

Figura 58 – Mostra de edificações da cidade de Luanda, 1941.

Fonte: **A Província de Angola**, 15 ago.1941.

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2 - Evolução político-social, administrativa e cultural em Luanda.

Após a II Guerra Mundial, assim que começaram os registros de maior desenvolvimento econômico na região, intensificou-se a chegada de portugueses e, por consequência, a ocorrência de aglomeração de habitações nas localidades ocupadas por esses portugueses. Os autóctones necessitavam de trabalho, sendo o emprego doméstico o mais comum. Ressalte-se ainda o incentivo que o Estado Novo dava aos portugueses para a ocupação das colônias portuguesas na África, uma vez que se receava a ocupação por outros países e apostava-se no potencial que as colônias ofereciam. Depois da exposição do mundo português, em 1940, esses países foram colocados no mercado internacional, colhendo maiores dividendos. Isso foi também um incentivo para o preparo de Luanda para a vinda desses, especialmente no que tange à infraestrutura e à habitação.

A grande preocupação do Estado e da própria CML era separar esses aglomerados das habitações dos colonos com excesso de vegetação, evitando que “os maus cheiros e os mosquitos dos musseques” chegassem às suas habitações. Nos bairros negros não existia saneamento nem infraestrutura e por isso abundavam as águas paradas e como consequência os maus cheiros. Assim, as cidades da África portuguesa, e não só, foram ganhando características da cidade-jardim, como a melhor solução para os problemas urbanísticos que se apresentavam naquela época. Se, por um lado, se resolviam problemas urbanísticos para os brancos, por outro lado, pouco se investia na condição dos negros, sendo que eles eram a maioria da população. A distinção era notória entre as condições de habitabilidade para os brancos e negros.

Exatamente, nesse período e de forma oficial, organizou-se uma política racial presente no urbanismo e na arquitetura. A partir desse fenômeno, assinalou-se que nesses aglomerados não viviam somente os negros, mas também os brancos sem posses. De acordo com MOURÃO (2006), muitos deles pertenciam às tropas portuguesas que, ao final da II Guerra Mundial, resolveram fixar residência em Luanda. Essa mistura entre negros e brancos tornou-se uma preocupação para a CML e para o próprio Estado português. Porém, só em 1952, o Estado assumiu a intenção de alojar essas pessoas e as indústrias, na revisão do plano urbanístico para a cidade. Contudo, essa preocupação já tinha sido prevista no plano urbanístico de 1942, mas na sua alteração em 1947, o GUC não considerou essa iniciativa e necessidade.

No XXI Congresso da Federação da Habitação, em 1952, foram apresentadas normas para os projetos de habitação para negros e brancos. De acordo com essas normas, os portugueses deveriam sempre viver em habitações superiores àquelas que habitavam em Portugal. Poderiam ser habitações rurais ou edificações em altura dotadas de características idênticas as das grandes cidades mundiais, particularmente as europeias. Os negros deveriam ficar em bairros autônomos, variando entre os 5.000 e os 15.000 habitantes com habitação de baixa altura (DOMINGOS, 2013).

A proposta do Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Luanda, presente no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, permite caracterizar a cidade quando se iniciou o movimento moderno. Em 1950, a população era de 40.903 habitantes e o Plano Diretor de 1952 previa um aumento de população igual a 21.202 habitantes. O crescimento econômico da província permitiu também o desenvolvimento urbano e o aumento da população. A população não civilizada ou indígena (portanto, negra) era de 100.000 habitantes, mais 60.000 em relação ao censo de 1940, havendo um crescimento “três vezes” maior que o da população civilizada³⁴. Esses habitantes eram empregados nos serviços públicos, domésticos, na indústria, no porto de Luanda e na estrada de ferro. A população estava concentrada na área destinada aos musseques, onde o plano de urbanização já previa os respectivos bairros, sendo que somente dois quarteirões possuíam edificações de caráter definitivo. Viviam em cubatas e casas pequenas de pau-a-pique, sem infraestrutura, arborização, pavimentação e limpeza. As edificações estavam dispersas sem obedecer a qualquer ordenamento e a água chegava à população por meio de fontanários dispersos pelas edificações que, por vezes, se encontravam a grandes distâncias.

Já a população civilizada vivia na zona periférica da zona central, “na parte da superfície planáltica que se ergue próxima do Porto de Luanda”. Esse desenvolvimento urbano foi previsto no Plano de Urbanização e Regulamento, realizado em 1942, por Ettiënne de Groer e David Moreira da Silva. A expansão da população civilizada fez-se com “moradias isoladas” e, mais tarde, com “moradias geminadas e blocos para 4 famílias”. Assim, desenvolveram-se os bairros das Ingombotas, Maculusso, Maianga, Samba, Cruzeiro e outros locais que pertenciam aos musseques, como por exemplo, a Vila Clotilde, Vila Alice, Vila Olga, Vila Julieta, São Paulo, Musseque Pedrosa e outras localidades periféricas de Luanda (distanciadas umas das outras com grandes espaços aguardando urbanização). Desses espaços por urbanizar,

³⁴ Relativamente a população da Europa.

alguns deles permaneceram até 1975 e foi nesses lugares que a população se abrigou, fugindo do conflito armado, entre 1975 e 2002 – fato que será detalhado no Capítulo 5.

Na zona comercial central, as moradias deram lugar ao comércio, sendo que as residências passaram aos andares superiores. Foi, portanto, a partir dos anos de 1950, que surgem edifícios construídos para várias famílias, com entrada única e escada interior. Tempos depois, esse novo modo de projetar a habitação verticalizou-se: o piso térreo abrigava somente os serviços, como indicam as figuras 45 e 46.

A Escola Industrial de Luanda, na década de 1950, funcionou no largo Brassane Leite, no edifício da Alfândega de Luanda. Em 1954, foi desmontado o viaduto da estrada de ferro que passava sobre a Calçada de Gregório Ferreira (SOARES 2015, p.88). Nesse período, é construído o primeiro mictório público, na extremidade do largo e de frente para o largo de D. Fernando, situado no subsolo com acesso por uma escada. Hoje já demolido para dar lugar ao monumento do soldado desconhecido. Igualmente o mictório da Mutamba foi demolido para dar lugar aos novos arranha céus. Nas palavras de (SOARES 2015, p.30), “a cidade ganhou nova vida, o desenvolvimento caminhou lado a lado com novas formas de lazer e Luanda deixou de ser a cidade do trabalho, para aos poucos, tornar-se também cidade para diversões principalmente nos finais de semana”. As esplanadas eram muito apreciadas e algumas das mesas eram colocadas nas calçadas que usufruíam da brisa marítima que refrescava o local. Existia um percurso para as famílias visitarem as montras da cidade, nos estabelecimentos comerciais mais importantes e existia o costume de distribuírem brinquedos às crianças pobres na véspera de Natal. Assim, as meninas recebiam bonecas de papel e de pano e os rapazes recebiam bolas, piões, carinhos fabricados com materiais reciclados. As meninas brincavam com a corda, casinhas de boneca, ringue e o arco e os rapazes brincavam com bolas de pano.

2.1. Políticas para o desenvolvimento, a cidade da “Portugalidade” 1950 – 1975.

À CML cabia a execução dos trabalhos de arranjos urbanísticos da cidade de Luanda. Propôs-se traçar rumos mais ambiciosos para uma política de planejamento urbanístico na cidade: primeiro, com a visita esporádica de profissionais que se fazia de 6 em 6 meses e, a partir de 1934, com a criação de um gabinete que respondia por essa política, com a anuência de um profissional maior indicado ou com parecer favorável do Ministério das Colônias. A CML promovia o desenvolvimento da cidade, tentando satisfazer os munícipes nas suas

solicitações, buscando sempre soluções naquilo que se fazia na Europa e na América, com base no movimento moderno e na Carta de Atenas. Nesse ponto, torna-se importante assinalar que o Ministério das Colônias só começou a gerir de uma forma mais direta, depois de 1944, quando foi criado o GUC. Como digno representante do Ministério das Colônias, o GUC promovia serviços e edificações muito semelhantes as que se faziam em terras portuguesas, impondo a presença de Portugal nas colônias africanas. Como justificativa, alegavam tratar-se de um modo que asseguraria que os portugueses não esquecessem sua terra natal e, por isso, promoviam uma vida em Luanda muito semelhante àquela que se vivia em Portugal e por outro lado que seria uma forma de promover o desenvolvimento de uma forma mais acelerada.

A CML e o GUC elaboraram políticas de desenvolvimento para a cidade, contudo, cada uma as desenvolveu à sua maneira e satisfazendo sempre a vontade do colonizador. No caso da CML, os colonos portugueses escolheram Luanda para morar e não mais pretendiam voltar a Portugal, muitos deles, porque não gostavam do regime. Já para o GUC, as políticas serviam também para lembrar aos portugueses que Angola ainda era colônia, logo, ainda eram detentores do poder sobre a mesma. Quanto à edificação, o sistema era muito parecido e, sobretudo, inovador na arquitetura promovida por ambos. As diferenças estavam precisamente no sistema construtivo. José Manuel Fernandes (2017), em entrevista, considerou que as diferenças estavam no fato do Português Suave, para além de usar o pilar-viga-laje, as suas paredes também tinham funções portantes com paredes grossas de 50 cm de espessura.

As diferenças em termos de estrutura ou na tecnologia construtiva entre a arquitectura moderna e a arquitectura do neotradicionalista ou historicista do Estado Novo colonial: enquanto o sistema eleito pela arquitectura moderna era por completo o pilar-viga-laje em betão³⁵ armado (sem paredes portantes) – já no caso da arquitectura do Estado Novo, aceitava-se a construção com paredes grossas tradicionais, com espessuras de 0,50 m estruturais e em alvenaria de pedra ou tijolo, embora com alguns elementos de betão (cintas de ferro e cimento sobre as paredes portantes, etc.) (Idem).

2.1.1 Políticas urbanísticas e o conflito entre a CML e o GUC

A CML, em 1934, já se ocupava com a urbanização e os problemas urbanísticos da cidade. Em 1938, possuía meios e tinha à disposição “uma magnífica carta da cidade” com valores altímetros e dados planimétricos ainda em vigor até 1956 (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, 26/10/1956). Em 1941, a CML contratou os arquitetos Ettiënne De Groer e

³⁵ Concreto

David Moreira da Silva para o estudo do plano urbanístico de Luanda. O plano foi aprovado em sessão camarária, no dia 11 de março de 1943 (Idem).

Para a CML, a criação do GUC, em 1944, teve como finalidade urgente acompanhar e estudar a formação e o desenvolvimento nas colônias, com conhecimentos de urbanística para evitar erros irreparáveis no crescimento de novas povoações (Idem). Porém, a cidade de Luanda estava salvaguardada e se registravam avanços em relação ao Decreto n.º 34.173, que criou o GUC, achava também que esse gabinete colonial serviria para resolver problemas de aglomerados em cidades que não possuísem Seção de Urbanismo, Arquitetura e Topografia – algo que a CML tinha na sua estrutura, cabendo ao GUC cuidar dos edifícios hospitalares e da habitação nas regiões das colônias tropicais. Achava mesmo que o Decreto n.º 34.173 não estabelecia qualquer vínculo entre a CML e o GUC (Idem).

Em outubro de 1945, Luanda recebeu a visita do Ministro das Colônias, Marcelo Caetano. Vindo do interior de Angola, porque visitou primeiro Moçambique e seguiu por terra até chegar à Angola. Ele chegou à Luanda de barco na companhia dos arquitetos António Aguiar e Simões, entre outros profissionais. De acordo com o **Boletim Geral das Colônias** (22/02/1946):

Chegou a seguir outro “gasolina”³⁶, com os Srs. Inspectores superiores de Fomento Colonial, engenheiro Cid Perestrelo e Rogério Cavaca; arquitectos Aguiar e Simões; Dr. Ramiro Valadão, e comandante Uva Cansado. [...] O Sr. Prof. Dr. Marcelo Caetano saltou em terra no preciso momento em que o relógio da Sé dava as 10,30, hora anunciada para o desembarque, logo seguido do Sr. Governador Geral. Estrugiram as palmas. O Sr. Governador Geral apresentou ao Sr. Ministro das Colônias as individualidades que ali se encontravam.

Nessa visita, o ministro das colônias, recebeu às 16h, no dia 14 de outubro, mais de cem mulheres que se juntaram em frente à residência do Governador-Geral de Angola, aguardando a audiência com o Ministro das Colônias. Apenas cinco mulheres subiram; elas foram recebidas e puderam expressar o que sentiam na companhia de Alfredo Antas, Fançony e Vieira Dias. Ana Fontes Pereira entregou a Marcelo Caetano, Ministro das Colônias, o referido manifesto. Nesse documento, expressavam o agrado pelo desenvolvimento que se registrava em Luanda e o desagrado pelas demolições na cidade, realizadas pela CML, no sentido de obedecerem ao plano urbanístico de 1942. Elas solicitavam mais justiça e caridade para com os indígenas. As famílias Antas, Fancony, Vieira Dias e Fontes Pereira eram, desde longa data, famílias respeitadas, ao lado dos Van-Dúnem e outras. O Ministro das Colônias prometeu cuidar do assunto, levando o problema para Lisboa (sede do GUC).

³⁶ Pequeno barco com motor acionado por gasolina.

De acordo com o **Boletim Geral das Colônias** (22/02/1946):

As indígenas civilizadas, representadas pela sua conterrânea, Joaquina Aniceto de Carvalho Dias, casada, proprietária, vêm respeitosamente perante V.Exa. expor e suplicar o seguinte:

Esta cidade de Luanda a um tempo a esta parte vem progredindo extraordinariamente o seu embelezamento, quanto a ruas, avenidas e largos.

Para tanto a Câmara Municipal tem feito muitas demolições, obedecendo ao novo plano de urbanização.

Ora as indígenas residentes e proprietárias bastante satisfeitas se encontram por verem e observarem que a sua terra natal esta progredindo e que, em breve, se tornará, como Capital da Colônia de Angola, numa das cidades mais bonitas da Costa Ocidental.

É sobre os métodos e forma adoptada nas demolições que as indígenas desta cidade se veem forçadas a vir perante Vossa Excelência implorar Justiça e Caridade, para não dizerem humanidade.

Noutros tempos, assuntos destes eram tratados directamente com as Câmaras Municipais, porque então, essas câmaras tinham maior contato com o povo e tinham ocasião de ouvir as lamúrias e lamentações do mesmo povo.

Hoje não, porque, infelizmente, com a evolução dos tempos, Câmaras Municipais tornaram-se estabelecimentos burocráticos onde a rigidez da execução das deliberações não se compadece com os casos especiais dalguns sectores da massa popular.

Felizmente, para nós, indígenas portugueses, prometeu Vossa Excelência visitar as colônias de tempos a tempos, para in loco ver e ouvir as necessidades e lamentações dos seus habitantes.

É o que se dá nesta ocasião.

Como que mandado por Deus, veio Vossa Excelência a Angola, numa oportunidade em que um lamento cruciante sufoca o seu Povo humilde e trabalhador, que confia na acção e critério do actual grande Chefe do Império Colonial Português.

Com efeito, pelo facto de a Câmara Municipal pretender transformar essa cidade, dando-lhe a beleza a que tem jus, como Capital da maior parcela do nosso Império, não quer dizer, nem Vossa Excelência decerto consente que se lancem os indígenas para a miséria e para a falta de abrigos, como está acontecendo.

A Câmara paga sem justeza às demolições que faz, não dando, portanto, margem a que se construa uma casa idêntica à demolida, tendo-se em vista o custo actual dos materiais.

Por outro lado, demolidas as casas, vão seus proprietários procurar à sorte um lugar nos musseques, onde faltam todas as ocasiões, inclusivé, um abastecimento de água e luz eficiente, porque a Câmara não lhes dá, como era dever, um lugar certo, aonde em definitivo possam construir as suas casas, para habitarem com os seus filhos e restante família.

Acresce a circunstância de que, como judeus errantes, continuam sempre estando, e isto porque a Câmara não lhes define o lugar certo, portanto, fazem as suas casas ao acaso, para amanhã a Câmara, de novo, as mandar demolir por não estarem alinhadas e outras por não estarem dentro dos arruamentos.

Mesmo assim, a câmara exige a toda a gente indígena, nos seus requerimentos em que solicita licença para construção e obras, as palavras sacramentais “sem encargos futuros para a Câmara”, exigência essa que se estende em terrenos particulares que estão fora do foro da Câmara.

Tal pratica só prejudica os indígenas, porquanto, constroem casas hoje, para amanhã a Câmara as demolir, se assim entender, sem nada lhes pagar.

Há poucos anos, a Câmara Municipal, da presidência do Excelentíssimo Senhor Manuel Nunes Farinha, encarou com diligência e com olhos de ver, esse magno problema, e assim, comprou o musseque Burity (atrás do cemitério Municipal), onde fez ruas, largos e talhões, e aí instalou os indígenas, denominando essa área de terreno como Bairro Indígena Municipal.

Acontece que, pelo novo plano de urbanização, tal Bairro Indígena Municipal vai ser demolido e os indígenas que ali habitam em suas casas ficarão sem habitações como os outros que se encontram no coração da cidade e cujas casas, presentemente, estão sendo demolidas.

Esta cidade é antiga; portanto muitas das casas que existem são de indígenas, que tem vindo de pais para filhos.

A forma de proceder da Câmara Municipal em deixar, sem humanidade, os indígenas sem abrigo ou casas para habitar, tem dado lugar a muita miséria e doenças, que até à morte tem levado algumas pessoas indígenas, e isto porque vivem a morte por esses musseques fora.

Vossa Excelência, nos diversos escritos e discursos que tem proferido tem demonstrado o carinho e cuidado que deseja que as autoridades imprimam aos indígenas, principalmente na sua robustez física, no sentido que sejam úteis à Nação e, conseqüentemente, que a raça negra aumente a sua população.

Desta forma que vem praticando, a Câmara Municipal atrofia o físico do indígena negro e, portanto, o desejado aumento de população não se verificara.

Não querem os indígenas com isso dizer que se não façam demolições uma vez que tal se torne necessário.

Querem somente que haja humanidade e cuidado, tendo-se em atenção a falta de habitação que existe em Luanda.

Que se façam demolições, mas primeiro se façam casas para esses indígenas habitarem.

Assim, expostos sucintamente estes factos, e, para não roubarem mais tempo a Vossa Excelência, o seguinte:

1. Que a Câmara Municipal de Luanda, obedecendo a uma avaliação nos termos da Lei, pague condignamente, dentro dos preços actuais dos materiais e dos terrenos, as demolições que, de futuro, tenha de fazer;
2. Que a Câmara compre um terreno aonde julgar conveniente, e, depois de feitos os respectivos talhões, ruas, largos, etc., o distribua pelos indígenas, para deixarem de uma vez para sempre de serem judeus errantes;
3. Que sejam isentos de pagamento da taxa de licença para as novas construções a fazer os indígenas proprietários dos prédios demolidos ou a demolir;
4. Que os terrenos ou talhões até ao presente aforados e dos que venham a ser ocupados para construção, seja permitida a venda definitiva, ao preço de custo, desde que os indígenas interessados o requeiram à Câmara.
5. Que, dada a imediata possibilidade de compra por parte de um grande número de interessados, a Câmara inicie a cobrança das taxas de aforamento após 10 anos da sua ocupação, nos moldes adoptados com a Contribuição Predial Urbana.

Do magnânimo coração de Vossa Excelência e dentro do espírito de Justiça e do carinho que Vossa Excelência tem dispensado aos indígenas, eles confiam que este seu clamor mereça a benevolência de Vossa Excelência e a costumada justiça.

A CML impunha um desenvolvimento acelerado para Luanda, no intuito de criar uma cidade com semelhanças europeias com condições para receber os portugueses – essas medidas nem sempre favoreciam os autóctones. Nos anos de 1950, já existia um número de pessoas

africanas com instrução, educação e cultura portuguesas: os chamados assimilados. A carta escrita das indígenas civilizadas mostra a qualidade e a preparação das mesmas, visto tratar-se de um português mais cuidado. Esse ato pode ser considerado uma manifestação política pacífica, acontecida em 1945, no limiar da II Guerra Mundial, e antes mesmo da criação dos partidos políticos que levaram Angola à independência em 1975.

Um documento da CML alega que Marcelo Caetano e António Aguiar, chefe do GUC, propuseram a integração da CML no GUC. Eles acreditavam que seria um privilégio para Luanda e Angola e que poderiam economizar muito dinheiro para as revisões e adaptações do plano urbanístico para Luanda. Foram feitas promessas, nas quais o Governo Português contribuiria com gastos na execução do plano urbanístico e a CML concordou, porque não tinha dinheiro suficiente para levar adiante à execução do plano urbanístico para a cidade (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/10/1956). Nesse encontro, o plano urbanístico de Ettiënne De Groer e David Moreira da Silva foi revisto e alterado e se considerou que a alteração foi para piorar (Idem).

De acordo com o documento oficial, “[...] piorando, decisivamente em tudo quanto se refere à Baixa, originando males que jamais se poderão remediar [...]”. E adiantou que a partir dessa data, a independência da CML foi perdida, ocasionando situações desagradáveis e altamente prejudiciais para o bom andamento dos trabalhos citadinos, porque os problemas passaram a ser resolvidos em Lisboa (Idem). Tempos depois, a CML recebeu a comunicação das soluções dadas aos diversos problemas urbanísticos na cidade.

Antes do GUC, a CML geria a cidade com certa liberdade, uma vez que os profissionais urbanistas vinham de tempos em tempos e, por essa razão, a própria CML cedeu a Vasco Vieira da Costa uma bolsa de estudos para formar-se arquiteto e ainda lhe permitiu a formação em urbanismo em Paris.

Segundo o documento:

[...] até os pormenores insignificantes passaram a ser resolvidos em Lisboa, dando lugar a atrasos injustificados, chegando-se até ao refinamento de alguns munícipes irem directamente à metrópole tratar dos seus casos com o Gabinete, sendo algumas soluções comunicadas a C.M., sem ela ter tido prévio conhecimento das questões [...]. (Idem)

A falta de dinheiro e a alegada falta de técnicos impediram a efetivação do plano de 1942, de Ettiënne de Groer e de David Moreira da Silva (Idem). Em Angola só se registrou um maior número de técnicos, depois de 1950, após o Congresso dos Arquitetos, realizado em Lisboa, em 1948, como já foi detalhado no Capítulo 01 desta pesquisa.

A Câmara não recebeu jamais qualquer participação para a execução do seu plano de urbanização; pelo contrário, foi desapropriada de mais de 100 mil contos de terrenos, para neles se executarem as obras e as edificações que o Gabinete determinou, como se fora dono da cidade – por vezes sem ao menos se consultar o legítimo possuidor: o Município de Luanda (Idem).

O GUC realizou outro plano urbanístico para a cidade, aprovado pelo Subsecretário de Estado das Colônias, no dia 7 de abril de 1947, entrando em vigor pela CML, em 29 de outubro do mesmo ano. O que significa dizer que o plano alterado, em 1945, por António Aguiar, somente foi aprovado em 1947 – dois anos depois da visita de Marcelo Caetano e António Aguiar à Luanda. Mas, como a cidade já tinha crescido mais do que o limite proposto no plano, esse acabou por não ser efetivado (Idem). O plano de 1947 foi aprovado por deliberação da sessão da CML em 12 de novembro de 1947 com um edital em 29 de novembro do mesmo ano, foi tornada pública a aprovação do plano urbanístico pela CML em sessão de 12 de novembro de 1947 e o despacho de sua Excelência o Subsecretário do Ministério das Colônias.

A 13 de novembro de 1947, o Decreto n.º 36.346 alterou, uma vez mais, o foral de Luanda. Destaca-se que, ao longo do tempo, essas alterações foram constantes – continuamente se estendendo os limites da cidade, como por exemplo, o ocorrido na Portaria n.º 8:904, de 19 de fevereiro de 1955, na Portaria n.º 9:585, de 19 de dezembro de 1956 e na Portaria n.º 10:237, de 25 de junho de 1958 (BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA, 1956). Sempre se considerou o fato do grande desenvolvimento que se registrava na cidade.

Há registros no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, de um plano realizado por António Aguiar, em 1950 – entre esse plano e o de 1952 existem pequenas diferenças: o de 1952, passou a constar a localização das indústrias, na parte Nordeste da cidade e, o novo aeroporto no final da avenida Lisboa. Esse plano urbanístico de 1952, por sua vez sofreu uma aprovação por parte da CML e verificaram-se pequenas alterações também, como o jardim do referido aeroporto que não foi previsto pelo GUC, assim como o Cemitério de Santa Ana, na Estrada de Catete. Salienta-se que os planos urbanísticos aparecem com diferentes datas, muitas vezes tratando-se do mesmo plano. Isto porque, logo que terminava uma proposta era colocada a data da sua realização, aprovação e até revisão. Por essa razão, nota-se que uns autores trataram do plano de 1949 e outros abordaram o mesmo plano como de 1950 (no caso, MOURÃO e FONTE), quando, na verdade, debruçaram-se sobre o mesmo plano. Isso serve para o plano de 1956, que se apresentou também com datas de 1957 e 1958.

Considera-se que em 1952, foi realizada uma nova revisão do plano de 1947 e, apesar de não ter sido submetido ao despacho pelo Ministério das Colônias, a CML considerou como aprovado por sugestão do Governador-Geral de Angola, em 3 de março de 1952. Entretanto, o

corpo técnico da CML continuou a considerar debilidades e dificuldades para a implementação do mesmo plano urbanístico (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/10/1956). Em 1956, pelo Diploma Legislativo n.º 2:796, reconhecendo que o Gabinete de Urbanização do Ultramar³⁷ (GUU) tinha dificuldades em desempenhar as suas tarefas à distância e que a Direção dos Serviços de Obras Públicas na sua Secção de Urbanização não tinha “possibilidade material de executar esse trabalho, que tem que ser realizado muito de perto” (Idem), foram criadas seis Secções de Urbanização a título provisório, enquanto se aguardava pela organização dos Serviços Provinciais, sendo os distritos de Luanda e Cuanza-Norte a Segunda Secção.

Essa ação seria presidida pelo Diretor dos Serviços de Obras Públicas que deveria ser arquiteto. Dela faziam parte um arquiteto da Secção de Urbanização dos Serviços de Obras Públicas, um arquiteto urbanista da CML, o chefe da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais e um médico Inspetor de Saúde. A CML trabalhava nas propostas em conjunto com a Direção dos Serviços de Obras Públicas. Segundo Luís Carlos Dias (2017), é importante salientar que, ao contrário do que se pensa, à CML eram submetidos todos os projetos para aprovação – somente o GUC extrapolava essa prerrogativa, mesmo no caso dos projetos de colonos brancos que viajavam à Lisboa para solicitar os terrenos e as licenças que desejavam, por saberem que a CML nunca aprovaria as suas propostas. Isso porque, para os técnicos a quem isso competia, a cidade deveria servir todos por igual, tal como ditava a Carta de Atenas e não copiavam o sistema português, mas sim tudo aquilo que foi absorvido nas suas formações em França e nas formações que tinham na Inglaterra (MENDES, 2012) e posteriormente o caso de Fernão Lopes ter visitado a Alemanha afim de se inteirar do conhecimento e técnicas para projetar a Radiodifusão de Angola com o objetivo de os tornar mais capacitados para a realização de obras nos climas tropicais.

Fernando Mourão (2012) coloca seu testemunho: “O Vasco Vieira da Costa chegou-me a mostrar um edifício que foi construído sem licença da Câmara e pelo que entendi existiam mais uns tantos”. Sempre existiu relutância na aprovação dos planos urbanísticos, realizados para Luanda. O que está na base dessa posição? O fato da cidade, na sua gestão, ter grandes somas monetárias? O GUC pretendia fazer parte do processo? No plano de 1942, a CML pagou os arquitetos Ettiënne de Groer e David Moreira da Silva pelo trabalho realizado. Essa ação do GUC seria para chegarem mesmo ao comando das operações? Ou ainda, o fato de Ettiënne de Groer não ser de nacionalidade portuguesa e integrar o processo? Essa hipótese é reforçada

³⁷ Nova designação do Gabinete de Urbanização Colonial, a partir de 1957.

porque, logo após a morte de Duarte Pacheco, Ettiënne de Groer foi substituído por João Guilherme Faria da Costa, o primeiro urbanista português autor do plano do bairro do Areeiro em 1938 no qual os edifícios da Praça do Areeiro em Lisboa, foram realizados por Cristino da Silva e se considera um dos ícones do Português Suave. Ou seria apenas para acelerar o desenvolvimento? Mas como se acelera um processo de desenvolvimento com morosidade nas respostas e na apresentação dos planos urbanísticos?

Segundo depoimento de Troufa Real (2014), foi o plano de 1942 que prevaleceu: os técnicos o classificavam como a melhor proposta realizada para a cidade, apesar das ideias de segregação da população (separação de bairros para negros e brancos), existiam nele um pouco das propostas para a cidade-jardim e a Carta de Atenas de Le Corbusier. Mas nada igual com o apartheid na África do Sul. No decorrer da pesquisa, os documentos evidenciaram as exigências e rigores da CML sobre o que solicitava para a cidade e se depreendeu que a partir de determinada data, os técnicos deveriam obedecer rigorosamente ao solicitado. Ousa-se dizer mesmo, que antes de 1944, havia maior liberdade por parte da CML em gerir a cidade de Luanda.

Vasco Vieira da Costa, um arquiteto com vasta experiência, no ramo do urbanismo e da arquitetura, demonstrada ao longo dos anos e comprovada por todos (Idem), por não aceitar as imposições da CML foi dispensado do cargo de Chefe da 8ª Repartição em 1958. Foi aberto um concurso para a sua substituição, mas não surgiu nenhum candidato, pelo respeito e consideração que todos tinham por ele. Para chefe da 8ª Repartição foi nomeado o arquiteto mais antigo a serviço da CML Adalberto Gonçalves Dias em 1961 (CAMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/04/1961). Com base nos documentos consultados no Arquivo IPGUL, pode-se afirmar com propriedade que, de 1953 a 1958, Vasco Vieira da Costa foi funcionário da CML, o documento de 1953 Vasco Vieira da Costa assinou apenas como arquiteto, nos restantes foi constatada com a função de chefe da 8ª Repartição confirmado por: (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, informação nº 50 de 28/01/1953 e (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, informação nº 397 de 29/11/1958). Foi substituído por Adalberto Gonçalves Dias que já em 1957 era o Chefe da 2ª Seção da 8ª Repartição cujos documentos se confirmam com: (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, informação nº 192 de 29/10/1957) e (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, informação nº 218 de 26/05/1958). Por sua vez a sua participação como Chefe da 8ª Repartição é também confirmada pelos documentos: (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, informação nº 15 de 30/01/1961) por poucos anos substituiu-lhe Fernando Alfredo Pereira e posteriormente, como o último chefe da 8ª Repartição foi José Deodoro Troufa Real. Fernando Alfredo Pereira esteve do final de 1969 a 1971 confirmados

também pelos documentos: (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA informação nº 899 de 20/11/1969, CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA informação nº 219 de 04/06/1970), (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, informação nº 166 de 15/02/1971) ou ainda (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, informação nº 534 de 06/05/1971). A presença de José Deodoro Faria Troufa Real é igualmente confirmada por: (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, informação nº 388 de 06/11/1971 e CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, informação nº 448 de 30/11/1972). Entre Fernando Alfredo Pereira e José Deodoro Faria Troufa Real foram localizados alguns documentos assinados por António Nunes e Silva Campino como Chefe da 8ª Repartição como: CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, informação nº 242 de 17/04/1972 e CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, informação nº 95 de 18/02/1972).

A CML, com as imposições do GUC, a partir dos anos de 1950, passou a exigir de Portugal maior liberdade na gestão do espaço; propôs para a cidade edificações do movimento moderno, quer para edifícios públicos, como o Mercado do Kinaxixi, quer para habitação. Nesse período, ocorreu uma massificação do moderno na cidade. Como forma de conter a ação da CML, o GUC passou a gerir o espaço de Luanda a partir de Lisboa, promovendo a arquitetura adotada pelo Estado Novo, colocando dificuldades a CML e impedindo a implementação dos planos urbanísticos aprovados para o efeito, como já se viu. Produziram-se em Luanda obras com decorações muito próximas as do eclético através do GUC e obras modernas que, apesar de terem alturas inferiores se assemelharam a algumas edificadas no Brasil, promovidas pela CML e por investidores privados que por sua vez recebiam a anuência da CML.

O GUC aprovou projetos de edifícios em espaços impróprios para a sua edificação, como o caso da destruição do jardim da Mutamba em substituição do edifício da Fazenda, hoje Ministério das Finanças. Depreende-se aqui uma mudança constante de usos de solo para a cidade, o que leva a concluir que não se respeitava o planeamento urbanístico que a cidade já tinha, facilitando assim que algumas edificações em Luanda fossem realizadas sem passarem pela aprovação da CML – que já detinha o Gabinete de Estética, Urbanismo, Arquitetura, Cadastro e Engenharia, logo sem licenças de construção.

Figura 59 – Plano urbanístico da cidade de Luanda, projeto do GUC, 1950.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

2.1.2 O Gabinete de Urbanização Colonial no papel de regulador no desenvolvimento das colônias.

Criado pelo Decreto nº. 34.173, de 1944, o Gabinete de Urbanização Colonial teve sua gestão diretamente ligada ao Ministério das Colônias. Basicamente, era um serviço de projetos de arquitetura e de engenharia dedicado aos planos urbanísticos das colônias portuguesas. De 1951 a 1957, esse órgão recebeu o nome de Gabinete de Urbanização do Ultramar, visto que o Ministério das Colônias passou a ser o Ministério do Ultramar – momento em que as colônias passaram a chamar-se Províncias Ultramarinas ao invés de colônias. Com a abolição desse gabinete, o órgão que passou a responder pelos problemas urbanísticos de Angola foi a Direção dos Serviços de Urbanização e Habitação da Direção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar.

Para o primeiro plano urbanístico de Luanda, Duarte José Pacheco indicou os nomes de Ettiënne de Groer e de David Moreira da Silva à CML. Em 1938, Duarte Pacheco era o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sendo que no mesmo período, Ettiënne de Groer estava envolvido com o plano urbanístico de Lisboa. Anteriormente, Duarte Pacheco tornou-se o primeiro Ministro das Obras Públicas e Comunicações (de 5 de julho de 1932 a 11 de abril de 1933) e, posteriormente, reconduzido ao mesmo cargo até 18 de janeiro de 1936. Em 25 de maio de 1938, ele regressou ao cargo e ficou até 16 de novembro de 1943, só o deixando em

decorrência de sua morte. Note-se que Duarte José Pacheco foi considerado o responsável pelo desenvolvimento dos serviços em Lisboa, tal como, o Instituto Superior Técnico.

De acordo com MENESES (2011, p.93)

Outra figura, que se tornou o rosto da campanha de obras públicas, foi Duarte Pacheco, um estudante de Engenharia brilhante que, tendo nascido em 1900, era diretor do Instituto Superior Técnico já em 1927, sendo um apoiante declarado de uma força republicana moderada, a União Liberal Republicana, liderada por Francisco da Silva Leal [...] foi Duarte Pacheco, quando era ministro de Instrução Pública, o enviado a Coimbra para convencer Salazar a integrar o executivo de 1928 – e, em troca Salazar convidou-o para ministro das Obras Públicas e Comunicações, um novo ministério. Duarte Pacheco tornou-se o rosto de Portugal “dinâmico” e “novo”, o modernizador incomparável com acesso direto a Salazar – mas, como seria de esperar em tal ambiente, e dado o seu passado republicano, alguém que teve que enfrentar muita intriga contra si próprio.

O diploma legislativo nº. 2:619 definiu as normas reguladoras de construções ou edificações de forma a garantir a perfeita execução dos planos urbanísticos, elaborados para os vários centros populacionais da Província de Angola. Foi publicado no **Boletim Oficial**, nº. 52, I Série, de 29 de dezembro de 1954.

A partir de 1950, Luanda recebeu projetos mais ambiciosos, ao contrário dos propostos nos anos de 1930 e 1940, nos quais se priorizou a edificação de construções voltadas à prestação de serviços com saneamento e infraestrutura e de moradias para funcionários. Nessas construções, prevaleceram modelos similares aos edificadas em Portugal. Saída da proposta de Etienne de Groer e de David Moreira da Silva, a marginal de Luanda foi um dos locais que passou a receber edifícios mais altos marcados pelo “Português Suave” – do largo do Baleizão ao largo da Igreja de Nossa Senhora da Nazaré, de frente para o mar. Nesse local, Portugal e Salazar marcaram presença impondo a sua arquitetura. Segundo artigo do jornal **A Província de Angola** a 12 setembro de 1946, para além do uso dos elementos arquitetônicos já usados em Portugal, nota-se o uso do concreto e de uma arquitetura feita por técnicos especializados, ao contrário do que anteriormente os mestres-de-obras faziam, contudo, sem desprezar as construções realizadas pelos mesmos que apesar de as realizarem com métodos rudimentares, tinham qualidade e beleza. Um dos grandes objetivos de Duarte Pacheco era formar novos profissionais fora de Portugal, sendo que o lugar mais frequentado era a França (FONTE, 2012). Porém, também se tem notícias da ida de profissionais à Inglaterra e à Alemanha (MENDES 2012) como já foi referido. Nesse ponto, assinala-se que a arquitetura que se fazia em Luanda, dirigida pelo GUC, era composta por construções imponentes com elementos dos séculos XVII e XVIII. Isso porque Portugal pretendia conservar a sua arquitetura, fazê-la conhecida aos

brancos de segunda³⁸ e aos indígenas – seria a imagem do poder sem mudanças, no que se refere à aparência física dos seus edifícios. Ressalte-se que, isso aconteceu em diversos setores da sociedade.

No quinquênio 1946/1950, Angola conseguiu empréstimos na Caixa Geral de Depósitos e na *Diamang*³⁹ para obras de fomento: aproveitamento de fontes de energia, saúde, comunicações, fomento agrícola, florestas, pecuária, mineração, comparticipação no estudo e execução de melhoramentos locais, construção de edifícios escolares, conclusão de obras em curso, pagamento de pessoal e serviços (DILOLWA, 2000). Para o primeiro plano de fomento, entre 1953 e 1958, previam-se ações que resultassem no desenvolvimento de Angola e Moçambique prioritariamente. E foram realizadas obras de infraestrutura ligadas aos transportes, à produção de energia e de cimento para a construção urbana. Possibilitou ainda a modernização do sistema de produção agrícola e, principalmente a produção de produtos tropicais e a extração de matérias-primas do subsolo de Angola direcionadas à exportação. No segundo plano de fomento, entre 1959 e 1964, existiu uma estratégia de investimento motivada pela iniciativa privada. No plano intercalar, realizou-se um plano regional com uma distribuição mais rica nos rendimentos. Iniciou-se o despertar da necessidade da liberalização do comércio externo e se permitiu que empresas nacionais iniciassem competição com empresas externas. O terceiro plano de fomento, entre 1967 e 1973, foi sustentado pelos benefícios comparativos e por uma concorrência internacional. “Reconhece-se que o agravamento da balança comercial se deve ao protecionismo pautal, ao condicionalismo industrial e ao atraso da agricultura”. Já no quarto plano de fomento, previsto para o período entre 1974 e 1979, só se efetivou no ano de 1974, porque se deu a queda do regime em 25 de abril de 1974 e, na sequência, a independência de Angola em 1975. Nele, a maior preocupação incidiu sobre a distribuição dos rendimentos, sobre os setores sociais e sobre a necessidade de assegurar um elevado crescimento humano, mantendo o pleno emprego.

Nessa estruturação urbana, uma das primeiras construções ficou ao lado do Edifício Infante D. Henrique, no largo do Baleizão, no qual encontramos muitas semelhanças com os edifícios ao redor da praça do Areeiro em Lisboa – edificações projetadas por Luís Cristino da Silva e planejamento do bairro por João Guilherme Faria da Costa como já foi dito. Vê-se nesse edifício varandas com sacadas de ferro, pequenos vãos e pórticos no piso térreo que também caracterizaram essa arquitetura. Por toda a cidade, vemos mostras dessa arquitetura, tais como: o Banco de Angola (1956) na avenida Marginal; os edifícios onde hoje funcionam alguns dos

³⁸ Brancos nascidos em Angola e, por isso, seriam considerados inferiores aos nascidos em Portugal.

³⁹ Empresa que detinha a exploração de diamantes em Angola.

ministérios, também na avenida Marginal; as prisões; as escolas estatais e de certo modo o Aeroporto de Craveiro Lopes em Luanda.

Em anos anteriores, predominava uma arquitetura mais imponente, tais como: a Fazenda; a ampliação do Hospital Maria Pia; o Estádio Municipal dos Coqueiros; o Porto de Luanda; o Palácio das Comunicações; o Liceu Salvador Correia e a Maternidade, entre outras edificações, e excetuando o Branco Nacional de Angola. Nesse contexto, a Igreja Católica beneficiou-se dos serviços do GUC, com os projetos do Colégio São José do Cluny e da Casa das Madres, localizada depois do hospital Maria Pia, no sentido de quem segue para o bairro da Samba. De acordo com (MARTINS, 2010) “O Banco Nacional de Angola é o edifício mais emblemático da cidade de Luanda, não só pelas suas proporções como pela monumentalidade e composição. De referência neoclássica, enquadra-se na vertente arquitetônica do Estado Novo”. Um edifício projetado por Vasco Regaleira (1897-1968), simbolizando a arquitetura do Estado Novo, com feição neoclássica “revivalista” – feito para integrar a arquitetura existente na cidade com elementos do século XVII. É, sem dúvida, o edifício mais imponente e rico nos seus materiais e na história que Vasco Regaleira procurou passar a todos que visitam o edifício.

Depois do plano urbanístico de 1952, em 1956 deu-se início ao plano regulador, realizado em Luanda, com os técnicos da CML que trabalharam até 1958, uma vez que se continuava a apontar debilidades dos planos realizados pelos técnicos do GUC e mais tarde do GUU. Em 1961, formou-se outro Gabinete de Urbanização (GU) em Luanda, chefiado por Fernão Lopes Simões de Carvalho (o primeiro arquiteto e urbanista nascido em Luanda) passou a colaborar com João Guilherme Faria da Costa e o Ministério das Colônias uma vez que nessa altura o GUU já tinha sido extinto em 1957. Fernão Lopes Simões de Carvalho realizaria o novo plano urbanístico para a cidade de Luanda. Ele atendia a vontade de muitos: era angolano, morava no país; se destacava por ter estado em Paris para formação como urbanista e, por último, prestou serviços para os projetos de Le Corbusier. No GU, foi criada uma equipe para esse novo plano urbanístico, visto que a CML não poderia ocupar-se de tudo, ou seja, dos arranjos e das aprovações dos munícipes, dando solução dos problemas urbanísticos que a cidade de Luanda apresentava. No período de Fernão Lopes Simões de Carvalho, aceitaram-se os pressupostos da Carta de Atenas e, subsequentemente, a realização de projetos arquitetônicos do movimento moderno em Luanda, dando continuidade ao que Vasco Vieira da Costa tinha iniciado.

Nessa direção, pode-se afirmar que existiu uma continuidade dos trabalhos entre Vasco Vieira da Costa e Fernão Lopes Simões de Carvalho. Ambos trabalharam para o mesmo, porém, cada um à sua maneira, mas era Le Corbusier e a Carta de Atenas que os dois diziam seguir. As

diferenças estavam no fato de Fernão Lopes Simões de Carvalho ser mais jovem e também se apresentar com ideias mais arrojadas. Vasco Vieira da Costa se manifestava contra as desigualdades sociais e as manifestava nos textos e despachos que redigia como Arquiteto Chefe da 8ª Repartição. Considerava-se essencialmente um arquiteto e não se viu mencionar o título de urbanista. Fernão Lopes Simões de Carvalho não só usava o título de arquiteto e urbanista como colocava nos rótulos dos seus projetos como referência o fato de ter estagiado no *atelier* de Le Corbusier com André Wogenscky⁴⁰.

Figura 60 - Edifício ao lado do edifício Infante D. Henrique, no largo do Infante D. Henrique, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

⁴⁰ O profissional encarregado por Le Corbusier de cuidar do seu *atelier*. André Wogenscky era designado como o carrasco por exigir rapidez na execução dos projetos.

Figura 61 - Edifício ao lado do edifício Infante D. Henrique, no largo do Baleizão, na cidade de Luanda, anos 1950.

Fonte: MGV- Site Luandenses 2014 - <https://www.facebook.com/groups/365527340157517/>. Acesso em 13 nov. 2017.

Figura 62 – Palácio das Arcádias na avenida Paulo Dias de Novais⁴¹ na cidade de Luanda. Projeto dos Castilhos Ltda., 1956.

Fonte: José Carlos da Silva, 2010.

⁴¹ Avenida Marginal de Luanda.

Figura 63 – Edifício do Clube Ferrovia na rua Direita de Luanda, na cidade de Luanda.

Fonte: José Carlos da Silva, 2010.

Figura 64 – Edifício da Associação Beneficente dos Empregados do Comércio de Luanda, rua dos Restauradores de Angola, projeto de Fernando Batalha, 1940.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

**Figura 65 - Colégio São José do Cluny na cidade de Luanda.
Projeto de Fernando Batalha, 1943.**

Fonte: José Carlos da Silva, 2010.

2.1.3 O papel dos promotores privados na implantação do moderno na cidade de Luanda.

A promoção imobiliária em Luanda teve seu início com os donos das grandes plantações, no interior de Angola (particularmente, os cafeicultores), que compravam muitos terrenos, prevendo o crescimento das cidades angolanas a partir da vinda de mais portugueses. Esses proprietários de terras contribuíram para a formação de uma classe média alta que exigia projetos arquitetônicos semelhantes aos que se registravam nas grandes cidades dos países europeus, designada como a arquitetura do movimento moderno. Essa era uma escolha não só dos promotores imobiliários como da própria CML, mas observou-se que a partir de Lisboa, o GUC, vinculado ao Ministério das Colônias, e ao Estado Novo promovia uma arquitetura designada por “Português Suave” e por seu lado também atendia os privados, numa forma de conseguir projetos com *caris* mais portuguesa já que essa arquitetura tinha sido escolhida e desenvolvida com esse fim. Nota-se que a Empresa Castilhos Ltda., em 1956 realizou projetos no estilo “Português Suave” como nos indica a imagem da figura 62 numa forma de satisfazer os seus clientes. Porque o primeiro de seus edifícios no largo da Mutamba, assim como o edifício do Cinema Restauração são projetos muitos semelhantes aos da arquitetura do movimento moderno.

As edificações foram realizadas individualmente, contratando empresas para o efeito ou com parcerias com a CML, que realizava os planos de pormenor, e, por vezes os projetos das edificações.

Entre as primeiras dessas ações, estavam a inauguração de salas de cinema e as melhorias da estrada de ferro. Em 1940, o **Diário de Luanda**⁴², nos dá notícias:

O aniversário do Nacional Cine Teatro – Passou ontem mais um aniversário da inauguração do Nacional Cine Teatro, importante melhoramento, da iniciativa de alguns sinceros amigos desta capital. Iniciativa arrojada para o tempo, bem mereceram da nossa gratidão os seus empresários. Luanda ficou dotada de uma sala de espetáculos digna, que ainda hoje é a única a servir a população. A outro melhoramento importante se lançou a sua empresa: a construção de uma casa de cinema, nos musseques, para servir a população indígena e, que, brevemente, vai ser inaugurada.

A edificação do bairro do Café, nos anos de 1950, pode ser considerada uma das primeiras edificações em massa da iniciativa privada. Em anos anteriores a baixa de Luanda com os lucros do comércio de escravos também promoveu edificações de privados. Os profissionais em arquitetura e urbanismo iniciavam a sua atividade no setor privado e só depois recebiam o convite para incorporar as equipes ligadas ao Estado pela constatação das suas competências. O que vem confirmar isso é o percurso dos arquitetos que trabalharam em Luanda como Vasco Vieira da Costa que ingressa na CML antes da sua formação como arquiteto. Fernão Lopes Simões de Carvalho, quando chegou a Luanda, depois da sua formação, deu aulas durante um ano e, posteriormente, foi admitido no Gabinete de Urbanização em Luanda. Por sua vez quem trabalhava no Estado formava parcerias com profissionais privados na realização de projetos, simplesmente ao podiam assinar por funcionarem na CML.

MENDES (2012, p.252) acredita que:

Do ponto de vista cultural, a ação de um conjunto de arquitetos influenciados pelo modernismo, teve um impacto importante na conjuntura. Se numa fase inicial geravam resistências junto aos poderes instituídos, acabariam por se aliar com os serviços da administração colonial a requisitar os seus serviços.

Os bancos e as cooperativas privadas, sem dúvida, beneficiaram a promoção imobiliária. Os donos de terrenos adquiriam-nos por compra ou troca na CML. Esses, frequentemente, contratavam uma empresa de construção para realizar o projeto e a execução da obra. As grandes extensões de terra eram divididas e vendidas ou construía-se e vendia-se por frações autônomas em propriedade horizontal. As parcerias público-privadas eram realizadas nos terrenos da CML ou nos terrenos privados com projetos realizados pela CML. Dos investidores, os mais reconhecidos eram os nomes de Cunha e Irmão, Mário Cunha, Gomes e Irmão, Martins

⁴² Arquivo Histórico Nacional Angolano

e Almeida, Cardoso de Matos, Voto Neves, Burity e Josefa Marçal, etc. Já nos anos de 1950, a Caixa Geral de Depósitos de Angola concedeu empréstimos a quem pretendesse crédito para habitação. Em entrevista, Luís Carlos Dias (2017) disse que os privados construíam ou mandavam construir e a CML por sua vez aprovava os projetos e fiscalizava as obras, com base nas regras ditadas pela comissão já referida e composta por técnicos das Obras Públicas, CML, Inspetor de Saúde e o representante da Comissão dos Monumentos Nacionais.

Os jornais publicados em Angola e a rádio eram os meios de divulgação dos projetos de venda em propriedade horizontal. Neles, eram publicitados não só os empreendimentos em Angola, como os de Portugal e os do Brasil. A título de exemplo: a Empresa Predial Nortenha que, no jornal **A Província de Angola**, em 06 de agosto de 1964, anunciava a venda de habitação em São Mamede de Infeste junto à cidade do Porto, mas colocava a alternativa de troca por terrenos em Luanda; em 01 de abril de 1967 o anúncio da venda de habitações na Amadora em Lisboa pela empresa J. Pimenta Ltda.; em 18 de janeiro de 1961, surge a venda de habitações em Brasília; as empresas produzirem habitação tanto em Portugal como em Angola, tais como os casos da J. Pimenta e da Companhia Construtora Financeira – Cofinca ou, ainda, a venda de apartamentos construídos em Portugal e vendidos em Luanda, como o Edifício Eiffel. Esse anúncio tratava da venda de 2 blocos de apartamentos na avenida da República, em Lisboa, com possibilidade de pagamento parcial ao Montepio a longo prazo, aceitando o pagamento em Escudos da Província de Angola, os mesmos estavam a ser comercializados no largo de D. João IV, 12, 12º andar B em Luanda, sem contudo, anunciar, em 09 de julho de 1967, a entidade que vendia os referidos blocos de apartamentos – o que vem provar que em Luanda existiam indivíduos com muito dinheiro, logo um local propício para o investimento imobiliário em Luanda e noutras localidades da língua portuguesa. Como esse negócio era detido por portugueses, certamente, esses seriam o público certo para compra de habitação nas terras por onde mais circulavam também os portugueses, Angola, Portugal, Moçambique e o Brasil.

O regime de propriedade horizontal foi criado pelo Decreto-Lei nº 40.333, de 14 de outubro de 1955, em Portugal. Para Angola, a Portaria nº 15.984, de 06 de outubro de 1956, aplicou o regime nas colônias com algumas pequenas alterações. A partir de 1958, assistiu-se a venda de edifícios em propriedade horizontal, onde os munícipes eram alvo da exploração imobiliária e levavam muitos anos a pagar uma casa. Os financiamentos eram atribuídos pelo Fundo de Fomento que também previa melhoramentos locais que abrangia habitação e serviços. Essa atividade intensificou-se depois de 1965 e durou até 1975. Apesar da independência de Angola só ter sido decretada em 11 de novembro de 1975, com a queda do Estado Novo, em

25 de abril de 1974, os empresários mais ricos, prevendo o mesmo em Angola regressaram a Portugal e muitos preferiram o Brasil para viver como o caso de Luís Martins Soares e Ruy Morais e Castro que muito contribuíram com informações e documentos para esta pesquisa.

A pesquisa no jornal **A Província de Angola**, no qual se publicitava a venda de apartamentos em regime de propriedade horizontal, permitiu todo esse conhecimento sobre a venda imobiliária em Luanda de 1958 a 1975. O primeiro anúncio registrado foi o da empresa Cofinca e a Construções Modernas, em 03 de outubro de 1958 e por isso se considera como pioneiras na promoção da propriedade horizontal em Angola. Para o bairro Prenda, a Precol anunciou, em 08 de julho de 1968, que os lotes 1 e 2-tipo B, lotes 12 e 13-tipo D e os talhões 23 e 12, ambos com casas geminadas, já estavam concluídos e habitados e que faziam parte da segunda fase do processo. Igualmente, anunciava a construção da terceira fase em construção do lote 3-tipo B1, lote 22-tipo E e, os talhões 32 e 10 A, com casas geminadas. No anúncio, em 19 de abril de 1964, colocou à venda casas com as plantas baixas do projeto de arquitetura da mesma. A Unidade de Vizinhança nº 1 era uma obra de utilidade pública, com parceria privada, criada pelo Ministro do Ultramar, em 05 de novembro de 1963, e essa, por sua vez foi atribuída à Precol, ao abrigo da Lei 2.007. A empresa tinha a sua sede na rua Salvador Correia, 176, 2º andar direito, em Luanda, nesse caso, os munícipes compradores estavam isentos do pagamento de sisas nos termos da lei. Em 1964 a Precol voltou a anunciar no jornal **A Província de Angola**, publicado no dia 19 de abril de 1964, a venda dos apartamentos duplex onde o menor seria com 50m², ou seja, o tipo A custava 85.000,00 Escudos e tinha uma renda mensal de 612,00 Escudos, pagáveis em 139 meses, o equivalente a menos de 12 anos. O apartamento tipo B com 83m² foi comercializado a 141.100,00 Escudos no qual se pagava uma renda mensal de 1.015,00 Escudos, já o apartamento com tipologia C e D teriam 119m² e 157m² respectivamente e foram comercializados o A a 202.300,00 Escudos com uma renda mensal de 1.455,00 Escudos e o D a 266.900,00 Escudos e uma mensalidade igual a 1.917,50 Escudos. O número de anos na venda dos mesmos era igual para todos os apartamentos. A tipologia E com 182 m² no valor total de 309.400,00 Escudos e uma mensalidade igual a 2.225,00 Escudos. Esta parceria entre Precol e CML estabeleceram pagamentos dos edifícios por 12 anos, com preços mais baixos onde as rendas mensais eram: tipologia A-612,00; B-1.015,00; C-1455,00; D-1.917,50 e E-2.225,00 Escudos (Idem).

Em 06 de janeiro de 1969, foi anunciado o Edifício Alto da Maianga de frente para a rua Norton de Matos e Garcia de Resende a 300 metros do Cinema Avis, sob o financiamento do Banco de Crédito Comercial e Industrial em fase terminal de construção. Igualmente o prédio Edifício Angola também, no bairro de Alvalade, na rua do Cinema Avis, com

apartamentos que valiam entre 199.000,00 a 419.000,00 Escudos. Anunciava-se também a construção de apartamentos com facilidades de pagamento e quem tratava da venda era a Aralte. Em 01 de julho de 1968, o anúncio incluía as condições que o prédio teria, por exemplo, ar condicionado, água quente, máquina de lavar elétrica, filtro de água (pressão), tomada para telefone e telefones intercomunicadores.

Em 1967, a Construções Horizonte anunciava preços a partir de 198.000,00 Escudos. Nas vendas, a entrada deveria ser paga com valor correspondente a 30% do total e o restante deveria ser pago num máximo de 48 prestações; 30% corresponde a 59.400,00 Escudos como valor de entrada e os restantes 138.000,00 seriam pagos em 48 meses, um valor de 2.887,50 Escudos por mês. Tratava-se da construção de um prédio na avenida dos Combatentes em frente ao 2º bairro Fiscal. Anunciavam-se, ainda, 107 apartamentos e 12 lojas com previsão para 4 elevadores e 2 monta-cargas. No anúncio de 15 de maio de 1967, mencionava-se que a construção estava aos cuidados do Empreiteiro João G.P. Costa.

Em 01 de dezembro de 1973, era anunciado no jornal **A Província de Angola** o Prédio Combatentes contendo áreas entre os 54 m² e os 105 m² por apartamento. A sua planta-tipo contemplou os 12 apartamentos, num só piso, o anúncio diz que seria construído na avenida Senado da Câmara, mas o mais correto será dizer António Enes no fim da rua do Quicombo. Esse era um edifício com uma testada enorme, raro em Portugal ou no Brasil, mas que em Luanda tornou-se frequente. Também o Edifício Kinaxixi, na rua Mousinho de Albuquerque, construído pela Predial Confiança, foi anunciado em 29 de abril de 1971. Já o Edifício Caravela, construído pela Conol para a Cooperativa O Lar do Namibe, entre a rua Duarte Lopes e a rua Avelino Dias, foi anunciado em 25 de abril de 1971. Seu piso térreo era destinado ao comércio com lojas e sobrelojas. Ele tinha apartamentos com sala e um quarto, sanitários, cozinha, lavandaria e varanda.

Em 05 de abril de 1971, anunciou-se o Edifício São Paulo de Tarso, construído na alameda D. João II, pela empresa Imóveis de Angola Ltda., com preços de apartamentos por 360.000,00, 375.000,00 e 390.000,00 Escudos. Para obter direitos de garagem os valores subiriam entre os 540.000,00 e os 660.000,00 Escudos. Na sua compra, consideravam as parcelas de entrada como pequenas prestações mensais. O Edifício Alameda, em 03 de outubro de 1971, foi anunciado. Localizado na alameda Almirante Américo Tomaz, junto à Igreja da Nazaré, o mesmo previa lojas e subsolo, com apartamentos de dois quartos cada, sala comum, banheiro, lavandaria e varandas. Contemplavam as instalações, ar condicionado e água quente na cozinha e no banheiro. Em 21 de abril de 1972, o Edifício Luanda, entre a rua António Barroso e Garcia de Resende, apresentou a empresa Construções Unidas e anunciava esta e

mais duas construções de edifícios no bairro da Maianga, na rua António Barroso, e no bairro dos Coqueiros, na rua Duarte Lopes. A empresa Construções Jonar Ltda., anunciou também a construção com 10 pisos, apartamentos com 2, 3 e 5 divisórias, lojas e escritórios, a venda era feita pela Agência Imobiliária de Angola (AIA).

Em janeiro de 1974, publicitava-se o Edifício Alvorada, situado numa área bastante privilegiada com quatro frentes para as ruas Guilherme Capelo, Cabral Moncada, rua que dava de frente ao bairro Alvalade e rua para acesso aos subsolos e parque do mesmo (bairro da Sagrada Família). O edifício tinha quatro habitações consideradas de luxo e com escritórios por piso. Seu proprietário era Francisco Dias da Silva. A empresa Inverno Sol, com sede na rua António Barroso, anunciou, em 26 de janeiro de 1974, a venda de apartamentos, lojas e escritórios na rua Engenheiro Artur Torres, onde as modalidades de pagamento eram de 10% no início e mais 60 prestações mensais. No ano seguinte, 9 de fevereiro de 1975, a empresa voltou a anunciar a venda de apartamentos, na rua Luís de Camões e na rua de Salvador Correia, com as modalidades de 10% de entrada inicial e 36 prestações mensais. As ruas Luís de Camões e Salvador Correia situam-se muito próximas do centro de Luanda, logo a razão de menores prestações por serem locais, onde existia uma procura maior. Em 25 de abril de 1974, o Edifício Benguela Atlântico, construído pela Unipredio na rua Salvador Correia com apartamentos e lojas era anunciado.

A Siccal Imobiliária, com sede na rua de Silva Porto, em Luanda, anunciou em 04 de maio de 1974, a venda de apartamentos na rua Gomes de Sousa – esses apartamentos tinham 2 e 3 divisórias. Igualmente na praça dos Lusíadas, apartamentos com 2, 3 e 4 divisões com cozinha, 2 banheiros, lavandaria e marquise. Também lojas junto ao Banco de Poupança e Crédito (BCA) com 200m² a 300m². Já no Eixo Viário anunciou lojas num edifício de 3 pisos de 130m² a 700m², com o pagamento a prestações em 48 meses. Na rua Salvador Correia também foi anunciada a venda de armazéns com 3 pisos, 2 dos quais com rampas para o acesso das viaturas com áreas de 1.600m². Os armazéns eram muito solicitados naquela área pela proximidade ao Porto de Luanda e pelo elevado número de instituições comerciais.

Em 12 de junho de 1967, a Conol anunciou a venda de apartamentos com duas e quatro divisões, a terceira fase do prédio Sagrada Família, na rua Norton de Matos, com valores entre os 240.000,00 e os 340.000,00 Escudos, com a modalidade de pagamento 1/3, no ato da assinatura do contrato e mais 48 prestações mensais. O Edifício Tudangol com sede em Luanda na rua Miguel de Melo, 92 2º andar salas M e O, anunciava a venda em 29 de maio de 1974 edifícios nas ruas Engenheiro Artur Torres, Luciano Cordeiro, General Roçadas e Alberto Correia da Silva – Herdeiros na avenida Sá da Bandeira anunciava a compra e venda de

propriedades. Em 07 de julho de 1967, o Edifício Brasil, entre a avenida do Brasil e a rua Antônio Nobre, edificado pela Propriedade Horizontal Limitada-Protal, com sede na rua Luís de Camões, 47, 1º andar, sala 12, construiu 9 moradias e 20 apartamentos com preços desde os 210.000,00 Escudos. Em 11 de março de 1968, foi anunciada a venda do Edifício Pátria, com 5, 6, 7 e 8 amplas divisões, hall, 2, 3 e 4 banheiros por apartamento, na avenida Marginal de Luanda construídos pela TecAtomium do Grupo Atomium. Um ano antes o mesmo edifício era anunciado em 10 de julho de 1967 com as mesmas divisões, o hall e os banheiros mais a cozinha, a copa, os guarda roupas de parede, varandas na fachada principal e na posterior. O Edifício São José, na avenida dos Combatentes, construído pela Cofinca, com a possibilidade de pagamento em 3 anos, custando cada apartamento entre os 100.000,00 a 220.000,00 Escudos. Em 02 de dezembro de 1959, anunciava a existência de dois elevadores, hall social, apartamentos com 2 quartos com armários de parede embutidos, banheiros, varanda e um terraço com tanques e 4 sanitários para indígenas. É frequente, em Luanda, os edifícios com terraço, que durante a semana, eram usados como lavandaria ou arrumos, serem transformados em locais de lazer.

Outro empreendimento privado, anunciado em 16 de julho de 1968, era o Edifício Infante D. Henrique, hoje apelidado por Treme-Treme pela sua estrutura tremer a todo o instante, segundo relato de moradores e visitantes. O mesmo foi edificado na esquina da avenida dos Restauradores de Angola e o largo Infante D. Henrique no largo do Baleizão pela Siccal. Esse era um edifício para escritórios, consultórios e apartamentos com condições de pagamento em 18, 30, 42 e 54 meses, com preços a partir de 130.000,00 Escudos.

Também foi anunciado o edifício Cristo Rei segundo bloco pela Cofinca a 24 de abril de 1964 nas avenidas Sá da Bandeira e Combatentes onde 3% do pagamento seriam para a sisa na escritura definitiva e estaria isenta de contribuição predial por 10 anos. O edifício D. João foi igualmente anunciado a 07 de maio de 1964 com três tipos de lojas, três tipos de apartamentos ao preço a partir de 150.000,00 Escudos, situado entre a alameda de D. João II e a rua Paiva Couceiro, de frente para a avenida Combatentes da Grande Guerra com 7 pisos sendo o último piso um terraço. A 18 de setembro de 1964 a Cofinca anunciou a venda de lojas com arrumos e moradias no centro comercial do bairro Popular. A APU-Agência Predial Ultramarina com sede na rua Mousinho de Albuquerque, 21 a 18 de fevereiro de 1961 anunciou a venda de moradias isoladas junto a fábrica da Nocal⁴³ com 7 divisões, com o pagamento

⁴³ Fábrica de cerveja

inicial de 45.000,00 Escudos e o restante em mensalidades de 1.000,00 cada. No anúncio não se mencionou o valor total das referidas moradias.

O jornal já trazia a notícia em 10 de maio de 1967, que para resolver o problema da falta de habitação criaram-se as cooperativas de construção urbanas, mas já se lamentavam do custo alto dos terrenos e da construção. A cooperativa atribuía a cada sócio um número para permitir os sorteios. Antes do início da construção da casa, os interessados apresentavam o terreno, o projeto e o empreiteiro à cooperativa para o caso da comparticipação. Caso fossem realizadas em nome dos requerentes as casas depois de construídas hipotecavam-nas às cooperativas. Para o caso do terreno ter sido cedido pela CML ou pelo Estado em regime de concessão de aforamento, o processo iniciava já em nome da cooperativa e igualmente a construção era realizada em nome da mesma. As cooperativas iniciaram em 1951 e duraram até ao ano de 1975 (LEITE, 2013).

A Cooperativa A Nossa Casa era uma sociedade sob forma anônima e considerada uma das primeiras (se não a primeira cooperativa) de Angola, com sede em Nova Lisboa, fundada no início dos anos de 1940. Segundo o jornal **A Província de Angola** (10 mai.1967), a cooperativa já tinha construído cerca de 500 habitações em vários locais de Angola, como Nova Lisboa, onde já tinham construído 287 casas, em Luanda 44, no Lobito 29, em Benguela 12, em Sá da Bandeira 5, em Silva Porto 10, em Malanje 6, no Luso 4, em Moçamedes 2 e 1 em Robert Williams, Santa Comba, Salvador do Congo, Cubal, Salazar, Catumbela, Monte Belo, Vila Flôr e Catofe⁴⁴. A sua sede custou mais que 1.500.000,00 Escudos. As quotas das habitações variavam de 50 a 90 Escudos por mês. Existia o valor da ação e o de uma joia. A forma de aquisição da mesma era por sorteio, pelo número de ordem da inscrição ou por comparticipação de capital por cooperação. O máximo de prestações aceitas para a compra de habitação nessa altura do anúncio seriam as 24 prestações. Em 23 de setembro de 1969, a cooperativa A Nossa Casa criou o Centro Angolano de Estudos Cooperativos.

A Cooperativa O Lar do Namibe foi fundada em 16 de fevereiro de 1950, mas há notícia que a sua atividade teve início em 1954. Em entrevista Ruy Morais e Castro (2017) alegou que em 1957 já tinha conhecimento da existência da cooperativa e relacionava-se com o seu fundador e seu compadre Mariano Pereira Craveiro. Esse último fundou a cooperativa e foi também seu presidente com sede em Moçamedes. A cooperativa se expandiu primeiro para Porto Alexandre, para Serpa Pinto e, depois, por toda Angola. Nas províncias ultramarinas e em Portugal (LEITE, 2013). No jornal **A Província de Angola**, em 01 de setembro de 1968,

⁴⁴ Quibala a Sul do Rio Cuanza.

anunciava o seu novo estatuto e regulamento interno, no qual algumas das modalidades eram: a ordem numérica, o sorteio, a comparticipação de capital, a comparticipação com capital com limite de tempo, por percentagem, cooperador ativo, antecipação, sorteio para sócios proponentes, sorteios regionais, por morte do associado, limite de espera, construção condicional com juro. Para a construção, existiam 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16 e 20 anos, conforme a cota a pagar e com direito a construção em propriedade horizontal. A construção por comparticipação de capital obedecia, os limites de tempo pela maior oferta e ainda por percentagem fixa para qualquer associado – a de maior oferta tinha 3 grupos distintos. A construção foi facilitada a todas as bolsas, conforme o desejo de espera e a vontade do cliente. O edifício construído pela Conol na esquina da avenida Norton de Matos e as ruas Oliveira Martins e Luís Vasconcelos, é considerado o primeiro edifício da cooperativa Lar do Namibe em propriedade horizontal construído em Luanda, após sua conclusão em 14 de outubro de 1971, o jornal **A Província de Angola** publicou e informou a sociedade.

Em entrevista Ruy Morais e Castro (2017), de nacionalidade portuguesa, diz ter trabalhado para as cooperativas O Lar do Namibe e para a Alegria pelo Trabalho de 1957 a 1972. Ele declarou que no ano de 1965, era funcionário da cooperativa O Lar do Namibe, sendo autorizado a contactar os sócios e novos sócios. Ele narrou que, em 1957, a cooperativa O Lar do Namibe possuía 1300 sócios. Ruy Morais e Castro alegou que em conversa com o fundador da cooperativa, Mariano Pereira Craveiro soube que a cooperativa O Lar do Namibe deparava-se com muitos problemas, porque os sócios não pagavam as quotas. Quando Mariano Pereira Craveiro esclareceu a forma como funcionava a cooperativa, Ruy Morais e Castro (2017) concluiu que os comunicados nos jornais, jamais surtiriam efeito e que o ideal seria que alguém fosse falar com cada um dos sócios, fazendo-os entender a importância do pagamento da quota. O presidente da cooperativa informou-lhe que não tinham como custear as despesas de transporte e hospedagem das viagens. Mas ao saber quanto ganharia pelo trabalho, Ruy Morais e Castro (2017) aceitou percorrer toda Angola, onde conseguiu que as quotas fossem pagas e ainda angariando mais associados.

De acordo com Ruy Morais e Castro (2017)

Alguns anos mais tarde meu compadre, pois foi padrinho de batismo da minha filha mais nova. Chamava-se Mariano Pereira Craveiro. Era Presidente da Cooperativa “O Lar do Namibe” de Moçamedes. Viajava muito, à procura de pessoas, em algumas das cidades, que representassem a cooperativa. Chegou a convidar-me para sê-lo em Novo Redondo, mas eu não aceitei porque, além do Marques, Seixas & Cia. Ltda. eu já tinha a Companhia de Seguros. Voltei a encontrá-lo, mais tarde, no Lobito, em 1957, quando comecei a trabalhar com a Garantia-África. Não me fez nenhuma proposta, mas, cinco anos mais tarde – em 1962 - pediu-me que ficasse como seu representante, mas a companhia disse-me que a cooperativa era uma forte concorrente das seguradoras e que eu, se quisesse continuar na Garantia, não poderia aceitar a

representação da cooperativa. Foi nessa altura que vi que o meu futuro estava mais na cooperativa que propriamente na seguradora. O sr. Mariano Pereira Craveiro contou-me que a cooperativa tinha sido fundada há oito anos, já estava com cerca de três mil associados em toda a colônia, que, dentro de pouco tempo, muitos teriam direito à construção por comparticipação de capital, mas jamais poderiam gozar desse benefício, porque estavam com as cotas atrasadas. Que, através dos seus Comunicados Mensais, ia procurar convencer esses associados a recuperarem as suas posições para usufruírem dos respectivos direitos. Eu disse-lhe que isso não daria certo, que o ideal era criar esse departamento e pôr à frente, uma pessoa que fosse pessoalmente falar com todos os associados nessas circunstâncias, e aproveitasse a oportunidade para angariar novos associados. Respondeu-me que não só não tinha quem fizesse isso, como a Cooperativa não poderia assumir as enormes despesas de viagem, como hospedagens, transportes, etc., Foi aí que eu lhe disse: “Eu faço isso, com as despesas todas de minha conta.

Este colocou como condição receber uma percentagem em função dos pagamentos conseguidos. Então para continuar a ter sucesso na sua atividade, resolveu morar em Luanda, a capital do país, onde o desenvolvimento se iniciava de forma volumosa. Ele na rua Pereira Forjaz, muito próximo da Mutamba, no centro da cidade, abriu o Gabinete Consultor Técnico Cooperativista Predial Urbano (TECNICOOPE) e também alugou 30 minutos na Emissora Católica de Angola na Calçada de Santo António, onde uma vez por semana o programa era emitido às 12h e chamava-se Sintonia. Esse programa servia para responder as perguntas e dúvidas dos associados e público em geral, uma vez que a cooperativa O Lar do Namibe não possuía recursos humanos para atender o número elevado de sócios espalhados por toda Angola. O programa de rádio proporcionou que quem não quisesse mais comprar a casa, solicitasse a venda das suas posições, o que veio permitir também mais ganhos. Esse mesmo programa serviu para que Ruy Moraes e Castro (2017) também respondesse às dúvidas de indivíduos que tinham adquirido casas em outras cooperativas e foi assim que passou a trabalhar também para a cooperativa Alegria pelo Trabalho, no qual foi possível a ele vender o edifício do Livro, na rua Guilherme Capelo a 12 sócios. Na entrevista com Ruy Moraes e Castro (2017), ele comentou que quando deixou de prestar serviços a essas cooperativas em 1972, a cooperativa O Lar do Namibe tinha 23.000 sócios.

Ruy Moraes e Castro conta-nos:

Aluguei uma sala na Rua Pereira Forjaz e abri um Gabinete Consultor Técnico Cooperativista Predial Urbano, sob a abreviatura de TECNICOOPE. Aluguei o espaço de 20 minutos na Emissora Católica de Angola, onde tinha, uma vez por semana, um programa em que abordava os Estatutos da Cooperativa O Lar do Namibe, A cooperativa, com um número cada vez maior de associados, não tinha condições humanas de atender às perguntas que milhares de associados lhes faziam por carta ou pele telefone. O meu programa na Emissora Católica não podia ter surgido em melhor hora. Foi um sucesso absoluto. Os associados faziam-me as perguntas para o meu programa e eu dava-lhes as respostas imediatas na primeira radiodifusão. Era o que a Cooperativa devia ter feito. Os associados que iam tendo o direito à construção, por sorteio, por ordem ou por comparticipação de capital, começavam a querer construir

e era eu, no meu programa, que lhes explicava os procedimentos necessários. E assim começaram as construções mais importantes, como a daquele prédio enorme, em forma de livro, aberto, na rua Guilherme Capelo. Pouco depois muitos dos associados começaram a querer vender as suas posições.

Ao continuar seu relato, Ruy Morais e Castro (2017) mencionou que os lucros foram ótimos, serviram para pagar os gastos das viagens, sustentar-se e ainda comprar posições na cooperativa em seu nome, isso porque sonhava um dia construir prédios, mas, infelizmente, não foi possível, porque teve de abandonar Angola e viver para o Brasil, fugindo da guerra de Angola.

Levei dois anos a percorrer o Norte de Angola, correndo riscos de vida todos os fins de semana que ia a casa, em Luanda. Não quero contar as dezenas de situações perigosas que vivi, as muitas emboscadas em que caí, a não ser para referenciar as muitas, muitas vezes que Deus me tirou do sufoco, [...] Foi aí que eu comecei a recuperar o dinheiro gasto com a abertura do escritório, com o programa de rádio, chegando ao ponto de comprar muitas posições para mim mesmo, afim de vir a construir diversos prédios. Não o fiz, porque, entretanto, com o desenrolar dos acontecimentos em Angola, acabou tudo, tudo, tudo para nós, nascidos ou criados na colônia e não nos restou outra solução que não fosse eu, por exemplo, aos 45 anos, casado, com três filhas, tentar começar do zero uma vida nova num país que teve sempre os braços abertos para nós - portugueses e angolanos - o Brasil (Idem).

E concluiu que por onde andou proferiu palestras nas câmaras municipais, nas associações comerciais e nos comandos de polícia, mostrando as vantagens na aquisição de moradias ou apartamentos como também fotos das lindas paisagens de Angola. Passou por inúmeras dificuldades, pois no interior de Angola e depois do início da luta armada em 1962, os portugueses sofriam ataques dos chamados terroristas⁴⁵.

Dez anos bem vividos, dez anos bem sofridos, dez anos com a vida permanentemente em risco, com a guerra, as atrocidades por que passámos e que acabaram por nos pôr, a todos de Angola, para fora. Terminado o meu trabalho de recuperação de associados inadimplentes no Luso, parti para as palestras no Palácio do Governo, nos Serviços de Administração Civil, da Câmara Municipal, na Associação Comercial, no Comando da Polícia, que me permitiram angariar cerca de 400 associados novos. Três meses depois de ter chegado ao Luso, tomei o comboio do CFB para a fronteira com o Katanga, para Dilolo, de onde parti, depois, para o Alto Zambeze (Idem)

As cooperativas na ausência dos créditos bancários foram um outro meio encontrado pela ação de privados para conseguir a casa própria. Reuniam-se grupos de indivíduos que se comprometiam contribuir com uma mensalidade. Inicialmente, as habitações eram edificadas por sorteio e num período posterior em função do sócio mais antigo. Isso explicou por quais caminhos passaram os promotores imobiliários na sua prestimosa ação em promover desenvolvimento e como foi possível edificar muitas das cidades de Angola e, no caso particular, Luanda.

⁴⁵ Designação as tropas dos partidos armados que vinham fazendo frente ao Governo Português.

Outra cooperativa era a Alegria pelo Trabalho, com sede em Luanda, na rua Sousa Coutinho, 87, 2º andar, sala 7. Há notícia que, em 1968, já tinha atingido os 5000 associados (LEITE, 2013). No jornal **A Província de Angola** (20 mai. 1967), depois da inscrição dos sócios e liquidadas as primeiras quatro prestações entravam para o sorteio. Em 1967, a cooperativa estava a construir 20 apartamentos num prédio com 5 pisos em regime de propriedade horizontal e 26 habitações nesse mesmo ano, a 06 junho de 1967, o jornal **A Província de Luanda** publicou tudo sobre a cooperativa, e mais as fichas de inscrição para facilitar a quem pretendesse inscrever-se. Em 01 de julho de 1968, no mesmo jornal, lê-se que a cooperativa adquiriu naquele ano 900 sócios. Como alternativas para a aquisição de habitação, anunciavam a construção no 10º ano, após a inscrição, construção por antiguidade, a partir do 3º ano, construção no 1º, 2º, 3º, 4º ou 5º ano de inscrição, construção por sorteio realizado mensalmente, sobrevivência a partir do 3º ano, após a inscrição ou reforma no fim do 10º ano. Depois passou a localizar-se também na rua Pereira Forjaz, 79, 3º andar, sala 5, próximo da Mutamba. Em outra publicação, em 13 de agosto de 1968, há notícia de um prédio com 8 pisos e 50 apartamentos, na rua António Barroso, em Luanda, cujo empreiteiro era a Construtora-Ltda. Nesse anúncio era colocado que o custo total da obra seria de 12.600.000,00 Escudos e seria edificado no prazo de 18 meses. O anúncio, de 29 de maio de 1974, trazia que o Prédio Barroso 4, com 56 apartamentos, no qual a entrega das chaves ocorreria no dia 1 de junho de 1974, no referido prédio como ato inaugural.

Observando minuciosamente a cidade de Luanda, foi possível constatar que os edifícios da Cooperativa Alegria pelo Trabalho estão situados nas ruas António Barroso, Guilherme Capelo e avenida de Álvaro Ferreira. Já a Cooperativa O Lar do Namibe, encontramos suas edificações nas ruas António Barroso, D. João II, António Enes, Quicombo (prédio do livro no bairro de São Paulo) e avenida Norton de Matos. Os edifícios da cooperativa Alegria pelo Trabalho são os que se apresentam com maior imponência, ou seja, são dos mais altos e por isso mesmo, comportam maior número de famílias, assim como serviços no piso térreo e um dos maiores edifícios é o Prédio do Livro, na rua Guilherme Capelo. Outro edifício imponente é o Edifício do Livro do bairro de São Paulo da cooperativa o Lar do Namibe.

A Cooperativa Alegria pelo Trabalho construiu o primeiro prédio em propriedade horizontal em Angola, trata-se do prédio situado entre as ruas Norton de Matos e Garcia de Resende no bairro de Alvalade. A sua inauguração foi anunciada no jornal **A Província de Angola**, no dia 29 de abril de 1968.

Já a Cooperativa A Previdente Angola tornou-se conhecida através de um anúncio no jornal **A Província de Angola**, em 24 de novembro de 1971, no qual informava aos sócios e

futuros sócios e, sobretudo, aos bancos que o Sr. António José de Melo não era mais o angariador. Ele só poderia preencher pedidos de inscrição e receber de cada associado o valor de 150,00 Escudos. O referido aviso era datado de 19 de novembro do mesmo ano da publicação e foi assinado pelo Presidente do Conselho de Administração, Adriano dos Santos Oliveira.

A cooperativa O Nosso Abrigo com sede na cidade de Malanje anunciava a 15 de agosto de 1967 um resumo da sua atividade, alegando uma existência de 15 anos (de 1952 a 1967) e que nesse período de serviço já tinha construído 245 casas no valor de 57.178.000,00 Escudos, sendo que maior parte das suas edificações eram em Luanda. Essa cooperativa foi fundada no ano de 1952 com um património social de 7.832.000,00 Escudos e já tinha mais de 4000 sócios. Esse resumo que o jornal **A Província de Luanda** apresentava dizia respeito à sua atividade de 1952 a 1966.

Enquanto os bancos não se dispunham para empréstimos, as cooperativas com capitais privados, sabiamente, souberam dar assistência aos cidadãos que pretendiam comprar habitações, muito antes dos edificios em propriedade horizontal e os bancos, o que nos leva a considerá-las pioneiras na contribuição da conquista da casa para muitos. Numa breve análise sobre o serviço de bancos em Angola, vemos que o Banco de Angola apesar de ter sido fundado em 1926, dando sequência ao Banco Nacional Ultramarino, fundado em 1863 e por outro lado, o Banco Comercial de Angola, fundado em 1957, deu maior atenção aos grandes monopólios. Apenas nos anos de 1960, surgiram novos bancos, como por exemplo, o Banco de Crédito Comercial e Industrial em 1965, o Banco Totta Standard Angola em 1966, o Banco Pinto e Sotto Mayor em 1967 e, em 1973, o Banco Interunido. Igualmente, em 1929, surgiu a Caixa Econômica Postal, o Montepio Geral de Angola em 1933, a Delegação do Banco de Fomento Nacional em 1960 e em 1961 a Caixa de Crédito Agropecuário. Essas instituições, numa primeira fase, forneciam créditos aos funcionários do Estado e só depois em 1965, passaram ao crédito atribuído a qualquer indivíduo que tivesse um avalista e comprovasse liquidar as parcelas constituintes do empréstimo.

As empresas de construção que funcionaram em Luanda são: a Construções Tobar, Construções Unidas, Construções Polar, Construções Civis, Construções Pró-Horizontal, Ltda., A Competente, Ltda., Ribeiros Limitada, Siccal, Gadec, Conol, A Pastorinha, Precol, Construções Cofinca, J. Pimenta, Unipredio, Sociedade Angolana de Construções Residenciais-Ancor, Propriedade Horizontal-Protal, TecnAtomium, Imóveis de Angola, Sociedade Colonial de Construções Ltda., entre outras. Com os seus recursos ou por financiamentos privados foi possível edificar o legado que Luanda ostenta. Assim, é possível contemplar edificios erigidos pela: Conol - nas ruas Paiva Couceiro, Norton de Matos, largo da Sagrada Família, D. João II

e António Barroso; Precol - no bairro Prenda e Precol; Gadec com participação no edifício do Posto Médico da Maianga e Flamingo na rua António Barroso, o edifício no início da avenida Brito Godins próximo do largo da Maianga, o edifício do Livro na rua de Guilherme Capelo e o edifício Pátria na avenida Marginal segundo o Engenheiro Fernando Leal Machado (2017) que alegou ter sido coproprietário da referida empresa com o arquiteto Pinto dos Reis; Construções Cofinca - na rua dos Combatentes da Grande Guerra, Siccal - na avenida dos Restauradores de Angola e muitas mais.

Os projetos eram variados e, de modo geral, funcionais. Já existia a preocupação em alguns dos casos com estacionamento, como nos indica o prédio construído na alameda D. João II pela empresa Imóveis de Angola-Ltda., com apartamentos de 2, 3 e 4 divisões com áreas entre os 64m² e 128m². Com lojas no piso térreo com áreas entre os 218m² e 347m² e os escritórios com 58m² cada, com 2 divisórias. Nesse Capítulo 02, tornou-se necessário descrever o que se vendia em termos de imobiliário, cuja produção dizia respeito aos promotores imobiliários privados. Os aspectos urbanísticos e arquitetônicos das edificações do movimento moderno em Luanda são detalhados, no Capítulo 04 desta pesquisa.

Figura 66 – Anúncio para a venda de vivendas na cidade de Luanda, Cofinca.

Fonte: **A Província de Angola**, 3 out. 1958.

Figura 67 – Anúncio para a venda de apartamentos em propriedade horizontal em Luanda, Cofinca.

COFINCA COFINCA COFINCA

AQUI ESTÁ
SUA PRÓPRIA
RESIDENCIA
CONSTRUÇÃO IMEDIATA
a pagar em 36 MESES
Dois elevadores, construção de luxo
Reserve hoje mesmo a sua casa

AVEN. DOS COMBATENTES A 500m

45 APARTAMENTOS
PROPRIEDADE
HORIZONTAL

CIA. CONSTRUCTORA FINANCEIRA, LDA
COFINCA
EDIFÍCIO CARVALHO & FREITAS 2º ANDAR

COFINCA COFINCA COFINCA

Fonte: A Província de Angola, 17 jun.1959.

Figura 68 – Edifício da Cooperativa O Lar do Namibe, rua Norton de Matos, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 69 – Interior dos apartamentos na rua Nortom de Matos na cidade de Luanda.

Fonte: Foto cedida pela Arq. Suzana Matos 2017.

Figura 70 – Anúncio na cidade de Luanda para a venda de prédios em Portugal.

**VENDEM-SE POR 350.000\$00, CADA
OU TROCAM-SE POR TERRENOS EM LUANDA**

Estes magníficos prédios, ficam situados em S. MAMEDE DE INFESTA, junto à cidade do PORTO, e perto do Largo da Ermida, em zona urbanizada recentemente.

Próprios para uma família cada; compondo-se de r/c e andar, tendo no r/c garagem, sala comum, quarto de criada, quarto de banho da mesma; dispensa, cozinha com móveis e lindo hall. No primeiro andar tem 4 bons quartos e quarto de banho. Construção o que há de melhor. Dentro de jardim e quintal.

OPORTUNIDADE ÚNICA

Podemos transacioná-los em regime de permuta por terrenos nesta cidade de Luanda, desde que os mesmos fiquem situados em Zona Central, preferência juntos, e se possa construir o mínimo de 10 pisos.

Para indicações, tratar na Exposição da

EMPRESA PREDIAL NORTENHA

das 15 às 17 horas
Avenida Marginal, 92 (Edifício de «A Mundial») — Telefone 70169

Fonte: A Província de Angola, 06 ago. 1964.

Figura 71 - Anúncio na cidade de Luanda para a venda de prédios em Brasília, Brasil.

Nos arredores da capital do futuro -

BRASÍLIA

- no coração do Brasil!

TODOS QUEREM UM NEGÓCIO ASSIM: 100% GARANTIDO!

- Segurança absoluta dos títulos de propriedade.
- Quintinhas de 10.000 m² a 30.000\$00 próximo ao novo D. Federal, que no futuro poderá urbanizar.
- Pagamentos desde 20% de entrada e 40 prestações mensais.
- A primeira prestação lhe dará posse imediata de sua quinta.

ESCRITURA COM GARANTIA BANCÁRIA

Não deixe passar esta oportunidade única e rara e faça a sua reserva para poder escolher melhor.

Garante o futuro de seus filhos, adquirindo uma pequena quinta no gigante da América do Sul: **BRASÍLIA**.

Apenas por 3\$50 o metro quadrado no novo loteamento da quinta D. Henrique, a 3\$00 o metro quadrado na Nova Lisboa.

REPRESENTANTE EXCLUSIVO PARA ANGOLA

"COSIL"
C. COIMAS E SILVA

Av. Norton de Matos
caixa Postal 436 NOVA LISBOA

Telefone 414
Telegramas "Cosil"

Rio Branco, 311 - 3.º • Telef. 22-5603 • RIO DE JANEIRO

ÚNICOS TERRENOS QUE SE VENDEM EM PORTUGAL A 23 KM DO CENTRO DA CIDADE

EXPOSIÇÕES:
LUANDA
De 10 a 25 de Janeiro

NOVA LISBOA
Até 31 de Dezembro

No Brasil intermediação do Banco Operador S. A.
R. Buenos Aires, 20 - RIO DE JANEIRO

Progrida com o Brasil comprando em Brasília

Fonte: A Província de Angola, 18 jan. 1961.

Figura 72 – Anúncio para venda de habitação social na cidade de Luanda, bairro Popular.

Fonte: A Província de Angola, 03 de jul. de 1966.

Figura 73 – Edificação da Cooperativa O Lar do Namibe, na rua António Barroso, na cidade de Luanda

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 74 – Edifício Sagrada Família, no largo da Sagrada Família, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 75 - Outra edificação da Cooperativa O Lar do Namibe, rua Norton de Matos e a lapide com o nome da cooperativa O Lar do Namibe, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 76 - Edificação da Conol à direita, perpendicular à rua António Barroso, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 77 - Edificação da Cooperativa Alegria pelo Trabalho, rua António Barroso e rua José de Oliveira Barbosa, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 78 - Edifício Kinaxixi, na rua Mousinho de Albuquerque, na cidade de Luanda, 1971.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 79 - Edificações na rua Júlio de Vilhena, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 80 - Edificação perpendicular à rua António Barroso, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

**Figura 81 - Edifício do Livro, na rua Guilherme Capelo, na cidade de Luanda
Projeto de Pinto dos Reis, 1974.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

**Figura 82 – Detalhe da entrada do edifício do Livro, rua Guilherme Capelo, na cidade de Luanda
Projeto de Pinto dos Reis, 1974.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 83 – Edifício do Lar do Namibe na rua D. João II na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2018.

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3 - Processos de implementação do movimento moderno na cidade de Luanda.

Em Luanda, o movimento moderno teve início nos anos de 1950, com projetos desenvolvidos pela CML e pelos promotores privados, como já examinamos no Capítulo 2 da presente pesquisa. Nesse Capítulo 3, descrever-se-á o conteúdo das propostas realizadas para os planos de pormenor realizados para a cidade, assim como os planos de massa. Consideram-se esses projetos muito semelhantes aquilo que os arquitetos e urbanistas modernos realizaram nas diversas cidades europeias, especialmente nas francesas e na América. Salienta-se que o plano de pormenor está relacionado ao estudo micro e que esse dá continuidade ao plano diretor ou ao plano urbanístico (elaborado em estudo macro). Já o plano de massas inclui as cercas dos edifícios e os arranjos circundantes. Essa ação da CML foi relatada, entre 1953 e 1975, segundo os documentos que a pesquisadora teve acesso no Arquivo do IPGUL. Como fonte de pesquisa, tem-se ainda toda a documentação que envolve a implantação de uma parte dos bairros existente no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Porém, antes desse relato, torna-se oportuno descrever a situação já existente em Luanda e as ações que envolveram a gestão do espaço urbano da cidade.

O mapa da figura 84 permite-nos o conhecimento da urbanização de Luanda, antes e depois de 1954. Assim, as áreas em amarelo foram urbanizadas em período anterior a 1954, são elas: o centro histórico, os bairros da Praia do Bispo, Azul, Maianga, Ingombotas, Cruzeiro, Vieira Machado, Miramar e o Maculusso. Na cor laranja, estão as áreas urbanizadas antes de 1954 e que tiveram alterações nos arruamentos e no talhamento dos lotes, são elas: o bairro da Caop e uma parte dos bairros Samba, Maculusso, Ingombota, Vila Alice, Congolenses e Terra Nova. As áreas em verde dizem respeito as urbanizadas, num período anterior a 1954, mas que sofreram posteriores alterações quanto aos seus arruamentos e aos talhamentos, como por exemplo: os bairros Burity, Ingombota, Maianga, Coqueiros e uma pequena parte dos bairros do Cayate, Caop, Vila Clotilde, Samba e Vieira Machado. Já as áreas em vermelho foram urbanizadas depois de 1954 e referimo-nos a Estrada de Catete e um troço da rua Senado da Câmara. As áreas na cor azul são urbanizadas antes de 1954, mas que não possuíam talhamento, sendo os bairros Samba e baixo Prenda. Nesse sentido, pode-se afirmar que ocorreu planificação, zoneamento e, de certa forma, uma ação de dimensão social entre o Estado, os profissionais e a população – apesar dessa ação beneficiar mais a população branca em relação à população negra.

Já o mapa da figura 85 permite o conhecimento do tratamento que as ruas receberam no período anterior a 1958. Nota-se que posteriormente à mão livre e certamente num período posterior foi indicado o que foi realizado no ano de 1958, indicado na cor laranja como nos indica a legenda da figura já referida. Assim na cor laranja são as zonas aprovadas em 1958 que são: parte da rua dos Combatentes da Grande Guerra, Missão de São Paulo, Paiva Couceiro, Eugénio de Castro, Artur de Paiva, Vasco da Gama, a General Carmona, a Serpa Pinto, a 28 de Maio, Álvaro Ferreira, uma parte da Senado da Câmara e mais a avenida do Brasil. Na cor rosa correspondem as zonas estudadas e aprovadas quanto ao aproveitamento dos terrenos relativamente ao plano de massas e ao gabarit que são: Combatentes da Grande Guerra, Luís de Camões, Norton de Matos, António Barroso, Paiva Couceiro, Vasco da Gama, Artur de Paiva Fernão de Magalhães, Pedro Nunes, Brasil, Dr. Luís Carriço, Eng. Serrão e Frederico Welwitsch. Na cor verde correspondem as zonas estudadas e aprovadas quanto a revisão do plano de urbanização ou talhamento: rua da Samba, Serpa Pinto, Sidónio Pais, D. João II, D. Manuel I, António Enes, Vereador Prazeres, Misericórdia, Henrique de Carvalho e Júlio de Vilhena. Na cor violeta são zonas que beneficiaram de estudos relativamente ao gabarit identificamos a Brito Godins, Mousinho de Albuquerque, Fernão de Magalhães e Pedro Nunes. Na zona a amarelo corresponde a zona comercial central – C1 – que depois de 1958 aguardava estudo da revisão do plano urbanístico, a maior parte foi definida no plano de 1961/1966 e a avenida Marginal depois dessa data. Na cor azul são as zonas estudadas e aprovadas quanto a revisão do plano de urbanização ou talhamento e que fazem parte os bairros Operário, Terra Nova, Vila Alice e Vila Clotilde.

Com esta análise pode-se dizer que os bairros Prenda, Terra Nova, Marçal, Sambizanga, Popular, Golfe, Cazenga, Caputo, Saiotes, Bês e Cês surgiram nos anos de 1960 em diante. Que uma boa parte dos estudos da cidade de Luanda foi realizada antes de 1954 e foi recebendo melhoramentos com o plano de 1942, com o plano Regulador 1956/1958 e com o plano de 1961/1966. De 1956 até a independência, não se realizou um aumento do espaço definido para a cidade de Luanda, visto que o ato foi bem executado em função dos estudos detalhados que se passou a fazer a partir de 1952.

Figura 84 - Plano de urbanização da cidade de Luanda com áreas urbanizadas antes e depois de 1954.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2014.

A atividade da CML ganhou corpo com a criação da Seção de Arquitetura e Urbanismo cujo início se considera a data de 1934 (por não ter sido encontrado nenhum outro documento com data anterior a esta) a partir da atuação conjunta dos técnicos itinerantes e dos técnicos formados em Portugal e França que já habitavam Luanda. Após a II Guerra Mundial, assim como em outros lugares, Luanda registrou um aumento de indústrias e no interior de Angola o desenvolvimento da agricultura. A agricultura e o transporte de produtos para posterior exportação proporcionaram à cidade maior densidade populacional, especialmente com o crescimento da mão-de-obra necessária para a estrada de ferro e para o porto. Some-se a isso a chegada de portugueses à procura de trabalho e melhores condições de vida.

Figura 85 - Plano de urbanização da cidade de Luanda, com indicação de estudo de ruas e algumas áreas.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2014.

3.1. Os pressupostos da Carta de Atenas, sua aplicabilidade e a gestão do espaço urbano.

Em 1942, na elaboração do Plano Diretor de Luanda, surgiram preocupações iniciais com o alojamento da população mais carente e com a localização das indústrias. Nesse contexto, Luanda se dirigiu para um sistema semelhante a cidade-jardim. Porém, os pressupostos da Carta de Atenas somente foram colocados em prática no transcorrer da década de 1950, com o reforço da lei das edificações urbanas publicada em 1951. Assim, destacaram-se, como pioneiros nessa empreitada Vasco Vieira da Costa e João Guilherme Faria da Costa, entre o plano de 1942 e o plano regulador de 1956 a 1958. Nessa direção, Fernão Lopes Simões de Carvalho deu continuidade às ações no plano de 1961-1966, em colaboração com João Guilherme Faria da Costa. Em documento oficial, Vasco Vieira da Costa informou que se baseava na Carta de Atenas para conseguir progressos na gestão do planejamento da cidade, alegando a mesma como justificativa às novas regras que se impunham à Luanda (CÂMARA MUNICIPAL DE

LUANDA, 25/03/1958). Isso confirma que a ação urbanística sobre a cidade realizada pela CML, entre 1950 e 1975, teve como embasamento os critérios expressos na Carta de Atenas. Esse documento como nos indica a figura 86 com 3 páginas pode ser consultado no anexo desta pesquisa.

Vejamos:

Em obediência aos princípios estabelecidos pela técnica urbanística, não esqueceu esta Repartição que os perfis transversais dos arruamentos que estruturam um aglomerado, devem ser definidos em concordância com as funções que tenham a desempenhar. Para isso e de acordo com a Carta de Atenas, consideram-se 5 categorias de vias: 1 destinadas única e simplesmente a servirem as habitações; 2 de passeio; 3 para peões; 4 de trânsito; 5 mestras ou de grande circulação. Cujos perfis são estudados de molde a poderem satisfazer cabalmente a essas funções (Idem).

Figura 86 - Informação nº 144 de 25 de março de 1958.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2014.

Vasco Vieira da Costa insistia que se deveriam aprovar normas para que se regulasse a cidade. Para ele, enquanto as leis luandenses eram inexistentes, as ações deveriam ser realizadas e sustentadas pelas normas internacionais absorvidas em Portugal e na França. Na parte anexa da presente investigação, coloca-se também a proposta para as cérceas – uma grande preocupação que o arquiteto sempre teve, assim como colocar os bens da cidade em benefício de todos. Desde cedo a CML foi arrecadando terras para que essa ação se concretizasse.

(BENEVOLO, 2009 p.631)

Desde o início os arquitetos modernos criticam a combinação entre interesse público e propriedade particular que já se encontra na base da cidade burguesa, e indicam a alternativa a alcançar: a reconquista do controle público sobre todo o espaço da cidade.

Frente à situação precária de Luanda, nos anos de 1940, a CML enfrentava problemas com dinheiro e com os meios para a implementação do plano urbanístico de 1942, sucedidos pelos planos de 1947, 1949/50 e do de 1952 do GUC – somente em 1956/1958, com o plano regulador elaborado por uma equipe de profissionais que residiam em Luanda (exceto seu coordenador João Guilherme Faria da Costa), a cidade passou a ter ruas e avenidas com edifícios orientados para a menor insolação e ventos dominantes, pelo fato de Luanda estar situada no Hemisfério Sul muito próximo do Equador. De salientar que se falava na falta de dinheiro nas instituições do Estado e das dificuldades, mas o Palácio do Governador-Geral de Angola beneficiou de arranjos com equipamentos de ponta e as importações de vinho, frutas e outros a preços altos Angola era obrigada a adquirir. Nesse período, as habitações dos mais carentes estavam situadas ao redor das indústrias e muito próximas aos bairros urbanizados. Lembra-se aqui que a massiva de portugueses à Luanda e a retirada dos degredados da Fortaleza de São Miguel, desde 1938, levou muitos deles se instalarem em alguns desses bairros precários. No geral, os portugueses não aceitavam ver brancos vivendo em condições precárias nos musseques de Luanda – ser amigo dos negros não era considerado apropriado à época. Todos esses fatores levaram a CML a ter uma especial atenção e passou a desenvolver estudos para habitação, contratando para o efeito João Guilherme Faria da Costa para coordenar a equipa e Vasco Vieira da Costa, Chefe da 8ª Repartição da CML, para dirigir a execução dos trabalhos.

O bairro Operário (carinhosamente designado por B.O) foi um dos primeiros feitos para albergar funcionários da estrada de ferro e do porto. Por essa razão, se atribuiu o nome de Operário pela atividade que uma boa parte da população que aí habitava tinha. O bairro tinha vias, boa orientação das casas, mas não continha asfalto nem infraestrutura, mas já era considerado melhor e não se considerou como se de um musseque se tratasse. Hoje os que lá residiam se orgulham de lá terem vivido. Neste período, a cidade ganhou novos forais, solicitou autorizações para uma mudança no modo como se abordavam os problemas da cidade e se solicitava um modo de trabalho (a desempenhar pela CML) idêntico às cidades de Lisboa e do Porto (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/05/1956). Mas, Portugal nem sempre deu o apoio necessário. Muitas vezes, travou o desenvolvimento que se notava superior ao de Lisboa, visto o aumento da produção e o volume de empreendimentos que a cidade de Luanda já registrava, superando Portugal e qualquer outra colônia africana portuguesa. Os assuntos detalhados no Capítulo 2 desta pesquisa são a confirmação disso.

Como medidas cautelares ocorreu a grande preocupação na implementação do zoneamento, dando destaque a localização das indústrias e dos bairros para os mais pobres, colocando-os próximos para evitar que caminhassem longas distâncias a pé até chegarem ao trabalho. As empresas, tais como Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL), o Porto de Luanda, os Correios Telégrafos e Telegramas (CTT) e a *Diamang* passaram a construir bairros para os seus trabalhadores, garantindo que seus operários tivessem uma moradia com condições dignas. Já os diferentes órgãos da gestão portuguesa em Angola continuaram a construção de habitações, distribuindo-as para os altos funcionários do Estado, para a polícia e para os militares.

Nessa época, a habitação era edificada com um ou dois pisos, os edifícios mais altos da cidade até 1950 não passavam dos quatro pisos. Em janeiro de 1952, finalizou-se a construção do primeiro edifício alto para a cidade com 6 pisos (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, 29/11/1958). Assim, apareceram em Luanda edifícios altos com áreas verdes ao seu redor, onde se atribuía grande importância ao estudo do sol e dos ventos para permitir um maior conforto térmico. De 1965 a 1975, aconteceu um maior desenvolvimento pelo término da Guerra de Libertação Nacional, iniciada em 15 de março de 1961 e que abrangeu apenas o Norte de Angola, Cuanza-Norte, Uíje e Zaire onde se matavam donos de fazendas brancos e acabavam também por atingir população negra, mas que se repercutiu um pouco por toda Angola, pela insegurança e desconfiança que sentiam uns pelos outros. Em Luanda aconteceu, em 04 de fevereiro de 1961, um ataque à cadeia, onde morreram 7 policiais. Nesse episódio, reivindicavam a liberdade de presos políticos ligados à independência de Angola, o fim da opressão colonial e a melhora das condições de vida que o Estado Novo proporcionava aos autóctones. O acontecimento serviu para que Portugal considerasse o risco de perder o controle sobre o país, não tendo forças armadas capazes para resistir ao conflito. Foi assim que ao negro foi dada a possibilidade de conviver com o branco, permitindo que esses estivessem autorizados a ingressar nas escolas, frequentar cinemas e ter amizades. A agricultura, o petróleo e os minérios permitiram edificações com mais altura e preocupação com o embelezamento da cidade (estabelecimento de regras para as ruas, os passeios, os jardins, o lazer, os monumentos, etc.), atribuindo assim o gosto para uma vivência mais cosmopolita.

Quanto ao zoneamento já no plano de 1942, a cidade passou a ter a localização determinada para as indústrias, o artesanato, os armazéns e os bairros com habitação para diferentes classes sociais. Na cidade, surgiram locais, tais como: o novo aeroporto mais distante das habitações, o largo das escolas, o largo dos ministérios, várias áreas hospitalares reunidas (sendo esse o caso da maternidade de Luanda e do hospital militar) e os quartéis. De fato,

ocorreu a separação das atividades na cidade. Também se proporcionou trabalho e lazer reunidos à semelhança do que foi determinado por Le Corbusier. Da cidade foram desenhadas todas as ruas, onde foram atribuídas as *cérceas*, os *gabarits* e as distâncias ainda no plano regulador entre 1956/1958 como nos indicam as figuras 84 e 85. Definiram-se nos seus planos urbanísticos diferentes funções para a cidade, criando lugares para habitação, escolas, indústrias, armazéns, ministérios e outros.

No que toca a circulação e a organização das ruas de Luanda (1950-1975), o plano urbanístico de Ettiënne de Groer e de David Moreira da Silva, em 1942, já trazia o zoneamento funcional, as diretrizes para o crescimento da cidade e meios para limitar o seu desenvolvimento. João Guilherme Faria da Costa e Vasco Vieira da Costa exigiram o posicionamento dos edifícios mais altos, particularmente os residenciais, colocando-os perpendiculares ao eixo das ruas mais movimentadas, permitindo uma menor isolamento e aproveitamento dos espaços, entre eles, as áreas como os jardins, tornando-as pequenas áreas de lazer. Os edifícios em pilotis, espalhados por diversos pontos da cidade (Restauradores de Angola, do Brasil, da Marginal, de Norton de Matos, Combatentes da Grande Guerra, Paiva Couceiro, António Enes, Pereira Forjaz, Serpa Pinto, General Carmona, Álvaro Ferreira, Capelo Ivens, Guilherme Capelo, Brito Godins, Senado da Câmara, Vasco da Gama, etc.), ganharam apartamentos com terraços, permitindo em alguns deles pequenas divisórias e amplo espaço para convívio, ou ainda, nos seus primeiros pisos, o estacionamento, criando uma circulação que sai da rua em continuidade ao espaço que à partida serviria apenas para a edificação, mas que se transforma em área de circulação, não deixando de ser pequenas unidades de habitação.

O aproveitamento do passeio, com o recuo no piso térreo em grandes extensões de ruas para permitir maior conforto a quem caminhe a pé (as famosas galerias), foi uma inovação, bem como os espaços amplos para lojas e escritórios. Em um só edifício era possível encontrar diversas funções, tais como trabalho, habitação e lazer. A título de exemplo, tem-se a notícia publicada, no dia 26 de outubro de 1974, no jornal **A Província de Angola**, que nos permite confirmar isso no edifício Guilherme Capelo, situado na rua Guilherme Capelo, projeto do arquiteto Pinto dos Reis. Considerado, na época, como o maior edifício de Angola construído em propriedade horizontal, ele possui apartamentos capazes de abrigar cerca de 150 famílias. Esse edifício é comumente designado por Prédio do Livro e em suas dependências possuía escolas, parque infantil e apartamentos em propriedade horizontal. Edifício semelhante era o da Mutamba, com projeto de Vasco Vieira da Costa e, no qual se instalou cabeleireiro e estética, salão de festas, lojas, restaurante e escritórios considerado este último como o primeiro edifício

multifuncional da cidade. Como primeiro edifício construído e comercializado em propriedade horizontal coube a cooperativa Alegria pelo Trabalho situado entre as ruas Norton de Matos e Garcia de Resende. Tem-se ainda como inovação: a criação de circulares ao traçado da cidade, permitindo vários percursos para chegar ao mesmo local. No plano de 1961, Fernão Lopes Simões de Carvalho implementou a primeira e a segunda circulares, sendo que a terceira circular apenas ficou em projeto. Fernão Lopes Simões de Carvalho levou para Luanda as Unidades de Vizinhança que permitiram a população viver muito próximo dos serviços e do lazer – essas, no Capítulo 4 desta pesquisa serão melhor detalhadas.

Quanto à habitação, a CML adquiriu terras para realojar a população, construindo casas para várias camadas sociais sob a forma de venda a prestações, assim como regulamentou a produção de habitação, elaborada por construtoras privadas beneficiando os cidadãos. Considerada zoneamento de habitação coletiva, no estudo da rua António Barroso, foram aprovados 4/5 pisos e, nos edifícios perpendiculares à rua, pisos mais altos.

Na Informação nº 325, assinada por Vasco Vieira da Costa, observamos que:

Esclarece-se, ainda, que para o estudo destas cêrceas se tem em consideração os seguintes fatores: 1) Natureza da zona, segundo o P.U⁴⁶; 2) Edifícios recentemente construídos e, 3) Plano de Massas. [...]. Como sempre, os planos de massa e as cêrceas (agora definidas) visam unicamente definir já a forma de ocupação do solo, a que deverão obedecer às edificações que forem substituindo aquelas existentes (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, 03/09/1958).

Aqui pontuamos as principais realizações no campo da habitação para diferentes estratos sociais de Luanda:

Zona Residencial ao Sul da Estrada de Catete – as urbanizações construídas a Sudeste da cidade, com a designação de Urbanização a Sul da Estrada de Catete foram atribuídas às populações. Essas localidades denominadas ainda de bairros Populares, foram propostas pela CML. Foram formados por casas econômicas para 2, 4 e 6 famílias em blocos com tipologias T2 e T3. Nesses bairros, existiu o cuidado no acesso e com os ventos dominantes. Com proposta para construção de bairro e campo de treinos separados por uma faixa de verde de 20 metros, foi previsto um pequeno centro comercial e uma capela. Um total de 132 fogos para 528 habitantes, com 4 pessoas por habitação, tendo ainda existido a previsão de construção de 30 blocos de moradias sendo: 7 blocos com duas moradias cada, 10 blocos com quatro moradias cada e 13 blocos com 6 moradias cada. A moradia com tipologia A com 3 quartos, sala comum, banheiro, cozinha e despensa e foram previstos 60 fogos no total. Já a moradia tipo A1 com 2

⁴⁶ Plano Urbano.

quartos, sala comum, cozinha, banheiro e despensa, foram previstos também 72 fogos no total (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/01/1958).

Bairro para a Polícia - a atribuição de uma parcela da cidade ao Corpo de Polícia de Segurança Pública para construção de habitação para guardas europeus, com reserva de espaço com local para formatura, sendo 29 blocos, com 3 arruamentos e a construção de uma sede social, mais uma vez se observou a tendência das doutrinas do movimento moderno em juntar habitação e trabalho em locais próximos. Ao lado do bairro, existiam a Casa Pia e um bairro de indígenas – nesse ponto, foi recomendado que esses devessem ficar afastados da vizinhança.

Para o plano regulador de 1956/1958 Vasco Vieira da Costa informa que se previam 4 bairros econômicos no qual 56% destinava-se a construção, 27% para espaços livres, 15% para ruas e largos e 2% para escolas (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/02/1958).

Sobre os Musseques – sem dúvida, o desenvolvimento da cidade passava pela instalação da indústria em bairros com qualidades para habitabilidade, criando bairros para negros e brancos, onde nos bairros de negros passaram a morar alguns brancos com menos posses e nos bairros de brancos alguns negros com mais posses. Previram-se unidades para os habitantes residirem temporariamente, enquanto se criavam condições de habitabilidade nos seus bairros, sendo ainda uma forma de fornecer aos indígenas um aprendizado para residir num local mais urbanizado. Este projeto não foi adiante.

A informação nº. 3/1961, contextualizou os planos de urbanização:

Procura-se, como se verifica, seguir uma política de disseminação dos vários tipos racionais e até de classes sociais no seio de todas as novas unidades de vizinhança a criar.

E se possível for, na remodelação dos velhos bairros, sempre pela criação de grupos ou unidades de habitação muito econômicas esperamos ver esta fusão racional e social a proliferar em maior escala e em toda a cidade. O nível econômico será assim a única determinante para essa disseminação e, portanto, uma vez espalhadas as construções acessíveis a todas as bolsas e o acesso a elas devidamente controlado julgamos ver facilitado o problema que é hoje a extinção progressiva da indústria.

Infelizmente, porque a população negra na cidade de Luanda é maioritariamente 3 vezes superior à europeia esta proposta não poderá resolver totalmente a questão. Por isso dissemos que a sua solução exige uma política que abrangerá todo o território da Província. Especificamos em aglomerados urbanos e meio rural.

Para diluir as atuais massas de mão de obra que se encontram nas urbes e evitar o êxodo rural, motivado pelos diversos fatores que provocam a conhecida atração das cidades, há por um lado necessidade de deslocar e implantar as diferentes indústrias – (indústria, etc.) – que absorvem a grande mão de obra no meio rural e por outro lado é necessário dotar as populações rurais de meios idênticos aos que têm os habitantes das cidades.

São estes os princípios que têm precedido à elaboração do novo Plano Diretor da cidade que este Gabinete estuda (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, 1961).

Foi prevista para o Musseque Prenda uma cidade com área total de 337 Ha, com uma densidade média de 150 hab/ha e uma população estimada em 50.000 habitantes distribuídos em 5 unidades de vizinhança. Para os arruamentos foram previstos 50 hectares, o correspondente a 15% da área total. Para espaços livres públicos 27,5 hectares, o que corresponde a 5,5m² por habitante e para estacionamento 15 hectares cabendo 1 veículo para cada 5 habitantes. Previram-se: escolas primárias oficiais com 3 hectares e previsão de 4.000 alunos, onde cada aluno usufruiria de 7,5 m²; escolas primárias particulares com 1,125 hectares para 1.500 alunos com 7,5 m² para cada um; escolas técnicas com 3 hectares e 2.000 alunos com 15 m² para cada aluno; escolas secundárias com 3 hectares e 1.500 alunos com 20 m² para cada aluno; mercados um para cada Unidade de Vizinhança com 4 hectares e edifícios públicos com 1,5 hectares.

As áreas foram distribuídas por zonas H1 habitação residencial de luxo, H2 habitação residencial média e econômica, H3 e H3A habitação coletiva média, H4 e H5 habitação coletiva econômica. Apesar de ter sido designado por Musseque Prenda, o bairro apresentava condições de um bairro de luxo mesmo: vivendas isoladas de luxo, onde Fernão Lopes Simões de Carvalho edificou a sua residência, apartamentos duplex, com previsão de asfaltamento, parques de estacionamento e jardins. Infelizmente, o projeto não foi concluído pelos confrontos e anos depois foi asfaltada a passagem interna que ao invés de grama e passagens pedonais são os carros que por lá circulam retirando o propósito para o qual foi criado, impedir que entre os edifícios circulassem veículos para permitir que as crianças brinquem e fossem a escola sozinhos e sob o olhar dos seus pais.

Foram previstos vários tipos de habitação para as diferentes classes sociais, obedecendo a orientação de que os indígenas deveriam viver em habitação de baixa altura em casas geminadas, isoladas ou em banda contínua e os portugueses em edifícios altos. Em alguns raros casos, depois de 1961 em que já era permitido aos negros ocuparem habitações em edifícios altos ou adquirir/receber do seu emprego moradia em qualquer dos bairros de Luanda, o critério de distribuição foi igualitário para brancos e negros. Assim seguem as tipologias:

H1 habitação residencial de luxo: casas com um máximo de 2 pisos, com uma percentagem de construção de 10%, percentagem de anexo de um só piso – o que correspondia a uma percentagem de 5%, uma população de 7% do total das unidades de vizinhança com 3.500 habitantes e uma área de 92 hectares. Componentes do agregado familiar e sua área de ocupação para 9 habitantes sendo 5 habitantes por 60 m² igual a 300 m², 2 hóspedes e 2 domésticos. 240 m² de área base para a unidade de habitação, área média do lote 2,400 m².

H2 habitação residencial média e econômica destinadas às cooperativas: com um máximo de 2 pisos gerais. Com uma percentagem da construção de 15%, percentagem dos anexos de um só piso de 5%. A população seria de 23% do total o que equivalia a 11.500 habitantes e com uma área total da zona de 74 hectares. Os 11.500 habitantes distribuídos em 1. 642 habitações com previsão de 7 pessoas por habitação, sendo 5 no agregado familiar, 1 hospede e um doméstico e com uma densidade bruta de 155 habitantes por hectare.

H3 habitação coletiva média: com 3 pisos com percentagem de construção de 30% com uma população de 10% do total – 5.000 habitantes. Área total da zona 11.6 hectares, com um agregado familiar de 5 habitantes, sendo para domésticos 1, com uma área de cada unidade 105 m², com uma área média de cada lote igual a 350m², índice 0,91 e a densidade bruta seria de 455 habitantes por m², ou seja, 15 unidades de 350 m².

H3a habitação coletiva média: com blocos de 7 pisos e uma ocupação de 15%. Uma população de 20% do total e equivalente a 10.000 habitantes, área total da zona 20 hectares, com um agregado familiar de 5 habitantes e 1 doméstico com uma área 105 m². A área de construção seria de 3 hectares e um índice de ocupação 1, 05 com 20 unidades de 105 m².

H4 habitação coletiva econômica: distribuída com blocos de 7 pisos e uma ocupação de 15%, com uma População de 30% do total e equivalente a 15.000 habitantes, área total da zona com 23 hectares com 35 habitantes por unidade, cada unidade com 80 m² cada totalizando 428 unidades.

H4a habitação coletiva econômica: esse tipo de habitação destinava-se a casais sem filhos e a solteiros, com blocos de 12 pisos e uma ocupação de 15%, com uma população de 10% do total equivalente a 5.000 habitantes, com uma área total da zona de 7,46 hectares, cada unidade com 45 m². Foram considerados dois habitantes (casal sem filhos) e 1 doméstico.

A Unidade de Vizinhança do Prenda, entre as várias propostas, foi a que mais edifícios construídos registou a ser edificada nos anos de 1960 e, neles, vê-se a expressa implementação da Carta de Atenas. Para os mercados, 80% da sua atividade deveria ser desenvolvida em áreas livres cobertas, com simples toldos e uma área de influência de 700 a 1000 metros de largura. Além disso, deveria ter uma base de funcionamento com contato direto entre produtor e consumidor. Já as escolas primárias deveriam ter localização que evitasse que as crianças atravessassem as ruas com uma área de influência de 350 metros. Ao passo que os espaços livres públicos seriam colocados nos espaços interiores das Unidades de Vizinhança com percurso simples, não ultrapassando os 500 metros. E, por último, para as lojas comerciais

previa-se um estabelecimento para cada 50 habitantes com um só piso, ligando os blocos de habitação coletiva e protegidos com passagens cobertas sobre os passeios.

Para a Unidade Burity foi proposta a criação de 4 blocos residenciais de 70m x 10m, com 3 pisos com 21 moradias em cada bloco, um outro edifício colocado na posição transversal com comércio residências e escritórios. Com previsão de 600 habitantes, 3 largos destinados a jardins de repouso e recreio dos habitantes e principalmente de crianças. Essa proposta foi assinada por Fernando Alfredo Pereira e Fernão Lopes Simões de Carvalho. O musseque foi proposto na lateral direita da Igreja de São Paulo. A proposta não foi executada. O espaço ficou em posse da Igreja Católica, mas muito próximo do local foram edificadas diversos edifícios que se poderá considerar como unidades de vizinhança.

Na informação nº 232, de 16 de março de 1965, assinada por Adalberto Gonçalves Dias (Chefe da 8ª Repartição), mencionou-se que o *gabarit* aprovado para a alameda D. João II, em sessão de 06 de abril de 1960, não previa o pórtico. Foi feito um novo estudo do *gabarit* e foi aprovado um pórtico com 4 metros de frente por 6 metros de profundidade. Essa informação foi prestada pelo Gabinete de Urbanização, no verso do requerimento 9750/64, apresentado por Elísio de Oliveira. E, desse modo, deu-se continuidade as galerias em todos os novos edifícios da cidade numa forma de facilitar as pessoas que andassem nas ruas da cidade de Luanda protegidas do intenso sol da cidade. Essa iniciativa foi realizada pela primeira vez por Vasco Vieira da Costa.

Segundo documento oficial (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 16/03/1965)

De acordo com o estudo aprovado de alargamento da Rua de D. João II, entre as Ruas Fernão de Sousa e Coronel Artur de Paiva e sua inserção na Alameda de D. João II, os prédios novos a construir deverão ter um pórtico de 6 m de profundidade para o peão. Em nossa opinião, e embora já existam alguns prédios na Alameda de D. João II que não obedecem a este condicionamento julga-se ser de impor aos novos, pois os outros virão a seguir os exemplos. Os 6 m perdidos em galeria de peão poderão ser construídos avançado o rés-do-chão até ao limite posterior do talhão.

A proposta de Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Luanda de 1952 previa as seguintes zonas: C1 zona do centro cívico – portas do mar; C2 zona do centro cívico – administração; C3 zona do centro cívico – político e cultural; EP1 zonas dos serviços políticos; CP zona comercial principal (comercio geral); M zona mista (comercio e habitação); CL zona comercial local (comercio e habitação); CLI zona comercial local indígena (comércio e habitação); H1, H2 e H3 zona residencial (habitação); IA zona industrial de armazéns

(armazéns)⁴⁷; I zona industrial (instalações industriais); LP zona de espaços livres públicos (parques, jardins, *etc.*); L zona dos espaços livres; P zona portuária (instalações portuárias); F zona ferroviária (instalações ferroviárias); R zona de reserva (agricultura); RT zona rural de proteção (agricultura e residência) e, as zonas do centro cívico (C1, C2 e C3) que obedeciam a construções monumentais.

Ao estabelecerem as ruas principais para a cidade foram previstos no piso térreo edificações com serviços e habitação nos andares superiores. Uma forma de localizar o trabalho próximo da habitação. Para a solução de muitos problemas o Gabinete de Urbanização baseava-se na pesquisa sobre as soluções atribuídas nas cidades europeias, tais como as inglesas e francesas.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/10/1961, informação nº 75, assinado pelo Arquitecto Urbanista Chefe do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho.

Observa-se que:

Sobre repartição de terrenos para zonas industriais chegou-se às seguintes conclusões: 1/5 de superfície de zona deve ser destinada aos arruamentos; 2/5 para as edificações (máximo que não deveria ser alterado; 2/5 para os espaços livres (pátios interiores, zonas de expansão ou reservas industriais, espaços verdes, *etc.*) [...] Por virtude da variedade de instalações e seus condicionamentos não possível estabelecer normas rígidas e definidas quanto ao parcelamento e respectivas percentagens de área coberta, mas aceitam-se como boas os seguintes dados, resultantes de elementos estatísticos ingleses e franceses: 10 a 15 % do total de uma zona industrial destinam-se a à indústria de carácter artesanal com parcelas máximas de 400 m². Nas zonas industriais de Orleans e Sant-Pierre – des Corps, os talhões mais solicitados são da ordem dos 600, 1.000 e 4000 m².

Sobre a localização das indústrias, Fernão Lopes Simões de Carvalho lembrava a necessidade de uma política de descentralização industrial, ou seja, que não fosse só Luanda a ter indústrias, mas sim Angola toda. Desse modo, as populações seriam impedidas de emigrar em massa do meio rural para as cidades. Para ele, esse êxodo populacional proporcionava o despovoamento rural e o agravamento dos problemas económicos e sociais, tais como as perturbações sociais, a crise do alojamento, entre outros fatores.

De acordo com Fernão Lopes Simões de Carvalho:

Nunca se pode definir com rigor percentagens de áreas de construção por talhão, pois elas dependem do arranjo global da zona industrial. Estas percentagens em relação às zonas sentem este Gabinete o dever de lembrar a necessidade de se proceder desde já, paralelamente à política de equipamento de todo o território, a uma política de descentralização industrial, tentando evitar a emigração das populações do meio rural para as cidades.

Como é do conhecimento geral este êxodo populacional além do inconveniente de despovoamento rural e suas consequências, agrava os problemas económicos-sociais das cidades (perturbações sociais, crise de alojamento, *etc.*) e pela aglomeração excessiva do proletariado outras causas pode originar.

⁴⁷ Almoxarifados.

Uma política inteligente de descentralização e de repartição geográfica das atividades produtivas permitirá o equilíbrio econômico e social, facilitando o povoamento de toda a província.

Este movimento de ideias inspirou em França, em 10 lugar, a regulamentação sobre a descentralização industrial, cujo texto inicial é o decreto nº 54.951 de 14 de setembro de 1954.

Na Suécia, a Federação das Indústrias e o Serviço Governamental da mão de obras criou o serviço obscurativo. Para todas as questões relativas a localização da indústria. Tal Serviço, cuja política repousa na gestão. E não sobre a obrigação teve uma atividade importante [...] (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 17/08/1961)

Monumentos - aos habitantes da cidade foi inculcado o gosto pelas paisagens, o teatro e o cinema e esses passaram a ser locais de cultura e divertimento. Especialmente, nos novos bairros passou a existir serviços e divertimento. Em 1965, foi criada uma Comissão para o Plano da Radiodifusão de Angola e J. Ferraz de Carvalho, presidente da Comissão, escreve ao presidente da CML, em 9 de dezembro de 1965, solicitando apoio para a construção da referida rádio. Foram também propostas as edificações da Casa Belas-Artes e do Museu de Arte Moderna no ano de 1964 (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/02/1964), mas infelizmente essas não passaram de planos de construção. Aconteceram ainda propostas de sanitários públicos, em 1975, por exemplo, para as ruas Pinheiro Chagas em frente aos Serviços de Floresta no Kinaxixi, na rua lateral esquerda do Mercado de São Paulo, no largo do Cinema Ngola Cine, na rua Machado Saldanha, no largo de D. Pedro Alexandrino da Cunha, no largo de Diogo Cão junto ao Hotel Presidente, na alameda de D. João II e no largo do Infante D. Henrique no Baleizão (Idem).

Nas novas localidades, foram erigidas a praça e o monumento. Apesar de poucos tombamentos, surgiu o interesse na sua valorização. Fernão Lopes Simões de Carvalho atentava-se para o fato de cada um querer localizar as edificações nos locais de interesse público e sobre quais eram os motivos para que os inquéritos dirigidos a certas entidades nunca foram respondidos. Nesse sentido, ele solicitou a “formação de uma Comissão de Urbanismo, com funções consultivas e constituída por membros livres de obrigações para com a Municipalidade”.

Na Informação nº 35, (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 17/08/1961), lê-se que:

O acordo de todas as administrações interessadas é a mais segura garantia de economias substanciais no momento das realizações, econômicas provenientes duma melhor utilização das possibilidades locais (sítios e habitações) e de uma repartição mais precisa dos esforços das diversas coletividades.

Tem-se ainda a informação de que, na cidade do Porto, a Comissão foi constituída pelo Professor Auzelle, sendo composta por: um médico, um industrial, um comerciante, um engenheiro, um padre, um coronel, um assistente, um assistente social e um conservador do museu. Em Luanda, essa Comissão deveria ser constituída pelos “diretores dos serviços públicos e organismos sociais com pleno conhecimento dos problemas dos sectores que representam” (Idem). Nessa direção, observa-se o interesse na valorização do espaço, mas, sobretudo, o intuito de associar o arquiteto aos outros profissionais e aos problemas da cidade com o objetivo de melhorar o meio urbano.

Os planos para a cidade de Luanda, entre 1942 e 1961, foram realizados com a atenção voltadas aos critérios da Carta de Atenas. Em vários locais da cidade são notórios o zoneamento da cidade e a aquisição de habitação mais acessível. Contudo, sempre ocorreu uma relutância na aplicabilidade dessas teorias. O grande impasse era gerado entre a CML e o GUC que diversas vezes desautorizou a Câmara e geriu Luanda a partir de Lisboa. O papel do arquiteto na cidade passou a ser de alta relevância. Os monumentos através dos tombamentos⁴⁸ eram valorizados. A criação dos museus e a participação do Chefe da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais na Seção de Urbanismo criadas para substituir a Direção dos Serviços de Urbanização e Habitação da Direção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar são uma prova disso.

⁴⁸ A partir de 1945, apesar de ainda não serem em número suficiente, eles adquiriram mais aderência nesse sentido.

Figura 87 - Proposta para o largo das Escolas na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2014.

A figura 89 mostra o largo dos ministérios composto pelo Ministério da Agricultura, das Relações Exteriores, da Educação e da Cultura, assim como aí mesmo está localizada a Biblioteca Nacional. Um local com muita vegetação, passeios e estacionamento. A figura 96 ilustra como foram edificados os prédios na rua Mousinho de Albuquerque, onde o plano não foi respeitado. A figura 95 mostra também uma alteração para melhor do plano realizado num período anterior na rua Norton de Matos.

Figura 88 - Edificação do largo das Escolas na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2012.

Figura 89 - Largo dos Ministérios na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2012.

Figura 90 - Proposta para o bairro da Polícia, 1958.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2014.

Figura 91 - Habitação no bairro Caputo na cidade de Luanda, próximo do Mercado dos Congolenses.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2012.

Figura 92 - Proposta para Unidade de Vizinhança nº 3 do Musseque Prenda na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino, 2015.

Figura 93 - Unidade de Vizinhança nº 1 bairro Prenda na cidade de Luanda, 1962-1975.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2012.

Figura 94 - Arranjo Urbanístico nº 4 para o troço das ruas António Barroso, Norton de Matos e avenida Lisboa na cidade de Luanda, 1967.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino, 2015.

Figura 95 - Arranjo Urbanístico nº4 para o troço das ruas António Barroso, Norton de Matos e avenida Lisboa na cidade de Luanda, 1971.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2012.

Figura 96 - Arranjo Urbanístico nº 5 para a rua Mousinho de Albuquerque⁴⁹, Conselheiro Aires de Ornelas e Paiva Couceiro na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino, 2015 e Arquivo IPGUL, 2012.

⁴⁹ Hoje, rua Marechal Josip Brós Tito – um estadista Iugoslavo.

Figura 97 - Proposta para a Unidade de Vizinhança nº 6 Musseque Burity na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino, 2015.

Figura 98 – Proposta de urbanização do bairro Burity.

Fonte: A Província de Luanda, 05 de mai. de 1949.

Figura 99 - Proposta para a unidade de vizinhança nº 26 a Sul do bairro Madame Berman na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino, 2015.

Figura 100 - Proposta para a unidade de vizinhança do Rangel na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino, 2015.

Figura 101 - Proposta para o arranjo urbanístico do bairro a Sul do bairro da Cuca na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino, 2015.

Figura 102 - Proposta para a unidade de vizinhança nº 9, na rua Francisco Newton, na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino, 2015.

Figura 103 - Proposta para unidade de realojamento nº 1 na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo Histórico Ultramarino, 2015.

Figura 104 - Estudo da rua António Barroso na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2014.

Figura 105 - Plano de massas para a rua Bartolomeu Dias na cidade de Luanda, 1967.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2014.

Figura 106 - Plano de massas para a avenida do Brasil na cidade de Luanda.

FONTE: Arquivo IPGUL, 2014.

Figura 107 - Plano de massas para a avenida Marginal na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2014.

Figura 108 - Plano de massas para a rua do Eng. Artur Torres na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2014.

Figura 109 - Plano de massas para a rua de Serpa Pinto na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2014.

Figura 110 - Plano de massas para a avenida de Álvaro Ferreira na cidade de Luanda.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2014.

Figura 111 – Plano de massas para a praça Portas do Mar no largo de Bressane Leite, 1966.

Fonte – Arquivo IPGUL, 2014.

3.2. A substituição da arquitetura existente pelo moderno e seus novos valores

A implementação da arquitetura no período do movimento moderno, ou seja, de 1950 a 1975, teve consequências desastrosas para o patrimônio de raiz portuguesa construído na cidade de Luanda, desde o século XVII. Em análise à cidade, através de fotos, do período de 1909 a 1935, comparadas às fotos de 1964 a 1970, é possível notar como a cidade sofreu grandes alterações, no que toca ao seu urbanismo e sua arquitetura. Muitas dessas alterações foram registradas nos jornais da época, como o caso do Hotel Paris, construído no final do século XIX. Nos anos de 1950, o mesmo foi demolido para dar lugar ao largo de D. Fernando, na cidade baixa, porque o Plano Urbanístico ditava que naquele local deveria existir um largo conforme publicação do jornal do dia 02 de janeiro de 1950.

De acordo com **Diário de Luanda** (1950, p.2)

Começou hoje a ser feita a demolição do prédio onde, durante mais de quarenta anos, esteve instalado o hotel Paris. Expropriado por utilidade pública, para se cumprir o traçado do Plano de Urbanização, esse prédio, dentro de semanas, deixara totalmente de existir, para aquele local nos apresentar o maior largo da capital: o Largo de D. Fernando, grande pulmão da Baixa citadina.

A intenção era tornar Luanda uma cidade moderna e com propostas semelhantes às que se apresentavam na Europa e na América. Isso proporcionaria uma vida melhor aos portugueses que chegavam à cidade e abriria o turismo. Os arquitetos modernos acreditavam que a cidade deveria demolir o existente para dar lugar ao novo. Em 1956, foi proposto o centro cívico para a cidade com semelhanças daquilo que Le Corbusier realizou nas suas propostas. O centro cívico surgiu em Luanda pela primeira vez como proposta, no Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Luanda de 1952. Esse novo elemento no urbanismo foi criado por Le Corbusier para a cidade de Saint-Dié, projeto urbanístico que não foi aprovado, porque a população do local e as próprias entidades governamentais pretendiam a reconstrução da cidade e não uma outra cidade (SERQUEIRA, 2012).

Para Saint-Dié, Le Corbusier propunha que se derrubasse a cidade para alargar as ruas, colocar os edifícios sobre pilotis para que no piso térreo se colocassem as redes técnicas, assim como nas ruas, impedindo a danificação dos passeios sempre que fosse necessário. E justifica alegando que os pilotis serviriam para que o solo se ligasse as ruas e as torres umas as outras, permitindo um maior espaço para a infraestrutura das cidades.

De acordo com LE CORBUSIER (2011, p. 37):

O repórter quis que essa cidade fosse fundada sobre inumeráveis pilotis de concreto armado que elevariam a 20 metros de altura (seis andares, por favor) o solo das ruas e ligariam as torres umas às outras. Esses pilotis teriam deixado sobre a cidade um espaço imenso no qual seriam colocados mais que à vontade as tubulações de água, de gás e os esgotos, vísceras das cidades. [...] Haussmann, em vez de praticar cortes estreitos em Paris, deveria ter demolido bairros inteiros, concentrando-os em altura; depois, deveria ter plantado parques mais bonitos do que os do Grande Rei.

Ele considerava que o centro cívico seria uma praça, onde ao seu redor os edifícios político-administrativos deveriam ficar juntos no centro da cidade para acesso de todos aos serviços públicos, compostos pelos correios, polícia, palácio de justiça, igreja, cinema, café, restaurante, câmara municipal, museu, teatro, estacionamento e circulação pedonal. Um local, como uma sala de visitas, onde o cidadão tem acesso e o considera seu.

Para o centro cívico em Luanda previu-se o local designado por “Portas do Mar”, na marginal de Luanda, à beira mar, portanto, no largo Bressane Leite – local próximo dos serviços que a cidade oferecia com os correios, a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, o comércio e a praia para o lazer. Essa adaptação, assemelha-se a um hábito rural e tradicional angolano, o jango. Esse existe ao redor das habitações e no fim do dia a comunidade reúne-se para conversar, debulhar os produtos colhidos, assar o milho ou a batata doce, comerem e os mais velhos contam histórias para as crianças, histórias com lições de vida. Não deixa de ser a transportação de um hábito do campo para a cidade, numa breve comparação entre a vida rural do interior angolano e a sua capital.

As demolições dos grandes sobrados são aqui entendidas como um momento novo para a vida da cidade – se esqueceria o passado, a cidade escravagista e a cidade africana com a chegada da cidade europeia. Mas não deixa de ser um ato desastroso, caso seja pensado em termos de história e de patrimônio para a cidade de Luanda. No largo da Mutamba foi reduzido o jardim da entrada principal do edifício da CML, do jardim do próprio largo para dar lugar ao edifício da Fazenda. No largo do Kinaxixi, foram demolidos os sobrados aí existentes para dar lugar a praça dos Lusíadas e ao Mercado do Kinaxixi. O trem que saía da Estação do Bundo e chegava a Maianga e na rua Álvaro Ferreira passava sobre um viaduto de ferro foi desativado.

Face aos novos tempos é importante realçar que alguns edifícios sofreram alterações, tais como: o Palácio do Governador-Geral de Angola e o edifício de Obras Públicas. Poucos edifícios ainda se mantêm, entre eles: os edifícios da Baixa de Luanda ao redor do Banco Nacional Ultramarino e da Cervejaria Biker, na rua de Salvador Correia, por terem tido alguma proteção. Será que essa alteração não se verificou por falta de meios dos seus proprietários? Há notícia que o Palácio do Governador-Geral, depois de 1940, sofreu uma remodelação, na qual Fernando Batalha acompanhou a obra e o seu gabinete ficava à beira mar. Pode-se entender

como uma nova era: a de que quem viesse da Metrópole, a partir de 1950, à Luanda, como vinha para ficar, logo a necessidade de se criar uma cidade para os europeus e, por isso, Luanda deveria tornar-se numa cidade europeia e de preferência melhor que as de Portugal.

No plano urbanístico de 1961, nota-se uma proposta de maiores demolições dos sobrados para a substituição da arquitetura do movimento moderno. Mas nem sempre Fernão Lopes Simões de Carvalho recebeu a autorização para realizar o que propunha como a demolição do Cine Teatro Nacional e em sua substituição construir um estacionamento para 3.000 viaturas; ou a passagem elevada que passaria pela Mutamba e subiria a rua Vasco da Gama. Foram preservados os edifícios estatais como os da Cidade Alta, o de Obras Públicas, os correios e aqueles que os seus proprietários não quiseram apagar a história.

Figura 112 - Edifício de Obras Públicas na cidade de Luanda, 1905.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

Figura 113 - Edifício de Obras Públicas, largo de D. Afonso Henriques, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 114 - Panorâmica da cidade-baixa e Marginal de Luanda, 1937.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

Figura 115 - Panorâmica da cidade-baixa vista da cidade-alta, 1942.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

Nessas duas fotos da panorâmica da cidade de Luanda de 1937 e de 1942 predominavam os sobrados. Observam-se alguns edifícios mais altos, tal como: o Colégio de Salvador Correia, no canto inferior direito da figura 115. A cidade de Luanda ganhou uma nova cara com a remodelação do Palácio do Governador-Geral de Angola (1946-1951) e o edifício da CML (depois de 1920 – 1946) – edifícios com características neoclássicas. A partir da década de 1920, inicia-se então a construção de edifícios mais altos, entre os 3 a 5 pisos, com características ecléticas e Português Suave, tais como: o Palácio das Comunicações, o Porto de Luanda, a ampliação do hospital Maria Pia, a Delegacia de Saúde, a Fazenda entre outros localizados na baixa da cidade. As panorâmicas nos mostram que os edifícios novos foram implantados após destruição dos mais antigos.

Nas panorâmicas da cidade de 1952 e na de 1966 nas figuras 116 e 117 respetivamente, registram grandes diferenças: a ausência dos sobrados substituídos pelos edifícios modernos muito mais altos e com uma arquitetura mais simples (sem elementos decorativos), porém, dotados de sistema de construção em pilar-viga-laje com o concreto armado.

As figuras 116, 117 e 118 mostram como a cidade sofreu transformação de 1950 a 1975. Apesar de nesse período também se construir edifícios em “Português Suave”, vemos uma predominância de moderno, mas com alturas controladas, com o receio da incidência de sol e do reflexo de uns edifícios nos outros.

É possível ver na figura 121 a construção do Mercado do Kinaxixi, no largo dos Lusíadas, mas, em 1950, ainda existiam sobrados ao seu redor. Já nos anos de 1960, como nos indica a figura 122, vê-se uma paisagem completamente diferente e com a ausência dos sobrados de dois pisos, passando a vigorar edifícios com mais de 10 pisos.

A rua de Álvaro Ferreira entre o Hospital Maria Pia e o largo de Afonso Henriques não tinha nenhum edifício alto até aos anos de 1950. Tratava-se de uma rua com habitação isolada predominantemente com um piso. Esta parte da cidade foi desenvolvida nos anos de 1950, com edifícios de baixa altura e habitação com características modernas, mas numa linha mais pura.

Figura 116 - Panorâmica da cidade de Luanda, 1952.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

Figura 117 - Panorâmica da cidade de Luanda, 1966.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

Figura 118 - Panorâmica parcial da cidade baixa, na cidade de Luanda, 1970.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

Figura 119 - Panorâmica parcial da cidade de Luanda com vista para o BNA⁵⁰ e BCA⁵¹, 1970.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

Figura 120 - Largo dos Lusíadas na cidade de Luanda, 1930.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

⁵⁰ Banco Nacional de Angola

⁵¹ Banco Comercial Angolano

Figura 121 - O Largo dos Lusíadas na cidade de Luanda nos anos de 1950.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

Figura 122 - O largo dos Lusíadas na cidade de Luanda nos anos de 1960.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

Figura 123 - Largo dos Lusíadas na cidade de Luanda, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 124 - Avenida de Álvaro Ferreira na cidade de Luanda, 1954.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

Figura 125 - Ponte da Ilha de Luanda, 1924.

Figura 126 - Ponte da Ilha de Luanda, 1964.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

A ponte da Ilha era construída em madeira, por existir a necessidade das pessoas se deslocarem de transportes para a Ilha de Luanda, quando essa quebrou, foi construída uma mais resistente em concreto. Com a retirada da estrada de ferro e do Comboio Bebê (um trem pequeno) da Ilha, existia mesmo a necessidade de uma ponte mais resistente. Essa mudança foi necessária.

Figura 127 - Marginal na cidade de Luanda, início do Séc. XX.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 128 - Vista da Marginal da cidade de Luanda, 1928.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Nota-se, nas figuras 127 e 128, a baía de Luanda muito bagunçada, foi com a intervenção dos arquitetos modernos e com o maior número de receitas da agricultura, dos minerais e do turismo que a cidade ganha um novo áspeto para melhor, cujas diferenças são registradas, nas figuras 129 e 130.

Figura 129 - Parcial de Marginal da cidade de Luanda, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 130 - Marginal da cidade de Luanda, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

De 1928 a 1964, a baía de Luanda sofreu transformações relevantes não só com a substituição dos sobrados e armazéns por edifícios altos, como também se verificou um arranjo com açoreamentos. Pode-se notar uma grande diferença entre os contornos do mar nas duas fotos. Depreende-se que do largo da Mutamba à baía se considerou o centro da cidade, ou seja, os vulgarmente designados quatro cantos da cidade e se traçou uma linha reta até ao mar e uma outra na perpendicular à primeira, formando dois eixos que serviram para traçar uma elipse

Leal Machado (2010). Deste modo passou-se a ver uma baía com contornos bem definidos.

Figura 131 - Palácio do Governador-Geral de Angola na cidade de Luanda no início do séc. XX.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 132 - Palácio do Governador-Geral de Angola na cidade de Luanda, 1951.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

O palácio do Governo Geral de Angola foi edificado no século XVII em estilo pombalino – uma arquitetura destinada aos edifícios públicos. Entre 1946 e 1951, foram realizadas obras em estilo neoclássico (MARTINS, 2010).

Figura 133 - Largo da Mutamba na cidade de Luanda, 1930.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 134 - Largo da Mutamba na cidade de Luanda, 1940.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

O largo da Mutamba, em 1930, era basicamente composto pelo edifício da CML, um jardim enorme na sua fachada principal, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo à sua direita e sobrados ao seu redor, como nos indica a figura 134. Depois de 1944, o GUC reduziu o jardim e mandou edificar a Fazenda, como nos indica a figura 135. Na mesma época, foram edificadas obras de “Português Suave” e modernas, tais como edifício Mobil, à direita na figura 135. Foi também criado o terminal para ônibus. Este percorria da baixa aos bairros de musseques.

Figura 135 - Largo da Mutamba na cidade de Luanda, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 136 - Largo da Mutamba na cidade de Luanda, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Nos anos de 1960 a Mutamba assumiu-se como centro da cidade, nela existiam as paragens de ônibus, um sinaleiro, serviços e áreas de lazer.

Figura 137 - Bairro das Ingombotas na cidade de Luanda, 1925.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 138 - Bairro das Ingombotas na cidade de Luanda, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

O bairro das Ingombotas era formado, até aos anos de 1950, pelo Liceu de Salvador Correia, o Palácio e o Hospital Maria Pia, habitações com um e dois pisos e muitos espaço livre ao seu redor. É possível observar as alterações sofridas depois desse período. O mesmo pode-se dizer do bairro dos Coqueiros. Só não se verificaram alterações nas ruas secundárias, uma vez que essas se apresentam muito estreitas e difíceis de comportar edifícios altos, como nos casos da rua das Flores e a rua dos Mercadores.

Figura 139 - Bairro dos Coqueiros na cidade de Luanda, 1930.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 140 - Bairro dos Coqueiros na cidade de Luanda, 1965.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 141 - Rampa do Liceu Salvador Correia na cidade de Luanda, 1935.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 142 - Rampa do Liceu Salvador Correia na cidade de Luanda, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 143 - Rua de Salvador Correia na cidade de Luanda, 1935.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 144 - Rua de Salvador Correia na cidade de Luanda, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

É notório a mudança registrada na rua de Salvador Correia, na figura 143 vemos um piso sem asfalto e sobrados da arquitetura típica portuguesa. Já na figura 144 os sobrados foram substituídos pelos edifícios altos.

Figura 145 - Largo Infante D. Henrique na cidade de Luanda, no início do Séc. XX.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 146 - Largo do Infante D. Henrique⁵² na cidade de Luanda, 1965.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

⁵² O largo do Infante D. Henrique é mais conhecido como largo do Baleizão, pela existência de um sobrado que vendia sorvete e se chamava Baleizão ao sorvete e ao local.

Figura 147 - Rua de Salvador Correia próximo do largo de D. Fernando na cidade de Luanda, 1930.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 148 - Rua de Salvador Correia próximo do largo de D. Fernando na cidade de Luanda, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 149 - Largo de Pedro Alexandrino na cidade de Luanda no fim do século XIX, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 150 - Largo de Pedro Alexandrino na cidade de Luanda, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 151 - Rua General Carmona na cidade de Luanda, 1929.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 152 - Rua General Carmona na cidade de Luanda, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 153 - Rua Salvador Correia na cidade de Luanda, 1930.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Figura 154 - Rua Salvador Correia na cidade de Luanda, 1964.

Fonte: **Loanda d'Outros Tempos.**

Depois da análise detalhada sobre as transformações que Luanda sofreu, pode-se dizer também que essa atitude apontou sempre para a edificação de novos modelos arquitetônicos importados das cidades europeias, numa fase inicial e, posteriormente do Brasil. Contudo, sempre focando a baixa altura e os espaços entre os edifícios, ou seja, edifícios altos ao lado de baixos, sobretudo, na Marginal de Luanda, permitindo assim que os ventos circulassem. Quando o edifício era muito alto, após um estudo minucioso dos percursos dos ventos predominantes previa-se um andar com um espaço mais livre, ou seja, com menos habitação ou

livre para permitir a passagem dos ventos, tal como o Edifício do livro da rua Guilherme Capelo. Esse prédio foi edificado com 17 pisos, na cota 48, como nos indica o levantamento estereofotométrico, em 1988.

CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 4. O modelo de urbanismo e das arquiteturas do movimento moderno em Luanda (exemplos, características, tipologias e originalidades locais).

4.1 O urbanismo do movimento moderno em Luanda

Depois de constatado que os planos urbanos deveriam ser produzidos por profissionais que residiam nas colônias, extinguiu-se o GUU em 1957 e na sequência foi criado o Gabinete de Urbanização em Angola para desenvolver os respectivos planos urbanísticos que passaram a ser orientados pelos serviços de Obras Públicas. Nesse processo, a cidade de Luanda teve o plano urbanístico de 1950 e a sua revisão em 1952 – planos ainda realizados pelo GUU. Logo a seguir, a CML fez uma nova revisão no plano de 1950, incluindo as necessidades e o desejo desta no desenvolvimento da cidade de Luanda. Os planos urbanísticos de 1956, 1961 e 1973 (termos de referência apenas) foram realizados em Luanda com equipes técnicas de profissionais da CML e com o auxílio de alguns profissionais residentes em Portugal, como João Guilherme Faria da Costa e Robert Auzelle e o de 1973 com uma equipa da França.

Assim que o Gabinete de Urbanização foi criado, a CML assumiu o desenvolvimento do plano regulador 1956/1958, propondo alterações na malha urbana, como, por exemplo, os viadutos na rua Francisco Newton (rua que dá continuidade à rua de Paiva Couceiro) no bairro da Cuca, entre as ruas de Serpa Pinto e a Guilherme Capelo no bairro da Maianga; na Estrada de Catete, na alameda de D. João II e na ligação entre o bairro de S. Paulo e a estrada da Boavista. Durante o tempo colonial não se registrou a edificação desses viadutos. Com relação à documentação, a proposta para o Regulamento Geral da Construção Urbana para a cidade de Luanda, consultada no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, tornou possível o conhecimento de detalhes sobre Luanda naquele período. Nesse documento, atestou-se que a falta de dados estatísticos da população anteriores em 1940 levou a equipe do plano de 1952 a prever uma população quatro vezes maior que a população da época – dado que se pode considerar anormal por fatores econômicos não previstos.

Nesse contexto, as propostas tendiam a instalar-se num local onde já se verificava a procura de terrenos e onde já se encontravam residências dispersas. O desenvolvimento do comércio e o aumento da população permitiram que se ocupasse a zona residencial, prevista no plano urbanístico de Ettiënne de Groer e de David Moreira da Silva que por sua vez era

conhecido por Musseque Cayatte (hoje uma parte do bairro de São Paulo bem próximo da Igreja de São Paulo). Isto permitiu o aumento da cidade no lado nascente e no Sul “com a ocupação da Maianga e da Samba”. Na área a urbanizar em 1952 existiam os quartéis, as instalações da polícia (consideradas novas), as empresas Luz e Água de Luanda (LAL)⁵³, os CTT, o cemitério novo e o Rádio Club.

Localizados na parte baixa da cidade, entre o Morro de São Miguel e o Porto de Luanda, existiam “edifícios de grandes proporções”, como: o Cardoso de Matos, Santos Pinto, o Palácio das Arcadas, o Mampeza, o Martins e Macedo e o da União Comercial de Automóveis. Entre a avenida Álvaro Ferreira e o Hospital Maria Pia, estavam o cinema e restaurante Restauração, o Hotel Angola⁵⁴, pensões diversas, escritórios comerciais e consultórios. A rua Serpa Pinto abrigava a Casa de Saúde e muitos estabelecimentos. A avenida General Carmona tinha muitos edifícios para a atividade comercial e moradias. A avenida Brito Godins também abrigava o cinema Tropical e áreas de comércio. As principais indústrias estavam localizadas na faixa litoral (da Estação do Bungo e ao longo da estrada da Boavista). Já na avenida Marginal ficava a Fábrica de Oxigênio e a de Acetileno próximo do Cine Teatro Nacional. A fábrica de sabão localizava-se “no sopé do morro da Fortaleza de S. Miguel”. Na área urbana existiam ainda as Fábricas de Cerâmica, Indústria e Fornos de Cal e o Matadouro nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora da Nazaré.

A portaria nº 6.707, de 14 de maio de 1949, aprovou a zona ferroviária compreendida pelas estações do Bungo e Nazaré (linha de saída da cidade e a área para as oficinas gerais). A área destinada à zona industrial de armazéns foi aprovada na portaria nº 7.675, de 19 de dezembro de 1951. As alterações em relação ao plano de 1950 foram poucas. O plano apresentase com indicação de zoneamento, tal como o de 1942. O zoneamento proposto foi mais elaborado com indicação de: zona comercial central – C1; zona comercial central – C2; zona comercial local – CL; zona mista, zona residencial unifamiliar; zona residencial coletiva; zona residencial econômica; zona residencial indígena; zona industrial; zona industrial condicionada; zona portuária; zona de edifícios públicos; zona verde; zona rural de proteção e zona rural.

Segundo os arquitetos da CML, o plano de urbanização de 1952, realizado pelo GUC, “limitou-se com o acordo superior, a fixar o número mínimo de pisos, sem limitar a altura máxima das edificações”, (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 28/11/1958). Foi somente em 1953, no Boletim Oficial n.º 6 (11 fev. 1953), que o regulamento foi publicado – depois de

⁵³ Luz e Água de Luanda que foi mais tarde substituído por SMAE

⁵⁴ Hoje é o edifício que aloja a Procuradoria Militar.

estar um ano em vigor. Esse regulamento, revisto pela Vereação da CML, “concluiu, então, o art.º 24.º das disposições regulamentares (B.O., n.º 16, 1954)⁵⁵ que limitava a altura máxima das edificações a 1 vez e meia a largura da rua, à semelhança do regulamento do plano urbanístico de Ettiënne de Groer e de David Moreira da Silva”. (Idem). Essa legislação tratava apenas de Angola e saía sob a forma de portarias como anexo do Boletim Oficial emitido para Portugal e as restantes colônias. Lembra-se que o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas para toda a colônia de Angola, em 1912, dizia que todas as habitações deveriam ter uma altura mínima de 3,25m e dizia também que esse rigor deveria ser cumprido tanto para o piso térreo como para o primeiro andar. Mas, em 1913, a CML editou o seu Código de Posturas e exigia como altura mínima os 4 metros. Cabe mencionar que os promotores privados e o delegado de saúde não aprovaram essa nova medida. Face ao conflito, a CML resolveu revogar o art.º 186 do Código de Posturas voltando a vigorar o Regulamento de 1912. Para encerrar definitivamente esse embate, o Governador-Geral de Angola anulou tudo o que no Código de Posturas da CML contrariava o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, fixando assim a altura mínima para as edificações em 3,25m (**A Província de Angola**, 13 fev. 1940).

Para o plano urbanístico de 1956 que se estendeu até ao ano de 1958 – denominado por Plano Regulador – foi criado um Gabinete de Urbanização na CML, chefiado por João Guilherme Faria da Costa, um arquiteto e urbanista com competência reconhecida. O objetivo desse Gabinete era o de orientar o desenvolvimento da cidade de Luanda, conforme orientações do plano de 1952 em vigor. Note-se que há muitos anos se necessitava tal ação, uma vez que inúmeros problemas urbanísticos aguardavam por solução (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/11/1956). João Guilherme Faria da Costa, que vivia em Portugal e só se deslocava à Luanda semestralmente. Vasco Vieira da Costa chefiava a 8ª Repartição e a equipe que executava os trabalhos sob a coordenação de João Guilherme Faria da Costa. Sobre o plano regulador, Vasco Vieira da Costa (CAMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/02/1958) alegou que esse previa quatro bairros económicos nos quais se destinavam 56% para a construção, 27% para espaços livres, 15% para as ruas e os largos e 2% para as escolas. O plano foi concluído e apresentado à CML pela 8ª Repartição, assinado por Vasco Vieira da Costa, com memória-justificativa e regulamento, tendo sido denominado de **Novo Plano Regulador** (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 10/12/1957). A elaboração desse plano, segundo a sua memória-justificativa, teve como objetivo a criação de habitação para autóctones. No plano percebe-se a

⁵⁵ O anexo não foi localizado no *site* da legislação do Ministério da Administração do Território da República de Angola e nem mesmo na Biblioteca Municipal. Durante a pesquisa não pôde ser consultado.

preocupação de localizar os serviços próximos às habitações, além do desenvolvimento de uma zona industrial com grandes proporções dada à consciência de que a cidade continuaria a desenvolver-se ao longo da costa e que se estenderia a Sudeste. Nesse plano regulador foram propostos mais quatro cais para o porto de Luanda, sendo dois iguais ao já existente e mais dois de menores proporções.

Segundo o Regulamento do Plano (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, 1957, p.2):

O Plano Director, agora elaborado, resultou da necessidade premente de criar zonas destinadas a habitação dos autóctones, pois que factores de vária natureza, entre os quais avultava a violência dos interesses privados, impossibilitaram a ocupação de algumas zonas que o P. U. previa para esse fim.

A localização dessas Zonas Residenciais (a que chamamos especiais) constitui um dos elementos mais importantes do Plano Regulador de um aglomerado africano, e é tão importante no conjunto do Plano de Urbanização, que deve dominar, por absoluto, a sua composição.

Na memória-justificativa, podemos ler que as linhas gerais do plano em vigor (o de 1952) foram mantidas e que foram realizados pequenos ajustes como resultado da expansão urbana da cidade de Luanda. Enquanto se dava continuidade do mesmo (Plano Regulador) para a cidade de Luanda, o presidente da CML endereçou uma carta/proposta ao Governador-Geral de Angola, no dia 21 de maio de 1956, propondo um estatuto para a cidade de Luanda igual ao das Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto, porque a cidade de Luanda já tinha sofrido um grande desenvolvimento a partir dos anos de 1940 e as reformas impostas à administração ultramarina já estavam desatualizadas e criariam dificuldades e retardariam a ação municipal.

Em documento oficial, lê-se que:

Em face do grande desenvolvimento que a cidade de Luanda tomou nos últimos dez anos, somos levados a verificar que as disposições reguladoras da actividade municipal contidas na Reforma Administrativa Ultramarina estão já bastante desactualizadas, pelo que não podem corresponder ao ritmo e necessidades da administração actual.

Porisso, e para prevenir dificuldades e entorpecimentos na acção municipal, estabeleceu o Código Administrativo em vigor na Metrópole, disposições especiais e de exclusiva aplicação às Câmaras Municipais de Lisboa e Porto.

A Câmara Municipal de Luanda já atingiu a categoria de grande cidade.

Não deve porisso regular-se por aquelas regras que a conduziram até ao seu actual estado evolutivo, e continuem a bem servir os pequenos municípios, pois daqui em diante verificar-se-ia, cada vez mais, que o ritmo da cidade exige novos condicionamentos. A continuação da aplicação a êste dos regulamentos talhados para as pequenas municipalidades acarretará somente atrasos e embaraços incompatíveis com as suas exigências actuais (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/06/1956).

Em junho de 1958, Robert Auzelle foi convidado para visitar Luanda com o objetivo de examinar o plano regulador em execução – o convite foi formulado por intermédio de carta

assinada pelo presidente da CML Luís Câncio Martins (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/06/1958). Robert Auzelle (1913-1983), arquiteto e urbanista francês, formou-se na *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts* e no *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris*. Em 1945, foi nomeado por Paul Lavedan para ministrar a disciplina de Teoria Geral do Urbanismo, no *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris*, onde também se formou, alguns anos depois, Fernão Lopes Simões de Carvalho que teve o privilégio de ser seu aluno. Robert Auzelle defendia o conceito de cidade funcional, baseava-se na Carta de Atenas e atribuía maior atenção à criação de Unidades de Vizinhança, “como elementos de desenho da cidade, evitando um *zoning* excessivo” (MILHEIRO 2015). Fernão Lopes Simões de Carvalho (2011), em seu depoimento, elogiou o seu professor especialmente pelas aulas práticas que teve, considerando que essas foram um verdadeiro exercício que o habilitou para o plano de Luanda de 1961/1966 e por isso o considera o professor que mais o marcou.

De acordo com (MILHEIRO 2015, p.28):

Robert Auzelle tinha em consideração alguns pontos-chave para o desenvolvimento dos planos urbanos, organizados segundo alguns tópicos como: Conceito do sítio, interdisciplinaridade e método analítico; Urbanismo; Cidades Jardim; Cidade Funcional. O primeiro ponto a ser estudado é o território, através de estudos cartográficos, geográficos e topográficos. Auzelle traz também para a disciplina de urbanismo a análise da cidade pela via da sociologia, da história e da demografia, incluindo inquéritos e outros estudos, essenciais para a compreensão das necessidades das populações, do local e da cidade. O urbanista é, portanto, visto por Auzelle como um coordenador das várias disciplinas que concorrem para a compreensão do fenómeno urbano.

Em período anterior a Fernão Lopes Simões de Carvalho, Vasco Vieira da Costa também frequentou o *Institut d'Urbanisme de l'Université* e certamente conviveu com Robert Auzelle. Nascido no Porto, Vasco também conviveu com os arquitetos e acompanhava tudo aquilo que acontecia em Portugal, apesar de se considerar angolano. Em 1962, Robert Auzelle concluiu o plano diretor da cidade do Porto com Luís Cunha. Consta ainda que Robert Auzelle conviveu com Teotónio Pereira, Nuno Portas, Fernando Távora e Carvalho Dias, todos arquitetos bem-sucedidos pelas suas obras e estudos realizados. Durante vários anos, Robert Auzelle frequentou o Porto e a Faculdade de Belas-Artes com o objetivo de reformulação da cidade do Porto e depois para a elaboração do plano diretor. Ganhou discípulos e foi muito respeitado pelas suas propostas urbanas cujos conceitos se basearam na Carta de Atenas, dando maior destaque ao urbanismo segundo Le Corbusier.

Segundo carta do presidente da CML dirigida a Robert Auzelle:

A evolução da cidade de Luanda que desde há 4 séculos se vinha processando a um ritmo lento, sofreu nestes últimos 6 anos um impulso tão brusco que os elementos

básicos, que estruturavam o plano de urbanização, elaborado em 1943, perderam toda a sua validade.

Muito embora tivesse sido revisto em 1952, esse plano mostra-se incapaz de satisfazer as necessidades de uma cidade que sofre, no momento, as consequências de um notável surto industrial, a que não é estranha a perspectiva de ricos jazigos de petróleo, cuja exploração já se iniciou dentro do próprio perímetro urbano.

No ano de 1957, na intenção de dominar e controlar em eficácia e rapidez as perturbações resultantes do rápido aumento da população (cerca de 3.000 habitantes por ano) resolveu a Câmara chamar a si a responsabilidade da urbanização da cidade que, até então, vinha sendo conduzida e orientada por um organismo integrado do Ministério do Ultramar.

Consciente da grave responsabilidade que lhe traz esta decisão, reconheceu a câmara da minha presidência, a necessidade imperiosa da vinda a Luanda de um urbanista de reconhecida competência e de comprovada experiência para se pronunciar sobre os problemas urbanísticos que, no momento, mais preocupam a nossa Cidade (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/06/1958)

A colaboração de Robert Auzelle em Luanda demonstra a importância e o interesse dedicado pela CML aos problemas da cidade e à transformação de Luanda numa cidade com cariz europeu, copiado da França. Lembra-se que Robert Auzelle era francês, formado naquele país e planejava também em Portugal. Nesse sentido, essa ação comprova que os portugueses vinham à Angola para ficar e por isso almejavam viver uma vida muito parecida com a europeia. Naquela altura não pretendiam uma vida semelhante à levada em Portugal. Isto porque depois dos anos de 1940, Luanda possuía edificações superiores às produzidas em Portugal, como por exemplo, o Colégio de Salvador Correia, nas suas últimas instalações na avenida Brito Godins, considerado, na sua inauguração em 1942, como a melhor instalação escolar do Império Português. Isso graças ao poder econômico que a cidade de Luanda e o próprio Governo-Geral de Angola dispunham à época.

Retomando, a organização do Gabinete de Urbanização devia-se particularmente à necessidade de dar solução aos problemas urbanísticos em Luanda e, nesse sentido, satisfazia o desejo de agilidade e desenvolvimento da cidade, uma vez que “os inúmeros assuntos urbanísticos que constantemente se apresentavam para resolução”, eram na maior parte das vezes colocados a despacho ao GUU em Lisboa. Muitas vezes, eram pormenores de simples solução, mas que exigiam conhecimento do local. Já se sabe que o GUU desconhecia os pormenores da cidade de Luanda, comprovados por vários profissionais, mas se refere aqui o depoimento de Francisco Castro Rodrigues já detalhado no Capítulo 1 desta pesquisa. Com o gabinete em Luanda, os problemas eram resolvidos com rapidez – somente os assuntos que implicassem alterações profundas eram submetidos ao GUU (antes da dissolução deste), assim como assuntos por conveniência da Câmara. João Guilherme Faria da Costa colaborou com o chefe do Gabinete de Urbanização da CML que também era o chefe da 8ª Repartição, o arquiteto Vasco Vieira da Costa, constatado nos documentos consultados e obedecendo desse modo às

solicitações da Câmara com a continuidade aos estudos anteriormente realizados. O presidente da CML acompanhou os trabalhos, demonstrando grande interesse e prestando um apoio valioso.

De acordo com (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/06/1958):

[...] na revisão do Plano de Urbanização, a qual está agora a prosseguir em Luanda, de harmonia com as directivas que foram então estabelecidas, de acordo com o signatário e em continuação de estudos anteriores elaborados pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar e confirmados pela experiência dos últimos anos. Estes trabalhos foram acompanhados de perto pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Luanda que com o maior interesse lhes deu, além do seu apoio, a sua valiosa colaboração.

João Guilherme Faria da Costa (1906-1971) foi o primeiro arquiteto e urbanista português, formado na França. Fez o curso de arquitetura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa em 1936 e urbanismo pelo *Institut d'Urbanisme de l'Université* de Paris em 1935. Entre 1938 e 1948, ele trabalhou no plano diretor de Lisboa e no plano geral de urbanização de Lisboa com estudos para o bairro do Restelo, Martim Moniz, Areeiro e o de Alvalade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (03/06/1958) comunicava também a Robert Auzelle o grande profissionalismo de João Guilherme Faria da Costa no convite:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Câmara Municipal de Luanda organizou um Gabinete de Urbanização chefiado por um arquitecto urbanista de reconhecida competência, para orientar o desenvolvimento da Cidade, de acordo com o Plano de Urbanização superiormente aprovado.

A criação daquele Gabinete vem satisfazer uma necessidade que há muito se fazia sentir dado o grande desenvolvimento que a Cidade de Luanda está a tomar e os inúmeros assuntos urbanísticos que constantemente se apresentam para resolução.

Estes assuntos, embora se tratasse apenas de simples pormenores eram na sua maioria remetidos ao Gabinete de Urbanização do Ultramar, com a agravante de não poderem ser resolvidos rapidamente, por quasi sempre exigirem um conhecimento directo e actualizado dos locais.

Com o Gabinete agora organizado pode as generalidades destes problemas serem resolvidas no local com rapidez, afigurando-se que apenas deverão ser enviados ao Gabinete de Urbanização do Ultramar os assuntos que impliquem uma profunda alteração das soluções do Plano de Urbanização superiormente aprovado, ou da orientação pelo mesmo estabelecido ou ainda aqueles assuntos que pela sua importância a natureza a Câmara Municipal de Luanda entenda conveniente consultar este Gabinete.

O signatário colaborou com o arquitecto urbanista chefe do Gabinete de Urbanização da Câmara, na revisão do Plano de Urbanização, a qual está agora a prosseguir em Luanda, de harmonia com as directivas que foram então estabelecidas, de acordo com o signatário e em continuação de estudos anteriores elaborados pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar e confirmados pela experiência dos últimos anos.

Estes trabalhos foram acompanhados de perto pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Luanda que com o maior interesse lhes deu, além do seu apoio, a sua valiosa colaboração.

No decorrer dos estudos houve ocasião de resolver numerosos casos urbanísticos pendentos tanto na Câmara como neste Gabinete.

Em 29 de outubro de 1958, a proposta para atualização do plano de urbanização de Luanda foi aprovada. Na sessão da vereação da CML, ocorrida em 09 de abril de 1958, foi aprovada por unanimidade a proposição de convidar um arquiteto e urbanista com “reconhecida competência” para se pronunciar sobre os problemas de maior destaque da urbanização da cidade de Luanda. Segundo a CML, as causas para a revisão do plano em vigor eram relacionadas à rejeição, por parte do GUC, do plano de 1942, considerado “único plano completo para a urbanização de Luanda porque dele fazem parte à memória descritiva e justificativa, bem como os regulamentos de zonas, de talhamentos e de construção” (Idem). No plano ainda são consideradas zonas residências comerciais e industriais, além dos limites máximos para as áreas e as alturas das construções e, ainda o que se destinava a determinado número de população.

Note-se que após deliberação camarária de 25 de outubro de 1946, verificaram-se aumentos de 20% e 50% nos limites das áreas cobertas dos talhões das zonas residenciais – o que significa que se aumentou a densidade populacional sem se alterar a rede viária do plano de 1942. Assinala-se também que o regulamento do plano de urbanização em vigor no ano de 1958 foi aprovado, em sessão camarária do dia 10 de março de 1954, permitindo que a altura máxima dos edifícios nas zonas comerciais centrais e nas zonas de uso misto (comércio e habitação) fosse uma vez e meia a largura da rua e, posteriormente, foi reduzida para uma vez a largura da rua “mas nos *gabarits* que têm sido aprovados com o argumento do equilíbrio de massas, alguns prédios são previstos com alturas superiores aquele limite”. Assim, admitiu-se o excesso de densidade populacional, mantendo a mesma rede viária, os mesmos espaços livres e as mesmas escolas. A justificativa para o maior número de pisos nos edifícios foi o custo dos terrenos. Essa medida foi muito contestada, uma vez que se achava que o valor do terreno dependia da localização e do número de pisos (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 28/11/1958).

Nesse contexto, um dos problemas para a cidade de Luanda foi o plano de 1947, isto porque o GUC eliminou as duas grandes artérias (com tamanho aproximado de 40 metros de largura) reservadas para descongestionar o trânsito entre a zona central e os bairros residenciais. Tratava-se da avenida central (saída da avenida Marginal, pelo largo Tristão da Cunha, largo da República, largo Serpa Pinto e zona Sudoeste de Luanda) e da avenida que se obteve no alargamento da rua Luiz de Camões (acesso as zonas residenciais, a Leste e a Sudeste de Luanda). Sobre o Regulamento do Plano de Urbanização, logo que foi criada a 8ª Repartição, deu-se início “a revisão do Regulamento do Plano de Urbanização, que de acordo com a

presidência da CML, deveria ser discutido e aprovado simultaneamente com o Plano Geral de Urbanização” (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 28/11/1958).

Naquela época não foi possível concluir a revisão do Plano de Urbanização de forma urgente e necessária porque deveriam ser adotadas normas para evitar inconvenientes no que toca ao urbanismo e que no caso da “ocupação do solo e a volumetria das edificações continuarem a ser condicionadas pelas disposições estatuídas nos atuais regulamentos que, aliás, traduzem o desejo e a opinião de grande parte da população” (Idem).

Desde o Plano de Etienne de Groer e David Moreira da Silva, as cêrceas para as edificações não eram claras. Ocorreram sempre dificuldades “na aceitação das alturas das edificações”. Foi constantemente apelada a “necessidade de equilibrar os volumes das construções recentes”. Eram necessárias normas capazes de limitar as alturas dos edifícios para evitar densidades de população superiores às estabelecidas. Era preciso atenção “para as condições climáticas locais”, privilegiando planos de massa “mais abertos” de modo a proporcionar “arejamento e ventilação das edificações”. Espaços livres deveriam ser previstos e as edificações, no geral, deveriam prever parques de estacionamento privativos capazes para albergar os carros de quem por lá habitasse (Idem).

Já nos anos de 1950, tornou-se patente a diferença de concentração de população entre Luanda e as restantes cidades de Angola. Nas restantes se ressaltam Huambo, Benguela, Huíla e Malanje. O esboço de Luanda, na figura 158, indica as áreas que a cidade contemplava no final dos anos de 1950, assim: a fortaleza de São Miguel, a cidade baixa, o Palácio do Governo-Geral de Angola, o bairro da Praia do Bispo, da Samba, do Miramar, o Hospital Maria Pia, a Ingombota, o Ferreira, a Maianga e a nova Maianga, o Miramar, o Maculusso, o Café, o Porto de Luanda, o Cruzeiro, a estrada de ferro, a reserva da agricultura no Kinaxixi, o local onde aconteceu a exposição de Angola que, posteriormente, foi transformado em bairro do Cruzeiro, a Boavista (onde se localizou boa parte dos armazéns para apoiar o porto como ação para descongestionar a avenida Marginal e seus arredores), o aeroporto, o aeroporto Sul, a cidade escolar, a Vila Alice, Vila Olga, o Cemitério, o Vieira Machado, o Eixo Viário, o Burity, o Cayate, a Caop, o Berman, a Terra Nova, o São Paulo, a Companhia Indígena, o Prenda (composto pelo Nascente e o Sul), a Samba Grande e o Teixeira, a cidade Satélite (onde se previam as indústrias), o Coelho, a Graça, o Pedrosa, o CTT, o Mota, o Cazenga Sul e Norte, o Paiol (um ponto de proteção no Porto de Luanda e outro a saída da cidade), as Mangueiras, a Cuca e a Cuca Sul, as oficinas gerais da Estrada de Ferro na Estação dos Musseques, a região da Siga a fábrica de plásticos, o Palanca, a Fortaleza de São Pedro da Barra (construída com a

finalidade de proteger as atividades do Porto de Luanda e o percurso da Estrada de Ferro), a Rádio Marconi, a Refinaria de petróleo, a grande zona industrial, a CUF⁵⁶, o Farol, a Cecil Marítima, a grande zona industrial, a Pameli⁵⁷, e os Km7, Km8, Km9, Km9 Sul, Km10, Km10 a Sul. Nesse esboço, tem-se a verdadeira noção do crescimento que Luanda passou a ter quando comparado com os planos das figuras 84 e 85 do Capítulo 3 desta pesquisa.

Figura 155 - Plano de urbanístico da cidade de Luanda aprovado pelo GUC, 1952.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

⁵⁶ Grupo empresarial que participou com a Companhia Portuguesa de Supermercados (SUPA), a sociedade do Grupo Ipiranga (Brasil) e o Grupo CUF, na abertura de supermercados da cadeia Pão de Açúcar em Lisboa e, em 1973, em Luanda, com o Jumbo na Estrada de Catete.

⁵⁷ Panificadora de grandes dimensões para o fabrico de produtos na linha do pão.

Figura 156 - Plano urbanístico da cidade de Luanda aprovado pela CML, 1952.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2014.

Figura 157 - Plano urbanístico para a cidade de Luanda, 1956.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

Figura 158 - As áreas da cidade de Luanda e a proposta de aumento do Porto de Luanda, 1958.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2014.

Figura 159 - Vista da avenida Marginal na cidade de Luanda, 1958.

Fonte: A **Província de Angola**, 31 dez. 1958.

Em 1958, a avenida Marginal de Luanda já era detentora de boa parte dos edifícios mantendo-os até 1975. Prova disso, é a figura 159.

Figura 160 – Proposta para um nó viário entre a rua de D. João II e a Estrada de Catete, na cidade de Luanda 1959.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2014.

Em 16 de outubro de 1959, foi proposto um nó viário entre a rua de D. João II e a Estrada de Catete, onde a rua de D. João II seria mais elevada e dessa partiriam as vias de entrada e saída para a Estrada de Catete. Para o largo da Maianga propôs-se uma solução análoga, onde a rua Guilherme Capelo seria a via mais elevada que se encarregaria do tráfego da rua Serpa Pinto para a rua António Barroso; da rua Guilherme Capelo para a rua da Samba e da rua da Misericórdia, com duas faixas de rodagem. A rua de Serpa Pinto passaria a ter 7 faixas de rodagem, sendo: 4 saídas, onde 2 seriam para o sentido da rua Serpa Pinto a rua Guilherme Capelo, as restantes para a rua Pereira Forjaz, no sentido Mutamba e 3 no sentido aeroporto, mas que na Guilherme Capelo receberia pelo nó o tráfego sentido Guilherme Capelo a rua Serpa Pinto. A rua Serpa Pinto estaria a um nível inferior. Quem viesse do sentido aeroporto poderia, por sua vez num túnel inferior, sair da rua 28 de Maio à rua de Serpa Pinto no sentido Mutamba. Essa solução resolveria o tráfego. Como não se realizou a obra na devida altura, tempos depois, o largo da Maianga e a rua de Serpa Pinto já ostentavam edifícios altos e seria muito dispendioso indenizar os seus proprietários. A rua Guilherme Capelo teria 8 faixas de rodagem, segundo a figura 161.

Figura 161 – Proposta para o nó viário no largo da Maianga na cidade de Luanda.

Fonte: *A Província de Angola*, 09 de abr. de 1974.

O objetivo principal do plano de 1961 era a remodelação da urbanização da “Zona Central de Luanda e a urbanização do Musseque Prenda”, uma vez que o Musseque Burity foi excluído e deixou de fazer parte do plano. Para o Porto de Luanda manteve-se a proposta de um cais de atracagem contrariando o Plano Regulador.

De acordo com Fernão Lopes Simões de Carvalho:

Procura-se, como se verifica, seguir uma política de dessiminação dos vários tipos rracicos e até de classes sociais no seio de todas as novas unidades de vizinhança a criar.

E se possível for na remodelação dos velhos bairros, sempre pela criação de grupos ou unidades de habitação muito económicas esperamos ver esta fusão rracica e social a proliferar em maior escala e em toda a cidade. O nível económico será assim a única determinante para essa dessiminação e, portanto, uma vez espalhadas as construções acessíveis a todas as bolsas e o acesso a elas devidamente controlado julgamos ver facilitado o problema que é hoje a extinção progressiva dos muceques.

Infelizmente, porque a população negra na cidade de Luanda é maioritariamente 3 vezes superior à europeia esta proposta não poderá resolver totalmente a questão. Por isso dissemos que a sua solução exige uma política que abrangera todo o território da Província. Especificamos em aglomerados urbanos e meio rural.

Para diluir as actuais massas de mão de obra que se encontram nas urbes e evitar o êxodo rural, motivado pelos diversos factores que provocam a conhecida atracção das

idades, há por um lado necessidade de deslocar e implantar as diferentes actividades – (indústria, etc.) – que absorvem a grande mão de obra no meio rural e por outro lado é necessário dotar as populações rurais de meios idênticos aos que têm os habitantes da cidade.

São estes os princípios que têm precedido à elaboração do novo Plano Director da cidade que este Gabinete estuda (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/01/1962).

Esse novo pensamento colocava a CML numa política de aproximação da população negra aos bairros de brancos, mas continuava a criar condições inferiores para os negros, especialmente no que concerne ao que era construído para os brancos em Luanda – somente após 1961, de fato, ocorreu essa aproximação. Isto sem dúvida deveu-se às mudanças políticas provocadas pelos ataques realizados pela UPA FNLA e pelo ataque às cadeiras em Luanda, em 04 de fevereiro de 1961 como já foi referido. Nesse ponto, deve-se ponderar que Portugal sabia que não tinha homens suficientes para suportar uma guerra e preferiu gerir o espaço, provocando mudanças nas suas atitudes, alegando que todos tinham os mesmos direitos, mas sabe-se que isso nunca aconteceu. Na arquitetura isso se refletia nas piores condições de moradia e no acesso à escola para os negros. Na questão referente à instrução, as igrejas tornaram-se um incentivo à formação dos negros. Sob esse pano de fundo, quando Fernão Lopes Simões de Carvalho chegou a CML para chefiar o Gabinete de Urbanização as políticas eram completamente diferentes, sendo mais fácil o trabalho dedicado ao plano diretor de Luanda. Nesse momento, a guerra existia e convinha a Portugal mostrar mudanças. Nos registros consultados, percebe-se que Vasco Vieira da Costa nutria conflitos constantes por pretender implantar uma cidade igual para todos, além disso, e por ser implacável nas suas convicções. No final de 1958, ele foi demitido, depois de escrever a informação nº 397 de 28 de novembro de 1958. Meramente por dizer o que pensava e achava correto, como um bom profissional.

As intervenções de Vasco Vieira da Costa e de Fernão Lopes Simões de Carvalho tiveram ações diferentes, mas ambas convergiram para o desenvolvimento da cidade. Vasco Vieira da Costa preocupava-se muito com as alturas das construções e com as consequências da insolação. Some-se a isso, a gestão do centro histórico da cidade de Luanda fazia-se com base nas experiências já adquiridas, chocando com os interesses do poder econômico. Já para Fernão Lopes Simões de Carvalho, o local de maior intervenção permitiu-lhe maior inovação, visto que a sua ação foi mais em locais livres, tais como: o bairro Prenda. No centro da cidade, ele interviu na circulação, ligando percursos já existentes e contribuindo na criação de mais espaços de lazer, como: as Portas do Mar no largo de Bressane Leite. Ele também tinha propostas inovadoras com a intenção de restaurar tudo, mas não lhe foi dada essa permissão, visto que as intenções apontavam mais para a demolição do existente e edificação do novo.

Nos estudos realizados para o plano de 1961, Fernão Lopes Simões de Carvalho fez uma projeção de população até ao ano de 1981 e previa 400.000 habitantes e uma projeção de 83.844 automóveis. Por isso, nos planos de pormenor foram observados estudos para cinco parques de estacionamento de envergadura média (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1963). Fernão Lopes Simões de Carvalho foi contratado para realizar o plano e comunicou suas condições (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/04/1961): 1) propôs a criação de um gabinete de urbanização longe do contato do público e cuja orientação dos trabalhos estaria sob a responsabilidade de João Guilherme Faria da Costa, arquiteto que residia em Portugal; 2) o chefe desse gabinete de urbanização deveria ser um arquiteto urbanista que não fosse o chefe da 8ª Repartição, visto que em experiências passadas os trabalhos com o plano regulador de Luanda criaram atrasos na realização das tarefas dessa repartição; 3) deveriam ser incorporados, ainda, mais um ou dois arquitetos que trabalhassem na 8ª Repartição e mais arquitetos com capacidade para estudos urbanos que chegariam de Lisboa; 4) o Plano Regulador de Luanda de 1958 seria a base para os estudos no futuro e, 5) os estudos a realizar em Luanda seriam acompanhados pelo arquiteto e urbanista que chefiava a 8ª Repartição. Com a saída de Vasco Vieira da Costa quem passou a acompanhar os trabalhos foi Adalberto Gonçalves Dias. Essas sugestões já tinham sido feitas anteriormente pela 8ª Repartição chefiada por Vasco Vieira da Costa.

Diante do documento proposto para a elaboração do plano de 1961 foram aprovados os seguintes itens:

1. A criação do Gabinete de Urbanização sem dependência da 8ª Repartição e que o efetivo da brigada de erosão e tubos deveriam transitar para o referido Gabinete.
2. A contratação de um arquiteto urbanista já tinha sido realizada, visto tratar-se de Fernão Lopes Simões de Carvalho, para trabalhar no Gabinete de Urbanização sob a orientação de João Guilherme Faria da Costa.
3. A contratação de mais dois arquitetos com prática de urbanização para trabalhar no Gabinete de Urbanização que não fossem da 8ª Repartição.
4. A transferência dos desenhos para o Gabinete de Urbanização.
5. O urbanista a contratar para chefiar o Gabinete de Urbanização chefiaria também o responsável da brigada de esgotos e erosão.
6. Os técnicos do Gabinete de Urbanização deveriam trabalhar em “plantas não cadastradas” para evitar influências relativamente aos planos anteriores.

7. Manutenção do Conselho Municipal de Urbanização com função consultiva. Isto porque existiam o plano regulador e os grandes conjuntos urbanísticos para a cidade de Luanda.
8. O Gabinete de Urbanização deveria funcionar nas antigas instalações do Banco de Angola e isolado do público.
9. O objetivo do plano seria a remodelação da Zona Central de Luanda e o Projeto de Urbanização dos Musseques elaborado pelo Gabinete de Urbanização e os trabalhos do mesmo não deveriam prejudicar o Plano Regulador.

Em 27 de julho de 1960, a proposta submetida com as modalidades em que seria criado o Gabinete de Urbanização incluía as já mencionadas e as aprovadas na sessão de 27 de abril de 1961 – essas previam os encargos de “um milhão trezentos e vinte e seis mil e trezentos escudos” e adiantava “é um encargo pesado, mas indispensável” (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/06/1960). Solicitaram ao Governador Geral a “melhor atenção e boa vontade” para que a CML pudesse receber um apoio de 75% do valor, similar ao que a Brigada de Estudos dos Problemas de Erosão e Esgotos recebeu no período entre 1957 e 1959. Previa-se por três anos a duração do Gabinete de Urbanização e no fim dos trabalhos os funcionários seriam enquadrados nas repartições da CML. Trabalharam no Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho, Adalberto Gonçalves Dias, António Nunes e Silva Campino, Luís Taquelin da Cruz, Rosas da Silva, Fernando Alfredo Pereira, José Augusto Pinto da Cunha e Hugo de Carvalho.

Tabela 1 - Proposta do quadro de engenheiros e urbanistas para o plano urbanístico da cidade de Luanda, 1961.

QUADRO DE PESSOAL PARA O GABINETE DE URBANIZAÇÃO EM 1960				
CARGO	QUANT.	VALOR UNIT	VAL/MÊS	VAL/ANO
QUADRO I – ENGENHARIA URBANISTICA				
Consultor técnico-mecânico solos e rodoviárias	1	5.000,00		60.000,00
Consultor técnico sanitário	1	3.000,00		36.000,00
Engenheiro civil – letra F	2	8.000,00	16.000,00	192.000,00
Topógrafo – letra K	1	5.000,00		60.000,00
Desenhador principal – letra M	1	4.300,00		51.600,00
Desenhador 1ª classe – letra O	2	3.800,00	7.600,00	91.200,00
Desenhador 3ª classe – letra S	1	2.800,00		33.600,00
Auxiliar de topógrafo – letra T	1	2.600,00		31.200,00
Escriturário 1ª classe – letra S	1	2.800,00		33.600,00
Dactilógrafo – letra U	1	2.400,00		28.800,00
Serventes	4	550,00	2.200,00	26.400,00
			TOTAL	644.400,00
QUADRO II – URBANIZAÇÃO				
Arquitecto Urbanista – letra E	1	11.000,00	5.000,00 ⁵⁸	192.000,00
Arquitecto – letra F	2	8.000,00	16.000,00	192.000,00
Pintor de arte – letra I	1	6.125,00		73.500,00
Desenhador principal – letra M	1	4.350,00		51.600,00
Desenhador de 1ª – letra O	2	3.800,00	7.600,00	91.200,00
Desenhador de 2ª – letra Q	1	3.300,00		39.600,00
Desenhador de 2ª – letra Q	2	OITAVA REPARTICAO		
Dactilografo – letra U	1	2.400,00		28.800,00
Serventes	2	550,00	1.100,00	13.200,00
			TOTAL	681.900,00
TOTAL GERAL				1.326.300,00

Fonte: Arquivo IPGUL, 2014.

⁵⁸ Valor de gratificação

Com relação aos arranjos no centro histórico de Luanda, Fernão Lopes propôs três circulares: a primeira acompanharia o percurso largo de Infante D. Henrique ou do Baleizão, Palácio, largo da Maianga, Liceu Salvador Correia, largo do Kinaxixi e Igreja da Nazaré; a segunda circular seguiria pela Samba até ao largo do Miramar e, a terceira iniciaria na via limite do Porto de Luanda e terminaria na Samba. Essa terceira circular não foi construída.

Nesse sentido, cabe descrever o e-mail trocado entre a pesquisadora e Fernão Lopes Simões de Carvalho (5 jul. 2011):

Sr. Arquitecto

É correcto dizer que a primeira circular de Luanda faz o percurso largo do Baleizão, Palácio, Largo da Maianga, Liceu Salvador Correia, Largo do Kinaxixi e Igreja da Nazaré?

Qual o percurso da segunda circular? Será que inicia na praia do Bispo e vai à Boa Vista?

Mil desculpas, mas não quero falhar na descrição do seu plano.

Enviar-lhe-ei depois, tudo o que escrevi sobre si, para que me dê a sua opinião.

Muita saúde

Alice

Em resposta, têm-se as seguintes informações:

Muito boa tarde

Quanto à primeira circular está correcto. A segunda começa na Samba e termina no largo do Miramar. A terceira começaria na via limite do porto e iria acabar igualmente na estrada da Samba. E era a partir desta circular que se passaria do plano rádio-concêntrico para o plano linear. Puxando a cidade para sul e acompanhando a nova zona industrial, campo de trabalho do sector secundário para os habitantes das unidades de vizinhança que se seguiriam à UV1-Prenda. O trabalho do sector terciário-comércio e serviços situar-se-ia nas vias comerciais (V4), das unidades de vizinhança. O trabalho do sector primário desenvolver-se-ia nos terrenos a sudeste da prevista zona industrial.

Espero que consiga perceber tudo. Para tal procure seguir o 'Esquema Funcional do Plano Director-Estudo Prévio' que fez parte da minha comunicação⁵⁹.

Um abraço.

Fernão

Pertenceram ao plano de 1961/1966: a proposta para o viaduto na rua Vasco da Gama que iniciava no largo da Mutamba; a ponte da Ilha de Luanda; a da reserva da agricultura na rua de Pinheiro Chagas e, a de Nossa Senhora da Muxima. Nesse plano, também estavam ainda previstas a demolição do Cine Teatro Nacional e a edificação de um estacionamento para 3.000 viaturas. Entre as ruas de Pinheiro Chagas e Nossa Senhora da Muxima foi edificada uma via a um nível inferior (paralela a rua de Pinheiro Chagas) para dar acesso a reserva da agricultura e entrada para a rua dos Lusíadas, desta para o largo da Mutamba. No esboço da projecção exibida à população, observa-se que a intenção de aumentar os cais do Porto de Luanda está evidente a

⁵⁹ Comunicação em Luanda (2011), nos encontros do CIALP e da União Africana de Arquitectos.

partir da proposta de mais três cais com uma envergadura maior que o já existente. Na proposta de 1961, essa particularidade não existia.

Figura 162 - Plano urbanístico para a cidade de Luanda, 1961.

Fonte: Arquivo pessoal de Fernão Lopes Simões de Carvalho, 2011.

Figura 163 - Plano urbanístico para a cidade de Luanda sobre a base do plano de 1956, 1961.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

Figura 164 – Esboço da distribuição da população para a cidade de Luanda, 1962.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2014.

Na memória descritiva do plano urbanístico para Luanda de 1973 percebe-se a ambição de crescimento da cidade, alargando-se o estudo para Luanda, Viana e Cacuaco. Importante dizer que essa memória descritiva se tornou termo de referência para o plano que não chegou a ser concluído. Fizeram parte dele os arquitetos José Deodoro Faria Troufa Real, Adalberto Gonçalves Dias, António Nunes e Silva Campino, Vasco Vieira da Costa, Margarida Amaral Prazeres Pais e Ana Torres, o Governador Geral de Angola Camilo Augusto de Miranda Rebocho Vaz, o pintor José Pino, o representante da Igreja Católica o Bispo D. André Muaca e outros (O.T.U⁶⁰, 1973).

Para o plano, foram considerados como dados de base a realização dos inquéritos e a recolha de dados quantitativos, tais como: superfície da área de estudo, superfície urbanizável,

⁶⁰ 18 Boulevard de la Bastille – Paris 12^{eme} – traduzido para português por: Sra. Fátima Real, Dr. António José Rodrigues e o Eng. Amaral Fernandes.

evolução da população, tipo somático e estratos socioeconômicos, necessidades em superfície para o alojamento e o emprego e qualitativos. Além disso, levantaram-se velhos documentos de urbanização, características da área de intervenção, evolução da malha urbana, as grandes operações previstas, os problemas intercomunais relacionados ao plano de urbanização, assim como os problemas urbanos que o plano regulador poderia resolver. Elaboraram também hipóteses e objetivos do reordenamento nos polos periféricos e a organização dos aglomerados e dos polos. Criaram ainda um esquema do desenvolvimento urbano da cidade com projeção até 1990, no qual se depreende que a cidade partiria de uma via expressa para Camama, Cacuaco e Viana e, que por sua vez outra via ligaria Camama a Cacuaco e outra paralela ligaria o percurso a Sul para Benguela e a Norte para Camama. Some-se ao trabalho a realização da justificativa das disposições do plano regulador quanto ao plano de urbanização; a previsão de demarcação em zonas, da superfície reservada aos aglomerados, os equipamentos estruturantes, a rede viária, a água e o saneamento em zonas urbanas e naturais; zona de urbanização e de acordo especial (ZUAD). Todo o plano era composto por dois anexos que tratam do habitat e dos equipamentos residenciais (Idem).

No momento da elaboração do plano, foi constatado que entre 1960 e 1970 a população passou de 224.000 para 473.000 pessoas. As projeções indicavam um crescimento até 1980 de 805.000 para Luanda, 35.000 para Cacuaco e 60.000 para Viana que totalizaria as 900.000 pessoas. Assim, eles agruparam a população em três estratos sociais e previram o seguinte crescimento: estrato superior composto por profissionais liberais e quadros superiores 45.000, estrato intermédio os empregados e quadros médios 360.000 e estrato inferior com a mão-de-obra não especializada e os desempregados 495.000 (para as duas últimas categorias previam realojamento de carácter social).

Para a distribuição de empregos, consideravam-se: para Luanda 19.940 empregos no setor primário; 2.940 para Cacuaco e 5.040 para Viana. No setor secundário, 35.700 para Luanda; 4.620 para Cacuaco e 7.200 para Viana. Já no setor terciário, 139.560 para Luanda; 840 para Cacuaco e 2.160 para Viana. Em 1971, o setor primário tinha 13.000 e a projeção seria para 25.920; o setor secundário 31.000 com projeção de crescimento de 47.520 e no setor terciário tinham 86.000 e uma projeção de 142.560, concluindo seriam 130.000 empregos para 1971 e para 1980 216.000. Previam-se para o emprego uma taxa de 58 empregados por hectare, estimando-se 615 hectares para Luanda, 68 hectares para Cacuaco e 124 hectares para Viana (Idem).

Nessa memória descritiva, existe a menção referente aos planos para Luanda que seriam alterados num período aproximado de dez em dez anos e o plano regulador de 1956 que foi anulado, pois não contou como base de estudo. A memória descritiva considerou ainda todos os planos e o desenvolvimento espontâneo da cidade. Tomou como base todos os estudos aprovados pela CML, demonstrando que as cérceas e as áreas funcionais estariam sujeitas a alteração. Ela ainda caracterizava a cidade de Luanda (área estudada) como um vasto *plateau* com uma variação de 90 a 150 metros de altitude com término no mar, com um desnível mais pronunciado na baixa de Luanda relativamente a Cacuaco pelo aglomerado estar apenas na parte baixa.

No documento considerava-se que entre 1963 e 1973, a malha urbana alongou-se em 2 km de largura à volta do aglomerado existente onde os musseques tiveram grande proliferação e como causa apontavam a emigração rural e o desenvolvimento económico de Luanda, considerando uma ocupação entre os 1000 e os 1500 hectares – vista como difícil de controle e com a agravante das transgressões urbanísticas, ou seja, habitações construídas de caráter definitivo sem aprovação da CML. Em contraposição, considerava que o aeroporto e os quarteis estavam nos espaços livres intersticiais e as zonas industriais fixas nos eixos de serviço nas vias de Viana e Cacuaco estavam bem localizadas.

Note-se que em Luanda, as construções em transgressão e os musseques eram a maior parte na parte urbanizada da cidade, ou seja, do perímetro do foral de 1956. Era intenção do plano a transformação da parte baixa da cidade e das grandes avenidas em habitação coletiva e o restante em alojamento individual – somente o musseque Prenda juntou habitação coletiva e individual. Isto porque era muito difícil a intervenção nos locais com transgressão. Os musseques, gradativamente, foram transformando-se em locais para habitar com serviços. Em contrapartida, o Governo-Geral de Angola se comprometia realojar as populações dos musseques enquanto durasse a sua conversão.

Em Viana, existia uma zona industrial, oferecendo acolhimento e em 1973 atingiu os objetivos que só se esperavam obter em 1975. Em Cacuaco existia diversas solicitações para novas instalações, tal como Viana. Previam ainda para Luanda, a urbanização do bairro de Santa Bárbara, a renovação da cidade-baixa e a faixa que compreendida entre o aeroporto e a estrada da barra do Cuanza. À época somente os planos de Santa Bárbara e da Baixa de Luanda estavam aprovados. Em Cacuaco, na Mulemba e no Grupo Secil (fábrica de cimento) pensava-se criar um bairro com habitação e serviços adequados. Havia a intenção de descongestionar o centro da cidade com o tráfego de viaturas, com a descentralização dos serviços, criando novos

serviços administrativos e terciários próximos. Entendia-se que o desenvolvimento das atividades secundárias era condição necessária para o desenvolvimento da cidade, porém, isso não dependia da implementação do plano diretor. Acreditava-se que as reservas de terrenos grandes em locais privilegiados poderiam auxiliar nesse desenvolvimento. Esse processo estava em andamento e pelo dinamismo já demonstrado pela CML o futuro de sucesso seria certo. O equilíbrio entre os empregos secundários e a habitação dependia de estudos constantes em grandes aglomerados (Idem).

Para a demarcação de zoneamento previam: zonas desenvolvidas (UA); zonas de reserva que poderiam ser transformadas em UA (UB); zonas que fossem propícias à construção de habitação coletiva densa e de serviços (UC); zonas de habitação menos densas com habitação coletiva e individual (UE); zonas de habitação periférica com habitação coletiva e individual com intensidade forte e média (UG); zonas destinadas com caráter UG para construção de serviços secundários sem perturbar os habitantes em áreas isoladas e com pequena dimensão (UG1); zonas de habitação de caráter residencial de nível elevado, onde deveriam permanecer as habitações individuais com fraca densidade (UH); zonas para criação de empregos secundários (UI); zonas de reserva onde se deveria manter o caráter natural e serem usadas quando necessário para aglomerados ou espaços públicos verdes (N) e, zonas destinadas para o caráter social (UM) (Idem).

Para os 900.000 habitantes, previam-se para Luanda: 805.000 habitações, distribuída em 350.000 nas zonas UA e UH e 455.000 nas zonas UM e UN. Previam para Cacucaco, 12.000 alojamentos coletivos, 24.000 individuais e uma população de 36.000. Já para Viana previam-se 7.000 alojamentos coletivos, 14.000 individuais para uma população de 21.000 (Idem). Para que se chegasse a esses números foi realizado um estudo minucioso com propostas para a abolição dos musseques.

Assinala-se que a execução do plano de 1973, aconteceu simultaneamente à formação de profissionais em Luanda e na França, mas não se deu seguimento porque em 25 de abril de 1974, aconteceu a queda do Estado Novo e, logo a seguir, em 11 de novembro de 1975, a independência de Angola. Para além de Angola ter seguido um rumo político diferente, a preocupação no pós-independência foi sempre a defesa do território e da população. Nos anos de 1990, tentou-se a continuidade do plano, mas por se constatar que o mesmo tinha como ideologia separação de bairros entre negros e brancos não se levou adiante. Naquele período, o país não tinha ainda arquitetos urbanistas doutorados que pudessem mudar essa ideologia e valorizar o estudo realizado. O tempo passou e percebe-se que, infelizmente, será cada vez mais

difícil e dispendiosa a sua conversão. Depois de inúmeras tentativas, em 2010, Luanda deu início ao Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda que já se encontra em execução e já é notório a conversão de alguns dos musseques. Os primeiros arquitetos doutorados para a República de Angola foram formados em 1996 e destacam-se para a área de arquitetura e urbanismo os Arquitetos Isabel Martins, António Gameiro, Salvador Soares⁶¹ e Benga Pedro com formação em Portugal e na Itália.

Figura 165 – Esquema de vias para a cidade de Luanda a atingir até 1990, 1973.

Fonte: PLANO REGULADOR, 1973.

⁶¹ Infelizmente já falecido.

Figura 166 – Mapa de Angola com a distribuição da população, no Censo de 1950.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Luanda, até o final do século XIX, apresentava-se com um traçado e características portuguesas, tais como: as ruas que circundam a cidade alta e baixa; o acompanhamento dos contornos da baía e da Costa Atlântica e os cruzamentos e entroncamento. Nesse traçado foram acrescidas vias intermináveis que ligaram o centro da cidade aos bairros periféricos, onde predominavam as ruas, os cruzamentos e os entroncamentos.

Depois de diversas propostas para a cidade e as inúmeras brigas, Luanda cresceu e edificou um legado que sobressai entre as cidades africanas de expressão portuguesa. No urbanismo, especialistas insistem na opinião que o que prevaleceu foram as propostas do plano de David Moreira da Silva e Ettiënne de Groer e aponta-se para as características, como as rotundas, os largos sem saída, as ruas intermináveis para ligar a cidade baixa à alta e as restantes de Luanda e por sua vez as de Angola. As grandes rotundas, os largos sem saída foram

instituídos para facilitar o trânsito, no caso das rotundas, permitem melhor circulação e proteção às casas e, ao mesmo tempo, atribuem dignidade e qualidade de vida com praças, jardins e serviços.

Figura 167 – Rotunda da Estrada de Catete e rua Sidónio Pais – Rotunda da rua D. João II, avenida Lisboa e do Laboratório de Engenharia.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

À esquerda da figura 167, vê-se a solução encontrada para o cruzamento formado pelas ruas de Sidónio Pais (que dava continuidade à Estrada de Catete) e a rua de D. João II. À direita da mesma figura, vemos a solução para as ruas do Laboratório de Engenharia (que tinha como continuidade a rua de D. João II) e a avenida de Lisboa. Essas funcionam nos dois sentidos à exceção da rua do Laboratório de Engenharia.

Figura 168 – Rotunda nas ruas 21 de Janeiro e Lisboa – Rotunda do largo da Maianga.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

A figura 168 ilustra o largo do Aeroporto, onde convergem 4 ruas que permitem a circulação nos dois sentidos. Trata-se do largo do Aeroporto que liga a avenida Lisboa à avenida 21 de Janeiro. No largo de D. Afonso Henriques convergem seis vias: Calçada de S. António, rua Álvaro Ferreira, rua Capelo Ivens, calçada P. Andrade, travessa Quiban e rua Hemano Pereira.

Figura 169 – Largo João Vieira Ferreira e Avelino Dias.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

Como solução para os largos, tem-se o exemplo do largo de João Vieira Ferreira com uma praça, quadra de jogos e restaurante. À direita, trata-se do largo Avelino Dias sem saída onde se previu um estacionamento privativo e jardim.

Figura 170 – Largo do Bocage e do Cruzeiro.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

À esquerda, uma solução para os nós ou *cu de sac* no largo do Bocage, hoje designado largo Che Guevara (entre as ruas Barbosa do Bocage, General Carmona, Sidónio Pais e Sá da Bandeira). À direita, outra solução para o largo do Cruzeiro (entre as ruas de Cabo-Verde e da Guiné). O bairro do Cruzeiro possui a forma de uma âncora, homenageando o cruzeiro realizado por Vasco da Gama. As ruas e largos têm os nomes dos locais por onde ele passou. A Exposição Feira (local de realização da feira de Angola, em 1938) tem um contorno que acompanha a baía (na parte alta à Noroeste da cidade), lembrando uma ancora do navio. Esse tipo de traçado remete ao bairro da Encarnação em Lisboa – um lugar que tem a forma de uma borboleta, organizado pelo Arquiteto Paulino Montez, em 1958. Já para Luanda, se viu no plano urbanístico de 1942, um bairro com um traçado em forma de folha – uma característica da cidade-jardim.

Figura 171 – Largo de Serpa Pinto e Praceta no final da rua R. das Minas.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

Para o largo de Serpa Pinto ou Amílcar Cabral também convergem seis ruas, como nos indica a Figura 171, à esquerda: Júlio de Vilhena, a primeira rua do canto superior esquerdo. No sentido horário, seguem: as ruas de Neves Ferreira, Pereira Forjaz, Fernão de Magalhães, D. A. da Cunha e a Serpa Pinto. À direita, está a Praceta Lucrécia Paim (entre as ruas de Frederico Welwitsch⁶², General Carmona, Sá da Bandeira e Coronel Artur de Paiva).

⁶² Foi um botânico austríaco que também escolheu Angola para viver e se ocupou do estudo da flora de Angola e que descobriu a planta rara e única no mundo a do deserto de Moçamedes *Welwitschia Mirabilis*.

Figura 172 – Portas do Mar no largo Bressane Leite.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

A primeira praça foi realizada no largo do Palácio e outras existem no largo de Diogo Cão, Infante D. Henrique e Portas do Mar. Nesse último foi transladado o marco da chegada de Paulo Dias de Novais da Ilha de Luanda à Marginal de Luanda (em frente ao edifício dos Correios). Foi uma forma de valorizar o ato e permitir que fosse mais visitado. Aí foi edificado o primeiro mictório da cidade num subsolo e teve ao seu redor serviços. Depois da independência, o largo passou a chamar-se Fernando Coelho da Cruz e, recentemente, foi demolido para dar lugar ao monumento ao soldado desconhecido. Os marcos foram retirados e tem-se o conhecimento que foram conservados.

Figura 173 – Largo do Infante D. Henrique.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2012.

4.2 A produção arquitetônica do movimento moderno.

4.2.1 Habitação social

É propósito desta tese de doutoramento estudar o urbanismo e o modelo da arquitetura do movimento moderno em Luanda, no período entre 1950 e 1975, com destaque para a descrição das habitações e dos cinemas ao ar livre, provando, desse modo, a existência de um urbanismo e de uma arquitetura do movimento moderno, assim como o surgimento de um novo modo de vida na cidade.

Após a habitação adquirir maior altura, o número de habitações aumentou por piso, ganhando novas varandas; eram edificações de múltiplos modelos e com planta diminuta. As plantas diminuía para que as habitações fossem mais baratas e pudessem ser vendidas com lucro para quem promovia o imobiliário. Contudo, existiram momentos nos quais a habitação ganhou maior altura, mas essas eram destinadas somente para pessoas abastadas. Nesse sentido, a habitação em baixa altura era a alternativa usada para se atribuir o menor preço e satisfazer um maior número de habitantes. Inspirado na Carta de Atenas e os CIAMs, o movimento

moderno pregava que os recursos da grande cidade deveriam servir a todos – mesmo os com menos posses deveriam ter o direito a uma vida decente. Nesse processo, prevaleceu a dimensão social, na qual o Estado promovia a habitação para os mais pobres, colocando também arquitetos e engenheiros nessa empreitada.

Em Angola e em especial em Luanda, aos portugueses privilegiavam na construção a altura. Para o restante, a habitação deveria ser unifamiliar isolada, em banda continua ou geminada, com materiais mais pobres, uma vez que a população negra não tinha posses para adquirir uma casa e muitas vezes nem mesmo alugar, porque também era uma parte maior em relação a população europeia. Assim, as múltiplas cubatas não tinham fim e com estas se constituíam os seus musseques. A população portuguesa destinava aos negros os trabalhos domésticos, os serviços públicos, o comércio da baixa, os serviços no Porto, na estrada de ferro e na zona industrial de armazéns situada na área litoral da cidade. Essa configuração determinava a localização dos bairros para a população negra em regiões próximas aos seus trabalhos. Cabe lembrar aqui que o crescimento populacional foi derivado pelo “movimento migratório proveniente da Metrópole” e também pela população nativa que chegava à Luanda a procura de trabalho (AMARAL, 1978). O maior número de indivíduos trabalhava nos serviços públicos, na indústria e no comércio misto. Os portugueses em Angola não faziam trabalhos domésticos nem serviços menores, isso eram tarefas para os negros. Dificilmente, um indivíduo de nacionalidade portuguesa desempenharia trabalhos menores ou de serviçal, somente os degredados o faziam, depois deles, mais ninguém.

O maior crescimento populacional de Angola e, no caso particular, o de Luanda aconteceu de 1950 a 1975, com interregno no período 1957 a 1961. Essa interrupção se deu pelas dificuldades provocadas pela guerra de libertação nacional (1961) e pela baixa de preços nas exportações dos produtos agrícolas (Idem). Porém, o verdadeiro desenvolvimento da cidade aconteceu, sem dúvida, entre 1965 e 1975. Nesse período, se intensificou a produção imobiliária em propriedade horizontal e se decretou que os negros deveriam frequentar os mesmos lugares que os brancos, sendo assim as oportunidades também surgiram para os negros assimilados, como em 1967 – quando alunos de medicina receberam bolsas de estudo por serem muito bons alunos.

Sob esse contexto, foi edificada a zona residencial e a ampliação dos bairros econômicos junto ao cemitério novo na Estrada de Catete. Também foram destinados terrenos pelo plano regulador de 1956/1958 para o bairro Residencial Especial, onde uma pequena parcela era de propriedade da CML. Foi aprovada a Comissão Administrativa do Fundo dos

Bairros Populares de Angola, na portaria nº 16817, publicada no Boletim Oficial nº 61, de 13 de março de 1970, cujo objetivo seria cuidar da gestão e controle do orçamento das edificações, visto que o fundo já existia e produzia habitações. Ocorreu ainda um estudo afim de se “fixar as normas que serviriam de base às negociações a efetuar com os proprietários dos terrenos abrangidos”. A CML identificava os terrenos e elaborava as propostas, no caso de serem aprovados. Caso não pertencessem à CML, eram feitas propostas para o melhor local e preço. Considerou-se ainda a ampliação dos bairros populares, chamando-os de Núcleo A e Núcleo B. O Núcleo A (ou zona residencial econômica limitada), ao Norte, com a estrada de Catete; a Oeste, com o cemitério novo e a Este e ao Sul “com as novas ruas projetadas”, com 49 hectares, previa 8.780 habitantes, com previsão de ter também um centro cívico, escola e zona comercial com mercado. O Núcleo B, no qual se acrescentou o Núcleo C, têm-se mais bairros projetados, a ampliação do bairro Sarmiento Rodrigues, com 39 hectares, previa 5.800 habitantes, com parque de jogos para apoio a área total.

O projeto e o tipo de talhamento foram definidos por João Guilherme Faria da Costa “no estudo do bairro econômico, localizado junto à Grande Zona Industrial e reserva da estrada de ferro” (CAMARA MUNICIPAL DE LUANDA, 30/02/1960). O projeto previa despesas de urbanização com os arruamentos que incluíam a pavimentação, os esgotos, a iluminação pública, o abastecimento de água e eletricidade, as escolas e os encargos de terreno útil para a construção. Eram proprietários desses terrenos Victória Henriqueta da Conceição Fernandes Pereira, Cassiano Rodrigues Nunes e outros.

Os cálculos foram apresentados por João Paulo Graça (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, 21/03/1960) e previa que o Núcleo A que teria uma área total com zonas de proteção com 49/Ha, uma densidade populacional de 177hab/Ha, uma população para 8.780 habitantes, com ruas e praças com 114,250 m² – 23,8%, escolas 15,300 m² – 3,2%, edifícios públicos e espaços verdes com 63.600 m² – 13% e Zona comercial com 9.600 m² – 2%. As construções para habitação seriam de 287.250 m² – 58%. A distribuição da população, segundo o tipo de habitação, previa 98 blocos de 10 fogos cada com um número de cinco habitantes por fogo, totalizando os 4.900 habitantes e o equivalente a 56% da população total; moradias geminadas (com quatro fogos), 168 e 5 habitantes por cada fogo, com um total de 3.360 habitantes, equivalente a 38% do total e moradias isoladas (com dois fogos) 52; a proposta para a habitação dos bairros populares previa habitação isolada, geminada e em banda contínua, como nos indica a figura 172;

**Figura 174 - Proposta de agrupamento para habitação económica na cidade de Luanda, 1957.
Aprovação de João Guilherme Faria da Costa.**

Fonte: Arquivo IPGUL, 2014.

Antonieta Jacinto desenvolveu um projeto para a Vila dos Pescadores em Cacucaco, como indica a Figura 175 e o bairro indígena, em 1958, em Luanda⁶³. As habitações possuíam para o bairro de Cacucaco sala, um quarto, banheiro e cozinha. Elas eram orientadas para maior ventilação e menor insolação com materiais duráveis (durante a pesquisa, a habitação social se apresentou com materiais mais duráveis), como o piso em tijoleira que ainda hoje, passados muitos anos se pode identificar nas construções. Do bairro indígena não se tem vestígios, porque em seu lugar surgiu a edificação do Estádio da Cidadela. Nas inúmeras conversas com a Profa. Dra. Maria Manuela Fonte foi mencionada a escola do bairro indígena projeto também de Antonieta Jacinto. No fundo, esses projetos mostram o respeito e a consideração que Antonieta Jacinto tinha pelos seus (os angolanos e os pescadores de Cacucaco) em procurar realizar uma arquitetura digna para habitar os Homens. Apesar de apresentarem má conservação, ainda é possível identificar a tijoleira na sala, o posicionamento para a melhor ventilação e a menor insolação. Não há asfalto nas vias, mas se reconhece a presença de drenagem nas vias.

Quem se ocupava dos modelos habitacionais para o funcionalismo público era o GUC que passou a desenvolver projetos para portugueses e autóctones. Essa era a função de Luiz Possolo, que desenhou para Luanda, entre 1959 e 1960, residências para cabos, sargentos e oficiais e blocos de aquartelamento para soldados oriundos da Europa e indígenas (MILHEIROS, 2012). O bairro dos militares é caracterizado por vivendas para quatro famílias, com três quartos, duas salas, uma cozinha, um banheiro e dispensa. No quintal, existem quarto e sanitário para negros. Os quartos e as salas têm teto falso em madeira e o bloco que liga a cozinha aos banheiros em laje aligeirada de concreto armado.

⁶³ Dossiê de candidatura da Comissão Instaladora para o **DO-CO-MO-MO** (Angola).

**Figura 175 - Casa para pescadores em Cacuaco na cidade de Luanda.
Projeto de Antonieta Jacinto, 1965.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2015.

No alçado, vemos a predominância de vãos, em arco de volta perfeita, telhados de quatro águas, pé-direito alto com tonalidades nas cores rosa e verde. As habitações são os sobrados evoluídos, com vãos menores em altura, com a incorporação da chaminé e com a escada nos alçados laterais da vivenda, que permite o acesso para a residência de cima. Vemos também,

como elemento novo, a janela com uma grelha envidraçada. Todos esses elementos estão patentes nas habitações portuguesas, contudo, os materiais e a planta da habitação obedeciam ao modo de vida que se vivia no clima tropical, no caso, Luanda. Aqui vê-se como os portugueses se moldaram a esse novo modo de vida ao transitarem da Europa para a África. Curioso que se observa a mudança de novos modos de vida tanto para os europeus como para os africanos.

Em 1962, Fernão Lopes Simões de Carvalho iniciou a primeira unidade de vizinhança designada Unidade de Vizinhança nº 1 – Musseque Prenda, no qual já detalhamos as propostas realizadas no Capítulo 3 desta pesquisa. O bairro é formado por habitação coletiva, habitação unifamiliar e habitação com produção unifamiliar independente. Nessa unidade, habitavam todas as classes, mas existia disparidade entre a habitação social e as restantes.

No ano seguinte, Fernão Lopes Simões de Carvalho e José Augusto Pinto da Cunha projetaram a vila de pescadores, na Ilha de Luanda, o bairro prenda e várias edificações em Luanda com propostas mais dignas para habitação para autóctones.

Figura 176 - Bairro Militar na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2016.

Figura 177 - Bairro Militar na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2016.

Figura 178 - Bairro Militar na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2016.

Figura 179 - Habitação no Bairro da Polícia na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2010.

O projeto dos pescadores, na Ilha de Luanda, previa habitações com um, dois, três e quatro quartos para dois, quatro, seis e dez habitantes, respectivamente. Nota-se aqui pela primeira vez uma habitação projetada para a realidade que apresentavam as famílias africanas, mais numerosas que as europeias. Para além dos casais terem mais filhos, sempre existia um sobrinho que perdeu a sua mãe ou uma avó, aparados por estes. As residências eram em piso térreo com dois corpos, sendo um para quartos e sala e outro para cozinha e banheiro, muito semelhante ao que foi proposto por Antonieta Jacinto, no bairro dos Pescadores, em Cacucaco. Tinham um quintal com vedação alta, cobertura com quatro águas e inclinação pronunciada. Possuíam ainda alvenaria em blocos de concreto, cobertura com estrutura de madeira e colmo (espessa e aparada), nos quartos e na sala, na cozinha e nos banheiros laje de concreto armado. Seus vãos em madeira eram pintados com tinta de esmalte e os pavimentos em betonilha de cimento corada⁶⁴ e esquartelada. Ao redor das habitações, foram previstos edifícios públicos, edifício elementar de saúde, escola primária, centro infantil, esquadra de polícia, posto de higiene municipal, posto de correios e comércio para produtos de mercearia, carne, peixe, legumes, vestuário e vinhos. Aqui se vê a preocupação em colocar as classes sociais diante de uma vida mais digna. Será que essa atitude contribuiu para o aumento da autoestima dos habitantes? O povo da Ilha de Luanda orgulha-se de ser descendente do Reino do Congo e de viver como os portugueses viviam. Eles se orgulham em beber o vinho vindo de Portugal, além de terem a presença das Bessanganas⁶⁵ que exibem os adornos em ouro sobre as suas vestes

⁶⁴ Atribuição de cor ao piso de cimento

⁶⁵ Senhoras da alta sociedade que eram respeitadas, não só pelos bens que dispunham, mas também por criarem os sobrinhos e afilhados dos menos abastados. Elas são conselheiras para os bons costumes.

tradicionais (quimono com remates de *crochet* e saíote branco com renda e bordado inglês na barra), usos e costumes ainda hoje em uso.

Figura 180 - Projeto de habitação para pescadores na Ilha de Luanda, 1963.

Fonte: Arquivo pessoal de Fernão Lopes Simões de Carvalho, 2011.

Figura 181 - Projeto de habitação para pescadores na Ilha de Luanda, 1963.

Fonte: Arquivo pessoal de Fernão Lopes Simões de Carvalho, 2011.

Figura 182 - Projeto de Centros Cultural e de Saúde para pescadores na Ilha de Luanda, 1963.

Fonte: Arquivo pessoal de Fernão Lopes Simões de Carvalho, 2011.

Figura 183 - Projeto de Posto de Correios para pescadores na Ilha de Luanda, 1963.

Fonte: Arquivo pessoal de Fernão Lopes Simões de Carvalho, 2011.

Figura 184 - Projeto de posto de higiene municipal para pescadores na Ilha de Luanda, 1963.

Fonte: Arquivo pessoal do Arq. Fernão Lopes Simões de Carvalho, 2011.

A preocupação das instituições do Estado em alojar os seus funcionários, tais como: os do Porto de Luanda, a empresa Caminho-de-ferro de Luanda, a *Diamang*, os CTT e outros, muitos desses modelos eram idênticos aos dos projetos para os altos funcionários do Estado. Nas figuras 176, 177 e 178, nota-se a semelhança da habitação no bairro Militar no alto da Maianga, e a do bairro do Caminho-de-ferro (figura 185), na Vila Alice.

Figura 185 - Casa do Caminho-de-ferro na Vila Alice para quatro famílias, na cidade de Luanda.

Fonte: Luandenses no dia 13/01/2016 por Filipe Fragata - <https://www.facebook.com/groups/365527340157517/>. Acesso em 02.fev.2018.

Figura 186 - Habitação do bairro da Vila-Alice na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2010.

Figura 187 - Habitação do bairro da Terra-Nova na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2010.

Figura 188 - Habitação do bairro Popular na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2010.

Figura 189 - Habitação do bairro Popular na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2010.

Na figura 188, nota-se como a casa igual a da figura 189 foi descaracterizada, trazendo a habitação até aos limites do muro sem respeitar as regras urbanísticas impostas, isso aconteceu já num período posterior a independência de Angola e se dá maior atenção no Capítulo 5 desta pesquisa.

Em 1968, foram edificadas residências para abrigar um grupo de congolenses, assim, surgiu o bairro dos Saiotes ou do Cazenga (nome dado ao local à época). Anos depois, o bairro do Cazenga, de fato, foi instalado depois da F.T.U⁶⁶. Nos Saiotes, foram incorporados o Mercado dos Congolenses, o Cinema N'Gola Cine e escolas. Nele, existem residências do estilo produzido para o bairro indígena; elas têm dois pisos e nota-se preocupação com o conforto térmico do local (na escada do edifício, observam-se elementos vazados para ventilação e luminosidade). O projeto foi realizado por Fernando Batalha, o primeiro arquiteto português a fixar residência em Luanda e, por isso, considerado como o mais antigo (1938 a 1982).

**Figura 190 - Habitação social do bairro dos Saiotes na cidade de Luanda.
Projeto de Fernando Batalha, 1968.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2010.

⁶⁶ Fábrica de tabacos de Angola

**Figura 191 - Habitação social do bairro dos Saiotes na cidade de Luanda.
Projeto de Fernando Batalha, 1968.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2010.

O desenvolvimento de habitação para indígenas foi uma forma de controlar o espaço, garantindo segurança à população portuguesa. No traçado original dos musseques, a polícia não conseguia entrar nos bairros pelo seu traçado irregular – sem infraestrutura e criado com o propósito de impedir o acesso de estranhos. Com o Fundo de Fomento Habitacional, a produção de habitações foi massiva, seguindo as regras da Carta de Atenas nas ruas da cidade. Nesse processo, Vasco Vieira da Costa, João Guilherme Faria da Costa, Fernão Lopes Simões de Carvalho e José Augusto Pinto da Cunha estudaram formas de alojar a população carente. Nem sempre os bairros foram dotados dos serviços necessários, mas foi constante a fixação de escola primária, abertura de ruas, posto municipal e venda de alimentos. Pelas somas monetárias, o Governo-Geral de Angola arrecadou recursos nos setores da agricultura, da exploração de minérios e do turismo (que já se fazia naquele período) – o que daria maiores possibilidades para melhorias na infraestrutura do local. Assim, a forma de aplicação dos recursos acirrou a grande vontade dos angolanos em libertarem-se do colonialismo português.

Figura 192 – Projeto das fachadas das habitações do bairro Indígena na cidade de Luanda, 1942.

Fonte: A Província de Angola, 10 set. 1942.

Figura 193 - Alçado de uma habitação para quatro famílias.

Fonte: Arquivo do Governo da Província de Luanda, 2014.

Figura 194 - Isometria mostrando o alçado lateral direito e o de frente da habitação para quatro famílias.

Fonte: Arquivo do Governo da Província de Luanda, 2014.

4.2.2 As unidades de habitação no período do movimento moderno em Luanda

O ministro da reconstrução e urbanismo da França Raoul Dautry encomendou a Le Corbusier (em 1945, quando esse reabriu o seu *atelier* na rua de Sèvres) a primeira unidade de habitação. Ela foi construída em Marselha, onde se pretendia habitação para 1400 pessoas (BENEVOLO, 2009) que estavam desalojadas pelos efeitos da II Guerra Mundial. A ideia seria criar um modelo que pudesse ser repetido em outras localidades. Essa unidade de habitação foi edificada entre 1947 e 1953, numa área de 4 hectares, sob os pilotis, separada em 8 metros em relação ao solo com pilares distanciados em 4,19 metros cada. A edificação comporta 337 unidades habitacionais. O conjunto é formado por um paralelepípedo com um volume de 135x24x50m. As fachadas maiores estão orientadas de Leste a Oeste; ao passo que, as fachadas menores estão de Norte a Sul. Para o duplex, ocorreram duas tipologias (as mais frequentes), apesar de existirem 23 tipologias de apartamentos. Nas tipologias, estava presente a ventilação cruzada, com um corredor de acesso aos apartamentos que atravessavam o edifício na longitudinal (CERQUEIRA, 2012). O edifício possuía um mercado no 7º andar, uma creche no 8º andar, elevadores e laje no último piso ao ar livre – a essa, Le Corbusier chamou de teto-terraço para instalação dos equipamentos de uso coletivo composto por ginásio, *solarium*, sala de jogos, teatro, piscina, laboratório e salas de reunião para jovens. O edifício ainda previa lavandaria, garagens e entrada da guarita para o porteiro⁶⁷.

As unidades de habitação passaram a ser definidas como grandes edifícios modulares, onde o concreto armado e as alvenarias estiveram patentes. Foram realizadas em todo o mundo e adotadas pelos arquitetos do movimento moderno. A sua finalidade era a de proporcionar o conforto de no mesmo local da moradia, adquirir os serviços básicos e o trabalho. Era a primeira vez que se reunia a moradia, o trabalho e o lazer no mesmo edifício. Em 1952, depois de “muitos

⁶⁷ Em 1944, estudando um novo sistema de alojamento de emergência em série, Le Corbusier propõe a construção de corpos de edificação muito profundos, percorridos por uma rua interna que sirva alojamentos em dois níveis, separados por divisões transversais em alvenaria. Essas edificações são chamadas de *unités d'habitation transitoires* e possuem apenas dois andares para que sejam construídas e demolidas com facilidade. Mas, aplicando esse dispositivo aos prédios altos é possível concentrar em um bloco compacto um grande número de alojamentos deixando cada um independente dos demais e dando frente para os dois lados. É a *unité d'habitation de grandeur conforme*, que compreende aproximadamente 400 alojamentos e também em seu interior, ou seus prolongamentos todos os serviços necessários para completar a vida familiar: estacionamentos, lojas, creches, lavanderias, espaços para o lazer e os exercícios físicos. Essa é a célula fundamental para o tecido da cidade moderna, portanto permite destinar a maior parte do terreno a zonas verdes, embora conservando uma densidade elevada, e simplificar as redes viárias, mantendo diferenciados os vários tipos de circulação. Nos planos de construção estudados para Saint Dié, para Saint-Gaudens, para La Rochelle, Le Corbusier insiste nessa ideia (BENEVOLO, 2006, p. 682).

contrastes e dificuldades” essa edificação chamou a atenção de muitos, como há muito não se via, na opinião de BENEVOLO (2006, p.682) e persistiam dificuldades de funcionamento:

[...] uma parte dos alojamentos fica vazia e os serviços comuns no sétimo e oitavo andares – lojas de alimentos, bar, cafeteria, tabacaria, cabeleireiro, jornaleiro, florista, agencia de correio – são realizados somente mais tarde. Assim, por diversos anos o edificio funciona como um monumento, visitado a cada dia por 300 espectadores pagantes; nele organizam-se exposições de pintura e congressos, e os guias turisticos o indicam desde logo como *ville radieuse*. Em outras palavras a primeira *unité* realizada equivale ainda, sob muitos aspectos, a uma proposta demonstrativa, como tantas outras idealizadas antes de Le Corbusier [...]

Depois do êxito de Marselha (1952), foram edificadas mais *unités*, a segunda em Nantes (1955), a terceira em Berlim (1957), a quarta em Briey-en-Forêt e uma quinta em Firminy. Nas de Nantes e de Berlim foram retirados os serviços comuns. Na unidade de Briey-en-Forêt (com 360 apartamentos de tamanho médio, 49 maiores e 200 menores), os serviços comuns foram alojados numa construção ao lado. Esse edificio isolado foi uma novidade, porém, não proporcionou a autonomia funcional – percepção somente sentida quando são construídas outras ao seu redor (BENEVOLO, 2006).

Nas unidades de vizinhança, convívio entre os moradores era estimulado por encontros programados. Nestas não deveriam existir vias para veículos e sim caminhos a pé. Nesse intuito, o espaço deveria ter área livre, vias para veículos, o local para habitação de fato e equipamentos urbanos. O grande objetivo era garantir a segurança das crianças, especialmente para permitir a sua ida sozinhas à escola e poderem brincar sem qualquer perigo sob os olhares dos pais. Esse era um novo modo de vida, por sinal, muito diferente da cidade tradicional, onde a habitação era composta por uma concentração elevada de lotes baixos e independentes. A habitação adotada pelos modernos quebrou a monotonia das quadras e dos lotes; passou-se às unidades com blocos mais altos, independentes, variados e ordenados com grandes vias e vegetação ao seu redor.

Nesse sentido, BENEVOLO (2009, p. 642) argumenta que:

A cidade tradicional é formada por muitos lotes pequenos, ocupados por edificios independentes entre si; suas combinações são demasiado numerosas para serem previstas e controladas, e sua sucessão muito aproximada produz, ao fim uma impressão de monotonia. Ao contrário a cidade moderna pode ser formada por elementos muito maiores, cada um projetado como uma composição construtiva unitária; as combinações entre estes elementos podem ser coordenadas por antecipação, portanto o quadro de conjunto pode tornar-se ao mesmo tempo variado e ordenado.

Algo idêntico ocorreu no Brasil: o edificio Copan, na rua de Ipiranga, na cidade de São Paulo, projetado por Oscar Niemeyer, em 1954. O edificio foi construído entre 1957 e 1966 –

um período longo, isto porque o primeiro financiador, o Banco Nacional Imobiliário, não deu continuidade ao financiamento. O Bradesco, o segundo financiador, concluiu a construção. Assinala-se que essa unidade de habitação poderia ter sido mais funcional. Considerada a maior estrutura de concreto armado do Brasil, o Copan possui 115m de altura; 32 andares e 120.000m² de área construída. Divide-se em seis blocos com 1.160 apartamentos e aproximadamente 5.000 habitantes. Tem ainda mais de 70 estabelecimentos comerciais e é considerado um edifício emblemático na cidade.

Sob o exemplo do Copan ressalta-se a grande capacidade dos arquitetos brasileiros na interpretação daquilo que acontecia no mundo. Pelas suas linhas, apesar das alterações não terem seguido completamente a indicação de Oscar Niemeyer, demonstra-se a criação de novas formas, especialmente a opção pelas curvas. O edifício foi uma encomenda para as comemorações dos 400 anos da cidade de São Paulo. Com uma fachada de 45.000 m², os seus seis blocos com entradas separadas não possuem áreas de lazer, apenas serviços que se confinam em lojas e restaurantes. Possui 22 elevadores e 104 funcionários. O projeto inicial previa hotel com restaurante, piscina, galeria de lojas, jardins suspensos e garagens subterrâneas. Ao invés do hotel foi construído um espaço onde hoje funciona uma agência do Bradesco. Por não concordar com a alteração do projeto, Oscar Niemeyer delegou os trabalhos para Carlos Alberto Cerqueira Lemos, abandonando a obra quando esta ainda estava no terceiro andar.

Em Portugal, sobressaiu o conjunto de apartamentos da rua Infante Santo em Lisboa, como nos indica a Figura 9. O projeto de Alberto José Pessoa, Hernani Ganda e João Abel Manta, era formado por quatro edifícios construídos entre 1952 e 1955. Localizados perpendicularmente à avenida Infante Santo e rua Abílio Lopes do Rego, paralelamente às vias estão os serviços. Num nível superior, estão os edifícios com acesso em duas vias.

Em Luanda, edificações como essas foram colocadas nas vias principais da cidade e das muitas construídas as que mais sobressaem são: o edifício Mutamba (1968) de Vasco Vieira da Costa; o edifício em forma de livro, na rua Guilherme Capelo de Pinto dos Reis (1975); o edifício Servidores do Estado, na rua Serpa Pinto; o edifício do livro, na rua dos Coqueiros da Castilho Ltda. (1972); o edifício dos CTT, no bairro da Precol de Fernão Lopes Simões de Carvalho; o do Montepio Ferroviário, na avenida dos Restauradores de Angola e, o edifício do livro, na rua do Quicombo, no bairro de São Paulo e, o da Oliva, no largo Serpa Pinto. Desses alguns contêm estacionamento no piso térreo, habitação e no último piso área de lazer; outros têm a área de lazer no térreo ou num dos pisos intermédios; outros ainda apenas têm serviços

no piso térreo e área de lazer no último piso. Sobre a questão das alturas dos edifícios, o Brasil sempre se destacou, ao passo que em Portugal elas eram controladas. Como no período entre 1950 e 1975 todos os nascidos em Angola eram portugueses, os critérios eram iguais em diversas ocasiões, logo em Luanda esse critério também existiu.

Vasco Vieira da Costa, como estagiário de Le Corbusier, colaborou para a unidade de habitação de Marselha e Fernão Lopes Simões de Carvalho, estagiário de Le Corbusier sob a custódia de André Wogenscky, colaborou na unidade de habitação de Berlim e de Briey-en-Forêt. Dessas experiências, surgem realizações transportadas para Luanda. No final dos anos de 1950, iniciou-se a venda das unidades de habitação por toda a cidade. As unidades de habitação construídas assemelham-se às unidades de habitação idealizadas por Le Corbusier. Apresentam-se suspensas sobre pilotis, com grandes vãos ou *fenêtre en longueur*, com planta livre e por vezes se aproximam das ruas em forma de sacadas, os *brise-soleils* e os tetos-jardins obedecem assim aos cinco pontos estabelecidos por Le Corbusier, além do sentido de funcionalidade.

Em Luanda foram edificadas inúmeras unidades de habitação e algumas unidades de vizinhança, a saber: a unidade de vizinhança nº 1, no bairro Prenda, com 28 edifícios projetados e 22 edificadas; a nº 3, no musseque Prenda, no bairro Cassenda, onde se previam 22 e se construíram 8; o arranjo urbanístico nº 4, entre as ruas António Barroso, Norton de Matos e a Padre Manuel Ruela Pombo, onde se previram 12 e se construíram 5; o arranjo urbanístico nº 5, na rua Mousinho de Albuquerque, com 24 previstos e construídos 9; a unidade de vizinhança nº 6, no musseque Burity, com previsão de 51 edifícios e onde só se construíram 13 e, a unidade de vizinhança de São Paulo, com 23 previstos e 4 construídos. Consideram-se ainda os edifícios da avenida Norton de Matos e a Garcia de Resende; da Norton de Matos junto a Igreja da Sagrada Família; os edifícios entre a Garcia de Resende e Padre António Vieira; os compreendidos entre as ruas Dr. António Videira, Comandante Correia da Silva, António Barroso e a Serpa Pinto; os da rua do Quicombo, os edifícios, ao lado do edifício do livro, no bairro de São Paulo (construído pela cooperativa O Lar do Namibe). Esses são muito semelhantes aos da rua de Infante Santo em Lisboa, construídos pelo Cofre da Previdência e destinados aos antigos trabalhadores da CML. Porém, aqueles que melhor obedecem aos critérios da Carta de Atenas são os construídos no bairro Prenda. Os 23 blocos habitacionais foram posicionados de modo que suas fachadas menores fossem orientadas a Sudeste-Sudoeste, Noroeste-Sudoeste e Leste-Oeste, proporcionando, assim, boa ventilação e a menor insolação. Sob esse ponto de vista, as influências partiram da arquitetura que se realizava no Brasil. Mas,

o que despertou os portugueses foi o modelo arquitetônico que se produzia na África do Sul, como já foi detalhado no Capítulo 1 desta pesquisa.

Nas principais ruas da cidade, estavam as unidades de vizinhança, entre elas: avenida Marginal, Restauradores de Angola, Combatentes da Grande Guerra, Paiva Couceiro, António Enes, António Barroso, Serpa Pinto, rua do Carmo, Salvador Correia, Padre Ruela Pombo, Norton de Matos, alameda D. João II, Brasil, Francisco Newton, Julho de Vilhena, Pereira Forjaz, Brito Godins, Luís de Camões, Pinheiro Chagas, Conselheiro Aires de Ornelas, Sá da Bandeira, Direita de Luanda, Artur de Paiva, Lopes de Lima, Vasco da Gama, Frederico Welwitsch, Senado da Câmara, Conde de Ficalho, General Carmona, Álvaro Ferreira, Avelino Dias, Duarte Lopes, Francisco das Necessidades e muitas outras ruas. As unidades de habitação marcaram a sua presença mesmo em ruas sem asfalto, visto que primeiro se construía e depois se asfaltavam as ruas. Como exemplo o edifício dos CTT no bairro da Precol, os edifícios do Musseque Prenda e outros distribuídos pela cidade.

Em todas as unidades de habitação, o piso térreo e o entrepiso se destinam a serviços comerciais, sendo os demais pisos majoritariamente destinados para residências. Para a produção imobiliária, o Estado participou no desenvolvimento do projeto das habitações e na cessão de terrenos. Por essa razão, pode-se dizer que a implantação do movimento moderno em Luanda teve uma dimensão social.

De acordo com BENEVOLO (2006, p.508):

[...] Observa-se, assim, que a área dos apartamentos, de acordo com os higienistas, pode ser consideravelmente reduzida, enquanto a iluminação, a ventilação e a insolação devem ser aumentadas; ressalta-se que a crescente emancipação dos indivíduos no seio da família permite conceder a cada membro adulto um cômodo, mesmo pequeno, enquanto se reconhece que as atuais tendências solidarizantes tornam mais oportunas as casas de habitação coletivas que as casas individuais, ao menos nos aglomerados industriais. Estabelecidos os *standards*, surge o problema econômico. Justamente o fato de que as classes menos favorecidas não estão em condições de pagar uma casa tolerável e de que é preciso a intervenção do Estado, faz com que o problema da moradia se coloque como um problema de mínimos, pois cada desperdício iria traduzir-se em uma maior justiça. A mesma consideração exige que sejam reduzidos ao mínimo também os custos gerais: do terreno, das ruas etc; assim, do problema da construção passa-se necessariamente ao problema do bairro, que é tratado em 1930 no III Congresso de Bruxelas.

Nos anos 1950, depois das chuvas torrenciais, abriram-se valas que permitiram a criação de novas ruas, como a da rua de António Barroso (local onde predominavam as quintas/sítios). António de Almeida, português imigrante no Brasil, no mesmo período, transferiu-se para Luanda com o objetivo de investir em edificações imobiliárias. Em 1962,

construiu o prédio, onde hoje funciona o Hotel Maianga. Depois desse primeiro, o edifício com dois pisos ao lado desse e o prédio do outro lado da rua, na esquina da rua António Barroso com a rua José de Oliveira Barbosa. Era proprietário do terreno entre a rua José de Oliveira Barbosa e a rua Padre António Vieira. Como o Almeida possuía uma criação de vacas, nas terras junto ao aeroporto, seu apelido era “Almeida das vacas”. Seu primeiro prédio, antes de transformado em hotel, possuía apartamentos de 2 e de 1 quarto; os do extremo eram T2 com duas salas e os do meio T1; no rés-do-chão estavam as lavandarias e no primeiro andar, funcionou a partir de 1969 um salão de cabeleireira o “Natalina”. Anteriormente à construção desse edifício, o local tinha uma cacimba⁶⁸.

Ainda na rua de António Barroso, foi construído por Adriano Moreira o prédio entre as ruas de António Barroso e de Jaime Cortezão. Alberto Pereira, na mesma rua (com a esquina da rua Joaquim Cordeiro da Mata), edificou um *apart-hotel* que foi habitado pelos cubanos, logo após a independência. Tratava-se de um edifício com alta tecnologia. Segundo Violante Oliveira (2018), em frente à padaria Flor, ainda na rua de António Barroso, foi instalada no térreo e no primeiro andar uma clínica cuja proprietária era negra, tornando-se um lugar muito procurado pela população local. Desse movimento, iniciou-se o desenvolvimento dos bairros da Maianga e, posteriormente, o do Prenda.

No bairro do Prenda, a PRECOL construiu edifícios com projeto realizado pelo Gabinete de Urbanização de Luanda, chefiado por Fernão Lopes Simões de Carvalho (arquiteto urbanista sénior), e com a colaboração de José Pinto da Cunha, Fernando Augusto Pereira para a área de arquitetura e Luiz Taquelim da Cruz para urbanismo. O projeto foi elaborado em 1962 e construído entre os anos de 1963 e 1975, tendo ficado edifícios por construir e outros por acabar. O jornal **A Província de Angola** publicou, no dia 19 de abril de 1964, o anúncio para venda dos apartamentos duplex que foram edificados com 1, 2, 3, e 4 quartos, com ventilação cruzada, cozinha e casa de banho. Tendo sido atribuídos ao apartamento de 1, quarto tipo A, com 50m²; de 2 quartos-tipo B com 83m²; de 3 quartos-tipo C, com 119m² e, de 4 quartos-tipo D com 157m² que continha dois modelos diferentes. O tipo A tinha a sala comum e a cozinha no mesmo nível, já o banheiro e o quarto ficavam localizados no piso de abaixo. O tipo B também tinha a sala comum, cozinha com varandas em ambas divisórias, casa de banho e 2 quartos no piso mais abaixo com varandas. O C, com 3 quartos e, o D com 4 quartos. Já o E,

⁶⁸ Fonte de água doce.

com 182 m², tinha 4 quartos num piso e a sala comum, a cozinha e mais 1 quarto no outro nível do apartamento. Esse é um dos vários modelos projetados e desenvolvidos no bairro do Prenda.

No dia 03 de abril de 1971, **A Província de Angola** publicou o anúncio para o edifício São Paulo de Tarso, onde mencionava as opções para compra de apartamentos em propriedade horizontal na alameda D. João II pela empresa Imóveis de Angola, Ltda., com 4 tipologias de apartamentos, sendo para 1 quarto opção A: hall, cozinha, sala comum, banheiro, quarto e varanda; opção B varia apenas na dimensão da cozinha que na opção A é estreita e comprida e na B se assemelha mais a forma de um quadrado; opção C também com 1 quarto, cozinha igual a opção A com um lavabo a seguir a cozinha na direção da sala comum. Opção D com hall, cozinha, 3 quartos, sanitário, sala e varandas na sala e no quarto, onde ambos compõem a largura da casa. Essa opção tem o inconveniente de tirar toda a privacidade, uma vez que as portas dos quartos se encontram próximo da sala, mas essa opção permite ter uma sala com varanda e boa luminosidade. Opção E, com 2 quartos, cozinha, banheiro e sala comum com varanda na sala e no quarto.

Figura 195 – Unidade de vizinhança nº 1 na cidade de Luanda, bairro Prenda
Projeto Fernão Lopes Simões de Carvalho e José Pinto da Cunha, 1971.

Fonte: A Província de Angola 29 abr. 1971.

Figura 196 - Edifício São Paulo de Tarso na cidade de Luanda, alameda D. João II, 1971.

**ASSEGURE O SEU FUTURO
E DOS SEUS FILHOS**

EDIFÍCIO S. PAULO DE TARSO
PROPRIEDADE HORIZONTAL
em construção na ALAMEDA D. JOÃO II

CHeguei o GRANDE MOMENTO! Com o dinheiro necessário, com os rendimentos que deixo de pagar e as facilidades
nos IMÓVEIS DE ANGOLA, Lda, consigo, vou poder ter casa sua e a meu gosto.
Pequena entrada e... 50 prestações mensais! Concentrando meu rendimento
IMÓVEIS DE ANGOLA, Lda, consegue, em 31 de MARÇO,
superior à prestação, a primeira prestação será somente vencida.
E depois, depois da assinatura do contrato promissório de compra,
Assaque o seu futuro e o dos seus filhos.
É o que de agora. A sua casa, no coração de Luanda,
em zona saudável e de valorização progressiva,
será também seu investimento.
O EDIFÍCIO S. PAULO DE TARSO
é uma construção
gerada por
IMÓVEIS
DE ANGOLA, Lda.
Os materiais
são de primeira
qualidade.
Os acabamentos
perfeitos.
Hoje mesmo
pode decidir
seu futuro.

CONSULTE **imóveis de angola, lda.**

Rua Ferreira Borges, 307, 2º andar, B e F, Tel. 22300

IMÓVEIS DE ANGOLA, Lda.

Fonte: A Província de Angola, 16 abr. 1971.

Figura 197 - Edifício São Paulo de Tarso na cidade de Luanda, alameda D. João II, 1971.

Fonte: A Província de Angola, 03 abr. 1971.

O anúncio do edifício Alameda, construído pela Ancor (Sociedade Angolana de Construções) e localizado na alameda Almirante Américo Tomás, foi publicado no dia 03 de outubro de 1971. **A Província de Angola** divulgou uma única planta composta por sala comum, cozinha, banheiro, 2 quartos e varandas na sala e nos quartos. Não mencionou o tamanho do mesmo. Infelizmente a foto do jornal não é muito legível, mas permite perceber como se distribuem os compartimentos do apartamento.

Figura 198 - Edifício Alameda na cidade de Luanda, alameda Almirante Américo Tomás, 1973.

Fonte: **A Província de Angola**, 03 out. 1971.

O edifício Combatentes foi divulgado no jornal, no dia 01 de dezembro de 1971. No anúncio, foram mencionadas as áreas dos apartamentos, os preços e os cômodos dos mesmos. Com 12 tipologias, estando os 12 apartamentos num só piso. Assim, para a tipologia A, temos sala e 3 quartos, com 105,85 m²; B sala e 2 quartos com 71,60 m², C sala e 3 quartos com 91,98 m², D sala e 2 quartos com 69,35 m², E sala e 3 quartos com 102,85 m², F sala e 2 quartos com 71,60 m², G sala e 1 quarto com 58,40 m², H sala e 1 quarto com 54,40 m², I sala e 1 quarto com 54,40 m², J sala e 1 quarto com 58,40 m², L sala e 1 quarto com 58,40 m², M sala e 3 quartos com 98,65m². O edifício é composto por corredor central, existindo apartamentos dos dois lados e nos extremos do corredor, a área livre, permitindo, assim, iluminação e ventilação. A escada principal de acesso está situada ao centro, com dois elevadores. Do lado direito (quase

ao extremo) está uma escada de serviço e mais um elevador. Foi construído sob os pilotis com 12 pisos.

Figura 199 – Edifício Combatentes na cidade de Luanda, rua Senado da Câmara, 1971.

UNIPRÉDIO COMBATENTES

A	550.000\$ 00	E	550.000\$ 00	I	280.000\$ 00
B	580.000\$ 00	F	560.000\$ 00	J	500.000\$ 00
C	480.000\$ 00	G	500.000\$ 00	L	500.000\$ 00
D	550.000\$ 00	H	280.000\$ 00	M	500.000\$ 00

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO ÓPTIMAS.
PANORÂMICA EXCELENTE.
FUNCIONAL.
E... FINALMENTE, O "SEU" APARTAMENTO!

para si, excelente solução...

UNIPRÉDIO | RUA DO MACULUSSO. 23
TELEFONE • 2 3.2 6 5.

A - SALA + QUARTO
 B - SALA + 2 QUARTOS
 C - SALA + 3 QUARTOS
 D - SALA + 3 QUARTOS
 E - SALA + 3 QUARTOS
 F - SALA + 3 QUARTOS
 G - SALA + 1 QUARTO
 H - SALA + 1 QUARTO
 I - SALA + 1 QUARTO
 J - SALA + 1 QUARTO
 L - SALA + 1 QUARTO
 M - SALA + 1 QUARTO

Fonte: A Província de Angola, 01 dez. 1971

Figura 200 - Edifício Combatentes na cidade de Luanda, avenida Senado da Câmara, 1971.

Fonte: A Província de Angola, 01 dez. 1971.

A Imóveis de Angola Ltda., em 21 dezembro de 1971, publicou no jornal **A Província de Angola**, um 3D da proposta de apartamentos para um edifício na alameda D. João II, composto por um quarto, sala comum, cozinha, arrumo, banheiro e varanda no quarto.

se observam dois quartos, sala comum, sanitário, cozinha, despensa⁶⁹ e lavanderia com varanda na sala.

Figura 202 - Edifício São José na cidade de Luanda, avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 1959.

Fonte: **A Província de Angola**, 03 dez. 1959.

⁶⁹ Local da habitação destinado a guardar alimentos, produtos de limpeza e por vezes panelas e baldes.

Figura 203 – Anúncio da Empresa Cofinca sobre os edifícios que comercializava na cidade de Luanda, 1965.

Fonte: A Província de Angola, 29 nov. 1965.

Figura 204 – Andar tipo do edifício da cooperativa A Nossa Casa na cidade de Luanda, 1974.

Fonte: A Província de Angola, 03 mar. 1974.

Figura 205 - Planta do andar tipo do edifício da cooperativa A Nossa Casa na cidade de Luanda, 1974.

Fonte: **A Província de Angola**, 03 mar. 1974.

No Arquivo da CML, no GPL e no Arquivo Nacional Angolano foram levantados projetos que permitiram conhecer alguns critérios sobre o modelo dos projetos de arquitetura e a qualidade exigida pela CML. Conheceram-se ainda as empresas que estavam envolvidas nos projetos arquitetônicos para a cidade, entre essas, aponta-se a Castilho Ltda., como a empresa com um número elevado de projetos realizados. Composta por três irmãos, dos quais dois eram arquitetos João e Luís Garcia de Castilho e o terceiro era engenheiro António Garcia de Castilho, a empresa teria iniciado suas atividades no final dos anos de 1950. A seguir, pontuamos alguns edifícios erigidos pela Castilho Ltda.: o edifício da Martins e Macedo (na avenida dos Restauradores de Angola); o edifício construído na propriedade de Camilo Pereira Tristão (entre o largo dos Lusíadas e a rua Luís de Camões), de Serafim Lopes de Andrade (na avenida Combatentes da Grande Guerra, esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia), de Francisco Maria Pereira e de António Fonseca (na rua Paiva Couceiro), de João Marques Pinto (a fábrica de contraplacados na estrada da Cuca e o edifício da avenida da Marginal), as propriedades de José Vicente de Almeida Neves, de Zeferino Pereira da Cruz, de Jorge Dário Santos Lapa (na esquina das ruas Ambuíla e Engenheiro Armindo de Andrade), de Rui Varela Soares, de Salvador Magalhães Mota (na rua da Missão de São Paulo), os cinemas

Avis (atualmente, com o nome de Karl Marx), Miramar, Restauração, cinema e esplanada Kilumba de Viana, a Casa Americana (na avenida de Álvaro Ferreira), a União Comercial de Automóveis (na avenida dos Restauradores de Angola), o edifício do Montepio Ferroviário na rua dos Coqueiros e muitos outros edificadas por toda Angola.

Como exemplo, tem-se o projeto do edifício de Francisco Maria Pereira, assinado pelo arquiteto Garcia de Castilho da empresa Castilhos Ltda., em 14 de junho de 1956. Localizado na avenida da Marginal junto do edifício da Junta de Exportação do Café, esse projeto apresenta memória descritiva que traz alteração de funções para o edifício. O volume manteve-se e já estava aprovado. Previu-se para o piso térreo amplo armazém e nos demais andares armazéns com escada principal de serviço e monta-cargas para 1.500 quilos. A mudança atribuiu ao piso térreo um amplo compartimento com 16m de comprimento e 24m de largura; colocou-se mezanino para escritório destinado as lojas, cujo acesso a sobreloja é feito pelas duas escadas. Os 4 pisos também têm acesso as 2 escadas existentes no edifício. No térreo existem 3 instalações sanitárias, sendo uma com chuveiro e as 2 restantes para sanitários de homem e senhora destinados exclusivamente para indígenas. A estrutura, em concreto armado com paredes em blocos e tijolos de alvenaria, comporta colunas e elementos na fachada principal com alhetas⁷⁰, cimanha⁷¹ de remate igual aos edifícios laterais que são em pedra (semelhante ao acabamento do edifício da Junta do Café). Estes acabamentos visavam adquirir características semelhantes aos edifícios já existentes no local.

⁷⁰ Ângulo da popa do navio quando é costado (parte lateral exterior da embarcação).

⁷¹ Parte mais alta da cornija, saliência em que assentam os beirais do telhado.

Figura 206 – Edifício do Palácio das Arcádias na Marginal de Luanda de Francisco Maria Pereira. Projeto da Castilhos Ltda., 1956.

Fonte: José Carlos da Silva, 2010.

Figura 207 – Fachada principal do edifício de Francisco Maria Pereira na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto de Castilhos Ltda., 1956.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 208 – Planta do piso térreo e sobreloja do edifício de Francisco Maria Pereira na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto de Castilhos Ltda., 1956.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 209 - Plantas 1º e 2º andares do edifício de Francisco Maria Pereira na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1956.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 210 – Plantas do 4º piso e cobertura do edifício de Francisco Maria Pereira na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1956.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 211 – Seções do edifício de Francisco Maria Pereira e do anexo na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1956.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 212 – Fachada posterior e fachada do anexo do edifício de Francisco Maria Pereira na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1956.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Em 28 de janeiro de 1960, o edifício de Camilo Pereira Tristão foi remetido para alteração e somente em 24 de outubro do mesmo ano, recebeu parecer favorável para a edificação, assinado pelo chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias. Localizado na esquina entre as ruas de Luís de Camões e dos Enganos, foi proposto em forma de L com três

blocos que circundam a praça e a rua de Luís de Camões. Para o bloco A, no piso térreo, a mudança dizia respeito à substituição dos pórticos e o acréscimo de lojas (memória descritiva desse pedido era de 20 de junho de 1960). Eram solicitados armazéns no subsolo e sete habitações por piso, com entrada principal na praça dos Lusíadas; para o pátio e os subsolos, o acesso de serviço era realizado por escada e elevador no edifício principal; os subsolos têm acessos diretos, com ventilação transversal. O piso térreo tem seis estabelecimentos comerciais em diversos tamanhos – todos com sobrelojas e sanitários para os europeus, apenas duas delas têm banheiros ao lado da sobreloja. Os banheiros para os indígenas foram localizados no corpo da escada de serviço no nível do pátio. Os 1º, 2º e 3º andares contêm compartimentos semelhantes com soluções diferentes, tais como: cozinha-copa, sala comum, dois quartos, banheiros e marquise. Dois desses têm mais um quarto e um pequeno arrumo. Com exceção de 3 dos apartamentos, os banheiros são ventilados diretamente, os outros têm ventilação direta assegurada por conduta de ar independente com admissão do piso térreo e saídas para o exterior do terraço do edifício. Nos banheiros interiores, a iluminação é feita com tijolos de vidro. As sapatas eram em concreto armado e concreto ciclópico; a estrutura com pilares em concreto armado e as paredes em alvenaria. Todas os banheiros e cozinha-copa comportam na parede azulejo até 1,60m de altura. O terraço é composto por mosaico hidráulico esquartelado; assentes no isolamento térmico-hidráulico, constituído por 2 camadas de cartões asfálticos ligados por *mastic*⁷². Os pavimentos possuem mosaico hidráulico esquartelado, mosaico cerâmico, marmorite polida ou em parquet de madeira com rodapé do mesmo material. Os acabamentos das paredes e dos tetos têm reboco de argamassa no traço $\frac{1}{4}$ e esboçados argamassa de cal e cimento ou estuque. As caixilharias no piso térreo são em ferro e nos restantes pisos em madeira. O edifício também comportava bocas de incêndio. No Arquivo Nacional Angolano apenas se teve acesso ao projeto de um dos edifícios. Foram edificadas no local 2 edifícios um atrás do outro, sendo um de 9 e outro de 3 pisos como nos indica a figura 215, sem respeitar os projetos aprovados pela CML que a pesquisadora teve acesso. Contudo não se conhecem as razões da alteração.

⁷² Usado na construção para vedação elástica de juntas estáticas com um ligeiro movimento tal como os vidros, madeiras, alumínio e PVC - material muito usado para o fabrico de filmes, lacres e laminados.

Figura 213 – Edifício do largo dos Lusíadas na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2018.

Figura 214 – Implantação e proposta para as cercas do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 215 - Implantação atual do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda.

Fonte: Arquivo IPGUL, 2014.

Figura 216 – Planta do piso térreo do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 217 - Planta do subsolo do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto de Castilho Ltda., 1958.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 218 – Planta das sobrelojas do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 219 – Planta tipo do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 222 – Detalhe da fachada do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda, projeto da Castilho Ltda., 1958.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 223 – Fachada para a rua de Luís de Camões do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 224 – Corte C-D do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 225 – Fachada posterior do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 226 – Seção A-B do edifício de Camilo Pereira Tristão, largo dos Lusíadas, na cidade de Luanda - Projeto da Castilho Ltda., 1958.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Serafim Lopes de Andrade solicitou o projeto para o seu terreno, situado na avenida dos Combatentes da Grande Guerra (entre as ruas de Guerra Junqueira e Francisco Sá de Miranda). A memória descritiva, datada de 22 de outubro de 1962. O edifício foi desenvolvido na forma de L, com uma entrada principal na avenida dos Combatentes da Grande Guerra e outra nos fundos com escada e elevador em cada uma delas. Os apartamentos foram distribuídos em galeria e o edifício com sete pisos. No piso térreo, estavam estabelecimentos comerciais com loja e sobreloja. As alterações eram referentes aos pisos do térreo, 1º e 4º andares. No piso térreo, ao invés do jardim foi criado um campo de recreio para as crianças; no 1º andar foi sugerido uma parede em tijolo com zona de serviço independente para o apartamento do zelador; no 4º andar, ocorreu a inclusão de zonas para stendhal de roupas e 2 depósitos de água.

Tem-se ainda um subsolo com cinco armazéns. No térreo, há uma entrada principal com vestíbulo, arrumo, oito lojas com sanitários para europeus e negros, sendo as quatro lojas do meio com sobrelojas e acessos com escadas internas para o 1º andar. No 1º, 2º e 3º andares, têm-se seis apartamentos iguais, compostos por entrada, sala comum, quartos, varanda, cozinha, banheiro, arrumo, copa, casa para o lixo junto à escada em todos os pisos, terraço, vestíbulo e entrada de serviço. Nos 5º e 6º andares, sete apartamentos, sendo dois apartamentos pequenos nos extremos esquerdo e direito, tal como nos outros pisos. No 7º andar, têm-se sete apartamentos pequenos. O edifício era composto por subsolo com escadas de acesso e armazéns; no piso térreo entrada principal, oito estabelecimentos comerciais com montras, escritórios e sanitários independentes para cada um deles; no entrepiso quatro apartamentos e em cada andar escada, arrumo e elevador, na escada de serviço sanitário, casa do lixo e outro elevador.

Figura 227 – Implantação do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 228 – Planta do subsolo do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 229 – Planta do piso térreo do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 230 – Planta do 1º, 2º e 3º andar do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 231 – Planta do 4º andar do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 232 – Planta do 4º piso do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 233 – Planta do 5º e 8º andar do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 234 – Planta do 10º andar do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 235 – Fachada principal do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 236 – Seções do edifício de Serafim Lopes de Andrade na rua dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda - Projeto da Castilhos Ltda., 1962.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

O edifício de João Marques Pinto está situado na avenida da Marginal de Luanda (entre os edifícios da Ecomar e o de Sousa Leal). Foi projetado pelos Arquitectos Fernando Pereira da Costa e José Augusto Pinto da Cunha. Considerado como um edifício de rendimento de luxo, o projeto inicial previa 7 pisos com mezanino e galeria, comportando entradas principal e de serviço. No 1º andar, tem-se cozinha-copa, varanda para lavar e secar roupa, quarto de serviço e sanitário, zona comum com sala de estar e de jantar, assim como de leitura ou escritório, um quarto para dormir e um banheiro, correspondendo ao primeiro piso do duplex. No 2º andar, têm-se um terraço com canteiros ajardinados, uma suíte, 3 quartos e um banheiro. Para o pessoal de limpeza nos acessos coletivos, tem-se sanitário para homens e senhoras e isto se repete nos pisos intermediários até o 8º andar. No 1º andar, ainda existem 13 escritórios com acessos independentes, dos quais 7 são maiores e estão voltados para a avenida Marginal; os outros 6 estão voltados para o logradouro e todos possuem sanitário (do lado apresenta-se um compartimento para máquinas de ar condicionado destinado aos escritórios).

Nas habitações, encontra-se uma torre com estrutura independente e corredor de funcionários, através das galerias suspensas em níveis intermediários; existe o acesso a três tipos de habitação em cinco pisos, a partir do 2º andar, o que totalizaria 25 habitações compostas por: entrada principal e de serviço, cozinha-copa, varanda para lavar e secar roupa, quarto de serviço e banheiro, sala de estar, sala de jantar e varanda, uma suíte, quartos e um banheiro.

Nos extremos dos cinco pisos eram previstas 10 habitações com características semelhantes as das 25 habitações já detalhadas, tendo mais uma sala e mais um quarto. Nos dois últimos pisos, eram previstas sete habitações duplex. A memória descritiva foi assinada, no Porto, por Fernando Pereira da Costa, no dia 29 de março de 1966 e colaborava com José Augusto Pinto da Cunha.

O projeto passou por alterações, entre elas: a incorporação da entrada a um vestíbulo, o acréscimo de dois elevadores e um local para o zelador. Ao invés de 25 habitações, passou a ter apenas 20, sendo 12 simples e 8 duplex. Organizados do seguinte modo: o 1º andar, um apartamento simples com três módulos de 4m e três apartamentos de dois módulos de 4m; o 2º andar, um apartamento simples e 3 módulos de 4m e 3 apartamentos simples de 3 módulos de 4m; o 3º piso, um apartamento simples de 3 módulos de 4m e 3 apartamentos de simples de 2 módulos de 4m; o 4º piso, um apartamento simples com 3 módulos de 4m e 3 apartamentos simples de 2 módulos de 4m; o 5º andar com um apartamento tipo duplex de 3 módulos de 4m e 3 apartamentos tipo duplex de 2 módulos de 4m e o 6º andar a habitação do proprietário João Marques Pinto.

Aos módulos dos apartamentos correspondiam: apartamentos simples de 3 módulos com entradas principal e de serviço, cozinha, sala comum, escritório, varanda, 2 quartos e um banheiro; o apartamento simples de 2 módulos com as mesmas entradas, cozinha, sala comum, varanda, um quarto e um banheiro; o duplex com 3 módulos entradas, sala, um quarto, um banheiro e cozinha e no piso intermédio com sala comum e escritório e no piso seguinte 3 quartos e um banheiro; o duplex com 2 módulos com entradas, cozinha e sala, no piso intermédio com sala comum e escritório e no seguinte 2 quartos e um banheiro. Todos os quartos com roupeiros e uma lavandaria na entrada de serviço. A casa do proprietário no último piso com vestíbulo de entrada, escritório, sala de estar, sala de jantar, quatro quartos e um banheiro em cada quarto, cozinha, despensa, copa e um quarto de empregada com banheiro. O edifício refere-se a uma modulação existente em concreto armado com nove pórticos, mas a memória menciona 10. Infelizmente, os desenhos não são nítidos por não terem sido digitalizados da melhor forma, mas pela qualidade do projeto e do desenho considera-se a relevância da integração deste material à pesquisa.

**Figura 237 - Edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda
Projeto de Arquitetos F. Pereira da Costa e J. A. Pinto da Cunha, 1966.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2018.

**Figura 238 – Implantação do edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda
Projeto de Arquitetos F. Pereira da Costa e J. A. Pinto da Cunha, 1966.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

**Figura 239 – Planta do edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda
Projeto dos Arquitetos F. Pereira da Costa e J. A. Pinto da Cunha, 1966.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

**Figura 240 – Planta do edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda
Projeto dos Arquitetos F. Pereira da Costa e J. A. Pinto da Cunha, 1966.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

**Figura 241 – Seção do edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda
Projeto dos Arquitetos F. Pereira da Costa e J. A. Pinto da Cunha, 1966.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

**Figura 242 – Seção do edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda
Projeto dos Arquitetos F. Pereira da Costa e J. A. Pinto da Cunha, 1966.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 243 – Fachada principal do edifício de João Marques Pinto na avenida Marginal na cidade de Luanda - Projeto dos Arquitetos F. Pereira da Costa e J. A. Pinto da Cunha, 1966.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Serafim Lopes de Andrade solicitou outro projeto para o seu terreno, na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia, com memória descritiva, datada de 03 março de 1960. No subsolo, têm-se um armazém grande com escada de acesso. No térreo, quatro lojas com sanitário, escritório e entrada principal. No entrepiso sobrelojas, um amplo escritório e instalação para o porteiro. No 1º andar, previa-se o funcionamento para os tribunais da 4ª vara do trabalho, menores e execução de penas. Do 2º ao 6º piso, previam-se sete apartamentos com: quartos com roupeiros; sala comum; cozinha, banheiros e arrumo. No 7º andar, a previsão era de sete apartamentos e quatro marquises. Esses tribunais passaram a funcionar a rua Serpa Pinto, próximo do largo da Maianga.

Figura 244 – Planta do subsolo e do piso térreo do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 245 – Planta do piso térreo referente as lojas, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 246 – Planta do Entrepiso, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 247 – Planta do 1º Andar, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 248 – Planta do andar tipo – 2º a 6º Andares, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 249 – Planta do 7º Andar, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 250 – Fachada da rua Sociedade de Geografia, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 251 – Fachada da rua Luís de Camões, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 252 – Fachada posterior, do edifício de Serafim Lopes de Andrade na esquina da rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1960.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

António da Fonseca, proprietário da empresa Sociedade Colonial de Construções, na rua de Paiva Couceiro, em Luanda, depois do projeto aprovado solicitou alteração do mesmo em 20 de junho de 1963. No subsolo, previam-se três armazéns com escada individual (sem divisória) e com sanitários (totalizando, seis sanitários para negros e europeus). No entrepiso, previa-se um amplo escritório, instalações para o zelador com sala, banheiro, copa e arrumo. No piso térreo, existiriam: lojas sem divisórias; sanitários para brancos e negros (sendo, três para cada); escada para o subsolo e o entrepiso e, escada principal e de serviços. No entrepiso,

as lojas eram sem divisórias com acesso pelo térreo da loja e pela entrada principal. Na escada, sanitários para negros e arrumo. No terraço, previam-se um espaço para secagem de roupa e oito marquises. Existiam ainda alguns apartamentos próximos à escada, a casa de máquinas na escada da entrada principal e o elevador. A escada está distanciada dos apartamentos, localizando-se no centro da galeria que faz a distribuição dos apartamentos. Do 1º andar ao 4º, previam-se três apartamentos com dois quartos, sala comum, cozinha, banheiro e área de serviço (somente nos dois extremos).

Figura 253 – Planta do subsolo do edifício de António da Fonseca na rua de Paiva Couceiro na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 254 – Planta do piso térreo e entrepiso, do edifício de António da Fonseca na rua de Paiva Couceiro na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 255 – Planta tipo do 1º a 6º Andar e do terraço, do edifício de António da Fonseca na rua de Paiva Couceiro na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 256 – Planta tipo do 1º a 6º Andar e do terraço, do edifício de António da Fonseca na rua de Paiva Couceiro na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 257 – Seção do corpo da escada e fachada lateral direita, do edifício de António da Fonseca na rua de Paiva Couceiro na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Na rua Serpa Pinto, Adriano Miranda solicitou um projeto à empresa Castilhos Ltda. Consistia em um edifício com 5 pisos cuja memória descritiva, datada de 10 de outubro de 1955, dizia o seguinte: no térreo, previa-se dois estabelecimentos comerciais com entrada

principal independente, dois elevadores e uma instalação para tabacaria e venda de jornais. Os estabelecimentos seriam dotados de entradas amplas e de sanitários privados. A parte posterior do edifício teria ventilação em toda a largura, proveniente da diferença de pé direito e por lanternins no teto. A escada aberta na fachada posterior teria meios de proteção das chuvas a partir das paredes laterais encastrada na viga dos degraus. Os três andares seguintes, abrigariam escritórios com três sanitários privativos em cada andar. As salas, de modo geral, teriam 4,5m de largura. O terraço teria apartamentos e habitação (uma forma de diferenciá-la por ser maior do que o apartamento).

Figura 258 – Planta do piso térreo, planta do andar tipo e seção transversal do edifício de Adriano Miranda na rua Serpa Pinto na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 259 – Planta do andar tipo, seção transversal e fachada principal, do edifício de Adriano Miranda na rua Serpa Pinto na cidade de Luanda – Projeto da Castilhos Ltda., 1963.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

**Figura 260 – Fundos do edifício do Livro da cidade de Luanda na rua Guilherme Capelo
Projeto de Pinto dos Reis.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 261 - Edifício da rua Brito Godins na cidade de Luanda – Projeto de Pinto dos Reis.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

**Figura 262 – Edifício Servidores do Estado na cidade de Luanda
Projeto de Vasco Vieira da Costa, 1968.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 263 - Detalhe da fachada do edifício da rua Serpa Pinto na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 264 - Em segundo plano vista do edifício da rua Júlio de Vilhena na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

**Figura 265 – Edifício na rua Fernão de Magalhães na cidade de Luanda
Vista do início da rua.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

**Figura 266 – Edifício da rua Fernão de Magalhães à esquerda na cidade de Luanda
Vista de cima de frente para o largo Serpa Pinto.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 267 - Edifício do Montepio Ferroviário, na cidade de Luanda na rua dos Restauradores de Angola.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 268 - Edifício da Livraria Mensagem na cidade de Luanda rua de D. Pereira.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 269 – Edifício na esquina da avenida dos Restauradores de Angola e o largo de Luís Lopes Serqueira na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 270 - Edifício do Montepio Ferroviário na rua dos Coqueiros na cidade de Luanda. Projeto dos Castilhos Ltda., 1972.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

**Figura 271 - Entrada do edifício do Montepio Ferroviário na rua dos Coqueiros na cidade de Luanda
Projeto dos Castilhos Ltda., 1972**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 272 - Edifício do Totobola na cidade de Luanda na avenida dos Restauradores de Angola.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

**Figura 273 – Edifício na esquina da rua Pinheiro Chagas e rua do Conselheiro Aires de Ornelas
Cidade de Luanda.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 274 - Detalhe do edifício na rua Paiva Couceiro na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 275 - Edifícios na avenida Marginal na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 276 - Edifício Baptista Limitada na cidade de Luanda no largo dos Lusíadas.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 277 - Edifício da cooperativa O Lar do Namibe na rua de António Enes na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 278 - Edifício ao lado do edifício da Cooperativa O Lar do Namibe, rua de António Enes, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 279 – Detalhe das fachadas lateral esquerda e posterior de um dos edifícios do Cofre da Previdência na rua do Quicombo na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 280 – Edifício Combatentes da rua António Enes de frente para a rua do Quicombo na cidade de Luanda, 1973.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 281 – Edifícios e serviços na rua Paiva Couceiro na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 282 - Edifícios e serviços na rua Paiva Couceiro na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017

4.2.1 Nova forma na produção arquitetônica, as particularidades do moderno em Luanda.

Os edifícios do movimento moderno em Luanda exibem inúmeras particularidades ligadas à implantação, ao modo como se apresentam as fachadas, as escadas, os estacionamentos, os pórticos, os vestíbulos, as varandas e à forma de acolhimento do público.

Com relação à implantação

No piso térreo, a partir de recuo que varia entre os seis e nove metros, são encontrados estabelecimentos comerciais. Já nos pisos superiores, estão as habitações e as áreas de serviços, ao passo que no terraço frequentemente estão localizadas as áreas de lazer. As galerias são formadas pelo recuo da fachada do piso térreo e cobertas pelo primeiro andar que avança e cobre o espaço livre que, às vezes, contém pórticos, permitindo sombra a quem circula ao longo da rua. Em Luanda, um dos primeiros edifícios de habitação com características modernas é datado de 1950 e está situado no largo do Infante D. Henrique (ao lado do edifício Infante D. Henrique apelidado de Treme-Treme) - esse edifício já se apresentava com pórticos. Aqui devemos salientar que a presença dos pórticos é muito forte na cidade, como exemplo desse predomínio, temos o edifício do BCA, ativo com pórticos em todas as fachadas, mostra a leveza e funcionalidade.

O testemunho de Mário Veloso (2015), nos diz que “(...) o BCA é um dos primeiros edifícios no mundo com uma concepção estrutural de núcleo central em betão⁷³ armado e com um pórtico de fachada. Todas as fachadas são construídas por pilares separados a cada 3m”. Projetado por Januário Godinho de Almeida, esse edifício era o maior de Angola, entre 1957 e 1975. Outro edifício semelhante a esse é o edifício do Ministério da Indústria, na rua Governador Eduardo Costa à esquerda do BCA. Na rua Coronel Artur de Paiva, o edifício onde funcionou a empresa de Seguros Fidelidade Atlântica e onde hoje funciona a Agência de Notícias Angop. Na avenida Marginal, encontram-se edifícios do gênero, assim como nos seguintes logradouros: rua Combatentes da Grande Guerra, na rua Júlio de Vilhena, Álvaro Ferreira, Luís de Camões, Garcia de Resende, Paiva Couceiro e Norton de Matos.

O hotel Panorama, tal como o edifício do livro (na rua dos Coqueiros) não tem seus pórticos de forma regular, na verdade, alguns dos pilares são paredes ocas apenas com função decorativa; outros possuem o pilar no seu interior e à volta a parede irregular. No bairro da

⁷³ Concreto.

Precol, o edifício dos CTT, projetado por Fernão Lopes Simões de Carvalho, é exceção. Ele está 60 cm elevado do solo o que lhe permite uma boa ventilação. Nesse sentido, outro modo de proporcionar ambiente mais fresco é permitir espaços verdes sob o edifício. Outros edifícios, ainda que tenham pilotis e escada, têm o térreo completamente livre. Essa particularidade surge com mais frequência nos edifícios de esquinas no centro da cidade ou nas unidades de habitação isoladas, como o edifício do Livro dos Coqueiros que possui um corpo central com a escada; nas laterais, fica o estacionamento com acesso por rampas. Como esse edifício está mais elevado em relação à rua, o acesso é feito na pedonal por escadas; no fundo do prédio, localizam-se o espaço para as crianças e para convívio. O edifício é composto por: apartamentos simples e duplex; escada de serviço coberta e aberta; escada principal com lances largos (do primeiro ao último piso, corre um elemento vazado que ilumina o corpo da escada), escada de serviço, banheiro e arrumo para indígenas; na entrada principal dois elevadores e distribuição dos apartamentos em galeria num único corredor na longitudinal.

Em geral, a implantação dos edifícios obedece ao critério que coloca as fachadas menores viradas para a maior incidência do sol e as maiores para a menor, desse modo, vê-se os edifícios orientados no sentido noroeste/sudoeste, noroeste/sudeste e oeste/leste. Na impossibilidade de melhor posicionamento, as varandas em consola, os *brise-soleils* móveis ou fixos e as grelhas são a solução encontrada para impedir a incidência do sol ou mesmo o intenso reflexo ocasionado por esse. Quanto à planta, os edifícios comportam o piso térreo com serviços, lojas e sobrelojas no mezanino, onde frequentemente se situam os banheiros, um pequeno armazém ou a copa e/ou escritório da loja. O acesso à sobreloja é feito pela escada interna (comum ou independente do edifício), ou seja, dentro do compartimento da loja. Os edifícios com maior comprimento estão situados nas ruas Serpa Pinto, alguns na Marginal de Luanda, na António Enes, Combatentes da Grande Guerra, Guilherme Capelo, Quicombo, Direita de Luanda, Restauradores de Angola, Paiva Couceiro, Senado da Câmara, dos Lusíadas, entre outras.

Frequentemente, o acesso é realizado por escada posicionada na fachada principal, com elementos vazados que lhe conferem uma boa iluminação e, conseqüentemente, boa ventilação. Outros edifícios têm pátio, na fachada posterior. Os edifícios habitacionais dispõem de fachadas simples e lisas, sobressaindo: os vãos, as varandas/sacadas, a pintura ou o revestimento, os *brise-soleils*⁷⁴, o elemento vazado na escada ou uma passagem que corta o edifício, permitindo que viaturas circulem sob a edificação. Isso atribui valor plástico sobre a

⁷⁴ Dispositivo que impede que o sol reflita sobre as fachadas dos edifícios.

paisagem tropical da cidade. Aqui, tem-se como exemplos: o edifício da rua Conselheiro Aires de Ornelas (junto aos armazéns Carrapa) que ligam a rua Conselheiro Aires de Ornelas à rua Pinheiro Chagas, dois edifícios nas laterais da Igreja da Sagrada Família. À direita desta existe a passagem entre as ruas Cabral Moncada e Norton de Matos à esquerda outra que passa por baixo do hotel Vice-Rei (hoje, hotel Loanda). No hotel Mundial existe outra passagem entre as ruas Júlio de Vilhena e Engenheiro Artur Torres, no hotel Trópico uma outra que liga as ruas Luís de Camões à rua da Muxima e na rua Mousinho de Albuquerque um outro próximo do edifício Kinaxixi que liga esta rua a de Pinheiro Chagas.

Com relação à forma

Os três edifícios em forma de livro existentes na cidade situam-se na rua Guilherme Capelo (no sentido largo da Maianga/Igreja da Sagrada Família); nos Coqueiros (atrás do Campo Municipal dos Coqueiros do Club Sporting) e, na do Quicombo (no bairro de São Paulo, muito próximo do mercado de São Paulo e dos edifícios do Cofre da Previdência). Segundo depoimento de Fernando Leal Machado (2017), a explicação para essa configuração no edifício do livro da Guilherme Capelo deveu-se ao fato de se ter concluído que a execução ficaria menos dispendiosa se se optasse por transformar o arco em linha reta e, assim, o edifício tomou a forma que o diferencia dos outros.

Existem também três edifícios em forma de arco, são eles: o do Ministério da Agricultura, o edifício mais alto (no largo dos Ministérios), o das Lotarias de Angola (no início à direita da rua António Barroso – numa pequena ruela que liga a rua António Barroso à rua Serpa Pinto) e o hotel Ká te Kero (no largo de Serpa Pinto). Em arco menos saliente, existe o edifício da Oliva (no mesmo largo de frente para o hotel). No bairro de São Paulo, encontramos um em forma de círculo com apenas dois pisos e na baixa de Luanda a Tipografia Minerva por detrás da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e em meio círculo a boate Flamingo com um só piso na esquina da rua da Praia do Bispo e a de Francisco Sover (infelizmente já demolido). Outros se apresentam em forma de L, tais como os dois edifícios da rua José de Oliveira Barbosa (um de frente para o outro), ou o edifício da rua António Vieira, no bairro da Maianga. Há outros ainda em diversos pontos da cidade, mas como ficam muito próximos uns dos outros nem sempre se conseguem mostrar a silhueta com essa particularidade. Encontramos também edifícios em forma de C, em E, em I, em T, em V ou mesmo em H.

Com relação à planta

Para a planta dos apartamentos, o modelo mais frequente prevê, na entrada, um *hall* que leva à sala ou, ainda, a sala logo depois da entrada principal do apartamento que, frequentemente, corresponde à parte detrás do apartamento. Os quartos ficam na fachada principal, tratando-se de edifícios com uma galeria e ao longo desta, apartamentos de um só lado na longitudinal. Ao lado da sala, fica a cozinha, a copa e despensa, por vezes, o banheiro. As cozinhas possuem janelas largas no nível do lava-louças ou acima dos 1,60m – sempre que possível o apartamento é dotado de mais uma porta na cozinha. Os quartos ficam com janelas ou portas de correr viradas para as varandas que são quase sempre cobertas e abertas, existindo nos edifícios mais antigos as sacadas sem cobertura. Em outros, como o edifício feito para os altos servidores do Estado na rua Serpa Pinto, na fachada posterior existe uma galeria que dá acesso às escadas e aos apartamentos em forma de U, de pé como se fosse um tabuleiro, nos seus extremos e muito parecido com as ruas longitudinais da unidade de habitação de Marselha de Le Corbusier. Também se verifica que alguns edifícios têm varandas cobertas e abertas ao longo dos apartamentos dos últimos pisos, onde o número de apartamentos é mais reduzido (ao invés de quatro ou seis apartamentos por piso, passam a ter apenas dois ou um). A ventilação é cruzada, isto é a maior frequência das janelas está entre a fachada principal e a posterior. Os vãos são com caixilharia de alumínio anodizado na cor cinza, branco, verde e preto com vidro liso ou martelado; em madeira ou em madeira e vidro ou em material plástico que sobe e desce, o vulgar estore. Os vãos abrem em forma de correr ou com duas batentes ou a veneziana fixa ou móvel em madeira ou em alumínio que também tem a função decorativa. Nas janelas mais altas da cozinha ou do banheiro, às vezes, existem com abertura em guilhotina. Para as portas externas são mais usuais as de madeiras lisas ou almofadadas – essas têm uma particularidade: as portas nunca são abertas com o manípulo, apenas com a chave no exterior do apartamento, ao contrário do que acontece no Brasil. No caso de alguém se esquecer de trancar a porta, quem vier poderá abrir a sua porta. Para os angolanos e os portugueses só quem está por dentro pode abrir a porta. Há o inconveniente de que se a porta fechar é obrigatório chamar o chaveiro.

Com relação às fachadas

As suas fachadas são simples com janelas, no caso dos edifícios de habitação, salvo algumas exceções, tais como os edifícios do livro e o dos servidores do Estado – esses se apresentam com grelhas como elemento de proteção solar e decorativo. O edifício do livro da Guilherme Capelo tem um corpo na horizontal e dois na vertical. O piso térreo apresenta-se como lugar para os serviços e o estacionamento, a divisória central que acusa a localização da

escada e a ilumina funcionando também como elemento decorativo. No 5º piso, existe um vão livre e de convívio (contrariamente, outros que o têm no teto-jardim, no último piso ou no térreo). À entrada, há um corpo em proporções menores, coberto e aberto. A sua fachada é revestida com pastilha hidráulica com um desenho semelhante ao movimento da água do mar, aliás, um elemento decorativo que caracteriza os edifícios da Cooperativa Alegria pelo Trabalho.

Quanto aos materiais das fachadas, o movimento moderno trouxe para Luanda uma variedade nunca vista antes como: revestimentos em marmorite (como elemento decorativo), granitos, madeiras em veneziana, concreto aparente, *brise-soleils* em concreto ou em materiais fibrosos, revestimento em pedra esculpida ou burgau. Nas fachadas dos edifícios de habitação verticalizada, é comum encontrar a veneziana em madeira ou alumínio com cores variadas, como por exemplo, as encontradas no edifício de habitação Lauseanne, na avenida de Higienópolis, na cidade de São Paulo. O projeto é de Franz Heep (Alemanha, 1902-1978), arquiteto que estudou na Escola de Artes e Ofícios de Frankfurt e realizou o curso superior de arquitetura em Paris. O projeto é datado de 1953 e o período de construção entre 1953 e 1958. O edifício tem 15 pavimentos, uma área de construção de 13.960m² e uma área de ocupação do solo de 1635m², com estrutura em concreto. Tem como particularidade as venezianas fixas, mas que se abrem, aumentando, desse modo, o espaçamento entre elas e proporcionando uma melhor ventilação. Nas venezianas de Luanda, o módulo é fixo ou móvel na forma de correr. O mesmo realizou também o projeto do Edifício Itália.

O cuidado em manter uma linguagem arquitetônica para cada rua, ou seja, os primeiros edifícios nas ruas ditaram a linguagem das seguintes é uma particularidade do movimento moderno em Luanda. Ocorreu sempre a preocupação por parte dos arquitetos em projetar em função do já existente, mesmo que não fosse uma obra moderna, sempre existiu o cuidado de adaptar a nova edificação as já existentes. Isto acontecia, portanto com os arquitetos modernos e com os do “Português Suave” ou Estado Novo. Foram copiados modelos, produzidos em outros pontos do mundo ou aconteceu o cuidado em adotar novos critérios com base no local? Certamente, ocorreu um grande cuidado em adaptar o conhecimento adquirido na Europa e na América para a produção arquitetônica para a cidade de Luanda. Aí verificou-se o fenômeno do conhecimento do global para agir local. Pode-se mencionar o Banco Nacional de Angola que foi idealizado segundo o seu autor com base na arquitetura que prevalecia na cidade dos séculos XVII e XVIII, os elementos arquitetônicos já existentes foram transportados formando um ícone na paisagem da cidade de Luanda, mesmo sendo uma obra de cariz neoclássico

edificada no início dos anos 50 não pode ser ignorada. Um dos locais onde a adaptação foi muito bem-sucedida é no início da avenida Marginal e na rua de Álvaro Ferreira. Na primeira a solução encontrada foi a edificação da arquitetura com elementos do “Português Suave” do início da avenida Marginal à Igreja de Nossa Senhora da Nazaré situada entre duas ruas perpendiculares a avenida Marginal e que levam a rua de Pinheiro Chagas e o Eixo Viário Norte Sul que ligam a baixa de Luanda a alta entre o Bungo e o Miramar. O edifício do Palácio de Vidro, situado no extremo da avenida Marginal, mas mais recuado, apesar de ter uma fachada moderna o seu interior possui duas escadas barrocas sendo uma de cada um dos lados que permitem a circulação ao longo do edifício. Na rua Álvaro Ferreira, rua que liga as Portas do Mar ao Palácio do Governador Geral os edifícios baixos obedecem a uma mesma linguagem neoclássica com a arquitetura de transição e se menciona a relação existente entre a Casa Americana, o cinema Nacional, o hotel Angola, o cinema Restauração, a FTU, o edifício do Ministério do Trabalho e Segurança Social, o edifício da Cruz Vermelha e o hospital Maria Pia.

Figura 283 – Edifícios de habitação e serviço no largo do Infante D. Henrique na cidade de Luanda

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2010.

Figura 284 - Edifício na esquina das ruas Álvaro Ferreira e Júlio de Vilhena, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 285 - Edifício da antiga sorveteria Pinguim, na rua Álvaro Ferreira na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017

Figura 286 - Edifício na rua Álvaro Ferreira na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 287 – Edifício da rua Serpa Pinto na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 288 - Edifício da Oliva, largo Serpa Pinto, na cidade de Luanda.

Fonte: Filipe João Guimarães, 2015.

Figura 289 - Edifício das Lotarias de Angola, na esquina da rua António Barroso e a rua⁷⁵ que dá acesso a rua de Serpa Pinto, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

O edifício das Lotarias de Angola ocupa todo o contorno da ruela que liga as ruas António Barroso e Serpa Pinto. Com cinco pisos, funciona com serviços no piso térreo e habitação nos pisos restantes. Os serviços são recuados e entre os serviços e os pórticos funciona uma galeria que permite conforto para quem caminha a pé ou mesmo se senta no bar que fica na esquina do lado da rua António Barroso.

⁷⁵ Nos mapas não vem mencionado o nome da rua, antes da independência era um largo que dava acesso ao edifício. Hoje, o largo foi transformado numa pequena rua curva que liga a rua de António Barroso a rua de Serpa Pinto e acompanha o edifício que também tem a forma circular.

Figura 290 – Edifício no bairro de São Paulo na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

**Figura 291 - Habitação e serviços na rua Guilherme Capelo na cidade de Luanda
Projeto de Pinto dos Reis, 1974.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

O edifício do Livro, situado na rua dos coqueiros, é composto por uma escadaria à entrada com um corpo central que parte do piso térreo ao teto-jardim onde se situa a escada. Contém apartamentos com 2 pisos e 1 piso e para distingui-los a fachada os denuncia servindo também como elemento decorativo. Nas laterais da entrada principal, está o estacionamento para viatura com acesso em rampas nas duas laterais. Possui 2 elevadores e uma escada de serviço com casas de banho para indígenas e um arrumo. A parte traseira contém no piso térreo um local para as crianças brincarem. O estacionamento é coberto e aberto com pilares com uma parede ao redor destes sendo mais estreitos no solo e mais largos junto a laje do estacionamento.

Figura 292 - Edifício da cooperativa O Lar do Namibe, na rua do Quicombo, no bairro de São Paulo, na cidade de Luanda, 1992.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Edifício da Cooperativa O Lar do Namibe, com vista a saída da rua Vereador Prazeres no bairro de São Paulo, na cidade de Luanda, 1992.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 293 - Habitação para funcionários dos CTT, no bairro da Precol, na cidade de Luanda. Projeto de Fernão Lopes Simões de Carvalho, 1972.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2015.

Com quatro pisos e composto por quatro blocos unidos por três caixas de escadas que, permitem que no último piso, se possa passar de um edifício ao outro. A construção do edifício iniciou no ano de 1968. Segundo depoimento da Sra. Victória, de nacionalidade indiana, ela foi morar no edifício em 1972 – momento de término da construção do mesmo. As escadas foram construídas em concreto aparente, assim como os parapeitos das varandas e os pilares. O restante da fachada do edifício foi revestimento a imitar o tijolo.

**Figura 294 - Edifício do bairro dos CTT, detalhe da escada, na cidade de Luanda.
Projeto de Fernão Lopes Simões de Carvalho, 1972.**

Fonte: Arquivo pessoal de Fernão Lopes Simões de Carvalho, 2011.

**Figura 295 - Edifício Henrique Gago Chagas da rua Conselheiro Aires de Ornelas⁷⁶ na cidade de Luanda
Projeto de Manolo Potier e Hugo Morais.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

**Figura 296 - Detalhe da escada do edifício da rua Guilherme Capelo,
largo da Sagrada Família, na cidade de Luanda.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

⁷⁶ Edifício do centro, cuja rua é Conselheiro Aires de Ornelas. A rua à direita é a de Pinheiro Chagas que liga o Eixo Viário ao largo dos Lusíadas.

Figura 297 – Habitação na rua do final dos Combatentes da Grande Guerra na cidade de Luanda

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 298 - Habitação na avenida Norton de Matos na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

**Figura 299 - Edifício Lausanne, avenida de Higienópolis, São Paulo
Projeto de Franz Heep, 1956.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2018.

Figura 300 – Pormenor das venezianas em madeira na cidade de Luanda.

Fonte: Foto cedida pela Arq. Suzana Matos, 2017.

Figura 301 - Habitação para estudantes na rua Coronel Artur de Paiva, na cidade de Luanda. Projetos de Vasco Vieira da Costa.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2015.

Esse edifício com seis pisos, situado na rua Coronel Artur de Paiva com a rua Tavares de Carvalho, é dos mais simples, mas certamente um dos quais os observadores sentem maior

atração, face à sua simplicidade. Nele, encontra-se um conjunto de pórticos e um espaço livre e só depois a entrada. Possui apartamentos para estudantes, onde a parte que constitui as varandas possui uma laje mais baixa e individual para cada uma delas, criando elementos como se estivessem cheios e vazados, permitindo maior ventilação entre as varandas. Por sua vez, as paredes são decoradas com pastilhas de duas cores e o edifício ainda tem terraço para convívio e elevador.

Figura 302 – Edifício de habitação e serviços Sociedade Agrícola de Café – Maria Celeste, na avenida de Salvador Correia, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Figura 303 - Habitação e serviços na rua Direita de Luanda, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Figura 304 – Edifício Cuco com habitação e serviços no bairro dos Coqueiros na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Figura 305 - Habitação e serviços na rua de Luís de Camões

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Figura 306 - Habitação e serviços na rua Júlio de Vilhena na cidade de Luanda

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Figura 307 - Habitação e serviços na avenida dos Restauradores de Angola na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Figura 308 - Edifício da rua Salvador Correia na cidade de Luanda

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Figura 309 - Habitação e serviços na avenida dos Combatentes na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Figura 310 - Habitação e serviços na rua Pereira Forjaz na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 311 - Habitação do bairro do Caputo na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2015.

**Figura 312 - Unidade de vizinhança nº 1 do bairro Prenda, na cidade de Luanda.
Projeto de Fernão Lopes Simões de Carvalho e José Augusto Pinto da Cunha, 1965.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2015.

**Figura 313 – Edifício Cirilo com habitação e serviços na rua Direita de Luanda, na cidade de Luanda.
Projeto de José Augusto Pinto da Cunha.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2015.

Figura 314 - Habitação e serviços na rua Serpa Pinto na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 315 - Habitação e serviços na esquina da rua Francisco das Necessidades e rua Cerveira Pereira no bairro dos Coqueiros, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Figura 316 - Habitação dos SMAE na avenida Vasco da Gama na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Figura 317 - Edifício da Cooperativa O Lar do Namibe na Avenida de Norton de Matos, na cidade de Luanda.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 318 - Edifício das lojas dos Frigoríficos Polo Norte⁷⁷ na avenida dos Restauradores de Angola na cidade de Luanda

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

⁷⁷ Depois da independência de Angola o edifício passou a pertencer a empresa Esso. Ao lado deste vê-se o local onde existiu o Hotel Turismo demolido, depois dos confrontos de 1992.

4.1.3 Os cinemas ao ar livre em Luanda

O primeiro cinema edificado em Luanda foi inaugurado no dia 1 de janeiro de 1932. Hortense Luz levou a sua Companhia à Luanda para o ato inaugural, estreando a peça de revista Zabumba. Com a designação de Cine Teatro Nacional, o espaço foi destinado a ser teatro de revista (à semelhança do que já existia em Portugal, sobretudo, em Lisboa, como o Park Mayer⁷⁸) e para a exibição de filmes. Era um local frequentado por indivíduos da alta sociedade, localizado no centro da cidade, próximo do largo de D. Afonso Henriques. O segundo cinema, inaugurado em 1940 (FERNANDES, 2015), era frequentado, maioritariamente, por negros assimilados, o Cinema Colonial, no bairro de São Paulo, na sua inauguração não tinha bancos, apenas assentos em concreto, sendo permitido levar bancos ou latas⁷⁹, quando os assentos estivessem todos ocupados.

De acordo com o jornal **A Província de Luanda** (23 fev. 1940):

A população do bairro dos Muceques, onde se concentra a massa indígena nalgumas centenas de famílias europeias e nativas civilizadas, foi doptado pela empresa do Nacional com uma esplêndida casa de espetáculos, essencialmente destinada a indígenas, mas onde, pelas suas caraterísticas e pelo conforto de que a rodearam os seus construtores, há lugar para europeus e civilizados.

No fim dos anos de 1950, o empresário Joaquim Braz Ribeiro Belga (Montemor-o-Novo, 1913-1972) propôs as Esplanadas Cinematográficas, sendo o Cinema Miramar a primeira a ser edificada. Nos pós Segunda Guerra Mundial, o empresário se associou a alguns espanhóis, com o grande objetivo de produzir e distribuir filmes. Criou em Lisboa a Doperfilm que se tornou importante pela entrada de filmes europeus. A partir da Doperfilm criou: a Talma Film que produzia e distribuía filmes; a Sacil que se ocupava da exibição dos filmes, nas salas de cinema e, o Grupo Ribeiro Belga. Em Lisboa, construiu o cinema Roma, o Estúdio 444 e transformou o cinema Palácio em Cinema Avis (COSTA, 1978).

A primeira Esplanada Cinematográfica, custeada por Ribeiro Belga, foi o Cinema Roma em Lisboa, com o projeto de Licínio Cruz em 1954. A intenção foi criar,

(...) uma grande plateia dividida por zonas para sessões ao ar livre. Houve grande preocupação na elaboração duma sala com boa qualidade de projeção, com uma nova técnica em uso, facultados pelo cinescópio e panorâmico, onde a cabine de projeção e o ângulo de projeção sobre o écran não poderia ser superior a 5 graus, permitindo a projeção correta, sem destorcer a figura humana no sentido vertical (BASTOS, 2007).

⁷⁸ Teatro de Revista conceituado em Portugal.

⁷⁹ A mais usada era a lata grande de leite em pó.

Assim, nascia um novo modo de proporcionar divertimento aos desfavorecidos, com materiais simples, uma boa projecção, sonorização e condições de habitabilidade.

De acordo com COSTA (1978 p. 8):

Naquele documento, aparece uma referência ao público esperado no cinema: como se trata dum cinema de bairro, não houve a preocupação de aplicar materiais ricos nem grandes baixos-relevos ou pinturas murais. Existe sim a preocupação de proporcionar ao espectador uma boa projecção e sonorização, a assentos confortáveis, tiragem forçada do ar e sua renovação e dar cinema às classes menos abastecidas.

A natureza das matérias a aplicar em pavimentos, paredes e tecto e demais revestimentos foram estudados sob “o ponto de vista económico, embora tivesse presente a preocupação de se tirar partido, através da sua cor e composição do ambiente a dar a sala e seus móveis.

Em Portugal, esse novo modo de projetar não teve êxito. A partir do clima tropical, Ribeiro Belga resolveu investir em Luanda/Angola, recorrendo aos arquitetos que residiam em Angola, tais como, os irmãos Castilhos em Luanda e Castro Rodrigues no Lobito que projetou o Cine Flamingo. Antes do Miramar, já existiam o Cine Teatro Nacional (1932), o Colonial (1940), o Tropical (1951) e o Restauração (1951). Ribeiro Belga construiu os cinemas: Miramar, Avis e Ngola Cine. Sabiamente, fizeram-nos com maior capacidade e passaram a receber todas as classes sociais. Foi o momento da massificação do cinema em Luanda/Angola. Foram criadas várias empresas que geriam os cinemas por toda a Angola e em pouco tempo existiam salas de divertimento para todos.

Edificaram-se em Luanda os cinemas Miramar, Avis, Colonial, Kilumba, São João, Loanda, Vila Clotilde, Terra Nova, Kipaca, Ferrovia, Sporting, Sporting Maianga, Benfica, Praia do Bispo, São Domingos ou Dumas⁸⁰, Ngola Cine, Império (hoje, Cinema Atlântico), São Paulo, Kipaka, Liz ou Cazenga, Tivoli (hoje, Cinema Corimba), África, o São Cristóvão, no quintal do Sindicato dos Motoristas segundo informação de Carlos Alberto Rosário Neto (2017) e mais. Em Luanda, existia a Sulcine (Sociedade Ultramarina de Cinemas) que geria os cinemas Miramar, Avis, Kilumba, São Domingos ou Dumas e Ngola. A Angola Filmes geria os cinemas Restauração, Estúdio, Império, São Paulo, Nacional, Kipaka, Colonial, Tropical e Liz e a Mund’África geria o Tivoli, o São Cristóvão e o África.

O cinema iniciou como uma imposição do regime que colonizava Angola, o Estado Novo de António de Oliveira Salazar, inculcando nas pessoas como deveriam servir ou agir diante dos colonos, num período posterior para divulgar as potencialidades de Angola e por último, depois de 1965, pode ser entendido como o ponto de encontro para o aprendizado e o

⁸⁰ Da Igreja Católica

divertimento. O maior cinema de Luanda é o Miramar com capacidade para 1644 pessoas. Considerado a maior sala de cinema de Angola, seguem-na a sala do cinema Império (1489), o cinema Avis (1311) e o cinema Ngola Cine (1247) pessoas, respetivamente. Existem em Luanda mais de 35 locais para projeção de cinema, contudo, a pesquisa se incide mais para os cinemas ao ar livre, edificados entre 1950 e 1975, em espaços cobertos e abertos. Porém, quando necessário, descreve-se os outros cinemas, tecendo comparações para o melhor entendimento. As salas de cinema com uma arquitetura que difere da arquitetura do movimento moderno são os cinemas: Nacional e o Tropical. O Colonial e o Restauração, apesar de não terem sido construídos em forma de esplanada, regiam-se sobre os traços arquitetônicos do movimento moderno.

Figura 319 – Edifício do Cine Teatro Nacional na avenida Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda, 1932.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2015.

Figura 320 – Notícia após a inauguração do Cinema Colonial na cidade de Luanda, 1940.

Fonte: A **Província de Luanda**, 23 de fev. 1940.

Figura 321 – Anuncio da inauguração do Cinema Tropical na cidade de Luanda, 1951.

Fonte: A **Província de Luanda**, 24 de mar. 1951.

Figura 322 – Edifício do Cinema Restauração na cidade de Luanda na avenida Álvaro Ferreira Projeto da Castilhos Ltda., 1951.

Fonte: Foto cedida por Gilberto Rita, 2017.

De acordo com CORREIA e GUIMARÃES (*apud* FERNANDES e HURST, 2015 p. 11):

Os primeiros cinemas de Angola, construídos nos anos 30 do século XX, refletem uma arquitetura de Estado Novo⁸¹, consistindo em espaços fechados repletos de mensagens nacionalistas e imperiais. A arquitectura e o urbanismo tornam-se o veículo da mensagem política e identitária, expressando o pensamento de um Estado forte e autoritário.

O período que se segue à Segunda Guerra Mundial trouxe consigo um novo compromisso para as cidades, procurando a cidade funcional, na qual as necessidades do homem deveriam ser colocadas expressas e resolvidas. Os planos urbanos libertam a terra, criam espaços verdes e espaço público, as densidades são verticais e os edifícios elevam-se como se “flutuassem” sobre o território, obedecendo aos preceitos do Movimento moderno.

Nos cinemas estiveram presentes os filmes de *Hollywood* (os mais procurados) o cinema português e o cinema brasileiro. De Angola, apenas transmitiam as paisagens e propaganda colonial. No final da colonização, surgiram filmes que retratavam a sociedade e só a alguns eram permitidos a sua exibição nos cinemas. Os grandes espetáculos musicais e as exposições de pintura, fotografia e escultura faziam-se presentes. Não era necessário sair de Luanda para ouvir cantar o Charles Aznavour, o Roberto Carlos, o Nelson Ned, a Amália Rodrigues ou conhecer o homem mais alto do mundo⁸². As novidades chegavam à cidade:

⁸¹ Regime imposto em Portugal, entre 1933 e 1974, designado de Segunda República.

⁸² O moçambicano Gabriel Estêvão Monjane, o homem mais alto do mundo naquela época.

frequentar essas salas era sinônimo de cultura e educação, por essa razão, existiu o cuidado em direcionar os filmes para as idades adequadas, crianças, jovens e adultos. A censura foi constante, nem todos os filmes podiam ser vistos por todos. Para tal era exigido no projeto de arquitetura, uma sala onde se viam os filmes e os direcionavam, conforme as idades e as classes sociais, assim como se estipulava o local para os negros/indígenas sentarem-se e os sanitários específicos para os mesmos.

Os jovens com mais posses assistiam os filmes todos os dias. O restante da população apenas no fim de semana e as crianças ao domingo à tarde. Vestia-se a melhor roupa para ir ao cinema e o valor do bilhete não era considerado barato. Mas, era o maior dos divertimentos, passou a ser padrão ir ao cinema. Todos os jovens daquela época recordam as salas de cinema em Luanda com muita alegria e consideravam que nelas estavam num outro mundo, sentindo-se envolvidos nele.

Figura 323 - Placas inaugurais das companhias de teatro, Cine Teatro Nacional na cidade de Luanda, 1932.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2016.

Figura 324 - Proprietários da Companhia de Teatro presente no Cine Teatro Nacional⁸³.

Fonte: PIRES, 2012.

O cinema e seus desdobramentos impulsionaram um novo modo de vida em Luanda. Outras atividades culturais foram incentivadas. Prova disso, era a publicação do Diploma Legislativo n.º 88, que criava as bibliotecas móveis designadas Bibliotecas de Educação, propostas pela direção dos Serviços de Instrução Pública, assinado a 15 de maio de 1930 pelo Governador-Geral de Angola, Bento Esteves Roxa (**Boletim Oficial da Colônia de Angola**, I série, número 19, 24 mai. 1930). Essas bibliotecas tinham como objetivo educar as populações das diversas localidades da colônia de Angola. No documento, orientava-se a criação de seções com livros específicos para adultos, adolescentes e crianças e que cada leitor deveria solicitá-lo, deixando um documento com dados, tais como, “nome, raça, idade, profissão, naturalidade e residência”, além das informações sobre o livro a ser requisitado. Os livros poderiam ser requisitados por um período máximo de quatro dias e poderiam ser lidos em qualquer outro local. Os bibliotecários poderiam ser indígenas ou europeus com direito a uma remuneração. As bibliotecas deveriam ser instaladas nos clubes e em outras organizações associativas sob a responsabilidade e autorização da direção dos Serviços de Instrução Pública.

⁸³ Fonte - <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=180695>. Acesso em 13 jun. 2017.

Outra medida importante consta no Boletim Oficial da Colônia de Angola, I Série, número 38, de 04 de outubro de 1930, o Governo Geral de Angola, mandou publicar na portaria nº 643, proposta pela direção dos Serviços de Instrução Pública, assinada, em 25 de setembro de 1930, pelo Governador Geral de Angola José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro, em Luanda, que orientava que em todas as localidades da colônia de Angola, onde existissem escolas e salas cinematográficas destinadas ao público, deveria existir sessões de cinema educativo. Propunha que as matinês deveriam ser aos domingos e às quintas-feiras. Os programas deveriam ser selecionados pela direção dos Serviços de Instrução Pública. Para o caso de em cada localidade existir um número de alunos superior à lotação das salas de cinema, deveria organizar-se sessões por turnos para permitir que todos tivessem acesso. Os encargos para esse fim seriam de responsabilidade da direção dos Serviços de Instrução Pública, obtidos por meio de compra ou aluguel.

Essas duas publicações tinham como objetivo incutir nas mentes dos jovens a necessidade de se instruírem. A leitura e o cinema foram os meios encontrados pelo Estado Novo como reforço à atividade escolar. Contudo, quando esses documentos foram publicados em 1930, não existia em Angola uma instalação capaz de ser chamada de cinema. Existia uma adaptação para passagem de filmes no Hotel Areias, considerada como a primeira em Luanda. Mais tarde, veio o Cine-Parque e há notícia que as cadeiras desse cinema vieram da Ilha da Madeira. A primeira casa de espetáculos com sala para cinema e teatro foi inaugurada, em Luanda, no dia 01 de janeiro de 1932, era o Cine Teatro Nacional conforme as lápides fixadas no local e servia a alta sociedade. As escolas à época sofriam com más condições, somente em 1942, foi construído uma nova instalação do Colégio Salvador Correia em Luanda – diz-se que em Portugal não existia naquele momento nenhuma instituição de ensino com idênticas condições. Em Lisboa, o primeiro filme exibido numa sala de cinema, ocorreu em 1904; no Porto, isto aconteceu em 1906 e em Luanda só em 1932⁸⁴.

De acordo com COSTA (1978, p.16):

Em 1910 tinha-se implantado a República em Portugal. Aos novos governantes, diga-se de passagem, não escapou totalmente a importância do cinema. Infelizmente foi letra morta o decreto que introduzia o filme na Escola como instrumento auxiliar do ensino. E quando Portugal entrou na Primeira Grande Guerra Mundial, logo foi criado um serviço cinematográfico, junto do Exército que realizou uma série de documentários. Só não apareceu um cineasta capaz de empunhar uma câmara de filmar para retratar ou exaltar a grande transformação sócio-política por que o país tinha passado...

⁸⁴ São datas oficiais.

Em 1930, em Portugal, os filmes mais exibidos nos cinemas já eram os americanos.

COSTA (1978, p.69) acrescenta que:

[...] uma estatística dos filmes exibidos em Portugal, em 1930 que aponta para uma nítida “colonização” do nosso mercado pela produção americana: 574 filmes contra 143 franceses, 105 alemães, 19 ingleses, 6 russos, 3 dinamarqueses, 2 brasileiros, 2 mexicanos, 1 sueco, 1 austríaco e 1 japonês.

Durante muitos anos, as salas de cinema divulgavam filmes realizados por portugueses e os temas tinham a intenção de educar a população, adaptando-a ao regime. Depois de 1938, os objetivos passaram a ser também o de divulgar as paisagens e as potencialidades da colônia de Angola. Entende-se que esses decretos tiveram efeito somente nos anos de 1960 e 1970, com a massificação das explanadas cinematográficas, onde o maior divertimento passou a ser o cinema e os filmes preferidos eram sempre os de *Hollywood*. Um dos atrativos, nos anos de 1960, era os bares terem livrarias, assim como os estádios de futebol exibiam desenhos animados para crianças, como era o caso da Livraria Lello, o Restaurante Baleizão e o Estádio dos Coqueiros. Também se exibiam filmes para adultos à noite e de tempos em tempos, na Ilha de Luanda ou na Marginal de Luanda junto ao Baleizão, assim como em alguns musseques de forma esporádica.

O depoimento de António Pateiro (2015) nos fala sobre essa ambientação:

[...] na Livraria Lello, no Estádio dos Coqueiros, no Jardim do Baleizão existiram projeções de filmes, onde as crianças e os adultos assistiam sentados nos passeios ou em cadeiras dos restaurantes. No Ponto-Final, na Ilha de Luanda e no Largo do Baleizão, também se assistiam filmes dentro de carros.

No entender deste, a cidade de Luanda, a partir de 1965, encontrava-se em harmonia social, sem desconfianças nos relacionamentos, sem a imigração da população que vivia no interior. Lembra-se que, em 1961, se viveu um período de guerra, no qual ocorreu intensamente um período no qual se denominou como o início da “luta armada em Angola”. Depois desse período, Luanda tornou-se uma cidade mais calma, logo estável e com um aumento drástico de novos investimentos. De fato, todas as crianças passaram a ir ao cinema aos domingos e muitas vezes os professores solicitavam aos mesmos resumos dos filmes por escrito ou em relato verbal na sala de aula. Os adultos frequentavam mais vezes, houve quem o frequentasse diariamente. De acordo com António Pateiro (2015) “o cinema era o maior e o mais procurado dos divertimentos e estava sempre esgotado. Tinham que adquirir os bilhetes com antecedência. Antes dos cinemas a diversão era a praia, o desporto, as conversas na rua e nos jardins”.

4.1.3.1 A arquitetura dos cinemas em Luanda

Os cinemas Nacional, Tropical e o Restauração obedeciam ao padrão com matérias nobres e recintos cobertos e fechados. Coberto e fechados, porém, com materiais pobres e simples, o Colonial. O Colonial e o Restauração eram uma boa mostra da arquitetura do movimento moderno que se iniciava na cidade de Luanda. Numa época de massificação e rentabilização, foram criados recintos simples e abertos – as chamadas Esplanadas Cinematográficas, destinadas à projeção de filmes, espetáculos, teatro, exposições e bares. O que as distinguia dos demais era sua arquitetura, voltada a um novo modo de projetar locais para o divertimento com materiais mais leves. Assim, criaram-se locais jamais vistos em qualquer outra parte do mundo (PRADO, 2011).

Os cinemas, a partir dos anos de 1950, passaram a ser construídos com base nos critérios propostos pelo movimento moderno: eram edificadas em áreas com vegetação ao redor e com espaços grandes cobertos e abertos, privilegiando a ventilação e a menor incidência de sol, ou seja, espaços com sombra e conforto. Nesse sentido, era empregada a tecnologia para a obtenção de clima mais frio nos trópicos. Quando isso era insuficiente, se recorriam ao brise-soleil, à vegetação e ao avanço da cobertura sobre os pilares. Nesse momento, observou-se o uso de novos materiais, tais como, o burgau/brita (revestimento de fachadas), a pedra e até mesmo o concreto aparente. Aparecem espaços enormes sem vãos com tranquilidade e segurança.

Segundo CORREIA e GUIMARÃES (apud FERNANDES e HURST, 2015 p. 11):

Os cinemas da década de sessenta são o reflexo do Moderno Tropical, são estruturas de betão armado, leves e abertas que se interligam com o espaço público, os espaços verdes e a paisagem. Os cinemas refletem a importância da cidade se moldar mais e mais às necessidades do homem. Assim produziram-se edificações viradas para a melhor ventilação e para a menor insolação. Mas na escolha da melhor ventilação as fachadas continuaram a merecer proteção, para tal fizeram-se elementos leves com o betão armado e não só, para possibilitar uma melhor proteção como o avanço das fachadas nos andares superiores, proporcionando sombreamentos nos andares inferiores e os vãos largos. Em relação à altura dos edifícios, foram estudados os movimentos dos ventos e criaram-se edifícios de diferentes alturas de acordo com a ventilação, para possibilitar que a brisa marítima avançasse para a cidade, isso no caso concreto das cidades com baías.

As salas amplas e sem cobertura permitiam que as senhoras portuguesas exibissem os seus casacos de peles à noite, lembrando o frio que tanto caracterizava sua terra natal. O depoimento de Francisco Castro Rodrigues (2014) confirma que “(...) a sala sem cobertura foi com o objetivo para que as senhoras pudessem usar os seus casacos de peles”. Vemos aqui,

mais uma vez, a tecnologia por meio da arquitetura a servir, proporcionando ambientes com características de outras localidades.

Tabela 2 - Os cinemas da cidade de Luanda.

	NOME	LOTAÇÃO	DATA⁸⁵	BAIRRO	ARQUITETO	ESTADO
01	Ar Livre		07/12/65	Adriano Moreira		
02	Ar Livre			Ilha de Luanda		
03	África	754	03/10/68	Cuca		
04	Alfa 1	639		Ingombota		Encerrado
05	Alfa 2			Ingombota		Encerrado
06	Aviz – Karl Marx	1311 ⁸⁶	20/01/62	Alvalade	João e Luís Castilho	Encerrado
07	Banca			Cidade Alta		Demolido
08	Bairros Unidos		24/02/74	Cuca		Encerrado
09	Benfica		16/10/65	Ingombota		Encerrado
10	Colonial- Popular	696	23/02/40	São Paulo		Demolido
11	CTT			CTT		Encerrado
12	Ferroviário		16/10/65	Bungo		Encerrado
13	Força Aérea			Cassenda		Encerrado
14	Império - Atlântico	1489	01/01/66	Vila Alice	António Ribeiro Santos	
15	Kilumba	805	13/09/69	Viana		
16	Kipaca	999	04/12/67	Bungo		Eventos
17	Liz - Cazenga	696	01/09/68	Cazenga		Encerrado
18	Miramar	1644	26/10/59	Miramar	João e Luís Castilho	Encerrado
19	Nacional	896	01/01/32	Coqueiros	Vasco Vieira da Costa	Eventos
20	Ngola Cine	1247	04/01/64	Congolenses	João e Luís Castilho	Encerrado
21	Praia do Bispo		02/10/65	Praia Bispo		Encerrado
22	Restauração		23/10/51	Cidade Alta	João e Luís Castilho	Reativado
23	Studio		24/02/74	Cidade Alta		Reativado
24	São Cristóvão		17/07/65	Ingombota	Ribeiro Martins	Eventos
25	São Domingos			Nelito Soares		Encerrado
26	São João	452	04/01/64	Bairro Popular		Encerrado
27	São Paulo	820	15/01/71	São Paulo	Vasco Vieira da Costa	Encerrado
28	SMAE - Loanda			Maculusso		Eventos
29	Sporting		06/10/65	Coqueiros		Encerrado
30	Sporting Maianga		02/10/65	Maianga		Encerrado
31	Terra Nova		02/10/65	Terra Nova		Encerrado
32	Tivoli	989	19/09/65	Azul	Manolo Potier	Eventos
33	Tropical ⁸⁷	688	24/03/51	Café		Eventos
34	Unidade Operativa			Bairro Polícia		Encerrado
35	Vila Clotilde		24/10/65	Vila Clotilde		Eventos

Fonte: Maria Alice Mendes Correia com o apoio do DEPU-IPGUL⁸⁸, 2015.

⁸⁵ Data da inauguração ou a primeira vez que foi publicado nos jornais consultados.

⁸⁶ Projeto e memória descritiva consultados no Arquivo Nacional Angolano.

⁸⁷ O cinema tinha mesas, onde se comia e bebia, assistindo aos filmes.

⁸⁸ Departamento de Estudos de Planeamento Urbano do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.

O Cinema Miramar, propriedade de Joaquim Braz Ribeiro Belga, foi projetado pela Empresa Castilhos Ltda., dos irmãos António, João e Luís Garcia de Castilho. Nesse cinema, em 05 de agosto de 1959⁸⁹, foram realizadas alterações ao projeto inicial, nas quais João Garcia de Castilho informava que as mudanças não atingiam as características técnicas em nenhuma das instalações. Os sanitários foram criados, por exigência da Delegacia de Saúde: na área de depósito para os filmes, um sanitário para negros sob a esplanada coberta; na cabine de projeções, um subsolo para uma pequena arrecadação; na entrada principal, um escritório com dois gabinetes e uma sala de projeções para a censura de filmes e instalações sanitárias e, um muro de vedação do lado da falésia nos fundos do local. O cinema foi inaugurado no dia 26 de outubro de 1959. Nesse ponto, vale observar que a CASTILHOS LTDA (05 ago. 1959), em comunicação com a CML, assinalando as alterações realizadas no projeto do cinema Miramar:

As alterações dos vários elementos foram: nos sanitários as exigidas pela delegacia de saúde. Por baixo do palco criaram-se além das instalações já previstas e à custa da área para depósito de filmes as instalações sanitárias para indígenas.

Na cabine de projeções achou-se conveniente criar-se uma cave para pequena arrecadação.

Também porque se achou de máxima conveniência instalar ali um pequeno corpo de escritórios, criou-se a entrada principal junto a estes e a servir simultaneamente as várias instalações.

Nêste corpo de escritórios é instalado: dois gabinetes e uma sala de projecções para censura de filmes e respectivas instalações sanitárias.

Do lado das barrocas houve que construir vários muros de fixação de terras.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Não houve alterações de nenhuma ordem em qualquer das instalações.

Luanda, 5 de agosto de 1959.-

O ARQUITECTO,

João Garcia de Castilho

Situado numa área privilegiada do bairro Miramar, com vista para a Baía de Luanda, ao lado do Clube dos Caçadores, o Miramar é considerado o maior cinema de Angola, com capacidade para 1644 pessoas. A Esplanada Cinematográfica do Miramar foi edificada com o objetivo de “projeção de filmes ou qualquer outro espetáculo de variedades⁹⁰”. Dele, integram as seguintes instalações: palco em alvenaria e écran de projeção suspenso sob os pilares de concreto; por baixo desse, instalações sanitárias para indígenas⁹¹, um camarim e um arrumo grande para armazenar os filmes; uma plateia composta por três alas, sendo previstos inicialmente 837 assentos. A plateia parcialmente coberta por uma pala de madeira suspensa e

⁸⁹ Memória Descritiva, Arquivo Histórico Nacional Angolano.

⁹⁰ Memória descritiva, datada de 21 de fevereiro de 1959, elaborada pela empresa Castilhos, p.1.

⁹¹ Não é intenção, criticar o sistema. Sim, contar a história e entender a arquitetura produzida em Luanda no período 1950 a 1975.

direcionada para um écran em alvenaria, envolvido numa das paisagens marítimas da cidade, com 384 assentos; zona central com 264 assentos e zona junto ao palco com 159 assentos, totalizando 1644; um restaurante e uma zona lateral direita composta por bar, instalações sanitárias para brancos e bilheteira. O restaurante foi colocado do lado esquerdo (da entrada principal) com cozinha, copa, sanitários e arrumos. À direita um edifício em forma de L que ocupa uma parte da fachada principal e outra da lateral direita da bilheteira. A fachada principal do edifício apresenta-se com materiais, tais como: pedra, azulejos e reboco, considerados na época como materiais novos, leves e também mais baratos. Com relação à cobertura da plateia, da cabine e da entrada são em telhas de luzalite⁹² assentes numa estrutura de ferro. O bar e os sanitários de senhoras em laje de concreto armado.

A estrutura do écran e do corpo de entrada também era em concreto armado. O mesmo foi desmontado até a última visita da pesquisadora ao local, apenas existia o écran, nem as cadeiras estavam e deixou de apoiar às festas de final de ano dos colégios particulares de Luanda. Ressaltam-se nas figuras existem datas diferentes, pelo fato de terem sido realizadas alterações ao projeto inicial.

Figura 325 - À direita o Cinema Miramar, bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1959.

Fonte: Foto publicada no site os Luandenses por Bernardes Neves. Acesso em 05 jan. 2016.

⁹² Chapa/telha de fibrocimento

**Figura 326 - o Cinema Miramar, bairro Miramar, na cidade de Luanda.
Projeto da Castilhos Ltda., 1959.**

Fonte: *Google*. Acesso em 27 jun. 2016.

**Figura 327 - Vista do ecran e lateral direita da esplanada do Cinema Miramar, bairro Miramar, na
cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1959.**

Fonte: *Google Earth*, Paulo Pita. Acesso em 10 jan. 2016.

Figura 328 - Vista do ecran e lateral esquerda da esplanada do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1959.

Fonte: *Google Earth*, Fernando Inácio. Acesso em 10 jan. 2016.

Figura 329 - Vista do ecran e lateral direita da esplanada do Cinema Miramar, bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1959.

Fonte: *Google Earth*, J. Marcelo Souza. Acesso em 10 jan. 2016.

**Figura 330 - Implantação do Cinema Miramar, bairro Miramar, na cidade de Luanda.
Projeto da Castilhos Ltda., 1964.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

**Figura 331 - Planta do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda.
Projeto da Castilhos Ltda., 1964.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 332 - Plantas da cozinha, copa e cabine de projeção do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 333 - Planta do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

**Figura 334 - Fachada Principal do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda.
Projeto da Castilhos Ltda., 1964.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

**Figura 335 - Vista do ecran de projeção do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda.
Projeto da Castilhos Ltda., 1964.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 336 – Seção do écran de projeção do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 337 - Seção entre a cabine e a esplanada do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 338 - Seção mostrando a esplanada coberta e arrumos do Cinema Miramar, no bairro Miramar, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

O Cinema Avis, situado no bairro de Alvalade, é um lugar vasto vedado com cobertura em toda a esplanada e nas laterais, tendo painéis móveis em madeira. Nele, eram realizados também espetáculos de grandes nomes da música mundial. Foi projetado pelos Castilhos Ltda. Na proposta para alterações da esplanada, foi aumentado o número de espectadores e foi especificado na memória descritiva que isso não contrariava o Decreto 13:564 sobre as “Disposições Regulamentares dos Espetáculos Públicos”⁹³. A sua inauguração aconteceu em 20 de janeiro de 1962. A lotação seria para 1311 pessoas, sendo edificado o último piso, como indica o projeto de arquitetura do cinema. As plantas do piso térreo e do segundo piso não correspondem ao edificado. O cinema tem dois volumes, um a entrada e outro, uns degraus abaixo do primeiro, junto da entrada para a sala de projeção. O primeiro volume tem à esquerda um bar, sanitários, a entrada principal ao centro e à direita a bilheteria e o escritório. O segundo volume está mais recuado da rua, dentro da vedação que compreende a área privada do cinema, tem no centro uma sorveteria nas laterais, a entrada para a sala do cinema e uma escada à esquerda que leva à sala de projeção, camarins, arrumos e uma ala de assentos *vips*. O estacionamento ficava em frente do cinema, num terreno do lado oposto à rua, como indica a Figura 341. Esse espaço foi ocupado com um edifício de rendimento e o cinema está fechado e não funciona sequer para festas.

⁹³ Memória descritiva e justificativa, 31 jan.1965, assinadas pelo engenheiro civil Alberto Serafim Garcia de Castilho com inscrição na CML nº 370.

**Figura 339 – Maquete do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda.
Projeto de Castilhos Ltda., 1961.**

Fonte: A Província de Angola, 26 mar. 1961.

**Figura 340 - Vista aérea do cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda.
Projeto de Castilhos Ltda., 1964.**

Fonte: <http://www.angolabelazebelo.com/conheca-algumas-das-salas-de-cinema-de-angola/>. Acesso em 27 jan. 2016.

Figura 341 - Fachada principal do Cinema Avis⁹⁴, bairro Alvalade, na cidade de Luanda. Projeto de Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: <http://www.angolabelazebelo.com/conheca-algumas-das-salas-de-cinema-de-angola>. Acesso 27 mai. 2016

Figura 342 - Planta de cobertura e corte transversal do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda. Projeto de Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: Arquivo Nacional Angolana, 2014.

⁹⁴ Hoje, tem o nome de Karl Marx

Figura 343 - Planta do piso térreo e primeiro andar do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda. Projeto de Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: Arquivo Nacional Angolana, 2014.

Figura 307 – Planta do terraço do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda. Projeto de Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: Arquivo Nacional Angolana, 2014.

**Figura 344 - Planta do Terceiro piso do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda.
Projeto de Castilhos Ltda., 1964.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolana, 2014.

**Figura 345 - Seções transversais do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda.
Projeto de Castilhos Ltda., 1964.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolana, 2014.

**Figura 346 - Fachada principal do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda.
Projeto de Castilhos Ltda., 1964.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolana, 2014.

Figura 347 - Alçado lateral esquerdo do Cinema Avis, bairro Alvalade, na cidade de Luanda. Projeto de Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: Arquivo Nacional Angolana, 2014.

O Ngola Cine, foi edificado próximo do Mercado dos Congolenses. O projeto foi realizado pelos Castilhos Ltda. Mas, a proposta para o bairro foi de Fernão Lopes Simões de Carvalho e, nesse momento, na documentação, o bairro era chamado de Cazenga. O cinema foi inaugurado no dia 04 de janeiro de 1964, com capacidade para 1247 espectadores. Esse cinema ocupava-se também da promoção de artistas nacionais com espetáculos semanais, promovendo, desse modo, os artistas do interior e do exterior de Angola. Composto por: entrada; bar e arrumo (à direita) e bilheteira, sanitários para homens e mulheres, arrumos, escritório e camarins para artistas (à esquerda). Nessa construção, não ocorreu distinção racial na edificação dos sanitários, provavelmente, pela sua localização e por prever que o mesmo fosse frequentado, maioritariamente, por negros ou indivíduos de poucas posses, tal como, o Cinema Colonial. No interior do cinema, encontrava-se um jardim ao redor da esplanada e do écran. Estão cobertos apenas o écran, o palco e a entrada principal com pérgulas em concreto armado que lhe proporcionam sombra e maior conforto térmico. Hoje, a sua fachada está descaracterizada.

**Figura 348 - Entrada principal do Ngola Cine, bairro dos Congolenses, na cidade de Luanda.
Projeto de Castilhos Ltda., 1964.**

Fonte: <http://www.angolabelazebelo.com/conheca- algumas-das-salas-de-cinema-de-angola>. Acesso em 27 jan. 2016.

**Figura 349 - Planta do Ngola Cine, bairro dos Congolenses, na cidade de Luanda.
Projeto da Castilhos Ltda., 1964.**

Fonte: Arquivo Histórico Angolano, 2014.

Figura 350 - Alçado Principal do Ngola Cine, bairro dos Congolenses, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: Arquivo Histórico Angolano, 2014.

Figura 351 - Vista sobre a cabine de projeção e vista interior sobre a esplanada, Ngola Cine, bairro Congolenses, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: Arquivo Histórico Angolano, 2014.

Figura 352 - Alçado Lateral Direito do Ngola Cine, bairro Congolenses, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1964.

Fonte: Arquivo Histórico Angolano, 2014.

**Figura 353 - Corte transversal do Ngola, bairro Congolenses, na cidade de Luanda.
Projeto da Castilhos Ltda., 1964.**

Fonte: Arquivo Histórico Angolano, 2014.

Outros Cinemas

A pesquisa nos arquivos do jornal **A Província de Angola** permitiu conhecer as datas de inaugurações dos cinemas ou ainda quando começaram a ser divulgados, assim foram: o cinema África, em 03 de outubro de 1968, situado no bairro da Cuca, com capacidade para 754 pessoas; o cinema, no bairro Adriano Moreira, teve anúncio em 07 de dezembro de 1965; o cinema Bairros Unidos, em 24 de fevereiro de 1974, localizado no bairro da Cuca; o Benfica, em 16 de dezembro de 1965, no bairro do Bungo (hoje, lá funcionam as instalações do Atlético Petróleos de Luanda); o Ferrovia, em 16 de dezembro de 1965, no bairro do Bungo; o Império, em 01 de janeiro de 1966, no bairro da Vila Alice. Esse, com projeto de António Ribeiro Santos, tem capacidade para 1489 pessoas, numa instalação muito próxima à escola Industrial de Luanda. Era um edifício singular com cobertura e interior muito semelhantes ao do Tivoli – o que o difere são a cobertura e o seu arredor com o jardim, num local privilegiado.

Na continuidade sobre as inaugurações e divulgações do cinema, observamos: o Kilumba, em 13 de setembro de 1969, no bairro de Viana, com capacidade para 805 pessoas e, o Kipaca, em 04 de dezembro de 1967, composto por escadaria à entrada, bilheteira e vestíbulo que levava os espectadores à sala de cinema coberta e aberta. Até 1992, eram realizadas festas no local. Depois, o espaço foi adaptado às instalações do Banco Sol e, nos últimos anos, voltou a ser um salão de festas.

Na sequência: o cinema Liz, em 01 de setembro de 1968, com capacidade para abrigar 696 pessoas, situado no bairro do Cazenga; o Praia do Bispo, em 02 de outubro de 1965, localizado no bairro projetado por Fernão Lopes Simões de Carvalho (no seu projeto, previam-se habitação, serviços e o cinema para o lazer); o São Cristóvão, em 17 de julho de 1965, instalado no quintal das instalações da Associação dos Trabalhadores do Comércio (projeto de Ribeiro Martins); o São João, em 04 de janeiro de 1964, no bairro Popular nº 2, com capacidade para 452 pessoas; o São Paulo em 15 de janeiro de 1971, no bairro de São Paulo (próximo ao cinema Colonial), com projeto simples e inovador de Vasco Vieira da Costa. Hoje, foi transformado em Casa da Música e serve aos jovens. Esse edifício tem estrutura muito singular e semelhante a uma caixa, com uma inclinação acentuada, coberto e fechado, com capacidade para 820 pessoas.

E ainda: o *Sporting*, em 06 de outubro de 1965, no bairro dos Coqueiros; o *Sporting* Maianga, em 02 de outubro de 1965, no bairro da Maianga; o Terra Nova, em 02 de outubro de 1965, no bairro da Terra Nova; o Tivoli, em 19 de setembro de 1965, no bairro Azul, com projeto de Manolo Potier. Esse é coberto e aberto, com capacidade para 989 pessoas – seu écran estava instalado em uma das duas paredes que esse possui e da outra eram projetados os filmes. Por último, o São Domingos ou Dumas pertenceu à igreja Católica e funcionou ao lado da igreja de Fátima que também era conhecida como Igreja de São Domingos, muito próximo do campo da Cidadela Desportiva, onde anteriormente funcionou o 2º bairro Indígena (o primeiro foi considerado o B.O ou Bairro Operário).

Por fim, os cinemas CTT (Correios), Banca (Banco Nacional de Angola) e Loanda (Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade) destinavam-se às empresas e, por isso, somente os sócios frequentavam. A Unidade Operativa pertencia à polícia e a Força Aérea e eram exclusivos aos seus trabalhadores. O Alfa com duas salas e capacidade para 639 pessoas, foi construído fechado e coberto, assim como o Vila Clotilde, anunciado em 24 de outubro de 1965. O esse último juntamente com o *Sporting*, o *Sporting* Maianga, o Benfica e o Ferrovia pertenciam a clubes desportivos.

Todos esses cinemas eram dotados de sistema de máquinas enormes, sendo os filmes armazenados em grandes bobinas que ainda hoje se encontram nos referidos recintos. Material esse que serviria para instalar o museu do cinema, ou melhor, seria a sua reabilitação para que não se perdesse a memória dos cinemas ao ar livre que tanto caracterizam a cidade de Luanda.

Figura 354 - Vista da entrada principal do Cinema São Paulo, no bairro São Paulo, na cidade de Luanda. Projeto de Vasco Vieira da Costa, 1971.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Figura 355 - Vista principal e lateral do Cinema África, bairro da Cuca, na cidade de Luanda, 1968.

Fonte: <http://www.angolabelazebelo.com/conheca-algumas-das-salas-de-cinema-de-angola/>. Acesso em 27 mai. 2016.

Figura 356 - Vista da entrada principal do Cinema Tivoli⁹⁵, bairro Azul, na cidade de Luanda. Projeto de Manolo Potier, 1965.

Fonte: <http://www.angolabelazebelo.com/conheca-algumas-das-salas-de-cinema-de-angola/>. Acesso em 27 mai. 2016.

Figura 357 - Interior do Cinema Império⁹⁶, Vila Alice, na cidade Luanda. Projeto de António Ribeiro Santos, 1966.

Fonte: <http://www.angolabelazebelo.com/conheca-algumas-das-salas-de-cinema-de-angola>. Acesso em 27 mai. 2016.

⁹⁵ Hoje, tem o nome de Cinema Corimba.

⁹⁶ Hoje, tem o nome de Cinema Atlântico.

Figura 358 - Vista da entrada principal do Cinema Império que hoje tomou o nome de Atlântico, Vila Alice, na cidade de Luanda. Projeto de António Ribeiro Santos, 1966.

Fonte: <http://www.angolabelazebelo.com/conheca-algumas-das-salas-de-cinema-de-angola>. Acesso em 27 mai. 2016.

Figura 359 - Anúncios do Jornal de Angola sobre os filmes da época, 1958.

Fonte: A Província de Angola, 03 out. 1958.

4.1.2 Novos modos de vida para a cidade de Luanda

Com o intuito de preparar a cidade para a “portugalidade” e a vontade em tornar Luanda um lugar mais desenvolvido, a arquitetura do movimento moderno foi massificada, isto é, em todas as ruas se exigiam obras com características do moderno e em todos os bairros deveria existir habitação, trabalho e lazer, apesar dos objetivos não terem sido atingidos na sua totalidade pelas disputas entre o regime e os profissionais. Os arquitetos pensavam projetos para todas as camadas sociais, por isso, se considera que tenha existido um novo modo de vida na cidade, inspirado pelos modelos copiados das cidades europeias e americanas. Até os anos de 1940, vivia-se na cidade de Luanda (a capital de Angola) sem condições habitacionais, de saneamento, de redes técnicas e de locais de lazer.

A falta de habitação foi sempre um grande problema, produziam-se poucas habitações e para agravar mais a situação era uma cidade que recebia constantemente novos moradores. Num registo estatístico sobre as novas construções em Luanda de 1935 a 1939, as novas habitações eram entre 8 a 17 habitações novas construídas por ano. Assim, em 1935, foram construídas 8 habitações novas; em 1936, foram 15; em 1937, foram 14; em 1938, foram 17 e, em 1939, igualmente 17. Há notícia que em 1940 já existiam 23 solicitações para licenças de construção, sendo 20 pedidos do ano de 1939 com respostas que transitaram até 1940. Para as casas com três divisórias e com anexos, a renda mensal era entre 700,00 e 800,00 Angolares, isto para os edificios construídos há quatro ou cinco anos. Já para os edificios novos, com as mesmas divisórias, a renda mensal rondava preços de 1.000,00 a 1.500,00 Angolares. Deve se mencionar que mesmo sendo muito caras eram poucas para a demanda, naquele período. Nesse contexto, o salário mais alto da colônia de Angola, em 1940, tinha como teto máximo os 6.000 Angolares. A classe média tinha salários entre os 800,00 e 2.000,00 Angolares e os indígenas ganhavam apenas entre 300,00 e 400,00 Angolares. Há registos de viverem duas ou três famílias numa só habitação, com quatro ou cinco divisórias. Chegou mesmo a morarem 15 pessoas numa só habitação, com quatro ou cinco divisórias. Nesse sentido, Lemos (1940) considerou que, nessa época, até o edificio da CML apresentava-se pobre, sendo que o Liceu Salvador Correia e o Palácio do Comércio ainda estavam em construção.

O Liceu Salvador Correia, em 1940 – quando da sua construção recebeu pedras portuguesas, azulejos pintados, ferros forjados, pedras de Hoz (vindas dos arredores de Lisboa; no salão da biblioteca do colégio, colocaram mármore de Vila Viçosa; os azulejos eram imitações dos que existiam na Quinta da Bacalhoa e no Palácio dos Condes da Torre, segundo

descrição de Fernando Mouta, engenheiro que acompanhou e geriu os trabalhos da primeira etapa do Liceu. Assinala-se que os azulejos eram muito usados nos conventos portugueses, na primeira metade do século XVIII e, que naquele período, eram baratos. As telhas foram fabricadas pela primeira vez em Luanda e em Angola; eram novas imitando os telhados portugueses de terra de canudo e foram fabricados pela Indústria Coelho da Silva, com a mesma qualidade dos produzidos em Portugal. Os materiais foram requisitados com a antecedência, sendo os efeitos da II Guerra Mundial não sentidos com relação aos prazos da obra. O mosaico cerâmico, importado da França, ultrapassava as 300.000 peças e, em 1940, já estava em Lisboa. Em 1939, já se tinha realizado 4.696 m³ de alvenarias, 1.500 m³ de concreto armado, 2.570 m³ de concreto em pavimento, 1.302 toneladas de cimento, 3.126 m³ de areia, 2.985 m³ de pedra, 185.647 kg de ferro. Os trabalhos contaram com a supervisão do engenheiro Fernando Mouta e na armação e cofragem da laje contou com operários portugueses e indígenas, assim como serventes também indígenas. Também a Fundição do Bolhão do Porto fabricou as caixilharias de ferro e ferragens de arte, a Fundição de Oeiras os artigos esmaltados, a Fábrica de Sant'Ana produziu os azulejos, imitando os antigos e muitas mais empresas ofereceram os seus serviços que se consideravam, naquela época, de grande qualidade e inovadores.

Figura 361 – Edifício do Liceu Salvador Correia na cidade de Luanda, 1956.

Fonte: A Província de Angola, 05 set. 1959.

Para equacionar os problemas da falta de habitação, a Caixa Econômica Postal de Angola, em 1940, concedeu empréstimos para construção de habitação, nos quais cada indivíduo se inscreveria somente uma vez, os interessados tinham que ter emprego e deixavam

o terreno como hipoteca. A Caixa Econômica Postal de Angola fiscalizava as obras. Igualmente nesse ano, concedeu duas bolsas de estudo para alunos estudarem em Portugal, visto que as escolas não ofereciam a qualidade que o novo Liceu Salvador Correia veio oferecer a população. Aliás, só os mais abastados conseguiam colocar os seus filhos no Liceu e muito poucos conseguiam as bolsas de estudo internas, por estarem na condição de pobres ou órfãos. Muitos tinham vergonha e não aceitavam a condição de pobre e os filhos acabavam por não usufruir das bolsas.

Em 1941, **A Província de Angola**, publicou o anúncio do Salão Império de João Nunes das Neves (antiga barbearia Reis, como era mais conhecida). Esse estabelecimento era considerado um salão moderno – nunca antes visto na colônia de Angola e nada inferior aos de Portugal, com cabeleireiro, seção de chapéus e modista, visto mesmo como um *atelier*. Em 30 de setembro de 1941, **A Província de Angola** noticiou que o Atlantic Palace Hotel (inaugurado em 1939) recebeu as visitas do presidente de Portugal, o ministro das colônias e os ministros da fazenda e das comunicações da União Sul Africana, tendo sido estes os seus primeiros hóspedes ilustres. Note-se que o hotel era dotado de água corrente, campainhas elétricas, sanitários e banheiros privados.

Entre 1940 e 1975, proliferou-se uma série de edifícios fomentados tanto pela Direção das Obras Públicas sob orientação do GUC. O GUC promoveu edifícios, tais como: o Liceu Salvador Correia, a Fazenda, o Porto de Luanda, o Banco Nacional de Angola, a Delegacia de Saúde obras do Estado Novo, já a CML promoveu o Mercado Municipal – Kinaxixi e dos privados inúmeros como o edifício Mutamba, o edifício Mobil e tantos outros. Sobre o Mercado Municipal diga-se que ele é muito semelhante ao projeto da *Villa Savoye* de Le Corbusier ou ao Conjunto Nacional de David Liberskind em São Paulo. O Mercado do Kinaxi composto por rampas de acesso, sob pilotis, com fachadas homogêneas, como se todas elas fossem a fachada principal. Depois da abolição do GUU e num período posterior a 1950, viu-se obras públicas como o edifício do IIAA e IIVA, da Junta de Povoamento e tantos outros que agraciaram as ruas da cidade de Luanda.

Figura 362 – Edifício do Mercado do Kinaxixi na cidade de Luanda, largo dos Lusíadas projeto de Vasco Vieira da Costa, 1958

Fonte: José Carlos da Silva, 2010.

Figura 363 – Edifício Mutamba, largo da Mutamba, na cidade de Luanda. Projeto de Vasco Vieira da Costa, 1968.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

No dia 04 de julho de 1958, António Jacinto Magro, diretor de 1ª classe dos CTTU (Correios Telégrafos e Telefones do Ultramar), solicitou ao presidente da CML autorização para a construção de cabines telefônicas e sugeria que uma delas fosse instalada em frente à delegacia de saúde em Luanda. Como resposta, foi sugerido que as cabines fossem instaladas nos bairros da Samba, no cruzamento entre as avenidas Brasil e a rua Baltazar Leitão, na rua de D. João II, no bairro de São Paulo (junto à estação Telegrafo Postal Urbana), no Hospital Indígena, na rua General Carmona e na rua Francisco Souto Maior.

Em 21 de fevereiro de 1964, o chefe do Gabinete de Urbanização propôs a localização de terreno para a Casa de Belas-Artes e o Museu de Arte Moderna. Igualmente, propôs em 1965 um auditório com as seguintes propostas de localização e lotação: junto ao eixo viário na rua de Pinheiro Chagas e Aires de Ornelas que na época estava ocupado pelos artefatos de cimento. Como proposta 1, considerava a capacidade de 3.000 espetadores; como proposta 2, a capacidade entre 4.000 e 5.000 espetadores, junto à avenida Cidade do Porto, no morro da Santa Barbara (na Samba) a ser integrado no plano do autódromo; como proposta 3, previa-se 3.000 espectadores e, como proposta 4, 3.000 espectadores junto a Messe dos Oficiais, na rua Henrique de Carvalho. Nessas propostas, trabalharam o urbanista chefe Fernão Lopes Simões de Carvalho e o desenhista Jorge Luiz (CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 15/12/1965). A ideia do auditório era promovida pelo plano de rádio difusão de Angola, do qual o presidente era J. Ferraz de Carvalho, engenheiro diretor de 1ª classe do CTTU. Em carta dirigida ao presidente da CML, datada de 09 de dezembro de 1965, vê-se o sentido de o mesmo autorizar a escolha do local para a implantação para esses serviços em Luanda. A proposta para o auditório surgiu depois do plano pró-cultura lançado pelo jornalista Ferreira da Costa.

Nesse contexto, o alumínio, o vidro, o cimento e as cores da arquitetura harmonizaram-se inteligentemente com as colunas do estilo colonial – o que permite passeios cobertos, onde o cidadão está protegido do calor, da chuva, do cacimbo, enquanto faz as suas compras ou apenas admira os luxuosos estabelecimentos. O Hotel D. João II, por exemplo, propriedade de Nogueira e Duarte, Ltda., n’**A Província de Luanda** anunciava, em dia 22 de novembro de 1968, que quase todos os quartos eram suítes, com água quente e fria, telefone, salas de estar, bar, restaurante, transporte privativo (entre o aeroporto, o hotel e as praias da cidade).

Segundo publicidade do representante da marca de ar condicionado Carrier em Angola, o equipamento instalado no Palácio do Governador-Geral de Angola na cidade de Luanda, em 1968, era igual ao que existia na sede das Nações Unidas (Nova York), ao colocado em Merchandise Mart Bldg (Chicago), ao do Banc Centrale, Beyrouth (Líbano), ao do Olympic

Memorial Hall (Tóquio), ao do El Salvador Intercontinental Hotel (São Salvador), ao do Supermarché (Monrovia), ao do SS “France”, Cie. Gen. Transatlantique e ao Marché aux Fleurs (França) (**A Província de Angola**, 04 mar. 1968).

Em 13 de outubro de 1971, **O Comércio** anunciou que: durante um mês na cidade de Luanda tinham sido concluídos mais de duzentos edifícios; que no ano de 1971 tinham sido concluídos no mês de janeiro 40 edifícios, fevereiro 52, março 37, abril 29, maio 31, junho 28 e julho 219. A CML aprovou 40 edifícios em janeiro de 1971, nos quais: 16 tinham 1 piso, 15 tinham 2 pisos, 4 tinham 3 pisos, 1 tinha 6 pisos e 1 com 11 pisos, totalizando 151 apartamentos e moradias, 15 estabelecimentos comerciais, 27 escritórios e 18 armazéns. Os 40 edifícios foram orçados no valor de 61.535.000,00 Escudos; que no ano de 1970, 1.729 edifícios construídos tinham sido gastos 450.000.000,00 Escudos.

Entre projetos notáveis, previu-se um autódromo, no bairro da Corimba, para 100.000 espectadores, com uma pista de velocidades com seis varicurtes (**A Província de Angola** 02 fev. 1972). Para a obra do Palácio da Justiça em Luanda foi realizado um concurso. A equipe de técnicos recebeu como prêmio o valor de 60.000,00 Escudos, por trabalharem no anteprojeto que venceu os arquitetos Rodrigues Lima, José Deodoro Faria Troufa Real e Mário Lima Santos, para os cálculos os engenheiros Álvaro Miranda Morais e Serrão Fernandes. Essa equipe contou também com a colaboração dos arquitetos Francisco dos Santos, Luís Xavier, Costa Pessegueiro, Coimbra Neves e Sérgio Coelho. O projeto deveria contemplar os tribunais da relação, das varas cíveis e criminais, do trabalho e dos menores. A proposta previa que dois edifícios estivessem ligados pelo extremo direito de um e o extremo esquerdo de outro, algo muito semelhante ao encaixe de uma porta ou janela de correr, o que demonstra um profundo conhecimento de projeto e de execução de obras, estando este último ligeiramente mais a frente em relação ao alinhamento do primeiro. Na foto, depreende-se que o jornal publicou a presença de um pátio e elementos de proteção solar na fachada do segundo edifício. O local escolhido foi:

(...) toda a vasta área de terreno que forma o gaveto da Avenida Álvaro Ferreira e forma gaveto com a Rua Alexandre Peres com a frente para o largo ajardinado do Quartel General do Exército. Foi então aberto, entre os arquitectos portugueses, o concurso para a apresentação da planta do conjunto e dos seus cinco edifícios (**A Província de Angola**, 07 jul. 1967).

O projeto apresentava-se com as seguintes características:

A análise do ante-projecto revela que houve o objetivo de criar espaços abertos interiores permitindo que cada parte do edificio participe da vida dos mesmos contribuindo para tal grandes superficies de vidro devidamente protegidas do sol. Por outro lado, a

disposição dos edifícios foi concebida de modo a produzirem grandes superfícies de sombra. Os pátios ajardinados deste edifício, ao criarem zonas de sombra contribuirão para o estabelecimento de correntes de convecção capazes de provocarem o arrefecimento de todo o primeiro piso (Idem).

Figura 364 – Proposta vencedora do concurso para o Palácio da Justiça na cidade de Luanda Anteprojeto de Rodrigues Lima, José Deodoro Faria Troufa Real e Mário Lima Santos, 1967.

Fonte: A **Província de Angola**, 07 jul. 1967.

**Figura 365 – Proposta de volumetria para o Palácio da Justiça, na cidade de Luanda
Desenho de António Nunes e Silva Campino, 1964.**

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (06/07/1964).

**Figura 366 – Esboço do plano de massas do Palácio da Justiça na cidade de Luanda
Plano de António Nunes e Silva Campino, 1964.**

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (06/07/1964).

O lazer foi uma das preocupações e na qual apontamos o cinema como um dos maiores responsáveis para o novo modo de vida que a cidade de Luanda passou a registrar. O Cinema Restauração expressou aquilo que de mais luxuoso e moderno se fez para o lazer. Foi concluído em 23 de outubro de 1951. Era o quarto cinema com construção resistente ao fogo, edificado

em Luanda depois do Nacional (1932), do Colonial (1940) e do Tropical (1951). Em 16 de fevereiro de 1947, **A Província de Angola** informava que a obra já tinha iniciado pela empresa Teatros e Cinemas, Ltda. e que o arquiteto João Garcia de Castilho e o engenheiro António Garcia de Castilho foram responsáveis pelo projeto, que comportava o cinema, o teatro, o salão de exposições, o bar-*dancing*, o restaurante, o salão de chá e anexos privados. Previa-se uma lotação inicial de 1300 pessoas com tendência a subir para as 1700 pessoas, sendo: 600 assentos na plateia com *maples*, 100 assentos em prizas, 70 assentos em 13 camarotes e 429 no balcão. O custo da obra foi orçado em 7.000.000,00 Escudos e a inauguração estava prevista para a comemoração dos 300 anos da Restauração em Angola⁹⁷, em 15 de agosto de 1948. Depois da independência, o edifício foi transformado em Assembleia Nacional, tendo sido desocupado há pouco tempo e já foi comunicado que voltará às atividades anteriores para as quais foi construído. No dia 16 de outubro de 1951, **A Província de Angola** e a empresa de Teatros e Cinemas Ltda. anunciaram a inauguração para o dia 23 de outubro de 1951 e que as bilheterias já estavam abertas desde o dia 15 do referido mês, que os horários de venda seriam de segunda à sexta das 10h às 12h, das 16h às 18h30 e das 20h às 22h, aos sábados e domingos seria das 10h às 12h, das 13h30 às 16h e das 20h às 22h. Também informaram que se aceitava a marcação de lugares para as matinês até uma hora antes do espetáculo, para *soirée* às 18h, no dia do espetáculo e que essas marcações só poderiam ser levantadas no próprio dia do espetáculo. Os preços do cinema na plateia, no primeiro dia, seria de 35,00 e nos dias seguintes 17,50 Escudos; nas frizas de quatro lugares 140,00 e 70,00 Escudos, frizas de cinco lugares 175,00 e 87,50; frizas de seis lugares 210,00 e 103,00 Escudos; camarote de cinco lugares 200,00 e 100,00 Escudos; 1º balcão 40,00 e 20,00 Escudos; 2º balcão nas filas entre A e F 30,00 e 15,00 Escudos e 2º balcão fila G 25,00 e 12,50 Escudos. Os bilhetes da estreia eram o dobro do preço aplicado nos dias seguintes. Às crianças até aos 12 anos eram praticados preços especiais na plateia filas H e U 5,00 e no 2º balcão nas filas D a G 4,00 Escudos. Eles informaram ainda que a reserva para as crianças seria até 644 lugares. O cinema Studio foi instalado nas instalações do Restauração, em 24 de fevereiro de 1974, e nesse também existia uma boate.

⁹⁷ A Restauração de Angola deu-se no ato em que Salvador Correia de Sá e Benevides parte do Rio de Janeiro e chega a Luanda e toma-a dos holandeses em 1648. Os holandeses ocuparam Luanda de 1940 a 1948. Mais um dos muitos acontecimentos que ligavam a África ao Brasil.

Figura 367 – Fachada principal do edifício do Cinema Restauração, rua de Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1951.

Luanda, 1954 - Cinema Restauração (Avenida Álvaro Ferreira)

Fonte: Arquivo cedido por Gilberto Rita, 2018.

Figura 368 - Projeto da fachada do Cinema Restauração, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1947.

Fonte: A Província de Angola, 16 fev.1947.

Figura 369 - Projeto do interior do Cinema Restauração, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1947.

Fonte: A **Província de Angola**, 16 fev. 1947.

Figura 370 – Projeto do interior do Cinema Restauração, rua Álvaro Ferreira, na cidade de Luanda. Projeto da Castilhos Ltda., 1947.

Fonte: A **Província de Angola**, 16 fev. 1947.

Edifício Público - IIAA e IIVA

A seguir, descrevemos o projeto do edifício destinado ao IIAA⁹⁸ e IIVA⁹⁹ e aos serviços da agricultura, onde hoje funciona o Ministério da Agricultura. Composto por dois edifícios, situado no largo dos ministérios, sendo um com forma circular com 11 pisos e o outro com

⁹⁸ Instituto de Investigação Agrónoma de Angola

⁹⁹ Instituto de Investigação Veterinária de Angola

quatro pisos projetados pelo arquiteto Rui Fernando Mendo. No 1º piso, o edifício comporta armazéns, depósitos com instalação para o fiel de armazém e para os serviços de veterinária, iguais instalações para o serviço de agricultura, casa do lixo, bomba de água e local para um posto de transformação. Nos 2º, 3º e 4º andares, estão os serviços de veterinária e nos 6º, 7º e 8º, os serviços de agricultura. No 5º andar, os serviços dos IAA e do IIVA. No 9º andar, localiza-se terraço e instalação de *sprinkler*¹⁰⁰, com saídas para o corredor do 8º andar – piso esse que também comporta o laboratório e sala de secagem. No 10º andar, está a casa de máquinas dos elevadores e no 11º e 12º, ficam os depósitos de fibrocimento de água sobre a caixa de escada. Os acessos são feitos pela escada, dois elevadores e um monta carga. Em todos os pisos é feita a recolha do lixo com uma conduta de fibrocimento de 0,5m de diâmetro; em cada piso existe uma tampa e no 1º piso é feita a recolha do lixo com tambores substituídos periodicamente. No 8º andar, para o *sprinkler* existem manípulos para o funcionamento do mesmo junto do laboratório, no corredor. Foi instalada corrente trifásica no edifício. O movimento moderno promoveu elementos novos como o elevador, o sistema de incêndio e a altura dos edifícios em formas nunca antes vistas.

Figura 371 – Fachada principal do edifício do IAA e IIVA, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

¹⁰⁰ Dispositivo contra incêndio.

Edifício Público - Junta de Povoamento

Figura 372 - Fundos do edifício da Junta Provincial de Povoamento¹⁰¹, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2017.

Figura 373 – Piso térreo do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

¹⁰¹ Depois da independência de Angola, o edifício passou a pertencer ao Ministério das Relações Exteriores, o mesmo está situado no largo dos Ministérios.

Figura 374 – Planta 2º piso térreo do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 375 – Planta do 3º piso do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 376 – Planta do 4º piso do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 377 – Planta do 5º piso do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 378 - Planta do 6º piso do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 379 – Planta do 7º piso do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 380 – Planta do 8º piso do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 381 – Planta de cobertura do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 382 – Seções do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 383 – Fachada principal do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 384 – Fachada posterior do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 385 – Fachada lateral direita do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Figura 386 – Fachada lateral esquerda do edifício da Junta de Povoamento, largo dos Ministérios, na cidade de Luanda. Projeto de Rui Fernando Mendo.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

Edifício Centro de Radiodifusão de Angola

Figura 387 – Implantação do Centro de Radiodifusão de Angola na cidade de Luanda. Projeto de Fernão Lopes e Pinto da Cunha, 1967.

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

**Figura 388 – Fachadas do edifício do Centro de Radiodifusão de Angola na cidade de Luanda
Projeto de Fernão Lopes e Pinto da Cunha, 1967.**

Fonte: Arquivo Nacional Angolano, 2014.

**Figura 389 – Edifício do Hotel Panorama, Ilha de Luanda, na cidade de Luanda.
Projeto de Carlos Moutinho.**

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2015.

Figura 390 – Rua do Governador Eduardo Costa com os pórticos dos edifícios da Secil e do BCA.

Fonte: Maria Alice Mendes Correia, 2012.

Essas são algumas das muitas atividades e/ou acontecimentos que passaram a ser registrados na cidade e, por isso, se considera a incorporação de um novo modo de vida. Esses registros comparados aos já citados, nos anos de 1930, 1940 ou 1950, depreendem-se grandes transformações na vida dos luandenses.

**Figura 391 – Edifício Cirilo na cidade de Luanda, rua Direita de Luanda
Projeto de José Augusto Pinto da Cunha, 1958.**

Fonte: **A Província de Angola**, 15 ago. 1958.

CAPÍTULO 5

CAPÍTULO 5 - Após o movimento moderno: evolução política e cultural.

5.1 O legado da cidade de Luanda.

Angola tornou-se independente em 1975. A ocupação portuguesa e, posteriormente a colonização, perdurou de 1575 a 1975. Em 1954, surgiu o primeiro movimento armado pela independência, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); em 10 de dezembro de 1956 formou-se o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e, em 13 de março de 1966, constitui-se a União Nacional para Libertação Total de Angola (UNITA). Desde 1961, esses movimentos lutaram sistematicamente contra as tropas portuguesas pela conquista da independência de Angola. Esses movimentos foram apoiados por diversos países, como é caso da FNLA apoiada pela República Democrática do Congo; a UNITA que recebeu apoio dos EUA e o MPLA amparado por alguns países africanos, pelo Brasil, Cuba, Rússia e outros países do leste europeu.

De acordo com PIMENTEL (2016, p.11):

É verdade que, a partir de 1961, uma das tarefas mais importantes da PIDE/DGS se prendeu também com a luta contra os movimentos de libertação africanos e com a informação de apoio as forças armadas no esforço da guerra colonial. Foi também a partir de então que o quadro de funcionário desta polícia nunca mais deixou de aumentar, em particular em Angola, Moçambique e na Guiné, chegando mesmo a ter em 1974 mais efetivos nessas colônias do que na metrópole.

No Acordo de Alvor, mecanismo criado para o entendimento entre os partidos e a gestão da metrópole, Portugal reconheceu os movimentos que fizeram frente à colonização “como os únicos e legítimos representantes do povo angolano” (Capítulo I, artigo 1º. 15/01/1975). Nesse documento, o governo português declarou “solenemente o reconhecimento do direito do povo angolano à independência” (Capítulo I, artigo 2º. 15/01/1975), marcando o cessar fogo e assinalando a data da independência de Angola como sendo 11 de novembro de 1975. Nesse momento, os partidos armados exerciam pressão sobre a metrópole, a partir do golpe de Estado, ocorrido em Portugal no dia 25 de abril de 1974 e, a consequente derrubada do Estado Novo.

Segundo o Acordo de Alvor, em 31 de janeiro de 1975, Angola seria gerida pelo alto-comissário e por um governo de transição. O governo português era representado pelo alto-comissário e o governo de transição era presidido pelo colégio presidencial, composto por um

membro de cada movimento de libertação. Em resumo, o colégio presidencial teria como tarefas principais dirigir e coordenar o governo de transição. O governo de transição seria constituído pelos ministérios do interior, da informação, da saúde, dos assuntos sociais, das obras públicas, da habitação, do urbanismo, da educação, da cultura, da agricultura e dos recursos naturais. Igualmente se previam duas secretarias de Estado, nos ministérios do interior, da informação, do trabalho e da segurança social. Já o ministério da economia previa três secretarias: a da indústria e energia, do comércio e do turismo e a das pescas.

A distribuição dos cargos de ministros seria igualitária entre os movimentos de libertação e Portugal: os ministérios da economia, das obras públicas, habitação e urbanismo e dos transportes e comunicações ficaram sob a responsabilidade de Portugal; os ministérios de informação, planeamento e finanças e da justiça seriam comandados pelo MPLA; a UNITA se responsabilizaria pelos ministérios do trabalho e segurança social, educação e cultura e dos recursos naturais e, por último, à FNLA caberiam os ministérios do interior, da saúde, dos assuntos sociais e da agricultura. Já as secretarias de Estado seriam divididas do seguinte modo: a FNLA ficaria com as da informação, trabalho e segurança social e a do comércio e turismo; para o MPLA foram designadas a do interior, trabalho e segurança social e indústria e energia; para a UNITA interior, informação e pescas. Cabendo-lhes o atributo de alterar os secretários e subsecretários “respeitando na sua distribuição a regra de heterogeneidade política”.

Para a comissão nacional de defesa, prevista no Acordo de Alvor, pretendia-se um exército misto com 8.000 combatentes de cada movimento, somados 24.000 combatentes ligados às forças armadas portuguesas. Esses combatentes seriam integrados de fevereiro a maio de 1975, sendo que a cada mês, seriam 500 combatentes de cada um dos movimentos e 1500 portugueses. De junho a setembro de 1975, seriam integrados 1.500 combatentes dos movimentos e 4.500 militares portugueses. Foi também acordado que o excedente das forças armadas portuguesas deveria regressar à Portugal até ao dia 30 de abril de 1975. O restante seria retirado do país de outubro de 1975 a fevereiro de 1976.

Porém, os acontecimentos não seguiram essas previsões, além disso, António Agostinho Neto exigia a imediata independência de Angola. Nesse contexto, na data marcada para a independência, apenas o MPLA estava em Luanda. Por sua vez, a FNLA e a UNITA não aceitaram as ações do MPLA. As reações iniciaram-se com a FNLA que, ao norte de Angola, reivindicou a independência com o apoio de Mobutu Sese Seko (então presidente da República Democrática do Congo). A UNITA, no centro-sul do país, também reivindicou a independência, apoiada pelas forças da África do Sul. Em contrapartida, o MPLA contou com o exército de

Cuba, responsável pelo apoio na retirada das forças da África do Sul de Angola. O exército cubano permaneceu até 1992, combatendo todos aqueles que impediam a paz em Angola. Desse embate, nasceu a guerra em todo o território angolano.

Sob essas circunstâncias, a população que teve recursos se dirigiu aos aeroportos de Luanda e Huambo, onde as forças armadas portuguesas garantiram as suas vidas e fizeram-lhes chegar até Lisboa – a maioria fugiu com a roupa do corpo, deixando todos os seus pertences. Muitos foram mortos diante de seus familiares e outros para fugir tiveram que passar por cima de mortos que encontraram nas ruas. A maior parte da população que se deslocou à Portugal era formada por portugueses ou por descendente destes e, por isso, teve acesso à educação e melhores condições monetárias (CARNEIRO, 2012). Ao mesmo tempo, a população que vivia nas áreas rurais não dispunha de habitações dignas. Já a população das grandes cidades ocupava os musseques, as moradias destinadas aos funcionários do Estado ou as casas compradas a prestações. Com a fuga dos portugueses e o abandono das habitações em 1975, todos aqueles que tiveram possibilidades ocuparam uma habitação melhor, procuraram um emprego e deram uma vida mais confortável às suas famílias, mesmo aqueles que já tinham moradia, mas que desejavam uma melhor.

No mapa da cidade, datado de 1988 (única fonte de pesquisa que permitiu a análise deste estudo), a cidade de Luanda registrava 11.305 edificações resistentes ao fogo e 5.699 não resistentes ao fogo, o que totaliza 17.004 edificações. Registrou-se também que das construções resistentes ao fogo 165 eram serviços isolados, ou seja, não estavam localizados nos edifícios de uso misto (habitação e serviços) como: escolas, clínicas, armazéns, laboratórios, lojas, institutos, oficinas, igrejas, mercados informais, cinemas, etc. Nessa contagem se incluem as edificações realizadas pelos cubanos nos bairros Mártires de Kifangondo e no Cassenda, assim como os edifícios da rua António Barroso edificadas pela empresa Astaldi em frente ao edifício da rua Padre António Vieira.

Ainda a partir desse mapa de 1988, constatou-se que 80 edifícios possuíam pórticos¹⁰² e 8.611 tinham apenas 1 piso; com 2 pisos eram 1.812; com 3 pisos eram 472; com 4 pisos eram 120; com 5 pisos eram 119, com 6 pisos eram 120, com 7 pisos eram 78, com 8 eram pisos 46; com 9 eram pisos 23; com 10 eram pisos 12; com 11 eram pisos 10; com 12 eram pisos 16; com 13 pisos eram 7; com 14 pisos eram 8; com 15 eram pisos 5; com 16 pisos eram 3 e, com 21 pisos apenas 1 edifício. Salientamos que no referido mapa, não existe a contagem do edifício

¹⁰² Espaço coberto no qual o teto está apoiado por colunas ou pilares e é usado como vestíbulo.

Tchetchenia com 22 pisos, projeto de Manolo Potier próximo do largo dos Lusíadas e outro pertencente à Unidade de Vizinhança do Prenda, projeto de Fernão Lopes Simões de Carvalho e José Pinto da Cunha. Os edifícios com 5 pisos e mais contam-se 687, mais 48 com pórticos, totalizando os 735 edifícios apresentando-se com 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 21, sendo o de 17 pisos o BCP e o edifício do Livro da rua Guilherme Capelo e com 21 pisos o Hotel Presidente Meridien que se consideram os mais altos da época em todo o território angolano. Acha-se importante dizer que a maioria dos edifícios da cidade de Luanda são formados com galerias ao longo das ruas e como já se disse, com a função de proteger os que andam a pé pela cidade. O que significa também dizer que os edifícios com pórticos são formados por galerias, diferenciando-se das restantes com pilares a sustentar a laje de cobertura dos mesmos.

**Figura 392 – Construções resistentes ao fogo e não resistentes ao fogo na cidade de Luanda
Mapa da cidade de Luanda de 1988.**

Fonte: Arranjo do Engenheiro Daniel Cassoma sobre a vetorização realizada pelas alunas Stefanie Seki, Heloisa Ikeda e Karina Suzuki do Curso de Arquitetura, Departamento de História e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015/2017.

O mapa indica em vermelho as edificações não resistentes ao fogo e a preto as edificações resistentes ao fogo. Observa-se que as construções não resistentes ao fogo, em sua maioria, estão ao redor do centro histórico de Luanda. O mapa nos mostra ainda que até 1975 as edificações resistentes ao fogo já estavam espalhadas ao Sul, a Leste e a Sudeste – exatamente no sentido das vias que ligam Luanda a outros pontos de Angola.

Figura 319 – A distribuição de cinemas na cidade de Luanda até o ano de 1975

Fonte: Arranjo do Engenheiro Daniel Cassoma sobre a vetorização realizada pelas alunas Stefanie Seki, Heloisa Ikeda e Karina Suzuki do Curso de Arquitetura, Departamento de História e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015/2017.

Os cinemas estão localizados numa boa parte da cidade, confirmando o fato de que em determinado momento os cinemas foram usados como recursos para a instrução e para a cultura da população, como já foi também detalhado no Capítulo 4 desta pesquisa.

O mapa da figura 320 indica como as quadras que formam a rede urbana de Luanda até 1988 se distribuíam. As quadras menores estão concentradas na periferia da cidade e foram os últimos arranjos realizados pelo Estado Novo em Angola.

Citemos aqui alguns dos muitos serviços que a cidade possuía até 1988: cinemas, hotéis, igrejas, museus, lojas, bibliotecas, abastecimento de combustível, clínicas, escolas, farmácias e hospitais. É fácil depreender que estes não estão concentrados nos locais onde existem mais habitações não resistentes ao fogo.

Figura 320 – Distribuição de quadras menores e maiores que constituíam o urbanismo da cidade de Luanda até o ano de 1975

Fonte: Arranjo do Engenheiro Daniel Cassoma sobre a vetorização realizada pelas alunas Stefanie Seki, Heloisa Ikeda e Karina Suzuki do Curso de Arquitetura, Departamento de História e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015/2017.

Figura 321 – Distribuição de alguns serviços na cidade de Luanda até o ano de 1975

Fonte: Arranjo do Engenheiro Daniel Cassoma sobre a vetorização realizada pelas alunas Stefanie Seki, Heloisa Ikeda e Karina Suzuki do Curso de Arquitetura, Departamento de História e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015/2017.

5.2 O que fazer com o legado?

Depois da análise detalhada dos acontecimentos ocorridos após 1975, entende-se que o legado é vasto e tem sofrido, ao longo dos anos, com o excesso de moradores num mesmo imóvel, a ocupação anárquica existente no centro histórico da cidade e os diversos outros usos impróprios dos logradouros, jardins e pátios – esses se transformaram em patrimônio degradado. Os imóveis, construídos entre 1950 e 1975, têm sido alvo de um tipo de manutenção que envolveu a pintura de uma boa parte dos edifícios da cidade. Essas edificações também recebem as visitas dos engenheiros do Laboratório de Engenharia de Angola (LEA), do Instituto de Planejamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), do Instituto Nacional do Patrimônio Cultural (INPC) e do Ministério da Construção. O IPGUL, por exemplo é responsável pelo estudo sobre as patologias que os edifícios da cidade de Luanda apresentam. Será que essas ações são suficientes para a mudança que se pretende?

À medida que a população cresceu em Luanda, os espaços livres que a cidade tinha foram ocupados. Num período posterior, as áreas da Ilha de Luanda e da Costa Atlântica foram também ocupadas, envolvendo por todos os lados a cidade da *portugalidade*. O traçado irregular e falta de intervenção de urbanistas ou arquitetos tornaram-se marcas da maioria dos espaços de Luanda. As populações de descendência do Reino do Ndongo (os mesmos que ocupavam a margem do rio Kwanza) e outros das diferentes regiões de Angola (especialmente aqueles que se negavam a casar ou viver junto aos indivíduos descendentes do Reino do Congo), por necessidade passaram a morar na Ilha de Luanda. Ressalta-se que o momento de guerra serviu ao pretexto de unificação da nação sob o *slogan* “de Cabinda ao Cunene um só povo e uma só Nação”.

Contudo, o acelerado aumento da população nas grandes cidades de Angola e, particularmente em Luanda, provocou problemas de diversas ordens. Notemos que essa população não possuía hábitos urbanos e, mesmo com o passar do tempo somado à guerra, não se criaram programas de sensibilização que pudessem orientar as populações para um novo modo de vida – exigido no contexto de Luanda, a partir dos anos de 1950. A modernização da cidade não tinha ainda atingido as populações dos musseques de Luanda, das províncias restantes e, sobretudo, das áreas rurais. Angola estava em guerra e a grande preocupação era defender o território e o povo. Não existiu ainda a preocupação de retirada da população no momento. Durante vários anos, o Governo Angolano abraçou um programa para habitação e Luanda era exatamente a cidade mais beneficiada. De 1975 a 2002, a República de Angola

limitou-se à execução de planos rurais/urbanos, visando a retirada da população mais carente das zonas de risco, levando mantimentos e abrindo algumas escolas e postos de saúde.

Depois da independência, Angola deixou de ser província de Portugal e passou a ser um Estado livre, soberano e reconhecido internacionalmente. Seus distritos foram transformados em províncias. Gradativamente, a província de Luanda atingiu um desenvolvimento arquitetônico. No fim dos anos de 1980, teve-se o término de edifícios inacabados deixados pelos portugueses e a distribuição de habitações aos funcionários públicos, tais como: os edifícios do bairro Mártires de Kifangondo, Kassenda e Viana. Existiram neste a parceria com empresas cubanas e o da Astaldi, com parceria italiana, na rua Antônio Barroso, para albergar funcionários do Ministério da Saúde no edifício Palanca da empresa petrolífera *Elf Aquitaine Angola*. Teve-se também os acabamentos dos edifícios do Livro, no bairro de São Paulo, e a Unidade de Vizinhança ao seu lado, anteriormente pertencentes a Caixa de Aposentação dos ex-funcionários da CML que até hoje reclamam pelos mesmos. Os dois edifícios do bairro Kassenda e Prenda ocupado por russos e angolanos onde residiam pilotos, instrutores e assessores da Força Aérea Angolana.

Dos anos de 1990 a 2000, novas edificações surgiram para alojar funcionários públicos e de algumas empresas privadas que construíram edifícios, como um segundo prédio da *Elf Aquitaine Angola*, da Embaixada da Suécia (ambos na rua Antônio Barroso) e o edifício que foi construído na rua do Carmo, no bairro das Ingombotas, próximo do largo Serpa Pinto. Existe ainda o registro de habitação para os funcionários da Empresa de Obras Especiais (EMPROE), que construiu 4 vivendas em madeira, na rua da Samba, além de edifícios na avenida do Brasil. Também foram construídos edifícios para funcionários públicos sob 4 pisos na avenida Lisboa num período posterior.

Assinalou-se que a aquisição de habitação sempre foi a maior dificuldade para os angolanos, sobretudo, aos jovens que pretendiam adquirir a primeira habitação. Para mudança desse quadro, os pais optaram por construir outras habitações, nos seus quintais ou ao lado das suas habitações – mesmo que isso significasse fechar ruas ou obstruir a entrada de um vizinho – assim, eles possibilitavam a moradia da família. Sem recursos financeiros suficientes aos pobres restou a missão de deixar uma habitação para os filhos antes de morrer.

Na província de Luanda, no bairro Talatona, existia habitação isolada e geminada – resultado de parcerias entre imobiliárias privadas e bancos que financiaram esse investimento para uma classe média alta. Antes do término do conflito armado, foi também possível o início da edificação do bairro Nova Vida com o investimento do Estado. Nesse foram edificados, na

primeira fase 2400 fogos e na segunda fase 3100 para famílias de diferentes classes sociais: as casas eram unifamiliares e os edifícios de apartamentos com tipologias T2.

A aprovação de edifícios altos no centro histórico de Luanda, antes do fim da guerra, favoreceu novos investimentos privados, como por exemplo, a construção do edifício Torres Atlântico, Sonangol, Torres Elisé e muitos outros. Esses edifícios possuíam projetos vindos de diversos pontos do mundo e empregavam alta tecnologia de construção. Nesse contexto, foi construída a habitação social por doação e renda resolúvel, resultando em moradias unifamiliares e 315 edifícios de 14 andares com 35.280 apartamentos nas tipologias T3 e T4. Esse projeto foi denominado por Zango e já está na sua sexta fase, contando com parcerias privadas e com o apoio da República Popular da China.

A República Popular da China também participou de parcerias que resultaram em serviços e modelos de habitação para uma população mais urbana, com apartamentos nas tipologias T2, T3, T4 e T5 para classe média, por venda direta e venda por renda resolúvel nas cidades do Kilamba e Sequele (Cacuaco). Na cidade do Kilamba, foram edificadas 20.002 apartamentos e 6.666 moradias que estão disponíveis para a venda, sendo que um total de 740 edifícios, serviços, áreas de lazer e infraestrutura estão em fase de construção. Na cidade de Sequele, são 10.002 fogos em edifícios de 5, 9 e 11 pisos com apartamentos do tipo T3, T4 e T5. Foi com essa promoção imobiliária de iniciativa do Estado que possibilitou a redução da exploração imobiliária em Angola.

A requalificação de bairros, com a retirada da população que moram em residências unifamiliares em estado precário e, na sequência, a construção de novos edifícios para posterior realojamento dessa população, cabe ao GTRUCS (Gabinete Técnico de Reconversão Urbana dos Bairros Sambizanga, Cazenga e Rangel). O GTRUCS prevê a construção de 250 mil fogos designados como habitação social com estimativa de conclusão em 2025. As infraestruturas e a construção dos edifícios foram iniciadas em 2015. As construções registradas nas províncias de Luanda, Bengo, Benguela, Bié, Malanje, Namibe, Huíla, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Lunda Norte, Huambo, Uíge e Moxico mostram as intenções do Estado Angolano de minimizar o problema de habitação em Angola e de ajudar no combate à especulação imobiliária. No entanto, serão necessários para as províncias mais desenvolvidas, planos diretores gerais metropolitanos, tal como o que já foi realizado para a província de Luanda. Os planos diretores gerais metropolitanos são um mecanismo capaz de prever as reais necessidades da população, uma vez que são constituídos por estudos minuciosos, realizados no decorrer do processo. Isso já foi confirmado por diversos países que optaram por esse processo com Portugal, o Brasil, a

África do Sul, países com quem Angola tem bom relacionamento e que ao longo do tempo tiveram alguma influência no processo de desenvolvimento de Angola.

No entanto, apesar desses novos investimentos em edificações, resta a indagação: será que com essa produção imobiliária já se atingiram os níveis desejados de habitação digna para todos? Note-se que a cidade de Luanda continua a registrar a moradia da população em edifícios, tais como, o Treme-Treme, o São Paulo, o do Kassenda, ou seja, construções em altura sem condição de habitabilidade; ou ainda, a existência de musseques em pleno centro da cidade.

Pode-se dizer, sem nenhum receio de errar, que a produção imobiliária do período 1950/1975 beneficiou-se de projetos muito bem elaborados, prospecções de solo e produção de concreto armado de excelente qualidade e, por isso, apesar da lotação, do problema de infraestrutura e das redes técnicas, esses edifícios continuam a resistir, impondo sua presença no espaço da cidade de Luanda. Deve-se ressaltar que os maiores problemas desses edifícios são a falta de manutenção e o mau uso das instalações. Chama-se a atenção para a criação urgente de mecanismos, capazes de garantir o funcionamento pleno das atividades de manutenção e conservação desses edifícios. Isso não é tarefa fácil! Não existem recursos suficientes. Seriam necessárias políticas condominiais, nas quais, por exemplo, todo o condômino (proprietário ou residente) devesse prestar a sua colaboração para que o edifício possa ser mantido – para que de fato se possa manter o edificado.

Nesse sentido, através dos inúmeros aspectos que essa pesquisa já levantou – especialmente, a observação do modelo de urbanismo e de arquitetura do movimento moderno com base na Carta de Atenas e nas políticas propostas por Le Corbusier, além da compreensão do modo como esses edifícios foram construídos – urge o momento de se tomar os edifícios que melhor representam esses ideais. Porém, depreende-se que para o processo de tombamento é necessário que os edifícios sejam autossustentáveis.

5.3 Políticas desenvolvidas no pós-moderno.

Problematizar a preservação do patrimônio edificado em Angola, como um instrumento de formação coletiva, tomando-a como expressão de indivíduos ou grupos político-sociais e, para além, debater os critérios de seleção para os tombamentos não é tarefa fácil, uma vez que tratar sobre o patrimônio é sempre tratar de preservação. Assim, torna-se importante a informação de que todas as políticas aprovadas para Angola são discutidas e aprovadas em

Luanda, sua capital. Logo, surge daí o grande interesse em detalhar os acontecimentos que envolvem a questão nessa cidade.

A cidade de Luanda tem características europeias devido à colonização. Em 1576, quando os portugueses chegaram era um local desabitado, isso porque o Reino do Ndongo ocupava a margem do outro lado que corresponde ao rio Kwanza. Simultaneamente à chegada dos portugueses e indivíduos do Reino do Congo ocuparam a Ilha de Luanda e com a chegada de Paulo Dias de Novais passaram a ocupar a parte continental a Sul da Ilha de Luanda. À medida que se tornou uma cidade desenvolvida, recebeu gente de todo o mundo. No início, os habitantes viviam em cubatas construídas de colmo, barro e ramos de árvores com um só cômodo. Esses habitantes, apesar de não aceitarem a colonização, no decorrer dos anos, adaptaram-se aos hábitos, usos e costumes dos portugueses. Eles sentiram que não dominavam a cidade e chegavam somente onde lhes fosse permitido, porque o espaço era gerido de forma diferente e se obedecia a novas regras. Ao longo do tempo, os ideais e símbolos históricos do colonialismo, tais como estátuas e ruas com nomes portugueses, passaram por grande rejeição. Isso se adensou com a ocupação das casas abandonadas após 1975.

Nesse período, surgiram problemas inusitados, tais como: a presença de animais diversos nos andares dos edifícios; a ocorrência de plantações de couve ou quiabo nas banheiras das casas de banho; o hábito de jogar a água com escamas de peixe pelas janelas abaixo, molhando quem passasse nesse momento, ou ainda, ter um pilão no 5º ou 7º andares para pisar bombó¹⁰³ e, assim fazer o fubá. Os poucos habitantes que não abandonaram a cidade ficaram perturbados com o que viam e, por isso resolveram sair (viajaram ou mudaram de residência).

Para impor a ordem o Estado Angolano criou novas leis, tombou edificações que já tinham sido tombadas pelo Estado Novo, acrescida de outras, contando com o apoio de Fernando Batalha que continuou em Luanda após a independência e, já no tempo colonial, chefiava a direção da classificação dos monumentos. Batalha nomeou tudo o que era mais antigo com valor e fez o Estado entender que se tratava de patrimônio. Na opinião de Rosa Cruz e Silva (2017), a intenção era, numa primeira fase, classificar o que era mais antigo para evitar que o patrimônio fosse delapidado. O risco era a invasão das edificações, tais como, hotéis e escolas que, no decorrer dos anos, foram sendo invadidos – a guerra durou 27 anos e não cabia ao Estado Angolano desalojar essa população, visto que essa mesma população já vinha muito sofrida pela guerra, foi portanto, uma posição digna de certo modo.

¹⁰³ Mandioca demolhada, seca e moída e posteriormente cozida em água fervida formando um pirão.

No decorrer da guerra, as primeiras ocupações foram os imóveis, porém, como a população não parava de chegar à cidade de Luanda, que oferecida mais condições de paz, não existiram mais habitações disponíveis ou, ainda, as casas dos familiares não apresentavam mais condições para albergar ninguém. Sob essas circunstâncias, iniciou-se um novo modo de ocupação da cidade: quem não quis deixar a sua casa ou não encontrou formas de chegar a Luanda, enviou seus filhos, colocando-os em caminhões que os largavam nas ruas da cidade. Essas crianças tentavam encontrar seus familiares, mas quando não eram bem acolhidas, por maus tratos ou por vontade de ganhar o seu pão lavando carros ou vendendo plantas, passavam a viver nas ruas. Assim, passou-se a ver adultos e crianças nas ruas da cidade, além deles, existiam doentes, com fome e sede que muitas vezes, eram acolhidos por pessoas de boa vontade, fazendo-os de seus familiares em suas casas; outras pessoas apenas ofereceriam comida, roupas e medicamentos.

Durante o processo de tombamento, as obras do movimento moderno não foram tombadas. Foram consideradas muito recentes com um histórico de, no máximo, 25 anos. Além disso, com a ida de Fernando Batalha para Portugal, em 1981, Angola não possuía um especialista na área que pudessem trabalhar nesse sentido. Conte-se ainda que as prioridades fossem: acabar com a guerra, extinguir a fome e ajudar África Austral a sair da colonização, entre esses países, o Zimbábue a Namíbia e a África do Sul.

No geral, os habitantes dos musseques, após a independência, atingiram os seus objetivos, alcançando casa, trabalho, viagens e ensino. Depois da independência em 1975, fizeram ocupações na cidade. O legado moderno serviu para habitar, porém, sem o incentivo a preservação dessa arquitetura e tão pouco tombamentos.

Quando ocorreu o golpe, o grosso das forças armadas portuguesas encontrava-se na África; os guerreiros coloniais estavam esgotados e os oficiais de médio escalão sentiam-se muito pressionados. Por isso, não demorou para que o cessar-fogo fosse combinado em vários lugares. O General Spínola queria criar uma federação de países lusófonos, mas o MFA prevaleceu e deu início a descolonização (MAXWELL, 2006, p.116).

A eleição da arquitetura monumental, como documento, serviu para que cada país elegesse e protegesse os seus monumentos como um ato de salvaguarda da sua identidade na formação ou reforço da nação. Para serem considerados monumentos, os objetos necessitavam ser únicos e autênticos, ao contrário do que acontecia no período anterior a 1820-1960. Um ensaio na consagração do monumento histórico aconteceu em Portugal, com um decreto régio para a preservação dos feitos portugueses. Esse ato foi cercado por intensas discussões e,

consequentemente, sucederam leis. Porém, fez emergir a figura do historiador de arte. Já em Angola, a eleição do monumento histórico iniciou com a consagração das igrejas e das fortalezas e o registro de manifestações que tentavam reproduzir as habitações que existiam em Portugal, portanto, a eleição de uma arquitetura vernacular com designações de sobrados e casas típicas portuguesas.

Essa atitude mostra a existência de uma classe social que se identificava com Portugal. Essa classe reproduzia o modelo de vida português para se sentir num local familiar, manifestando todos os níveis da identidade portuguesa e ignorando a identidade banto, existente entre 1575 e 1910. Entre os anos de 1910 e 1950, alguns julgavam que no eclético, arte *nouveaux* e *decô* e no Estado Novo estava a nova identidade ligada ao regime e à Europa, produzindo em Angola um padrão de vida superior ao que existia em Portugal. Outros, no período entre 1950 e 1975, achavam que o regime do Estado Novo não servia mais e que se deveria construir uma nação democrática e livre das imposições portuguesas. Porém, em nenhum momento, as construções foram iguais ao que se fazia em Portugal, nem nos outros países de expressão portuguesa, o que significa dizer que as construções continuaram a ser autênticas e, portanto, vernáculas.

Depois da independência de Angola e devido à guerra, observou-se o regresso de muitos dos portugueses à Portugal, mesmo os que já se diziam donos de uma nova nação, mas foram obrigados a negá-la face aos acontecimentos históricos. Em Angola, restaram poucos portugueses, porém, foi a partir deles que parte da identidade angolana se constituiu – aspecto fortemente marcado na eleição de seus monumentos históricos, sustentada no Decreto Régio nº 153, de 12 de julho de 1902. Nesse âmbito, a Carta de Atenas (1933) e a Carta de Veneza (1964), que ditavam sobre a conservação e o restauro dos monumentos e sítios foram solenemente ignoradas. Foi somente entre os anos de 1980 e 2000 que se observou a alguns restauros e nomeações para tombamento de edifícios do estilo neoclássicos e português suave. Em 2002, com o término da guerra, gradativamente e a partir da formação de quadros nacionais e internacionais, a nação angolana iniciou um processo de construção de identidade sólida e sustentada pela mistura das manifestações portuguesas e africanas, na qual prevaleceram as manifestações arquitetônicas portuguesas e a educação matriarcal angolana. Nesse sentido, aguarda-se pelo tombamento dos edifícios da *arte nouveaux*, *decô*, ecléticas e modernas.

Todos esses fatores explicam a eleição da arquitetura como documento em Angola; o histórico dos tombamentos e a intenção da preservação da arquitetura na cidade de Luanda. No campo das políticas de preservação e tombamento, a consagração do monumento histórico

surgiu no século XIX, na França. O percurso percorrido de lá até aqui, nos mostra como o objeto arquitetônico foi observado e apreciado, encontrando-se nele valor histórico. Ele esteve sempre relacionado à história de uma nação (seu presente, passado e futuro). Sua destruição implica na destruição da história dessa nação.

Segundo CHOAY (2001, p.129)

Para Guizot¹⁰⁴, assim como para a maioria dos historiadores do seu tempo, os edifícios antigos já não contribuem para fundar um saber, aquele que é construído por sua disciplina, mas para ilustrar e com isso servir a um determinado sentimento, o sentimento nacional.

Assim, compreende-se que o dono do antiquário, por exemplo, adquiria o objeto para simples exibição do belo. Já o historiador de arte procurava uma razão para a existência das obras e, acima de tudo, considerava a obra na sua totalidade, ou seja, como objeto pontual e como objeto urbano, devendo ser tombado (FONSECA, 2005 p.100).

CHOAY (2001, p.129) continua

De fato, o lugar dos antiquários é tomado pelos recém-chegados ao mundo do saber, que são os historiadores da arte. Para eles, as criações da arquitetura antiga doravante serão objecto de uma pesquisa sistemática relativa à sua cronologia, técnica, morfologia, génese e fontes, sua decoração constituída de afrescos, esculturas e vitrais, assim como sua iconografia.

Para a autora, esse período entre 1820 e 1960, tem como marco inicial a eleição do historiador da arte e como final a Carta de Veneza que trata sobre a conservação e o restauro dos monumentos e sítios em 1964 e considera que para essa eleição contribuíram vários pensadores no Ocidente.

A década de 1820 marca a afirmação de uma mentalidade que rompe com a dos antiquários e com a política da Revolução Francesa. Já na década de 1850, apesar do descompasso de sua industrialização, a maioria dos países europeus consagrou o monumento histórico. (Idem, p.127).

Esse ato é marcado pela proposta de Guizot ao rei da França, sugerindo a criação do cargo para inspetor-geral dos monumentos, no dia 21 de outubro de 1830, e pela publicação feita por John Ruskin, em 1854, na abertura do Palácio de Cristal. Ruskin considerava que o monumento deveria manter-se igual ao seu projeto inicial e que nada nele deveria ser alterado no restauro. Contrariamente, Viollet-Le-Duc acreditava que o restauro deveria servir para

¹⁰⁴ Ministro do Interior da França que sugeriu ao rei da França o cargo de inspetor-geral dos monumentos históricos, em 21 de outubro de 1830.

complementar um projeto, no qual o restaurador faria uma ação intervencionista. Já CHOAY (2001 p.125) afirma que:

O monumento histórico entra então em sua fase de consagração, cujo término pode ser fixado por volta da década de 1960 ou, se desejarmos um outro marco simbólico, em 1964, data da redação da Carta de Veneza.

Com base nas reflexões realizadas por diversos pensadores observou-se os acontecimentos registrados em Luanda e o modo como o patrimônio da cidade foi tratado. Observaram-se os elementos que sustentaram a eleição da arquitetura da cidade como um documento e quais disputas existiram entre as diversas arquiteturas que poderiam ser eleitas para expressar esse fato. Sob essas questões, as políticas de tombamento em Angola foram implementadas pelo sistema jurídico português, referente a proteção do patrimônio de Portugal, isso porque Angola foi uma de suas colônias. Essas políticas, no entender de alguns estudiosos, iniciaram-se em 1721 e seguiram até 1950 com a criação do Alvará Régio, de 20 de agosto de 1721 – esse foi o primeiro sistema português adotado para proteção do patrimônio. Nele, o Rei D. João V atribuiu poderes à Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica e Secular para a tarefa de conservar os monumentos antigos. No Alvará Régio, o rei ordenou um inventário e a conservação dos monumentos antigos.

De acordo com PRATA (2010, p. 8-9)

A publicação, por D. João V, em 20 de Agosto de 1721, de um alvará de protecção dos monumentos antigos marca a emergência, em Portugal, do ‘objecto patrimonial’ enquanto ‘monumento histórico’.

Os monumentos antigos são, nele, determinados enquanto vestígios da história passada da nação portuguesa, cuja análise e estudo permitia escrever essa mesma história, sendo a sua conservação preconizada na medida em que “podem servir para ilustrar, e testificar a verdade da mesma História”

“Memórias” que não servem, apenas, para a escrita de uma história de cuja memória só eles restam, mas, também, para manifestar, e dar a ver, “a glória da antiga Lusitânia”

Deste modo, a noção de ‘Monumento’ vê alargada o seu âmbito de aplicação, não se restringindo mais, apenas, aos monumentos intencionais ou portadores de valor de arte, mas abrangendo todo o vestígio que possa proporcionar um qualquer tipo de informação que possibilite escrever a história de um determinado período. Assim ao mesmo tempo que se afirma o monumento não intencional, este devém documento, mero signo de um referente para o qual remete, o que, no mesmo movimento, lhe faz perder a materialidade própria que o constitui.

Com este início de afirmação de ‘monumento documento’, qualquer acto que ponha em causa a preservação da materialidade do documento passa a ser encarado como um acto de vandalismo, na medida em que a sua destruição é, também, a destruição da história que ele nos conta, e que permite escrever. História que se concebe, cada vez mais, como a raiz funcional de uma comunidade, que nela se alicerça e mantém. No entanto o século XVIII ainda não estava suficientemente maduro para o desdobramento pleno das implicações deste emergente ‘monumento histórico’, o que teve como consequência que este fosse pensado, essencialmente, enquanto ‘objeto arqueológico’, e que este se estruturasse em função dos princípios fundamentais dos ‘arqueólogos-antiquários’, “na medida em que a avaliação do interesse deste

documento ou daquela peça era baseada na sua beleza, estado de conservação ou valor como espaço ou testemunho de acontecimento memorável da História pátria: as escavações arqueológicas, deste modo só teriam interesse se produzissem materiais dignos.

Entretanto, em 1901, aprovou-se a base de classificação dos monumentos nacionais e bens imobiliários, publicada pelo Decreto Régio nº 153, de 12 de julho de 1902, e assinado pelo Rei D. Manuel II. Com esse decreto foram tombados os mosteiros e as fortalezas portuguesas: “[...] por natureza ou por destino, cuja preservação represente, pelo seu valor histórico, arqueológico ou artístico, interesse nacional, serão classificados como monumentos nacionais [...]” (Decreto Régio nº 153, de 12 de julho de 1902).

Apesar de existir um alvará que obrigava a todos os portugueses para conservarem as obras portuguesas, nas colônias essa prática aconteceu muito mais tarde e de forma deficiente. Em Portugal existia um grau de exigência e rigor no cumprimento das leis pelos gestores, ao longo do tempo, verificou-se que nas colônias essa exigência era menor. O que se observou com mais regularidade foi o rigor nas políticas coloniais sobre os indígenas. Ressalta-se ainda que a colonização portuguesa em Angola viveu vários períodos históricos. Fernando Batalha (2006) nomeou como primeiro período, as viagens de descobrimento de Diogo Cão ao Reino do Congo que vão de 1482 a 1485. Com a chegada de Rui de Sousa ao Reino do Congo, em 1491, “frades e clérigo, pedreiros e carpinteiros” chegaram à região munidos dos seus instrumentos para trabalhar, num período anterior, a vinda de Paulo Dias de Novais à transferência de Luanda como a capital do poder exercido pelos portugueses em Angola.

Ainda segundo BATALHA (2006, p. 19):

A primeira destas missões aportou ao Zaire sob o comando de Rui de Sousa em 1491. Dela faziam parte frades e clérigos, pedreiros e carpinteiros, cada um com os instrumentos para o seu mister.

É com esta missão que começa a história da arquitetura em Angola – e em toda a África ao sul do Equador, ainda antes do descobrimento das Américas.

Como era hábito antigamente, quando os portugueses se fixavam em qualquer lugar, e conforme as instruções do Rei de Portugal, foi uma igreja a primeira obra erguida pela missão de Rui de Sousa em terras do Congo. Convém pôr aqui em relevo que esse templo foi a primeira construção europeia em todo o hemisfério sul e que foi para a terra de Angola que primeiramente irradiou a arte da Europa além do Equador.

Quando os portugueses chegaram a Angola não existia nenhuma edificação resistente ao fogo, ou seja, de pedra e cal. Entre os povos existentes estavam os Bosquímanos que se encontravam-se na Idade da Pedra e os Banto que estavam na Idade do Ferro. Os portugueses impuseram uma nova civilização aos N’golas¹⁰⁵, a cultura e os valores portugueses. Ao longo

¹⁰⁵ Designação atribuída pelos portugueses aos reis, chefes de tribo ou homens poderosos no território que hoje se configura a República de Angola.

do tempo, acrescentaram-se outras referências europeias levadas pelos portugueses. As referências africanas foram ignoradas e somente alguns hábitos, usos e costumes foram preservados, sendo passados pelos testemunhos familiares. No século XX, uma parte desses dados foram estudados e foram publicados pelo etnólogo José Redinha – no momento dessa publicação, Portugal demonstrou interesse em conhecer parte dessa história. Porém, torna-se importante destacar que Portugal já tinha criado padrões para a sua nação e passou esses padrões às colônias: o governador-geral de Angola, a bandeira, o hino nacional, enfim, tudo pertencia a Portugal.

O primeiro tombamento de uma edificação em Angola aconteceu em Luanda, em 1922. Acrescente-se que a maioria das igrejas e fortalezas foi tombada até 1950. O decreto régio de 1721 foi utilizado em 1854 para homenagear Pedro Alexandrino da Cunha pelas suas ações na África. Já o decreto régio de 1902 foi transportado, a partir de 1922, para o tombamento de edificações, realçando os feitos portugueses na África, especialmente em Luanda por ser essa a primeira cidade ocidental e a mais rica colônia no continente africano (KI-ZERBO 1999).

Em análise mais detalhada, percebe-se que o decreto régio de 1721 seguiu para o século XX, assinalando a necessidade de se memorizar não apenas para a escrita de uma história, mas para glorificar a nação lusitana¹⁰⁶. Nesse sentido, a aplicação de regras específicas e repetitivas aconteceu com frequência durante a colonização portuguesa. Mencione-se que essas regras não resultaram em arquiteturas iguais, mas apenas semelhantes e que seguiram as características de cada região. Isso porque para os portugueses as regras ditavam a adaptação da arquitetura, segundo as condições geográficas e climáticas. Como nem a geografia nem o clima eram iguais, logo se fizeram cidades únicas e diferentes. Porém, nesse ato, Portugal sempre considerou a ideia de nação para todo o seu território.

A criação do alvará régio somente aconteceu porque o Brasil não era mais colônia e existia grande pressão da Inglaterra, da Alemanha, da França, da Holanda e da Bélgica que reclamavam terras na África, assim, sob essas circunstâncias, Portugal corria o grande risco de perder as restantes colônias. Como ato de resistência, a exposição colonial, no Porto, em 1934 e, em Luanda, em 1938, comemorou o avanço econômico e as potencialidades das colônias portuguesas, valorizando-as e tornando-as território português com uma maior intensidade. Mais tarde, essas colônias retiraram Portugal da crise econômica e elas próprias seguiram em pleno desenvolvimento. Nessa dinâmica, Angola se destacou por ser a maior e a mais rica e,

¹⁰⁶ Termo que também serve para classificar os portugueses, uma vez que a Lusitânia se situava na Península Ibérica no território que corresponde hoje a Portugal.

por isso, recebeu maior atenção e, como consequência, maior desenvolvimento em todo o seu território.

Sobre a preservação do patrimônio português em Angola, Fernando Batalha foi uma personalidade de destaque. Foi ele quem mais trabalhou na eleição da arquitetura como documento para preservação e tombamento em Angola. Mais tarde, “em 1946 foi criada a Repartição dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sob a Direção dos Serviços de Obras Públicas de Angola” (CORREIA *apud* FONTE, p. 194). Em 1950, Fernando Batalha era o responsável por essa repartição e passou a cuidar do patrimônio arqueológico da colônia.

De acordo com MICELI (1987, p. 44):

No que concerne aos seguimentos da cultura material selecionados, firmou-se uma opção inequívoca pelos bens de “pedra e cal” em detrimento de outras modalidades de acervo, a começar pelos materiais impressos passíveis de serem processados em arquivos e bibliotecas. Essa orientação se associa sem dúvida ao fato de terem sido os arquitetos os principais mentores na fixação de prioridade da política preservacionista.

Entretanto, esse ato de tombamento em Angola salvaguardou os edifícios que expressavam os feitos portugueses, porém, não impediu a destruição dos sobrados que pertenciam à classe burguesa – uma classe social, na qual mestiços e negros detinham poder financeiro e altos postos no Estado. Essa classe burguesa dizia-se portuguesa e cultivava os seus hábitos para não perderem o prestígio, assim como também zelavam para que não perdessem a identidade portuguesa, por essa razão se tornou muito rigorosa na passagem desses princípios.

Segundo FONSECA (2005):

O objetivo era criar uma cultura nacional homogênea que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação. Pois “o que preponderou, no entanto, [...], não foi a busca de raízes mais populares e vitais do povo [...] e sim a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto aos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado que se tratava de construir”.

Num primeiro momento, apenas se tombavam os edifícios construídos pela Igreja Católica e pelo Estado Novo. Mas, com o passar do tempo, outros edifícios foram construídos, em Luanda, com características da *arte nouveaux*, *decô*, do eclético, do “Português Suave” e do movimento moderno, mas porque não ilustravam os feitos portugueses não foram tombados mesmo antes da independência. De acordo com FONSECA (Idem, p.120): “[...] o mais importante é a conservação da integridade do monumento, isto é a proteção das características primitivas, do ambiente adequado”.

Com o surgimento do movimento moderno, as pretensões continuavam as mesmas da classe burguesa, tal como no Brasil. Porém, a vontade dos modernistas em Luanda, acrescida

das diferenças entre lisboetas e portistas (ou seja, a distinção na formação e na classe desses arquitetos), serviram para criar disputas. Note-se que nenhum deles conseguiu eleger a sua arquitetura para tombamentos. Os poucos tombamentos serviam para a memorização dos feitos portugueses. No início de 1975, ocorreu o tombamento do Palácio de Ferro que não evocava Portugal e sim a França. Tratava-se de um projeto atribuído a Gustave Eiffel, porém, sua fundação diz desconhecer e, por isso, não integra a lista das obras realizadas por esse arquiteto (RODRIGUES, 2017).

De acordo com FONSECA (2005, p. 84): “[...] a arquitetura moderna foi introduzida no Brasil a partir do contato com a vanguarda europeia – no caso, o racionalismo de Le Corbusier – e se insurgia contra o gosto burguês vigente, que procurava acompanhar os padrões estéticos do ecletismo da *École de Beaux-Arts* francesa”. Por sua vez, Fernando Batalha organizou uma pesquisa sobre o patrimônio de Angola, em 1954, tendo como ponto inicial a colonização portuguesa, no Reino do Congo. Segundo o autor:

Em 1954, o autor deste ensaio foi a S. Salvador na esperança de ainda encontrar vestígios da celebrada cidade de que D. Duarte Lopes pela primeira vez dera uma fascinante imagem descritiva.

Foi uma decepcionante desilusão!

Já nada se via da fabulosa capital do reino de outrora.

[...] por razões várias, os trabalhos arqueológicos não tiveram o desenvolvimento e a continuidade convenientes e ficaram paralisados desde 1970¹⁰⁷.

[...] não se pode omitir o facto de ter sido localizada a primeira igreja de S. Salvador, erguida em 1491, onde ainda existiam em 1954 alguns escombros residuais, que o Rei do Congo, D. Pedro VII, se dignou mostrar ao autor, e onde ainda estava a pedra tumular de D. Afonso I, de forma circular com uma cruz lavrada em relevo (BATALHA, 2006, pp.29-30).

Nota-se que os reis do Congo tinham designações semelhantes às de Portugal. Existia também semelhança no modo de vestir e de se comportar. Eles se consideravam primos. O que demonstra uma passagem cultural muito profunda, sempre com a preocupação de manter os padrões da nação portuguesa e tornar todos portugueses. O esperado seria que os grupos que detinham o poder se mantivessem unos e sólidos, mas o Reino do Congo, facilmente, se associou a Portugal e passou a ser um reino a serviço de Portugal.

Luanda, entre os anos de 1950 e 1975, passou por desenvolvimento urbano acelerado por diversos fatores, entre eles, o êxodo de portugueses que abandonavam Portugal, fugindo do regime salazarista. Nesse panorama, ao longo do tempo, formou-se uma sociedade que reclamava por mais tombamentos, dando margem às disputas sociais. Contudo, essas disputas

¹⁰⁷ Esse fato deveu-se, provavelmente, pelos inúmeros problemas registrados em Portugal que culminaram no golpe de Estado, em 1974, no qual foi dada por terminada a ditadura perpetrada pelo Estado Novo de Antônio de Oliveira Salazar e posteriormente com Marcelo Caetano.

surgiam com base em acontecimentos registrados pelo mundo. Nessa direção, temos os estudos de CHOAY (2001) e FONTE (2012) que tomam em suas análises os seguintes instrumentos: a Carta de Atenas (1931), na qual se apela pelo restauro de monumentos; a resolução sobre a conservação de monumentos históricos e de obras de arte em Genebra (1932); a Carta de Atenas (1933) que tratou sobre o urbanismo moderno e que se apontava aspectos relacionados com o patrimônio arquitetônico; a Convenção de Haia (1954) destinada à proteção dos bens culturais em caso de conflito armado; as recomendações sobre a salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios da UNESCO (1962); a Carta de Veneza (1964) que tratou sobre a conservação e o restauro dos monumentos e sítios e, a conservação para a proteção do patrimônio mundial cultural e natural da UNESCO (1972).

Toda essa legislação atrelada ao surgimento de novas profissões acrescentou ferramentas às disputas sociais que envolviam o patrimônio. Uma dessas polêmicas esteve centrada nos tombamentos destinados tão somente às construções erigidas por apenas pedra e cal, mas que nada afetavam ao poder político, uma vez que a intenção era não dar importância ao existente nas colônias, sobretudo, aquelas que pouco ou nada expressavam os feitos com raízes portuguesas. Para MICELI (1987, p.47), “o conceito de patrimônio foi se antropolizando em tal proporção que passou a se mostrar sensível a toda e qualquer experiência social”. Contudo, se apenas se autorizavam os tombamentos de edificações com raízes portuguesas, era o barroco e o pombalino que interessavam. Fernando Batalha, por viver e identificar-se com Angola, evocava a identidade portuguesa. Se, por um lado, existia a vontade política, também existia, simultaneamente, a vontade dos fatos.

Considera-se ainda que os arquitetos angolanos fossem descendentes de portugueses, dessa forma, não buscavam a identidade africana. O único arquiteto português dotado de tal visão foi Pancho Guedes, que chegou a Moçambique e criou uma arquitetura com símbolos africanos, incentivando a pintura e a escultura locais. Como exemplo tem-se o caso do pintor Malangatana que se notabilizou pela sua pintura tradicionalista. A busca pela identidade africana surgiu com mais intensidade no campo das letras, da música, da escultura. Com a arquitetura isso não aconteceu. Quase no final da colonização, a arquitetura, dominada pela CML e pelos investidores privados, despontava para o movimento moderno em massificação, ou seja, para todas as ruas da cidade de Luanda.

[...] j) Procurar não só através do estudo, mas fundamentalmente durante a realização, que a expressão arquitetônica dos edifícios que irão viver nesta pequena parcela urbana, se identifique com a da ARQUITECTURA DOS NOSSOS DIAS, resultante de uma nova técnica e de novos princípios estéticos

(MEMORIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA – Estudo de arranjo do Largo Diogo Cão e dos terrenos situados a Sudeste – CML 26/06/1957).

Com a independência de Angola, existiu a necessidade de se construir uma nova identidade. Porém, o patrimônio que deveria dar suporte a essa nova identidade só mostrava afinidades com os valores históricos deixados pelos portugueses – não existia outra referência. Não faltaram propostas de demolição de todos os edifícios para a imediata substituição dos valores portugueses pelos angolanos. Para apaziguar os ânimos mais alterados, o Governo Angolano autorizou a retirada das estátuas das ruas e mudou os nomes das mesmas. Apesar da oposição de portugueses e alguns angolanos, compreendeu-se a medida, uma vez que a colonização portuguesa deixou marcas profundas. A população entendia que manter o pelourinho, por exemplo, seria reviver o local onde os negros foram castigados. Contudo o tempo passou e os angolanos foram superando esse mal em relação aos portugueses.

Atualmente, tem-se a rua de Portugal. Esse país não representa mais para Angola o colonizador, mas sim um país amigo e irmão. Esse fato é questionado pelos brasileiros, por exemplo. Eles não compreendem essa aproximação entre colonos e colonizadores. Talvez, isso possa ser explicado por um fator simples, uma boa parte dos angolanos tem descendência portuguesa e se concluiu que o problema estava nos regimes que impuseram a escravidão e as discriminações raciais: a explicação mais lógica para isso está, sobretudo, na existência da miscigenação. Do mesmo modo que esses têm parentes de raça negra, também os têm de raça branca. Como o sentido de família é muito forte nos bantos e porque prevalece a família matrilinear, ninguém abandona os seus laços de sangue, mesmo que esses não sejam os melhores indivíduos. Existe sempre um modo de ser perdoado e de lhe ser dada uma nova oportunidade.

Com o patrimônio edificado, não se tiveram alternativas. Ele teve que ser aceito. Era impensável derrubar cidades inteiras apenas porque o edificado representava uma outra nação. Em algumas camadas sociais isso não era sequer questionado, pois quem vivia nos musseques ansiava por uma casa melhor na área urbanizada da cidade. Muitos desejavam a qualidade de vida que os portugueses tiveram. Existiu aqui um paradoxo: ter comodidade de vida igual a que os portugueses tinham, não significava evocar Portugal, mas conviver com as suas estátuas e os nomes portugueses nas ruas, evocava o período ruim vivido pelo povo.

O que seguiu as manifestações eufóricas dos angolanos foi o fato do partido no poder, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ter apelado e construído a ideia de nação em todo o território, valorizando tudo e todos sem distinções. Na continuidade da ideia

de nação, realizada pelos portugueses, salvaguardaram uma identidade, preservando o existente no tocante a monumentos, documentos e tudo aquilo que acharam importante. Sem alternativa, o Governo angolano confiscou e tombou todos os bens que Fernando Batalha considerou salvaguardar – uma identidade feita por portugueses, mas que pertence hoje ao povo angolano. Essas edificações nas colônias, apesar de terem sido feitas por portugueses, não são iguais as edificadas (que os mesmos portugueses produziram) em Portugal. Tão pouco os portugueses as conseguiram levar para Portugal, logo só pertencem as suas colônias.

Em contrapartida, outros pensavam que essas edificações não se relacionavam com a identidade angolana, visto não existir nenhum arquiteto angolano que não fosse descendente de português. Esses arquitetos também tiveram aprendizado português e igualmente se identificaram com suas obras. Essas edificações são marcas deixadas pelos portugueses porque 500 anos de colonização não se apaga na história de um povo. Segundo FONSECA (2005, p.105): “O tombamento surgia, assim, como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais”.

A partir de 1986, foi criado o Instituto do Patrimônio Cultural tutelado pelo Ministério da Cultura. Essa instituição tem trabalhado com diferentes órgãos e tem conseguido muito lentamente fazer o estudo de novas edificações, propondo novos tombamentos, mas a grande dificuldade tem sido a composição das pastas com o histórico das obras. A ação na consagração do “monumento histórico” não foi atuada de forma eficiente em Angola, assim como a elaboração de “documentos históricos” ficou comprometida, porque não foram registrados os elementos capazes de preservar toda a identidade do povo angolano. Logo, ficou apagada uma boa parte da história de Angola.

No dia 25 de fevereiro, de 1940 o jornal **A Província de Angola** publicou um artigo no qual Ralph Delgado lamentava o fim da publicação “Arquivos de Angola”. Alegava com tristeza não existir em Luanda um local para guardar os arquivos dos séculos XVII e XVIII correspondente ao Reino de Angola. Informava Ralph Delgado que Alberto de Lemos encorajado pelo Dr. Alves da Cunha lamentava a perda dos arquivos do reinado de Sousa Coutinho que considerou um governo “sensacional”, alegou que os mesmos foram guardados pela repartição de estatística e que passariam posteriormente para o Museu de Angola. Isso vem confirmar que a perda de documentação foi derivada da falta de um local para guardar os arquivos. Igualmente confirmar a pouca importância que os portugueses davam a conservação dos arquivos em Angola. Foi com a presença de Fernando Batalha em Angola que os arquivos

passaram a ser conservados e que como tal passaram a ter grande importância assim como também apelava pelos tombamentos do edificado.

De acordo com ARANTES (1978, p.54):

[...] os registros que se produzem sobre os acontecimentos passados são, também, interpretações culturais desses acontecimentos. Os chamados “documentos históricos” são, também, nesse sentido “documentos de cultura” e para que se possa interpretá-los adequadamente, sem simplificações ou reducionismo, passa a ser de extrema relevância colocarmos a nós mesmos e a nossa atividade na condição de objeto e formularmos, com a isenção possível, questões do tipo quem, onde, quando, como, porque e com que consequências. Ou seja, passa a ser relevante todo o contexto da prática preservacionista e, mais uma vez, não apenas o seu resultado.

Entende-se que deve existir celeridade na consagração de novos monumentos históricos no território angolano para que se possa ultrapassar as dificuldades existentes na composição das pastas com o histórico das obras – somente, desse modo, serão salvas as obras de arte, nos estilos do português suave, arte *nouveaux*, *decô* e do movimento moderno. No ano que a presente pesquisa está a ser concluída e pela aceitação pela UNESCO, na eleição da cidade de Mbanza Congo, como patrimônio da humanidade, foi possível estar presente num encontro com a equipe que fez parte da realização do dossiê de candidatura e só aí foi possível perceber por quais caminhos o processo passou. A partir dessa experiência, se encontrou as respostas para as inúmeras dúvidas suscitadas, ao longo de 8 anos, dedicados ao estudo dos fenômenos que envolvem o patrimônio de Angola e a cidade de Luanda em particular.

Nas palavras de Rosa Cruz e Silva, historiadora e conhecedora do patrimônio angolano, a eleição de bens patrimoniais privilegiava, sobretudo, os europeus até aos anos de 1980. Nessa época, a África somente possuía “bens tombados relacionados com a origem do homem, como berço da humanidade, alguns bens da África do Norte, alguns bens naturais e nada mais” (SILVA, 2017). Existiram várias reflexões e debates nas universidades africanas, junto às Nações Unidas e à UNESCO, com o objetivo de mudar esse quadro. Assim, foi finalmente dada a oportunidade da África poder comprovar a existência dos seus valores e da sua cultura, nomeando-a como patrimônio.

Nesse sentido, Rosa Cruz e Silva coloca o primeiro passo nesse processo: “um dos grandes ganhos do continente africano com grande apoio da UNESCO foi o lançamento dos volumes de História de África, portanto, na década de oitenta” (SILVA, 2017). Para a pesquisadora, a grande luta se dava na publicação de livros sobre a História de África, contada por africanos, visto que anteriormente a “história era muito numa perspectiva eurocêntrica”, ou seja, os europeus contavam a sua versão.

Outro fator fundamental foi a reivindicação feita pelos países africanos de que a lista de tombamentos que concernia ao continente africano era uma lista desequilibrada. Isso porque o conceito cultural estava focalizado no contexto das grandes realizações, no qual a África não entrava e tão pouco cabia nessa lista. Em 1982, a ONU criou um projeto para a cultura e o desenvolvimento. A partir desse período, ocorreram muitos debates e a África foi alvo de uma nova abordagem cultural. Para os debates foram convidados grandes nomes mundiais e os estudiosos africanos. Em 1988, no México, a África já possuía lugar reservado nas grandes discussões e na pauta da ONU.

Durante a década de 1990, o antropólogo Lévi-Strauss e seu filho (membro da ONU) influenciaram a UNESCO e, nos anos de 1994, os debates passaram a acontecer na África, sendo que o principal desses debates aconteceu, em 1995, em Harare. Nesse encontro o objetivo era que a UNESCO acabasse definitivamente com o desequilíbrio da lista do patrimônio mundial. Nesse episódio, Angola esteve representada precisamente por Rosa Cruz e Silva que recebeu um convite do Professor Jean de Visser da Universidade da Sorbonne – um dos especialistas convocados e conhecedor dos estudos realizados sobre a história e a cultura angolanas. Nesse debate, decidiu-se que a África deveria apresentar uma lista de bens marcados não somente pela cultura europeia, mas “voltados também para as raízes, para as origens culturais, pela organização política e social dos antigos reinos, pelos monumentos que tivessem sido erguidos e que enfim houvessem vestígios, houve uma mudança de foco” Rosa Cruz e Silva (2017).

Segundo Rosa Cruz e Silva:

Há ainda muito debate sobre a perspectiva da história da África, mas o que é facto é que com ela foi dada uma outra centralidade digamos assim, ao continente africano. Nesta perspectiva também na UNESCO no órgão que trata da temática do patrimônio mundial, do centro do patrimônio mundial se levantou o problema de que a lista do patrimônio mundial era uma lista desequilibrada.

Porquê? Porque o conceito de cultura, o conceito de patrimônio estava muito focado nos grandes monumentos, nas grandes realizações e aí segundo eles a África não caberia. Então em 1982, as Nações Unidas lançaram um projeto que considerou o decênio para a cultura, para o desenvolvimento da cultura e durante este decênio os debates sobre a mudança de foco, a mudança da abordagem da problemática da cultural foi muito forte.

Portanto foram convocados especialistas de renome para esse debate incluindo especialistas africanos e então esse decênio produziu digamos novas reflexões. Sendo que essas novas reflexões tiveram um debate exaustivo no ano de 1988 quando as Nações Unidas, realizou uma conferência sobre as políticas culturais. Essa conferência de 1988 então requisitou toda a problemática do desequilíbrio do preconceito, enfim e recolocou a África no seu devido lugar. Bem, não satisfeitos, os debates continuaram depois da realização dessa grande conferência no México em 1988. Na década de 90 há um antropólogo que vocês devem conhecer que é Claude Lévi-Strauss, Lévi-Strauss tinha um filho

nas Nações Unidas no centro do patrimônio mundial e eu penso que esta figura que faz uma abordagem sobre a origem do homem, sobre a cultura humana em geral influenciou determinados sectores dentro da UNESCO e então nos anos de 94 os debates saíram de Paris, da Europa e passaram para a África (Idem).

Na escolha dos bens, os especialistas indicaram 3, sendo um de cada uma das regiões da África (a África Central, a Ocidental e a Austral). O primeiro nome a ser colocado na lista foi a cidade de Mbanza Congo, o segundo foi Robbem Island, onde Nelson Mandela esteve preso e o terceiro foi Dja nos Camarões. A partir de 1995, iniciou-se essa preparação para o dossiê. Em 1997, outro encontro ocorreu na Tanzânia para que os países indicados na lista pudessem aprender a preparar sua candidatura. Em 1998, aconteceu outra reunião, dessa vez na África do Sul, envolvendo “preocupações relacionadas com o patrimônio arqueológico nomeadamente com as pinturas e gravuras rupestres e desta vez quem participou foi a Dra. Alexandra Aparício diretora do Arquivo Nacional Angolano e aí a equipe angolana sentiu que estava preparada e logo iniciaram a candidatura que só veio a acontecer em janeiro de 2017 (Idem).

Assinalou-se, que no período em que Angola deveria iniciar a preparação do dossiê, a República de Angola só tinha ratificado a convenção de patrimônio natural e cultural, somente entre 2010 e 2014 que Angola realizou esforço nesse sentido. Note-se ainda que não existia uma política cultural (iniciada em 1989, porém somente aprovada em 2011). O próprio bem a tomba pela UNESCO, cujas investigações iniciaram em 1970, teve interrupções ocasionadas pela guerra. Ele não estava sequer tombado internamente, quando passou a patrimônio cultural nacional. Durante esse encontro, houve uma pergunta que pairava no ar: por que razão não se classificaram/tombaram as obras do movimento moderno em Angola e no caso específico em Luanda?

Nas palavras sábias de Rosa Cruz e Silva (2017):

Não houve qualquer dificuldade na classificação da arquitetura moderna, os critérios que foram utilizados pelo patrimônio cultural, desde a independência, levou a classificação de muitos bens da cidade de Luanda, sendo que, alguns desses bens não reuniam completamente os requisitos exigidos. Mas, estão classificados. O critério inicial que foi utilizado foi o critério da antiguidade, do século XVI, XVII, XVIII foram classificados. Os bens do século XIX foram classificados na década de 1980. Depois da década de 1980 foi por acaso quando eu fiz parte e a sua classificação teve em conta o uso que esse patrimônio tinha e que estavam a ser transferidas as suas responsabilidades para os privados, e essas transferências nem sempre obedeceram, os critérios transparentes digamos assim.

Só agora a República de Angola está apta e dotada com políticas públicas atuais para classificar seu patrimônio, quer a nível provincial, nacional ou mesmo a nível mundial.

Depois da independência de Angola, a cidade de Luanda deixou de produzir obras do movimento moderno, porque com a guerra o país parou. Uma boa parte do seu patrimônio foi destruído, registrando-se o abandono dos profissionais no país, igualmente pelo fato da maior preocupação do Estado ser a de defender o território e o povo encaminhando a maior parte do orçamento do Estado para esse sentido. Só nos anos de 1980 se começa a pensar na edificação de novas habitações para alojar as populações que não paravam de chegar a cidade de Luanda. Nessa época, o orçamento apenas permitia construir habitação mais simples, mais barata para albergar o maior número de pessoas. O que se construiu foi copiando aquilo que os cubanos faziam.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO.

Nesta tese de doutoramento, conclui-se que a capital da República de Angola, a cidade de Luanda, de 1950 a 1975, teve um nível de desenvolvimento acelerado, proporcionando uma produção arquitetônica com obras do movimento moderno, com características da arquitetura que foi produzida depois da II Guerra Mundial na Europa e na América. Essa produção arquitetônica foi influenciada pelo que se produzia no Brasil, particularmente pelas realizações de arquitetos, tais como: Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reydi e Gregori Warchavchik. A influência da arquitetura e do urbanismo praticados pelos arquitetos brasileiros, por sua vez chegou à Angola, através dos passos dados na África do Sul, em especial na produção arquitetônica existente nas cidades de Johannesburgo e Pretoria. Nessa dinâmica, a África do Sul era beneficiada pela rapidez com que chegavam as notícias dos continentes americano e europeu àquele país de clima e paisagem tropical.

Nos anos de 1950, surgiram habitações destinadas aos negros, produzidas com qualidade superior àquela que eles próprios poderiam construir. Eram muito pequenas, localizadas na periferia da cidade com um quarto, sala, cozinha, um banheiro e de baixa altura – eram fruto da persistência da primeira arquiteta angolana Antonieta Jacinto. Já para os brancos determinou-se que seriam em edifícios altos com materiais menos nobres, mas em condições mais dignas daquelas que se possuía em Portugal. Observa-se, então, que as edificações do movimento moderno até 1965 eram produzidas somente para brancos e, posteriormente, passaram a ser para quem tivesse condições econômicas para comprar – poucos podiam adquiri-las. Já nas escolas, passou a ser permitido que negros e brancos partilhassem o mesmo espaço, mas sempre existiram os banheiros diferenciados, uma exigência que partia do Delegado de Saúde, membro participante na aprovação dos projetos para a cidade de Luanda. Essa distinção era uma entre as várias impostas aos arquitetos que se não o fizessem veriam os seus projetos sem possibilidade de execução.

As casas obedeciam a implantações corretas quanto à incidência de sol, aos ventos predominantes e alguns materiais de acabamento. Mas, tal como ditava o movimento moderno, cabia ao Estado o controle na produção da habitação. Nesse sentido, a população contava com a participação do Estado, dos profissionais e dos habitantes para que as suas necessidades fossem satisfeitas. Assim, uma parte da produção arquitetônica da cidade de Luanda teve a dimensão social.

Desse modo, tem-se a seguinte indagação: por que razão as obras do movimento moderno não foram tombadas e não se deu continuidade aos estudos urbanísticos realizados para a cidade de Luanda após 1975? Essa questão emergiu com mais clareza, depois de muitas análises empíricas, da vasta leitura ligada à colonização, à economia, à sociedade e à cultura, das entrevistas e de conversas com angolanos e portugueses que viveram em Luanda, nesse período (1950-1975). Referente ao patrimônio só uma voz esclareceu que as obras não foram tombadas, porque apenas houve a intenção de salvaguardar as obras mais antigas da cidade. Como as obras do movimento moderno não foram as primeiras, não beneficiaram dessa prerrogativa. Já para o planejamento urbanístico se conclui que por existirem bairros para negros e brancos, não foi possível dar continuidade, uma vez que se apelava para uma Angola livre e sem diferenciação racial e inicialmente social também.

Com relação aos tombamentos, necessita-se de mais pesquisas dedicadas a essa temática, da constituição de um conselho multidisciplinar que decida o que realmente se deve tomba em Luanda e em Angola. Os passos largos que o Brasil já deu, em 1962 desde a fundação da cidade de Brasília aos dias de hoje, certamente não devem ser ignorados pelos profissionais angolanos para que a República de Angola possa de fato constituir e preservar o seu patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Livros, artigos, dissertações e artigos.

AMARAL, Ilídio. **Contribuição para o Conhecimento do Fenómeno de Urbanização em Angola**. Lisboa: Finis terra, 2000.

AMARAL, Ilídio. **Construindo a História de Angola: A Importância da Utilização Cruzada de Fontes**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

AMARAL, Ilídio. **Importância do Sector Informal da Economia Urbana em Países da África Austral**. Lisboa: Finis terra, vol. XL – 79, 2005.

AMARAL, Ilídio. **Luanda, Estudo de Geografia Urbana**. Lisboa: Finis terra, sd.

AMORIM, Pedro Francisco Massano de. **A Divisão Administrativa da Província de Angola**. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1917.

ARANTES, António Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 22, Brasília, 1987, pp.48-55

BASTOS, José. **Do Cinema Roma ao Fórum Lisboa, Breve História de um Espaço de Cidadania**. Lisboa: Divisão de Imprensa Municipal, 2007.

BATALHA, Fernando. **Angola, Arquitectura e História**, Lisboa: Nova Veja, 2006.

BATALHA, Fernando. **A Urbanização de Angola**. Luanda: Museu de Angola, 1950.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BRUAND, Yves. **A Arquitetura Contemporânea no Brasil**. Perspectiva: São Paulo 2016.

CALABI, Donatela. **História do Urbanismo Europeu**. Perspectiva: São Paulo, 2015.

CARVALHO, Nuno Fernandes de. **As casas fabricantes de papel-moeda contratadas pelo Banco Nacional Ultramarino**. Gabinete de Patrimônio Histórico da Caixa Geral de Depósitos, junho 2013.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2010.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CORBUSIER, Le. **Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CORBUSIER, Le. **Por uma Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CORREIA, Maria Alice Vaz de Almeida Mendes. **O “Patrimônio” do movimento moderno de Luanda 1950-1975**. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 2012.

BASTOS, José. **Do cinema Roma ao fórum Lisboa, breve história de um espaço de cidadania**. Divisão de Imprensa Municipal, Lisboa, 2007

COSTA, Alves. **Breve História do Cinema Português (1896-1962)**. Venda Nova: Edição Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand/Biblioteca Breve/Vol.11, fev. 1978.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

- CUNHA, Anabela. Degredo para Angola: sentença de morte lenta (1850-1932). **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 18, n.02, 2013, pp. 87-104.
- DAVIDSON, Basil. **À Descoberta do Passado da África**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1981.
- DILOLWA, Carlos. **Contribuição à História Econômica de Angola**. Editorial Nzila, Ldt: Luanda, 2000.
- DOMINGOS, Nuno. **Cidade e Império: Dinâmicas Coloniais e Reconfigurações Pós-Coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2013.
- ECO, Humberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FELDMAN, Sarah. **Cadernos: Um Sistema Legal para o Urbanismo: a Face Desconhecida do movimento moderno**. Salvador: PPG-AU/FAUBA/Universidade Federal da Baía, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ano 3, ed. especial, (2005).
- FERNANDES, José Manuel. **Geração Africana**. Lisboa: Livros Horizonte, 2ª ed., 2009
- FERNANDES, Walter; HURST, Miguel. **Angola Cinemas**. São Paulo: Steidl/Goethe-Institut, 2015.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo. Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-Iphan, 2005.
- FONTE, Maria Manuela Afonso da. **Urbanismo e Arquitetura em Angola – Norton de Matos à Revolução**. Lisboa: Edição Caleidoscópio. Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2012.
- FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GIANESELLA, Rubens. Gêneses urbanas do colonialismo: síntese de encontros culturais, Dossiê: caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia. **Anais do Museu Paulista**, vol.20, nº1, jan/jun. 2012.
- GIEDION, Sigfried. **Espacio, Tiempo y Arquitectura**. Barcelona: Editora Reverté, 2009.
- KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra – I**. São Paulo: UNESCO/Ática, 3ª ed., mar. 1999.
- KOCH, Wilfried. **Dicionário dos Estilos Arquitetônicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LEITE, João Salazar. **Boletim Cooperativista, o Cooperativismo nas Ex-colônias**. Editado pela Cooperativa António Sérgio para a Economia social em abril de 2013
- MAGALHÃES, Ana. **Moderno Tropical**. Lisboa: Edição Tinta da China, 2009.
- MANSO, Visconde de Paiva. **História do Congo**. Lisboa: Tipografia da Academia, 1877.
- MARTINS, Isabel Maria. **Arquiteturas de Luanda**. Luanda: Dilazo Artes Gráficas, 2010.
- MARTINS, Isabel Maria. **Luanda, a Cidade e a Arquitetura**. Porto: Faculdade de Arquitectura do Porto, tese de doutoramento, 2002.
- MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado**. Companhia de Letras. São Paulo, 2006.
- MENDES, Rui Paes. O modernismo e suas abordagens em Moçambique e Angola. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.4. n.2, jul-dez., 2012, pp.245-257.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar Bibliografia Definitiva**. São Paulo: Leya, 2011.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.22,1987.

MILHEIRO, Ana Cristina Fernandes Vaz. Casa portuguesa? Sempre! Mas portuguesa ultramarina: o Gabinete de Urbanização Colonial e a habitação nas regiões tropicais. **9º Seminário Docomomo Brasil Interdisciplinaridade e Experiências em Documentação e Preservação do Patrimônio Recente**. Brasília, jun. 2011.

MILHEIRO, Ana Vaz. **Nos Trópicos sem Le Corbusier, Arquitectura Luso-Africana no Estado Novo**. Lisboa: Relógio D'Água, 2012.

MILHEIRO, Ana Cristina Fernandes Vaz. **Optimistic Suburbia? The Students' Perspective**. Lisboa, 2015. <https://lib.ugent.be/en/catalog/rug01:002191259>. Acesso em 31 jan. 2017.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, SL., 2007.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de Uma Leitura de Luanda: Uma Interpretação do Desenho Urbano**. São Paulo: Centro de Estudos Africanos da USP e Fundação Eduardo dos Santos. Terceira margem, 2006.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **Configurações dos núcleos humanos de Luanda do século XVI ao Século XX**. Seminário encontros de povos e culturas em Angola. Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Lisboa e Arquivo Histórico Nacional, Luanda. Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. 3 a 7 de abril de 1995.

PANERAI, Philippe. CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean Charles. **Formas Urbanas: a Dissolução da Quadra**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PIRES, Maria do Carmo Marques. **O Atelier de Arquitetura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques Pires da Silva Martins, Visibilidade da Memória**. Porto Alegre: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012 (doutoramento).

PRADO, Roberto Goycoolea. **La Modernidad Ignorada Arquitectura Moderna de Luanda**. Luanda: Universidad de Alcalá, 2011.

PIMENTEL, Irene Flunser. **A História da Pide**. Lisboa: Bloco Gráfica, Ldt. Unidade Industrial da Maia, 2016.

PRATA, Jorge Manuel de Matos Pina Martins. **A Emergência da Noção de Património**. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Pós-graduação em Direito do Património, 2010.

QUITÃ, Margarida. **Arquitetura Vasco Vieira da Costa**. Luanda: Rocha Artes Gráficas, 2009.

REDINHA, José. **A Habitação Tradicional Angolana, Aspectos da sua Evolução**. Luanda: Centro Informação e Turismo de Angola/Luanda, 1964.

RODRIGUES, Sara Cardoso. **A construção de Angola no final do século XIX. O Palácio de Ferro**, trabalho de preparação de mestrado na disciplina de Estética e Estudos Artístico – Variante arte e culturas políticas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017.

ROSA, Walter. **A Urbe e o Traço**. Lisboa: Editora Almedina, 2002.

ROSAS, Fernando. **Salazar e o Poder, a Arte de Saber Durar**. Lisboa: Tinta da China, 2013.

SANTOS, José de Almeida. **Luanda D'outros Tempos**. Luanda: Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola. Luanda, 1970.

SECCHI, Bernardo. **A Cidade do Século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SEQUEIRA, Marta. **Para um espaço público Le Corbusier e a tradição Greco-Latina na cidade moderna**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Fundação para a ciência e a tecnologia), 2012.

SOARES, Luís Martins. **Mu Ukulu, Luanda do Antigamente**. Lisboa: Cultiva Livros, 2015.

TEIXEIRA, Marcelo. **Histórias do Estado Novo - as Palavras - os Factos**. Lisboa: Edições Parsifal-Sociedade Editorial, Ldt., 2012.

TOSTÕES, Ana. **Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique**. Lisboa: Edição Caleidoscópio, 2014.

WARD, Stephen V. **Planning in the Twentieth-Century City**. London: John Wiley & Sons Ltd, 2002.

WEIMER, Gunter. **Interrelações Afro-brasileiras na Arquitetura**. Curitiba/PUCPress e Porto Alegre/EDIPUCRS, 2014.

Documentos.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL 2012 – Acordo de Alvor (de 10 a 15 de janeiro de 1975). In: Acordo de Alvor, Capítulo I, Artigo 2º, – <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>. Acesso em 6 jun. 2017.

O.T.U 1973 – Memória justificativa do plano regulador Luanda, Cacucaco e Viana.

Arquivo do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda – IPGUL

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 29/07/1975 – informação nº 406 da 8ª Repartição, parecer requerimento nº 8997/74 de Ana Vieira da Silva, assinado pelo Desenhador Cartógrafo Principal Horácio Manuel Pereira da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 23/07/1975 – informação nº 403, parecer requerimento nº 11108/72 de Angelino R. dos Santos, assinado pelo Desenhador Cartógrafo Principal Horácio Manuel Pereira da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/04/1975 – informação nº 272 da Seção do Urbanismo da 8ª Repartição. Instalações sanitárias dos largos e jardins, assinado pelo Arquiteto Chefe da Seção de Urbanismo (SU) Hugo de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 19/03/1975 – informação nº 295/SC (Seção de Condicionamentos), parecer requerimento nº 11106/72 de Angelino R. dos Santos – Imobiliária SARL, assinado pelo Desenhador Cartógrafo principal Horácio Manuel Pereira da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 25/04/1974 – informação nº 301 do Gabinete de Urbanização, parecer ao requerimento nº 6575/74 de Artur Magno Walter de Freitas, assinado pelo Arquiteto Chefe da Direção dos Serviços de Cadastro, Arquitetura e Urbanização (D.S.C.A.U) José Deodoro Faria Troufa Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/03/1974 – informação nº 39, assinado pelo Secretário da Comissão da Viação e Transito Eduardo da Fonseca Agente Técnico de Engenharia.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 19/03/1974 – Bairro da Maianga, Direção dos Serviços de Cadastro, Arquitetura e Urbanização.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/10/1973 – informação nº 393, aproveitamento do terreno de J. Marques e companhia Ltda., assinado pela Arquiteta Margarida Maria Costa Amaral Prazeres Paes e o Arquiteto Chefe da 8ª Repartição José Deodoro Faria Troufa Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/05/1973 – informação nº 180, referente a rua de Duarte Lopes, alteração a implantação do bloco projetado na margem NW, assinado pelo Desenhador Principal da 8ª Repartição Fernando de Oliveira Henriques.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 10/04/1973 – informação nº 128, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição José Deodoro Faria Trufa Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 07/02/1973 – informação nº 54 referente ao requerimento no 1039/73 de João Augusto Gamboa de Campos, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição José Deodoro Faria Troufa Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 30/11/1972 – informação nº 448, da 8ª Repartição, parecer do requerimento nº 12433/72 de Álvaro Vilar Azevedo, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição José Deodoro Faria Troufa Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 06/09/1972 – informação nº 331, referente ao requerimento nº 9251/72 de Sousa Machado e Companhia, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição José Deodoro Faria Troufa Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 19/07/1972 – informação nº 421, Sindicato Nacional dos Empregados Bancários da Província de Angola – nota nº 5603/72, assinado pelo Chefe da 8ª Repartição António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/06/1972 – informação nº 224, Sindicato Nacional dos Empregados Bancários da Província de Angola – nota nº 5603/72, assinado pelo Arquiteto António Domingues da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 30/03/1972 – informação nº 35, 8ª Repartição, parecer requerimento nº 12326/71, Júlio da Costa Andrade, assinado pelo Chefe da 8ª Repartição José Deodoro Faria Troufa Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 09/12/1971 – informação nº 423 encerramento do trânsito da travessa da Sé, assinado pelo Desenhador Principal da 8ª Repartição Fernando Oliveira Henriques.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 08/10/1971 – informação nº 362, referente ao requerimento nº 6590/1971 sobre a rua Henrique Gago da Graça, assinado pelo Arquiteto José Deodoro Faria Troufa Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/09/1971 – localização de zonas urbanizadas da cidade de Luanda, assinado pelo Arquiteto Hugo de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 23/09/1971 – informação nº 341, referente ao requerimento nº 1618/1971 de José Soares de Oliveira cujo terreno se situa na esquina entre as ruas de Brito Godins e Ingombotas, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição José Deodoro Faria Troufa Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 16/09/1971 – assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Fernando Alfredo Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 13/09/1971 – informação nº 328, parecer referente ao requerimento nº 2734/71 José Mário Cardoso Monteiro, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição José Deodoro Faria Troufa Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 08/06/1971 – informação nº 202, 8ª Repartição, parecer requerimento nº 10007/71 – Sociedade Empreiteira Ultramarina, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição José Deodoro Faria Troufa Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 07/06/1971 – informação nº 11, construção de auto-silo na zona dos coqueiros, assinado pelo Diretor de Serviços da D.S.C.A.U. Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 24/05/1971 – informação 437, terrenos destinados ao silo, assinado pelo Engenheiro Chefe da 7ª Repartição Luís Augusto de Vasconcelos e Sá.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 06/05/1971 – informação nº 534 referente ao requerimento no 3096/71 de Constantino e Freitas Ltda., assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Fernando Alfredo Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 30/03/1971 – informação nº 403, parecer ao requerimento nº 11723/70, da Conol, Construções Nogueira, SARL, assinado pelo Chefe da 8ª Repartição Fernando Alfredo Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 15/03/1971 – memória descritiva e justificativa dum parque-silo, assinado pelo Arquiteto Hugo de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 15/03/1971 – informação nº 81 assinado pelo Arquiteto Hugo de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/02/1971 – informação nº 160 referente a alteração ao *gabarit* da rua de D. António de Saldanha, assinado pelo Desenhador Principal, Fernando de Oliveira Henriques.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 15/02/1971 – informação nº 166 referente ao requerimento no 14710/70 de Duarte Cláudio Vale Rego Cochofel, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Fernando Alfredo Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 16/01/1971 – informação nº 12 referente ao requerimento no 14710/70 de Duarte Cláudio Vale Rego Cochofel, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição Hugo de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA, 01/10/1970 – informação nº 349, resposta ao requerimento de Sebastião Artur Galvão e Outros, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Fernando Alfredo Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 08/09/1970 – informação nº 328, parecer ao requerimento nº 7315/70 de Viúva e Herdeiros de João de Sousa Machado, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição Hugo de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 28/08/1970 – parecer ao requerimento nº 7315/70 de Viúva e Herdeiros de João de Sousa Machado, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Fernando Alfredo Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/08/1970 – informação nº 313, referente ao requerimento nº 2698/67 de Gaspar da Cunha Lima, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição Hugo de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 04/06/1970 – informação nº 219, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Fernando Alfredo Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 07/05/1970 – informação nº 176, Urbanização e Arquitetura, parecer ao requerimento nº 3479/70 de J. Lopes de Cª Ltda., assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Fernando Alfredo Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 04/04/1970 – informação nº 120, referente a construção que a empresa Claras & Cª pretende construir a rua Vasco da Gama, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Fernando Alfredo Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 23/03/1970 – informação nº 98, rua 28 de Maio – alteração ao plano de massas, assinado pelo Desenhador de 1ª Classe da 8ª Repartição Fernando de Oliveira Henriques.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/1970 – carta para Duarte Cláudio Vale Rego Cochofel, assinado pelo Chefe da 7ª Repartição Luís Augusto de Vasconcelos e Sá.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/12/1969 – informação nº 776, referente a gabarit da rua Luís de Camões, assinado pelo Engenheiro Chefe da 6ª Repartição José Arménio Sequeira Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/11/1969 – informação nº 218, alteração do plano de massas da Rua 28 de Maio. Troço compreendido entre as ruas Guilherme Capelo e João Seca, assinado pelo Arquiteto da 8ª repartição João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/10/1969 – informação nº 191 referente a informação D.S.U.C.A nº 14/69 arranjo urbanístico do largo de D. Pedro V, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 08/04/1969 – lista dos monumentos classificados da cidade de Luanda.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/03/1969 – carta a solicitar parecer sobre a ata nº 9 de Sessão Ordinária do dia 27/02/1957, assinado pelo Presidente da CML Álvaro Rêgo Cabral.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 07/03/1969 – informação nº 14 em referência à carta do Montepio Ferroviário de Angola nº 9894 de 21/10/1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/06/1968 – informação nº 76, referente a informação nº 24/GU/67-requerente Gaspar da Cunha Lima, nº 2698 de 14/04/1967, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização Fernando Alfredo Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 04/06/1968 – informação nº 267, estudo do plano de massas e respectivos *gabarits* das ruas D. António Barroso, 5 de outubro e 28 de maio, assinado pelo Arquiteto Chefe da 1ª Seção António Matos Veloso.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 06/03/1968 – informação nº 190, referência a informação 124/8ª/68, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 12/02/1968 – informação nº 124, Rua de D. António Barroso (2ª fase), assinado pelo Arquiteto chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 17/10/1967 – informação nº 471, Rua de D. António Barroso, alteração de zoneamento, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição António Domingues da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 01/09/1967 – informação nº 83 referente ao requerimento de Alberto Andrade Pereira de Sousa no 6785 de 06/07/1967, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 16/08/1967 – informação nº 330, Zona Verde junto ao cinema Tivoli, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição António Domingues da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 07/08/1967 – informação nº 67, referente a informação 265/6ª – “*Gabarits*” - das ruas centrais de Luanda – 12/07/1967, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/08/1967 – memória descritiva e justificativa – estrutural para estacionamento, assinado pelo Engenheiro José Bartolomeu Resina Rosado.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 12/07/1967 – parecer referente ao cumprimento do despacho nº 48 de 27/06/1967 referente aos *gabarits* das construções com base na experiência do que se faz noutros países, assinado pelo arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino e Engenheiros José Pereira Goncalves e Gustavo Adolfo Correia Rebolho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 12/07/1967 – informação nº 265, referente aos “*Gabarits*” das ruas centrais da cidade, assinado pelo Engenheiro Chefe da 6ª Repartição Gustavo Adolfo Correia Rebolho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 07/07/1967 – informação nº 53, referente a rua Luís de Camões na Sessão extraordinária de 20/06/1967, assinado pelo Arquiteto Fernando Alfredo Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 29/06/1967 – ata nº 29 de 21.6.67, assinado pelo Chefe da 1ª Repartição Hélio dos Santos Fernandes.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 13/06/1967 – informação nº 41 referente ao requerimento 5539 de 21/05/1966 Normando José da Rocha Monteiro, informação nº 374 de 10/05/1967 da 7ª Repartição e requerimento nº 6037 de 28/06/1965 de José Maria Teixeira de Albuquerque, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 24/05/1967 – informação nº 24, referente ao requerimento de Gaspar da Cunha Lima nº 2698 de 02/03/1967, assinado Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 23/05/1967 – informação nº 23 referente ao setor compreendido entre as ruas de Pedro Nunes, Fernão de Magalhaes, D. António Saldanha e Barbosa Rodrigues, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 10/01/1967 – informação nº 16 referente aos requerimentos nºs 1195, 1196 e 1197 de Herdeiros de Vicente José da Costa, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição António Domingues da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/12/1966 – despacho nº 41 referente a nomeação duma equipa técnica para o estudo da Via do Eixo Viário, assinado pelo Vice-Presidente da CML António Ramos do Amaral.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 07/11/1966 – informação nº 220, referente ao arranjo urbanístico do quarteirão formado pelas ruas Serpa Pinto, futura alameda da Maianga, rua General Roçadas e rua Luciano Cordeiro, assinado pelo Arquiteto Urbanista Chefe do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 10/10/1966 – informação nº 196, Gabinete de Urbanização, Correção do arranjo urbanístico formado pelas ruas: Serpa Pinto, Adolfo Pina, Dr. A. da Cunha, Pedro Nunes e Alexandre Peres (sem assinatura).

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 12/08/1966 – informação nº 177, aproveitamento dos terrenos da rua Salvador Correia junto ao muro de suporte, assinado pelo Arquiteto Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 08/06/1966 – informação nº 129, referente ao requerimento nº 4409 de 21/04/1966 de Ernesto da Fonseca, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/05/1966 – informação nº 101 referente aos requerimentos nºs 1196 e 1197 de 29/01/1966 Alexandre Ribeiro Teixeira como procurador de Herdeiros de José Vicente da Costa do Gabinete de Urbanização.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 15/12/1965 – informação nº 303 referente a nota no 419/65 do Plano de Radiodifusão de Angola, entrada sob o no 10427-10/12/65- Auditorium para 4ª 5.000 pessoas, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 15/10/1965 – carta para Comissão Coordenadora do Plano de Radiodifusão de Angola, assinado pelo Vice-Presidente da CML António Ramos do Amaral.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/09/1965 – parecer favorável sobre a construção do auditório.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 31/08/1965 – carta a Comissão Coordenadora do Plano de Radiodifusão de Angola, assinado pelo Presidente da CML Jorge Carlos Rodrigues Júlio Mestre.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/08/1965 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Presidente da Comissão Administrativa José dos Santos Moraes.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 29/07/1965 – informação nº 234 referente aos requerimentos 1175 de 07/02/1964, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 23/07/1965 – informação nº 224, assinado pelo Engenheiro Civil (I.S.T) do Gabinete de Urbanização Manuel Travassos Valdez.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 19/07/1965 – informação nº 219 Gabinete de Urbanização, parecer ao requerimento de Joaquim André nº 1329 de 08/02/1965, assinado pelo Arquiteto António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 29/06/1965 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Presidente da Comissão Administrativa José dos Santos Moraes.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/06/1965 – informação nº 198 notas da Repartição dos Edifícios e Monumentos nº 5227 de 18/06/1965, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 23/06/1965 – informação nº 197 referente a carta da C.A.O.P nº 1977 de 03/03/1965, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 10/06/1965 – carta para Presidente da CML sobre a praça de Nossa Senhora de Nazaré, assinado pelo Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais Waldemar d'Orey.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 16/03/1965 – informação nº 232, referente a Alameda D. João II, gabarit e plano de massas, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 15/02/1965 – informação nº 70 referente ao requerimento de António Joaquim de Almeida Vilhena nº 6884 de 25/08/1959 e nº 7459 de 24/11/1961 e alteração do *gabarit* de Henrique Gago da Graça com proposta de alteração de Manolo Potier Arquiteto com a inscrição nº 315 da CML, com data de entranha na CML de 19/05/1971 e nº de entrada 6590, assinado pelo Arquiteto Urbanista Chefe do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 01/1965 – carta para Engenheiro Diretor dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, assinado pelo Presidente da CML Jorge Carlos Rodrigues Júlio Mestre.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/12/1964 – informação nº 297 referente ao requerimento de António Joaquim de Almeida Vilhena nº 2986 de 31/12/1953, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/12/1964 – informação nº 298 referente ao requerimento de António Joaquim de Almeida Vilhena nº 6884 de 25/08/1959 e nº 7459 de 24/11/1961, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/10/1964 – revisão do plano diretor da cidade de Luanda com a distribuição da população realizado em 15/04/1962.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 16/10/1964 – carta com a referência nº 4243/1517/7.9/DEC/64 para CML, assinado pelo Engenheiro Diretor dos Serviços António J. G. de Miranda Guedes.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/08/1964 – informação nº 171, referente ao arranjo do largo da Nazaré, assinado pelo Arquiteto Urbanista Chefe do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 31/07/1964 – memória descritiva do arranjo do largo da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/07/1964 – carta para Diretor de Obras Públicas e Transportes, assinado pelo Presidente da CML Jorge Carlos Rodrigues Júlio Mestre.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 09/07/1964 – informação nº 133 referente ao requerimento da Auto Avenida nº 4708 de 19/05/1964, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA – despachos de 30/04/1964, 01/05/1964, 28/07/1965, 05/08/1965, resposta ao requerimento nº 7154 da firma comércio de automóveis.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/04/1964 – assinado pelo Arquiteto António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 20/04/1964 – carta para Diretor dos Serviços de Obras Públicas e Transportes solicitando parecer a Comissão dos Monumentos Nacionais, assinado pelo Presidente da CML Jorge Carlos Rodrigues Júlio Mestre.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/02/1964 - proposta do terreno para a localização da Casa de Belas Artes e o Museu de Arte Moderna, assinado pelo Arquiteto Urbanista Chefe do Gabinete de Urbanização.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 06/01/1964 – esboço do plano de massas do Palácio da Justiça com implantação e isometria.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 04/07/1963 – carta ao Diretor Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, assinado pelo Presidente da CML Jorge Carlos Rodrigues Júlio Mestre.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/07/1963 – informação nº 131 referente a localização dos edifícios de Instrução e de Administração Civil, assinado pelo Arquiteto Fernando Alfredo Pereira e Arquiteto Urbanista do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 20/06/1963 – informação nº 233, auto-silo considerado para o quarteirão formado pelas ruas Salvador Correia, Pereira Forjaz, Luís de Camões e Calçada do Município, assinado pelo Engenheiro Chefe Interino da 6ª Repartição Gustavo Adolfo Correia Rebolho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 09/05/1963 – plano diretor do aeroporto Craveiro Lopes.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/05/1963 – informação nº 55 referente ao requerimento no 737 de José Abel de Sousa, assinado pelo Arquiteto Urbanista Chefe do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/03/1963 – informação nº 19, para a Repartição Distrital de Administração Civil, assinado pelo Presidente CML Jorge Carlos Rodrigues Júlio Mestre.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 02/03/1963 – memória descritiva e justificativa do arranjo do quarteirão da Igreja do Carmo, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 30/01/1963 – requerimento nº 26 de 03/01/63 de Maria da Piedade Ferreira Rita, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino com visto de Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 29/01/1963 – assinado pelo Presidente da CML Jorge Carlos Rodrigues Júlio Mestre.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 29/01/1963 – informação nº 32, Arranjo Urbanístico do quarteirão formado pelas ruas António Brandão de Melo, Missão de São Paulo, Ambaca e Travessa da Missão de São Paulo, assinado pelo Arquiteto Urbanista Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 12/01/1963 – informação nº 6, Ilha de Luanda Zona Norte, assinado pelo Arquiteto Vasco Rosas da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 02/10/1962 – informação nº 221 referente ao futuro edifício dos C.T.T, assinado pelo Arquiteto António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 01/09/1962 – informação nº 712, posto de transformação no largo da Mutamba, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 24/07/1962 – informação nº 625, ajardinamento de uma zona verde na Samba ao longo do rio Seco, assinado pelo Arquiteto Chefe da 1ª Secção da 8ª Repartição Luís Pereira Taquelim da Cruz.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 15/06/1962 – localização de estacoes de serviço e postos de abastecimento na cidade de Luanda.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 12/06/1962 – informação nº 396, mercado municipal nº 2, ampliação, assinado pelo Arquiteto Chefe da 2ª Secção da 8ª Repartição João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 09/06/1962 – memória descritiva e justificativa do troco do eixo viário Norte-Sul, entre o cruzamento da rua de S. José do Cluny com a calçada de Gregório Ferreira, rua Luís de Camões e o seu cruzamento em desnível com a rua de Pinheiro Chagas, a Leste da futura Praça da Nazaré, assinado pelo Arquiteto António Nunes e Silva Campino e o Arquiteto Urbanista Chefe do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 06/1962 – carta para a Direção dos Serviços de Economia, assinado pelo Presidente CML Jorge Carlos Rodrigues Júlio Mestre.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 02/05/1962 – informação nº 380 referente a Ilha de Luanda-Estrada do Foral-troco compreendido entre a Igreja de Nossa Senhora do Cabo e a entrada da floresta, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 07/02/1962 – informação nº 37, veículos em circulação em 1961, assinado pelo Arquiteto Urbanista chefe do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 02/1962 - Vice-Presidente CML Cipriano José Jeremias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/01/1962 – informação nº 3, Gabinete de Urbanização, extinção dos musseques e sua futura localização. Carta do excelentíssimo Sr. Inspetor Superior de Assistência do Ultramar nº 6406/20.12.61, assinado pelo Arquiteto Urbanista Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/11/1961 – talhamento do terreno destinado a sociedade feminina de São Vicente de Paulo, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/11/1961 – informação nº 87, gabinete de urbanização, suspensão do plano de urbanização em vigor e seus regulamentos, assinado pelo Arquiteto Urbanista Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 20/11/1961 – informação nº 125, plano de urbanização da cidade de Luanda, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/11/1961 – informação nº 124, Bairro Popular nº 2 (ampliação), assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/10/1961 – S/nº referente ao relatório do Arquiteto Urbanista Chefe do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/10/1961 – informação nº 75, parecer do Gabinete de Urbanização acerca do contido no Diploma Legislativo nº 2619 de 29.12.54, assinado pelo Arquiteto Chefe do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 25/09/1961 – informação nº 63, 8ª Repartição e Gabinete de Urbanização.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 28/08/1961 – informação nº 633, referente ao requerimento de António Basto Ferreira requerimento n.º 1º 2168/1966 e de António Alves Cordeiro de Oliveira requerimento nº 9394/1966, assinado pelo Desenhador Principal da 8ª Repartição João Rosa Pinheiro de Moraes.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 17/08/1961 - informação nº 35, referente a solicitação duma Comissão Consultiva de Urbanismo, assinada pelo Arquiteto Urbanista Chefe do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho e H. Novais Ferreira Engenheiro Consultor.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 01/07/1961 – informação nº 182, Centro Comercial do Bairro Municipal Popular nº 2, assinado pelo Topógrafo da 7ª Repartição Joaquim Alves de Sousa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 08/06/1961 – informação nº 67, Ilha de Luanda Zona Sul, plano de massas, assinado pelo Arquiteto Chefe da 2ª Repartição João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 17/05/1961 – informação nº 10, Fernão Lopes Simões de Carvalho Arquiteto Chefe do Gabinete de Urbanização.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 13/05/1961 – informação nº 56 referente a zona residencial a Norte da estrada da Conduta-alteração a urbanização aprovada, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/05/1961 – informação nº 53, parecer referente informação n.º 127/61, 9ª Repartição, arranjo das placas *situs* no cruzamento das ruas de 5 de outubro e Engenheiro Costa Serrão com a Guilherme Capelo, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 01/05/1961 – plano em vigor na criação do Gabinete de Urbanização.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/04/1961 – ata S/nº do encontro onde foi lida a carta em que o Arquiteto Urbanista Chefe do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho em que condições se encarregaria de elaborar o estudo de remodelação da urbanização da zona central da cidade e o estudo de urbanização do musseque Prenda.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/04/1961 – informação nº 44, Zona Residencial Terra Nova, talhamento dos quarteirões do núcleo nº 1, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/04/1961 – informação nº 128, Zona Residencial e Ampliação dos Bairros Populares junto ao Cemitério Novo, 7ª Repartição, assinado pelo Engenheiro Chefe da 7ª Repartição José de Almeida Santos Júnior.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 28/03/1961 – informação nº 116, localização das instalações para europeus e indígenas nos viveiros municipais, assinado pelo regente agrícola principal da 9ª Repartição da Secção de arborização jardins e hortos Carlos Manuel Leitão Valpassos.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 23/02/1961 – parecer sobre a informação nº 7, assinado pelo Delegado de Saúde Médico de 1ª Classe Florentino Ramalho da Rocha.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 14/02/1961 – informação nº 68, Referência ao Projeto da Construção do Canil Gatil e Viveiro Municipal. Camaratas para indígenas e arrecadação.

Habitação para europeus, que a CML, pretende levar a efeito a norte da zona industrial, assinado pelo Comandante Alexandre Bento da Repartição C.S.P.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 17/01/1961 – informação nº 8, Alteração do Estudo do Ajardinamento dos Terrenos junto ao Clube dos Caçadores, assinado pelo Arquiteto Vasco Rosas da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 16/01/1961 – informação nº 7, Canil Gatil e Viveiro Municipal. Camaratas para indígenas e arrecadação. Anteprojeto. Habitações para europeus. Projeto, assinado pelo Arquiteto Chefe da 2ª Secção da 8ª Repartição João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/01/1961 – informação nº 5 referente a Ilha de Luanda, largo Salazar, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 01/1961 – parecer referente ao requerimento nº 7259/60, de Isabel da Costa Meireles, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 19/12/1960 – informação nº 199, Bairro Popular nº 2 Centro Comercial - anteprojeto, assinado pelo Arquiteto Chefe da 2ª Secção da 8ª Repartição João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 28/11/1960 – informação nº 382 referente a completagem no Bairro Popular nº 1, assinado pelo Auxiliar de Topógrafo da 7ª Repartição António Teixeira Seixas.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 24/11/1960 – informação nº 187 referente ao traçado de zoneamentos – largo interior do quarteirão formado pela avenida Marginal, Praça da Nazaré, rua Direita de Luanda e rua Luís da Mota Fêo, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/11/1960 – informação nº 354 referente a completagem no Bairro Popular nº 1, assinado pelo Auxiliar de Topógrafo da 7ª Repartição António Teixeira Seixas.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 12/09/1960 – carta para o Diretor dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, assinado pelo Presidente da CML Luís Cândio Martins, Major de Engenharia.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/08/1960 – informação nº 131, Bairro Residencial a Norte da Estrada da Conduta, assinado Engenheiro Chefe da 7ª Repartição o Arquiteto da 8ª Repartição Israel Macedo.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/08/1960 – carta para arquiteto João Faria da Costa, Lisboa, assinado Engenheiro Chefe da 7ª Repartição o Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/07/1960 – aprovação da proposta da criação do Gabinete de Urbanização.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/07/1960 – informação nº 106 referente ao largo Brassane Leite, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 08/06/1960 – informação nº 99, disciplina de arquitetura, plano de massas, assinado Engenheiro Chefe da 7ª Repartição o Arquiteto da 8ª Repartição Israel de Macedo.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/05/1960 – informação nº 90, plano de massas da Rua de Conselheiro Júlio de Vilhena, assinado Engenheiro Chefe da 7ª Repartição o Arquiteto da 8ª Repartição Israel de Macedo.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 09/04/1960 – proposta para atualização do plano de urbanização de Luanda.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/04/1960 – informação nº 73, Zona Residencial e Ampliação dos Bairros Econômicos junto ao Cemitério Novo, assinado pelo Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/03/1960 – Zona Residencial Econômica e Ampliação dos Bairros Populares junto ao Cemitério Novo (Estrada de Catete), assinado pelo Arquiteto João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 09/02/1960 – informação nº 34, situação atual dos serviços a cargo da 8ª Repartição, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 02/11/1959 – informação nº 207 referente as alterações de zoneamento do Plano de Urbanização, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/10/1959 – informação nº 188, 8ª Repartição, Avenida Sá da Bandeira. Troço compreendido entre as ruas de Guilherme Capelo e do Dr. Luíz Carriço (plano de massas e respectivas cérceas), assinado pelo Arquiteto João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 16/10/1959 – plano de massas dos terrenos de Luiza Augusta Teresa Bergman.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 12/10/1959 – informação nº 183, Rua Fernão de Magalhães, troço compreendido entre o Largo de Serpa Pinto e a Avenida Brito Godins. Estudo do plano de massas e respectivas cérceas, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 30/09/1959 – informação nº 177, Zona Residencial Econômica da Estrada de Catete. Esboceto, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 29/09/1959 – informação nº 229, faixas marítimas do Foral de 1956, assinado pelo Desenhador Principal da 8ª Repartição Danilo A. Moreira dos Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/09/1959 – informação nº 170, Bairro Residencial Popular- a Sul da Estrada de Catete, assinado pelo Desenhador Principal Danilo A. Moreira dos Santos

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 08/09/1959 – informação nº 253, Bairro Municipal Popular nº 2, assinado pelo topógrafo da 7ª Repartição Osvaldo Luís.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 15/07/1959 – arranjo urbanístico dos terrenos do Banco de Angola entre a rua de Diogo Cão e o Beco do Balão.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 09/07/1959 - informação nº 130, referente a rua de Fernão de Magalhães, estudo do plano de massas e respectivas cérceas, assinada pelo Arquiteto da 8ª Repartição João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 20/06/1959 - informação nº 111, referente ao largo projetado no troço compreendido entre as ruas de Baltazar de Aragão e de João de Deus, assinada pelo Arquiteto da 8ª Repartição Luís Pereira Taquelim da Cruz.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 15/04/1959 – informação nº 89 referente aos logradouros anteriores, assinado pelo Desenhador Principal da 8ª Repartição Danilo A. Moreira dos Santos.

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DE ANGOLA 05/03/1959 – carta para o Presidente da CML, assinado pelo Engenheiro Fernando Correia Pessoa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/01/1959 – informação nº 1, projetos pendentes, assinado pelo Arquiteto Chefe da 1ª Seção António Matos Veloso.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 28/11/1958 - informação nº 397, regulamento do plano de urbanização, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/11/1958 – informação nº 84 referente a ampliação do bairro indígena provisório, junto ao cemitério novo, assinado pelo Engenheiro Chefe da Brigada de Estudos dos Problemas de Erosão e Esgotos.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/10/1958 – arranjo urbanístico da praça dos Lusíadas.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 09/10/1958 – arranjo urbanístico da praça dos Lusíadas.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 08/10/1958 – informação nº 358, estudo dos planos de massas e respectivos gabarits das ruas D. António Barroso, 5 de outubro e 28 de maio, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 06/10/1958 – bairro policial junto a estrada de Catete 8ª Repartição.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 02/10/1958 – ata de sessão.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 24/10/1958 – informação nº 331, referente a marcação do novo bairro indígena, assinado pelo Topografo da 7ª Repartição António Arriegas da Cruz.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 23/09/1958 – informação nº 344, referente a escola da zona residencial econômica – bairro popular, assinada pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/09/1958 – zona residencial econômica do bairro Berman, alteração do talhamento.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/09/1958 – ata de sessão.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/09/1958 – informação nº 325, estudo dos planos de massas e respectivos gabarits das ruas D. António Barroso, 5 de outubro e 28 de maio, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/08/1958 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Presidente do Conselho de Estética Luís Filipe Frederico Colaço Engenheiro Chefe da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 17/08/1958 – carta para presidente do conselho de estética da cidade de Luanda, assinado pelo Presidente CML Luís Cândio Martins major de engenharia.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 14/08/1958 – informação nº 309, definição de cérceas assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 13/08/1958 – informação nº 295 – ampliação do bairro indígena ferroviário, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 31/07/1958 – parecer do Conselho de Estética, assinado pelo Presidente Luís Filipe Frederico Colaço Engenheiro Chefe da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 31/07/1958 – sessão do Conselho de Estética, assinado pelo Presidente do Conselho de Estética da cidade de Luanda Luís Filipe Frederico Colaço.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 31/07/1958 – informação nº 296 referente a ampliação do bairro indígena junto ao cemitério, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 19/07/1958 – informação nº 279, estudo dos planos de massas e respectivos *gabarits* das ruas D. António Barroso, 5 de outubro e 28 de maio, assinado pelo Arquiteto chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 10/07/1958 – musseque Cayate talhamento e plano de massas segundo o plano urbanístico em estudo 1957.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/07/1958 – ata de sessão.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/06/1958 – ata da sessão, o Presidente CML.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 12/06/1958 – nº 270, referente ao arranjo do largo de Luís Lopes Sequeira, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 06/1958 – carta nº 2499/58 para arquiteto Robert Auzelle, assinado pelo Presidente CML Luís Câncio Martins major de engenharia.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 29/05/1958 – ata da sessão, o Presidente CML.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/05/1958 – informação nº 218, Praça da República, assinado pelo Arquiteto Chefe da 2ª Seção da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 15/05/1958 – informação nº 204 referente a cabine telefónica para o mercado dos lusíadas, assinado pelo Arquiteto Chefe da 2ª Seção da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/05/1958 – carta para Presidente da Câmara do Porto informando o interesse da opinião do Arquiteto Robert Auzelle para a cidade de Luanda, assinado pelo Presidente da CML Luís Câncio Martins Major de Engenharia.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/05/1958 – carta para Robert Auzelle cidade do Porto, informando o atual estado da cidade e a formulação do convite para visitar a cidade de Luanda, assinado pelo Presidente da CML Luís Câncio Martins Major de Engenharia.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/03/1958 – informação nº 146, referente ao requerimento n 1386/58 de Luiza Augusta Teresa Berman, assinado pelo Arquiteto Chefe da 2ª Seção da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CAMARA MUNICIPAL DE LUANDA 25/03/1958 – informação nº 144, bairro Cayatte assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/02/1958 – informação nº 61, expropriação para a Rua Salvador Correia e Praça da Nazaré, assinado pelo Desenhador Principal da 7ª Repartição Rodrigo R. Vargues.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/02/1958 - informação nº 70, plano regulador.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/02/1958 – informação nº 72, zona residencial econômica, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 30/01/1958 – estimativa de custo para as obras de transformação e pavimentação do largo Luís Lopes Sequeira, assinado pelo Condutor Especial da 5ª Repartição e Agente Técnico de Engenharia José Gustavo Correia.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/01/1958 – informação nº 43, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 13/01/1958 – carta para Sociedade de Lubrificantes e Combustíveis, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 10/12/1957 - informação nº 271, referente ao novo plano regulador, assinada pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 03/12/1957 – informação nº 258, referente ao Largo Luís Lopes Sequeira, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 09/11/1957 – alteração no zoneamento no plano de urbanização, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 09/11/1957 – informação nº 217, referente a alterações à zonagem do P.U, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/10/1957 - informação nº 168, referente ao plano de arranjo da Praça da Nazaré, assinada pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/10/1957 – informação nº 168, plano de arranjo da Praça da Nazaré, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/10/1957 – informação nº 169 referente ao talhamento da Vila da Maianga (Samba), assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 04/10/1957 – carta para a Direção dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, assinado pelo Presidente da CML Luís Câncio Martins.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 02/10/1957 – informação nº 139, referente a informação nº 112/8ª sobre os terrenos da Missão Evangélica, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 10/1957 – carta para António Nunes e Silva Campino, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 16/09/1957 – arranjo urbanístico da Praça dos Lusíadas.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/09/1957 – informação nº 112, referente aos terrenos pertencentes à Missão Evangélica, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 19/07/1957 – informação nº 81, referente ao perfil transversal da rua Paiva Couceiro, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 07/09/1957 – informação nº 110, proteção das estradas para o Cacuaco, Catete e Belas, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 08/08/1957 – informação nº 95, estudo de arranjo do Largo Diogo Cão, assinado pelo Arquiteto Chefe da 1ª Seção António Matos Veloso.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 04/08/1957 – informação nº 93, referente ao traçado da rua de Nossa Senhora da Muxima, assinado pelo Arquiteto Chefe da 2ª Seção da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/07/1957 – informação nº 69, perfil transversal da Rua de Paiva Couceiro e informação nº 81 da 8ª Repartição, assinado pelo Secretário da Presidência Francisco Roseira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/07/1957 – informação nº 83, da Oitava Repartição, assinado pelo António Matos Veloso e o Arquiteto Chefe da 1ª Seção, da 8ª Repartição.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 19/07/1957 – informação nº 81, perfil transversal da Rua de Paiva Couceiro, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 13/07/1957 – informação nº 74, talhamento do quarteirão definido pelas ruas de Bartolomeu Dias, Ingombotas e Dr. Pinto de Azevedo, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 06/07/1957 – documento do vice-presidente no exercício de Presidente CML António Ribeiro Júnior para o Engenheiro Diretor dos Serviços de Obras Públicas e Transportes.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/06/1957 – memória descritiva e justificativa ao estudo de arranjo do Largo Diogo Cão e dos terrenos situados a Sudeste, assinado pelos Arquitetos Matos Veloso e Israel Macedo.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/06/1957 – memória descritiva e justificativa do estudo de arranjo do largo Diogo Cão e dos terrenos situados a Sudeste, assinado pelos Arquitetos da 8ª Repartição Matos Veloso e Israel Macedo.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/1957 – carta para o Governador do Distrito de Luanda referente a Ilha de Luanda, referente a localização dos edifícios para a Administração Civil, Tribunal da Relação e Procuradoria da República, assinado pelo Presidente da CML Álvaro Rêgo Cabral.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/04/1957 – carta para *Charles Melvin Blake* Diretor da Missão Evangélica de Luanda, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 15/04/1957 – informação nº 44 referente a alteração do talhamento do quarteirão formado pelas ruas 5 de outubro, da Maianga, D. António Barroso e de João Seca, requerida por Abílio Augusto Freixinho-requerimento nº 2554/57, assinado pelo Arquiteto Chefe da 2ª Seção da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/04/1957 – informação nº 42 referente a carta no 294/57 da Companhia de Açúcar de Angola, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/04/1957 – informação nº 91 referente a implantação dos lotes 1 e 3 do largo do Palácio, assinado pelo Topógrafo Principal da 7ª Repartição Mário Luís dos Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/03/1957 – informação nº 73, assinado pelo Engenheiro Chefe da 7ª Repartição Vasco Manuel de Azevedo Gomes.

ANTÓNIO NUNES E SILVA CAMPINO 20/03/1957 – carta para Presidente da CML.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 09/03/1957 – informação nº 66 referente a planta da cidade, assinado pelo Topógrafo Principal da 7ª Repartição Mário Luís dos Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 08/03/1957 – parte da ata nº 9 da Sessão Ordinária do dia 27/02/1957, assinado o Secretário da Presidência Francisco Roseira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 13/02/1957 – plano de arranjo e urbanização da cidade de Luanda, Praça do Palácio e zonas vizinhas, da 8ª Repartição.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 13/02/1957 – informação nº 19, plano de arranjo urbanístico da praça do palácio e das zonas vizinhas, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 05/02/1957 – carta para secretaria distrital de administração civil, assinado o Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 02/02/1957 – plano de arranjo e urbanização da cidade de Luanda – centro cívico e zonas vizinhas.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 02/02/1957 – plano de arranjo e urbanização da cidade de Luanda, centro cívico e zonas vizinhas, da 8ª Repartição da CML.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 02/02/1957 - referente ao plano de arranjo e urbanização da cidade de Luanda, plano de arranjo da Praça da Nazaré da 8ª Repartição.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 04/03/1957 – estudo 1/2/57 do edificio da central telegráfica do Bungo, construções técnicas a seguir, assinado pelo Engenheiro Contratado Luís Maria dos Santos Vicente.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/01/1957 – arranjo urbanístico da zona limitada pelo largo de D. Afonso Henriques, rua de Sousa Coutinho, largo do Almirante Batista de Andrade e rua de Capelo Ivens.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/12/1956 – carta para apreciação do Governador Geral de Angola das deliberações tomadas pela CML no dia 19/12/1956, assinado pelo Presidente CML Álvaro Rêgo Cabral.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 17/12/1956 – informação nº 389, arranjo do Largo da Maianga, assinado pelo chefe da Secretaria, interino, Flávio Cruz Marques da Silva.

CAMARA MUNICIPAL DE LUANDA 17/12/1956 – informação nº 398, arranjo do Largo da Maianga, assinado pelo arquiteto Chefe da 8ª Repartição Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 20/11/1956 – carta para o Chefe do Estado Maior, assinado pelo Presidente da CML Álvaro Rêgo Cabral.

COMANDO MILITAR DE ANGOLA 20/11/1956 – carta para o Presidente da CML, assinado pelo Chefe do Estado Maior Tenente Coronel do C.E.M José Nogueira Valente Pires.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/10/1956 – informação S/nº sobre a CML antes da criação do GUC e a CML depois da criação do GUC.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/10/1956 - informação S/nº, referente a CML antes da criação do GUC e a CML depois da criação do GUC.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 19/09/1956 – informação nº 313, referente ao Ofício do Quartel General com o nº de entrada 3144/56, assinado pelo Topógrafo da 4ª Repartição Alberto Pereira da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 12/09/1956 – carta para o Governador Geral de Angola, alteração do foral de Luanda, assinado pelo Presidente da CML Álvaro Rêgo Cabral.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/09/1956 – argumento para alteração do foral de Luanda, assinado pelo Presidente CML Álvaro Rêgo Cabral.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/09/1956 - proposta S/nº referente a solicitação de autonomia para realização do plano regulador de Luanda, assinada pelo Presidente da CML Álvaro Rego Cabral.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/09/1956 - carta dirigida ao Governador Geral de Angola, assinada pelo Presidente da CML Álvaro Rego Cabral.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/05/1956 – proposta S/nº ao Governador Geral de Angola para solicitação do estatuto das cidades de Lisboa e Porto para a cidade de Luanda, assinado pelo presidente da CML Álvaro Rêgo Cabral.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/05/1956 - proposta S/nº, referente a solicitação ao Ministro do Ultramar da necessidade de serem aplicadas a CML as disposições especiais inscritas no código administrativo em vigor na Metrópole, nas Câmaras de Lisboa e Porto, assinada pelo Presidente da CML Álvaro Rego Cabral.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 16/04/1956 – coletor do Rio Seco, assinado pelo Adjunto do Chefe da 3ª Repartição José Gustavo Correia Agente Técnico de Engenharia.

ABILIO AUGUSTO FREIXINHO 26/03/1956 – carta para o Presidente da CML.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 29/08/1955 – parecer.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/08/1955 – parecer.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 01/06/1955 – parecer referente a carta 1372/55 da Missão Evangélica de Luanda, assinado pelo Chefe da 4ª Repartição José Vicente de Almeida Neves.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 14/03/1955 – carta para Arquiteto Delegado do Gabinete de Urbanização do Ultramar, assinado pelo Presidente da CML Francisco Sande Lemos.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 09/02/1955 – informação nº 51 referente a Praça dos Lusíadas requerimento no 2637/54 de António Gomes Moreira, assinado pelo Arquiteto da 4ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 28/01/1953 – informação nº 50, assinado pelo Arquiteto Vasco Vieira da Costa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 25/04/1951 – informação nº 63, referente a hasta pública do centro comercial do bairro popular nº 2, assinado pelo Engenheiro Chefe da 3ª Repartição José de Almeida Santos Junior.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/01/1950 – informação nº 15 referente ao traçado de arruamentos do parque de estacionamento ao largo interior do quarteirão formado pelas ruas

de Alvares Maciel, Direita de Luanda e André Vidal Negreiros e avenida Paulo Dias de Novais, assinado pelo Arquiteto Chefe da 2ª Seção da 8ª Repartição.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 06/1958 – carta do Presidente da CML para Robert Auzelle onde agradece o fato de ter aceite o convite e propunha a ida deste à Luanda para apontar os erros na questão do urbanismo da cidade, assinada pelo Presidente da CML Luís Câncio Martins.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1988 – mapa da cidade de Luanda mandado elaborar pela SONEF.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1975 – mapa da cidade de Luanda.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1971 – planta de localização do largo do Infante D. Henrique (Baleizão) solução urbanística apresentada pela GEFEL Arquiteto João Caetano.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1970 – implantação do edifício do Montepio ferroviário de Angola na rua dos Coqueiros.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1958 – mapa com áreas urbanizadas da cidade de Luanda antes e depois de 1954.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1958 – plano de urbanização com o estado das áreas em estudo e aprovadas quanto ao talhamento e o gabarit.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1957 – plano regulador com proposta para alteração no ano de 1961.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1957 – plano regulador em revisão com a proposta do plano de 1961.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1957 – plano regulador em revisão.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1957 – plano regulador.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1956 - informação nº 30, referente a urbanização da cidade de Luanda.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1956 – plano com indicação da zona industrial de armazéns, zona industrial condicionada ao artesanato, zona industrial, zona industrial condicionada, arruamentos e pavimentos que dão acesso as várias zonas industriais, acessos transitáveis em terra às varias zonas industriais e indicação de coletores em funcionamento, em construção e os pertencentes ao SMAE.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1947 – plano urbanístico de Luanda (incompleto).

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1944 – planta de Luanda com o plano de urbanização de Luanda.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – informação nº 130, Rua de Fernão de Magalhães, estudo do plano de massas e respectivas cérceas, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – 8ª Repartição, Musseque Prenda (sem assinatura nem data).

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) - despachos e pareceres que recaíram no requerimento nº 2734/71 de José Mário Cardoso Monteiro para um terreno na Rua Salvador Correia.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – mapa da cidade de Luanda com limite do foral de 1947 e 1956, indicação de zona portuária, faixas marítimas, zonas turísticas e zona industrial em estudo.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – memória descritiva do Centro Comercial do Bairro Popular nº 2 a Sul da Estrada de Catete, assinado pelo Arquiteto Chefe da 2ª Seção da 8ª Repartição João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – memória descritiva e justificativa, arranjo urbanístico do quarteirão formado pelas ruas António Brandão de Melo, Missão de S. Paulo, Ambaca e Travessa da Missão de S. Paulo, assinado pelo Arquiteto Fernando Alfredo Pereira, concordando o arquiteto Chefe do Gabinete de Urbanização Fernão Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – memória descritiva e justificativa de instalações sanitárias para homens no Mercado Municipal, assinado o Arquiteto da 8ª Repartição João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – memória descritiva e justificativa do Canil Gatil. Habitação para europeus. Projeto, assinado pelo Arquiteto da 2ª Seção da 8ª Repartição João Paulo Graça.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – projeto do decreto lei para o Ministério do Ultramar.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – proposta do alargamento do foral de Luanda, assinado pelo Presidente da CML Álvaro Rego Cabral.

SOCIEDADE DOS TRANSPORTES COLECTIVOS DE LUANDA SARL 27/03/1974 – carta no 221/259/74-ADM para Chefe da 12ª Repartição da CML.

J. MARQUES E COMPANHIA LDT 26/08/1972 – carta ao Presidente da CML.

DIREÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES 08/04/1969 - relação de monumentos nacionais e imóveis de interesse público da cidade de Luanda, assinado pelo S.C.P.T Valdemar d'Orey.

MONTEPIO FERROVIÁRIO DE ANGOLA 13/10/1968 – carta ao Presidente da CML, assinado pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração em exercício Luís António Teixeira Coutinho.

PLANO DE RADIODIFUSÃO DE ANGOLA 31/09/1965 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Presidente Engenheiro Diretor de 1ª Classe dos CTTU J. Ferraz de Carvalho.

PLANO DE RADIODIFUSÃO DE ANGOLA 09/12/1965 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Presidente da Comissão do Plano de Radiodifusão de Angola, Engenheiro Diretor de 1ª Classe J. Ferraz de Carvalho.

PLANO DE RADIODIFUSÃO DE ANGOLA 09/12/1965 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Presidente Engenheiro Diretor de 1ª Classe dos CTTU J. Ferraz de Carvalho.

PLANO DE RADIODIFUSÃO DE ANGOLA 20/08/1965 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Presidente Engenheiro Diretor de 1ª Classe dos CTTU J. Ferraz de Carvalho.

DIREÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES-REPARTICAO DE EDIFICIOS E MONUMENTOS 27/06/1964 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Engenheiro Diretor dos Serviços Waldemar d'Orey.

ESTRUTURAS METALICAS LTD 14/02/1963 – carta para Presidente CML informando exemplo de parques de estacionamento que se fazia na Alemanha.

MARIA DA PIEDADE SERAFIM FERREIRA RITA 26/12/1962 – carta dirigida ao presidente da CML.

REPARTIÇÃO DE ESTRADAS E VIAÇÃO 22/03/1962 – assinado pelo Engenheiro Chefe da Repartição António E. V. de Abreu Freire.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 08/07/1961, assinado pelo Chefe de Gabinete.

ARQUITETO URBANISTA FARIA DA COSTA 27/09/1960 – carta para o Arquiteto Chefe da 8ª Repartição da CML.

SOCIEDADE DE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS 13/01/1958 – carta para Presidente da CML referente ao largo de Luís Lopes Sequeira.

SERVIÇOS DE PORTOS, CAMINHOS DE FERRO E TRANSPORTES 27/08/1957 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Engenheiro Diretor dos Serviços Vasco Ventura Outeiro.

PETROFINA 28/05/1957 – carta no 1875/A-PR.309 para Presidente da CML indicando os poços já abertos ou projetados para armazenamento de lixo, assinado por C. Alves Pereira e *Georges Brognon*.

SECRETARIA DISTRITAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL 23/04/1957 – documento assinado pelo Chefe da Secretaria Distrital Joffre Fernandes dos Santos, Chefe de Posto.

SECRETARIA DISTRITAL E ADMINISTRAÇÃO CIVIL 10/04/1957 – informação s/nº, assinado pelo Chefe de Posto Oscar Rodrigues dos Santos.

MISSÃO EVANGELICA DE LUANDA 19/03/1957 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Diretor da Missão Evangélica de Luanda *Linwood Earl Blackburn*.

SECRETARIA DISTRITAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL 07/03/1957 – deliberação do governador geral de Angola, assinado pelo Chefe da Secretaria Distrital Fernando Simões de Almeida.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 13/02/1957 – portaria nº 9689 classifica a rua dos Mercadores como monumento de interesse público, assinado pelo Governador Geral de Angola Horácio José de Sá Viana Rebelo.

MISSÃO EVANGELICA DE LUANDA 30/01/1957 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Diretor da Missão Evangélica de Luanda *Linwood Earl Blackburn*.

SECRETARIA DISTRITAL DE ADMINISTRACAO CIVIL 18/01/1957 – carta para CML, assinado o Chefe da Secretaria Distrital por acumulação José Estevam Clington Martins ADM. 1ª Classe do Concelho de Luanda.

DIVISÃO DOS SERVIÇOS DE PORTOS, CAMINHOS DE FERRO E TRANSPORTES 30/07/1957 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Engenheiro Diretor Interino dos Serviços Vasco Ventura Outeiro.

DIVISÃO DOS SERVIÇOS DE PORTOS, CAMINHOS DE FERRO E TRANSPORTES 27/08/1957 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Engenheiro Diretor dos Serviços Vasco Ventura Outeiro.

AGÊNCIA DE ANGOLA DIREÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES 25/07/1957 – carta da Repartição de Edifícios para o Presidente da CML, assinado pelo Engenheiro Diretor dos Serviços Joaquim Ferreira da Silva.

ANTÓNIO NUNES E SILVA CAMPINO 20/03/1957 – carta para Presidente CML referente a um terreno situado na esquina da calcada do Pelourinho e calcada do Pelourinho tendo como anexo o croquis de localização.

ANTÓNIO GOMES MOREIRA 23/10/1954, carta para Presidente da CML.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 01/08/1951 – portaria nº 7536 classifica o edifício da antiga Alfandega de Luanda como monumento de interesse público, assinado pelo Governador Geral de Angola José Agapito da Silva Carvalho.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 01/08/1951 – portaria nº 7534 classifica a casa de sobrado do século XVIII situada na esquina das ruas Avelino Dias e de Cerveira Pereira de Luanda como monumento de interesse público, assinado pelo Governador Geral de Angola José Agapito da Silva Carvalho.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 11/07/1949 – portaria nº 6766 classificada como monumento de interesse público a Igreja da Misericórdia, o edifício do antigo Hospital e o anexo onde funciona o Tribunal Militar.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 25/05/1949 – portaria nº 6718 classifica como monumento de interesse público a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios sob proposta do Museu de Angola nos termos do artigo 3º do Diploma Legislativo no 2050 de 16/06/1948, assinado pelo Governador Geral de Angola José Augusto da Silva Carvalho.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 25/05/1949 – portaria nº 6717 classifica a Igreja de Nossa Senhora do Cabo como monumento de interesse público, assinado pelo Governador Geral de Angola José Agapito da Silva Carvalho.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 25/05/1949 – portaria nº 6715 classifica a Igreja dos Jesuítas como monumento de interesse público, assinado pelo Governador Geral de Angola José Agapito da Silva Carvalho.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 18/07/1945 – portaria nº 2517 classifica a Igreja do Carmo como monumento de interesse público, assinado pelo Governador Geral de Angola Vasco Lopes Alves.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 02/12/1938 – portaria nº 2837, assinado pelo Governador Geral de Angola António Lopes Mateus.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 09/09/1932 – portaria nº 1057 classifica a Fortaleza de São Pedro da Barra de Luanda como monumento de interesse público, assinado pelo Governador Geral de Angola Eduardo Ferreira Viana.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 06/1961 – carta 4367/40-A/1ª para Presidente da CML referente a localização do novo aeroporto de Luanda.

DIVISÃO DOS SERVIÇOS DE PORTOS, CAMINHOS DE FERRO E TRANSPORTES 11/1957 – carta para Presidente da CML, assinado pelo Engenheiro Diretor dos Serviços Vasco Ventura Outeiro.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 08/1951 – portaria nº 7534 classifica a casa de sobrado do século XVIII situada na esquina das ruas Avelino Dias e de Cerveira Pereira de Luanda como

monumento de interesse público, assinado pelo Governador Geral de Angola José Agapito da Silva Carvalho.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 1990 - Esquema diretor de setembro de 1973.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA 1973 - Plano regulador, memória justificativa, Luanda-Cacuaco-Viana.

DIREÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES 1963 – carta ao Presidente da CML solicitando a localização dos Serviços de Instrução e Geologia e Minas em terrenos do Estado, assinado pelo Diretor dos Serviços Engenheiro Waldemar d'Orey.

Arquivo da Biblioteca Municipal de Luanda

Jornais

- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1972** – (jan., mar. e abr.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1971** – (jan., fev., mar., abr., set., out., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1970** – (jan., fev., mar. e abr.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1969** – (jan., fev., mar., abr., set., out., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1968** – (mar., abr., jul., ago., set., out., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1967** – (fev., abr., mai., jun., jul., ago., set., out., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1966** – (jan., fev., mar., abr., mai., jun., jul., ago., set., out., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1965** – (jul., ago., set., out., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1964** – (jan., fev., mar., abr., mai., jun., jul., ago., set., out., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1963** – (jul.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1962** – (jan., fev., mar.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1961** – (jan., fev., mar., abr.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1960** – (jan., abr., ago., out., nov.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1959** – (mai., jun., jul., ago., set., out., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1958** – (jan., fev., mar., abr., mai., jun., jul., ago., set., out., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1957** – (jan., fev., mar., abr., jun., jul., ago., set., out., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1956** – (jan., fev., jul., ago., set., out.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1955** – (jan., fev., mar., abr., mai., jun., jul.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1954** – (abr., mai., jun., jul., ago., set., out., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1953** – (jan., mar., abr., mai. e jun.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1952** – (fev., mar., abr., jun., ago.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1951** – (jan., fev., mar., abr., mai., set., out., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1950** – (jan., mar., abr., mai. jun., jul., ago. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1949** – (jun.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1948** – (abr., jun., jul. e set.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1947** – (jan., fev., mar., abr., mai., jun., ago., set., nov. e dez.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1946** – (jan., fev., mar., mai. e jun.).
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1944** – (jan., fev., mar., abr., mai., jul. e ago.).

A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1943 – (jan., fev., abr., mai., jun., jul., ago., nov. e dez.).

A PROVÍNCIA DE ANGOLA 1942 – (jan., fev., mar., jul., set., out. e dez.).

A PROVÍNCIA DE ANGOLA, 1941 – (fev., abr., mai., jun., jul., ago., set., out., nov. e dez.).

A PROVÍNCIA DE ANGOLA, 1940 – (fev., abr., mai., jun., jul., ago., set., out., nov. e dez.).

O COMÉRCIO 1971 – (jan., fev., jul., ago., set. e out.).

O COMÉRCIO 1970 – (mar. e jun.).

Projetos

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 08/08/1974 – auto de vistoria do projeto de Alfredo J. D. Mendes e Victor Amaral B. C. Silva para Predial Confiança.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 25/04/1973 – parecer nº 492/312/ST/1973, referente ao projeto de construção de duas moradias unifamiliares de Carlos Francisco Plácido Dias no terreno na rua projetada na Unidade de Vizinhança nº 3.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 22/01/1973 – referente ao projeto da Fabrica de Alimentos Ltda., assinado pelo Topógrafo da 7ª Repartição.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 04/1971 – carta para Fabrica de Alimentos Ltda., assinado pelo Chefe da 7ª Repartição Luís Guerra de Almeida.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 21/02/1971 – referente ao requerimento da Fabrica de Alimentos, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição Hugo de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 01/06/1969 – parecer nº 438/305/07/1964, referente ao prédio de rendimento que a empresa Construções Unidas Ltda., na esquina das ruas António Barroso e Padre António Vieira bairro de Alvalade, assinado pelo Comandante Alexandre Basto.

CAMARA MUNICIPAL DE LUANDA 26/10/1968 – fiscalização de obras particulares processo n 8208, assinado pelo Engenheiro Civil n 324 da 6ª Repartição José Cândido Sirgado Azevedo Mendes.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 23/05/1968 – informação nº 243, referente ao projeto das moradias de Manuel Tavares Pedro a edificar, assinado pelo Engenheiro Chefe da 6ª Repartição.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 14/05/1968 – parecer do Corpo de Salvação Pública, assinado pelo Comandante Alexandre Basto.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 23/04/1968 - informação nº 201, referente ao processo de Manuel Tavares Pedro, assinado pelo Arquiteto da 8ª Repartição António Domingues da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 28/05/1967 – informação nº 183? assinado pelo Engenheiro Chefe da 6ª Repartição Gustavo Adolfo Correia.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 20/12/1966 – informação n 1º 744/539, referente ao projeto da construção do prédio de residência que Manuel de Oliveira Júnior e Antero dos Santos Pereira pretendem mandar construir, assinado pelo Comandante Alexandre Basto.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 07/10/1966 – croquis de localização do terreno de Manuel Nunes de Oliveira Júnior e Antero dos Santos Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/01/1966 – informação nº 41 referentes a CONOL, assinado pelo Arquiteto de 1ª Classe António Domingues da Silva.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 19/10/1961 – carta para Maria de Oliveira, assinado pelo Engenheiro Chefe da 6ª Repartição Gustavo Adolfo Correia Rebolho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 19/08/1961 – carta para Maria de Oliveira, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 01/08/1961 - parecer sobre o requerimento de Maria de Oliveira, assinado pelo Arquiteto Urbanista Fernão Lopes Simões de Carvalho e Arquiteto António Nunes e Silva Campino do Gabinete de Urbanização.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 19/11/1960 – implantação do Largo de Salazar na Ilha de Luanda pela 8ª Repartição.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/11/1960 – implantação do bairro Popular nº 1 (completagem) 8ª Repartição.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 27/07/1957 – bairro Indígena situado entre a rua do Brasil e a estrada de Catete com proposta para centro administrativo, zona comercial, mercado, cinema e zonas verdes.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA – 12/03/1957 alteração ao traçado dos arruamentos da unidade residencial situada entre a estrada de Catete e a escola Industrial.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 30/01/1948 – informação nº 25 referentes ao projeto de alteração para uma habitação que Tomás Freitas pretende construir no seu terreno na Estrada de Catete, assinado pelo Comandante (assinatura ilegível).

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 04/1973 – para Fábrica de Alimentos, assinado pelo Arquiteto Chefe da 8ª Repartição José Deodoro Faria Troufa Real.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 02/1968 – ato de vistoria referente aos edifícios do Cofre de Previdência dos funcionários públicos da Província de Angola.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1966 – informação nº 30, assinado pelo Arquiteto do Gabinete de Urbanização António Nunes e Silva Campino.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 29/02/1961 – informação nº 124

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1973 – carta da CML para C.I.T.A referente ao projeto de alterações de Luís e Felix Ltda., assinado pelo Engenheiro Chefe da 4ª Repartição José António Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1955 – ampliação do bairro Indígena provisório com indicação de serviços comuns, espaços livres, centros comerciais, zonas residenciais e zonas existentes.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (data ilegível) – estudo referente a avenida Sá da Bandeira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (data ilegível) – Gabarit do Largo de Diogo Cão.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – planta do bairro Indígena, 4ª Repartição.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – planta geral de urbanização de Luanda, estudo de revisão e esboço.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) - carta para CONOL, assinado pelo Vice-Presidente da CML António Ramos de Almeida.

ABEL BARREIRA MELO e FERNANDO JOÃO MORAIS 17/04/1974 – carta para Presidente da CML.

PREDIAL CONFIANÇA 03/09/1973 – carta para Presidente da CML referente ao edifício de António Delgado Guilherme.

CARLOS FRANCISCO PLÁCIDO DIAS 27/04/1973 – carta presidente da CML com memória descritiva 07/03/1973, implantação, plantas, alçados, seções e pormenores.

LUÍS E FELIX LTD 26/02/1973 – memória descritiva, implantação, alçado, planta e seção do bar com pista de dança.

DELEGACIA DE SAÚDE DE LUANDA 17/01/1973 – parecer sobre o projeto da Fábrica de Alimentos Ltda.

FÁBRICA DE ALIMENTOS LTD 28/12/1972 – carta para Presidente da CML a solicitar licença de construção para fábrica de salsichas e charcutaria localizada junto a Avicuca e Canil da CML em Luanda.

JOÃO PAULO GRAÇA 21/12/1972 - memória descritiva da construção para fabrica de salsichas e charcutaria localizada junto a Avicuca e Canil CML em Luanda e projeto composto por implantação, plantas, alçados, seções, declaração de responsabilidade sobre o mesmo.

RAÚL BORGES FONTOURA (Eng. residente em Lisboa) 12/09/1972 – carta para Presidente da CML sobre projeto na rua Gomes de Sousa. Referente a casa que João Dias Costa pretende construir no 1º andar onde Tomás Freitas construiu a sua casa na rua que liga a rua de António Enes a rua da Missão de São Paulo.

JOÃO PAULO GRAÇA 05/09/1972 – memória descritiva e projeto de Raúl Borges Fontoura, plantas, alçado, seção e pormenores.

MEMÓRIA DESCRITIVA 02/06/1972 - referente e projeto para obra de Abel Barreira Melo e Fernando João Morais, implantação, alçado, seções e plantas.

JOÃO BATISTA DOS SANTOS SOARES 11/08/1971 – carta para Presidente da CML para construção de uma moradia de dois pisos, memória descritiva, isometria, implantação, plantas, alçados e seções.

QUITÉRIA DA CONCEIÇÃO AGOSTINHO 22/04/1971 – carta presidente da CML solicitando a licença de construção duma residência no bairro Cazenga, implantação, plantas, alçados e seções.

FERNANDES PEREIRA 20/04/1971 - memória descritiva para a residência de Quitéria da Conceição Agostinho no bairro do Cazenga.

CONSTRUÇÕES UNIDAS LIMITADA 26/09/1968 – carta Presidente da CML referente a construção dum edifício de 6 pisos na esquina das ruas António Barroso e Padre António Vieira bairro de Alvalade, assinado por um membro da gerencia.

DIREÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA – DELEGACIA DE SAÚDE DE LUANDA 23/05/1968 – parecer referente ao projeto das moradias de Manuel Tavares Pedro a edificar, assinado pelo Delegado de Saúde.

MANUEL TAVARES PEDRO 21/03/1968 – carta para presidente da CML, referente a construção de 8 moradias unifamiliares na Unidade de Vizinhança nº 3 no Musseque Prenda.

COFRE DE PROVIDENCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA PROVÍNCIA DE ANGOLA 23/01/1968 – carta para Presidente da CML, assinado por Adelino Amaral Lopes.

ANTÓNIO MARTINS NOGUEIRA – CONOL 05/07/1967 – termo de responsabilidade para construção do edifício de Tomás de Freitas, assinado por António Martins Nogueira sócio gerente da CONOL.

JOÃO PAULO DE JESUS BRANDÃO DA GRAÇA 26/01/1967 – carta para o Presidente da CML referente ao projeto de construção do prédio de residência que Manuel Nunes de Oliveira Júnior e Antero dos Santos Pereira pretendem mandar construir, assinado pelo Comandante Alexandre Basto e projeto (plantas, alçados, seção e implantação).

DIREÇÃO DO SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS 16/01/1967 – referente a fiscalização da obra do edifício de Tomás de Freitas, assinado pelo Chefe de Repartição dos Serviços de Hidráulica de Luanda Engenheiro Manuel de Sousa Palmeira (restante do sobrenome ilegível).

DIREÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA – DELEGACIA DE SAÚDE DE LUANDA 25/10/1966 – parecer referente ao projeto do edifício que Manuel Nunes de Oliveira Júnior e Antero dos Santos Pereira pretendiam construir na esquina da rua Paiva Couceiro e rua projetada, assinado pelo Delegado de Saúde.

JOÃO PAULO GRAÇA 23/09/1966 – memória descritiva relativa ao edifício que Manuel Nunes de Oliveira Júnior e Antero dos Santos Pereira pretendiam construir na esquina da rua Paiva Couceiro e rua projetada.

MANUEL NUNES DE OLIVEIRA JÚNIOR 23/09/1966 – carta para Presidente da CML.

COFRE DE PROVIDENCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA PROVÍNCIA DE ANGOLA 12/03/1966 – projeto para Presidente da CML referente a construção de 3 edifícios iguais sendo designados por blocos B, C e D, assinado por Armando de Almeida e Costa acompanhado por demais documentos como implantação e memória descritiva e implantação, plantas, seções, alçados, (documento com pouca legibilidade).

IZEDA PREDIAL 09/02/1966 – implantação, plantas, alçados, cortes, termo de responsabilidade, do terreno de António José da Silva na avenida do Brasil.

CONOL 28/12/1965 – carta para Presidente da CML.

CONOL 25/09/1965 – memória descritiva do prédio da rua Fernão de Magalhães em Luanda.

JOÃO DIAS COSTA 09/08/1965 – carta para Presidente da CML a solicitar autorização para construção de armazéns nas traseiras do prédio na Rua da Missão de São Paulo, memória descritiva e projeto (implantação, plantas, alçados e seção).

CONSTRUÇÕES CIVIS LDT 06/02/1965 – carta para Presidente da CML referente ao edifício que pretendiam construir na avenida do Brasil.

CONSTRUÇÕES CIVIS LDT 06/02/1965 – mapa de partilhas referente ao edifício que pretendiam construir na avenida do Brasil.

CONSTRUÇÕES CIVIS LDT 06/02/1965 – memória descritiva referente ao edifício que pretendiam construir na avenida do Brasil.

CONSTRUÇÕES CIVIS LDT 06/02/1965 – projeto referente ao edifício que pretendiam construir na avenida do Brasil, implantação, plantas, alçado.

RAIMUNDO GUEDES ALARCÃO 02/02/1962 – memória descritiva do edifício que Maria Oliveira pretende construir na Calçada do Pelourinho em Luanda.

MARIA DE OLIVEIRA 29/08/1961 – carta presidente da CML acompanhado do anteprojeto com plantas, alçados, seções e memória descritiva.

JOÃO DOS SANTOS (MESTRE DE OBRAS) 10/08/1961 – termo de responsabilidade

JOÃO DOS SANTOS (MESTRE DE OBRAS) 10/07/1961 - memória descritiva e projeto (implantação, plantas, alçados e seção) referente a casa que João Dias Costa pretende construir no 1º andar onde Tomás Freitas construiu a sua casa na rua que liga a rua de António Enes a rua da Missão de São Paulo.

MARIA DE OLIVEIRA 01/07/1961 – carta ao Presidente da CML.

COLÉGIO CRISTO REI 30/05/1960 – implantação do Colégio de Cristo Rei.

COLÉGIO CRISTO REI 19/05/1960 – carta para Presidente da CML, assinado por Ignácio Gregory dos Irmãos Maristas.

JOÃO DIAS COSTA 09/07/1955 – carta para Presidente da CML.

DIREÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA – DELEGACIA DE SAÚDE DE LUANDA 29/05/1958, assinado pelo Delegado de Saúde Campos Osório dos Santos Carvalheira.

FERNANDO MANUEL BERNARD GUEDES DE QUADROS ABRAGÃO (morador em Novo Redondo) 27/03/1962 – carta para Presidente da CML referente ao projeto para construção do prédio de Maria de Oliveira na calçada do Pelourinho em Luanda.

FRANCISCO XAVIER J. G. OLIVEIRA E JOSÉ PEDRO SILVA (sem data) – projeto de moradia com implantação, plantas, alçados e seções.

SERVIÇOS DE SAÚDE E HIGIENE, BRIGADA DOS BAIRROS DE LUANDA 1948 – referente a alteração do edifício de Tomás de Freitas.

CONOL (sem data) – edifício Fernão de Magalhães plantas, alçado e seção.

CONOL (sem data) – implantação do edifício Fernão de Magalhães na rua Fernão de Magalhães.

CONSTRUÇÕES UNIDAS LIMITADA (sem data) – memória descritiva prédio de rendimento – Edifício Alvalade - que a empresa Construções Unidas Ltda., na esquina das ruas António Barroso e Padre António Vieira bairro de Alvalade.

Arquivo Nacional Angolano

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 24/10/1960 – carta a Camilo Pereira Tristão requerimento 4687/60, comunicando a aprovação do projeto pela CML e assinada pelo Chefe da 8ª Repartição Adalberto Gonçalves Dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 18/01/1960 – estudo de gabarit para construção de Camilo Pereira Tristão na rua Pereira Forjaz, 8ª Repartição, 2ª Seção.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/01/1960 - carta para o arquiteto Luiz Garcia de Castilho, assinou o engenheiro chefe da 6ª repartição Gustavo Adolfo Correia Rebolho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/01/1960 – carta para arquiteto Luiz Garcia de Castilho referente ao requerimento nº 8930/959, assinado pelo Engenheiro Chefe da 6ª Repartição Gustavo Adolfo Correia Rebolho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 20/03/1959 – carta para o arquiteto Luiz Garcia de Castilho referente ao requerimento nº 7047/958, assinado pelo Engenheiro Chefe da 6ª Repartição Gustavo Adolfo Correia Rebolho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 20/03/1959 – carta para o arquiteto Luiz Garcia de Castilho, assinado pelo Engenheiro Chefe da 6ª Repartição Gustavo Adolfo Correia Rebolho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 11/09/1958 – carta referente ao requerimento nº 4974/958, assinado pelo Engenheiro Chefe da 6ª Repartição Frederico Rodrigues dos Santos.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1955 – plano da cidade de Luanda.

ARQ. E ENG. GARCIA DE CASTILHO 01/05/1947 – memória descritiva do edifício da firma União Comercial de Automóveis a construir na rua de Sousa Coutinho.

ARQ. E ENG. GARCIA DE CASTILHO 07/11/1947 – carta para honorários a cobrar a direção da União Comercial de Automóveis Ltda. pela construção do edifício na rua Sousa Coutinho.

ARQUITECTOS FERNANDO PEREIRA DA COSTA E JOSÉ A. PINTO DA CUNHA 20/03/1966 – projeto para o edifício de João Marques Pinto, alçados, plantas, seções, redes técnicas, implantação e memória descritiva entre os edifícios Sousa Leal e Ecomar na avenida Paulo Dias de Novais.

ARQUITETO E ENGENHEIRO GARCIA DE CASTILHO 06/06/1947 – memória descritiva e justificativa do edifício que a firma Martins e Macedo pretende construir no seu terreno na Avenida Restauradores de Angola.

CAMILO PEREIRA TRISTÃO 10/09/1956 – carta presidente de CML processo a solicitar licença de construção.

CAMILO PEREIRA TRISTÃO 23/11/1956 – carta presidente de CML informando que entregou o processo a solicitar licença de construção, mas que não obteve resposta ao processo nº 4315.

CASTILHOS LDT 14/07/1956 – memória descritiva e justificativa da alteração do projeto de Francisco Maria Pereira na avenida Marginal junto ao edifício da Junta de Exportação de Café.

CASTILHOS LDT 20/05/1958 – projeto para presidente da CML, seções, alçados, plantas, memória descritiva, isometria e implantação do edifício de Camilo Pereira Tristão no gaveto formado pelas ruas Luís de Camões e Praça dos Lusíadas.

CASTILHOS LTD 01/05/1962 - alteração do projeto, plantas, alçados, memória descritiva do edifício de António da Fonseca na rua Paiva Couceiro, e assinado por Luíz Garcia de Castilho, o arquiteto.

CASTILHOS LTD 01/05/1962 – memória descritiva e justificativa as alterações do projeto de António da Fonseca, assinou o arquiteto Luiz Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD 01/05/1962 – memória descritiva e justificativa da alteração do projeto de António da Fonseca na rua Paiva Couceiro, plantas, alçados e seção.

CASTILHOS LTD 02/05/1960 – carta para António Fonseca sobre honorários do edifício a construir na rua Paiva Couceiro, assinou o arquiteto Luiz Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD 02/05/1960 – carta para António Fonseca.

CASTILHOS LTD 02/05/1960 – carta para Salvador Magalhães Mota, assinou o arquiteto Luiz Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD 02/05/1963 – memória descritiva e justificativa do edifício que a Sociedade Colonial de Construções Ltda. pretende construir na esquina formada entre as ruas Paiva Couceiro e Gil Vicente, assinou o arquiteto Gil Vicente.

CASTILHOS LTD 03/03/1959 – carta a Rui Varela Soares a quem se propuseram vender uma das moradias no gaveto das ruas Engenheiro Armindo de Andrade e de Ambuíla.

CASTILHOS LTD 03/03/1960 – alterações ao projeto de Serafim Lopes de Andrade a construir na esquina formado pelas ruas Luís de Camões e Sociedade de Geografia.

CASTILHOS LTD 03/03/1960 – Joaquim Braz Ribeiro Belga, esplanada cinematográfica, memória descritiva e justificativa, alterações.

CASTILHOS LTD 03/03/1960 – memória descritiva e justificativa das alterações ao projeto do edifício dos gavetos formados pela rua Luís de Camões e Sociedade de Geografia de Serafim Lopes de Andrade, plantas, alçados e seções.

CASTILHOS LTD 03/03/1960 – memória descritiva, alteração ao projeto da esplanada cinematográfica Miramar de Joaquim Braz Ribeiro Belga.

CASTILHOS LTD 04/02/1959 – carta ao engenheiro chefe da 6ª repartição da CML.

CASTILHOS LTD 04/03/1959 e 23/03/1959 – carta ao presidente da CML, memória descritiva da alteração ao projeto das 4 moradias no gaveto das ruas Engenheiro Armindo de Andrade e de Ambuíla, plantas e alçados.

CASTILHOS LTD 04/06/1968 – alteração da memória descritiva e justificativa do edifício a construir à entrada da sala do cinema Avis.

CASTILHOS LTD 05/01/1959 – carta para presidente da CML referente ao projeto do edifício que Salvador Magalhães Mota pretende construir em Luanda, assinado pelo arquiteto Luiz Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD 05/08/1959 – Joaquim Braz Ribeiro Belga, esplanada cinematográfica, alterações.

CASTILHOS LTD 06/06/1947 - projeto de ampliação (2º andar do edifício Martins e Macedo na avenida dos Restauradores de Angola), plantas, seções, alçados, isometria e memória descritiva, assinado por João e Luiz Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD 09/1945 e 11/1945 – projeto estrutural, alçados, plantas e isometria

CASTILHOS LTD 11/04/1956 – carta a Francisco Maria Pereira Ltda., assinado por Luiz Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD 11/04/1956 e 21/04/1956 – carta para Francisco Maria Pereira, remodelação para edifício da avenida Marginal.

CASTILHOS LTD 12/05/1970 - memória descritiva e justificativa, plantas e seções do projeto da cervejaria-esplanada anexa ao Kilumba Cine de Viana, assinado por João Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD 12/10/1955 – anteprojecto de Adriano de Miranda na avenida Serpa Pinto em Luanda, plantas, alçados, secções e memória descritiva, edifício com 5 pisos sendo o último um terraço, assinado por João Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD 14/06/1956 – carta a Francisco Maria Pereira, assinou Luiz Garcia de Castilho e memória descritiva do projeto para avenida Marginal junto ao edifício da Junta de Exportação do Café, alçados, plantas, secções.

CASTILHOS LTD 14/08/1960 – memória descritiva das alterações ao projeto de Serafim Lopes de Andrade na avenida dos Combatentes da Grande Guerra, implantação, plantas, alçados e secções.

CASTILHOS LTD 16/02/1950 – projeto e memória descritiva do armazém que a União Comercial de Automóveis Ltda., pretende construir na zona industrial em Luanda.

CASTILHOS LTD 16/02/1959 – carta a Zeferino Ferreira da Cruz a quem se propuseram vender uma das moradias no gaveto das ruas Engenheiro Armindo de Andrade e de Ambuíla.

CASTILHOS LTD 18/02/1959 – carta ao Dr. Jorge Dário Santos Lapa a quem se propuseram vender uma das moradias no gaveto das ruas Engenheiro Armindo de Andrade e de Ambuíla.

CASTILHOS LTD 20/05/1958 – memória descritiva, assinada pelo arquiteto João Garcia de Castilho e Luís Garcia de Castilho e pelo engenheiro António Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD 20/06/1960 – carta e projeto ao Presidente da CML, solicitando autorização para a licença de construção, assinada por Luís Garcia de Castilho, localização, memória descritiva.

CASTILHOS LTD 21/02/1959 – Joaquim Braz Ribeiro Belga projeto duma esplanada cinematográfica a construir a Norte da rua Almirante Azevedo Coutinho, junto ao Clube dos Caçadores em Luanda, plantas, alçado, secções e localização.

CASTILHOS LTD 22/07/1958 – projeto de alteração para a empresa Castilhos Ltda. no gaveto formado pelas ruas Engenheiro Armindo de Andrade e de Ambuíla, de 4 moradias independentes com rés do chão, 1º andar e terraço acessíveis, plantas.

CASTILHOS LTD 25/01/1960 – carta para presidente da CML, assinou o arquiteto Luiz Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD 25/04/1963 - memória descritiva e justificativa do projeto da esplanada cinematográfica a construir no terreno para esse fim comprado a CML na Zona Residencial de São Paulo, assinado João Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD 25/11/1959 – memória descritiva e justificativa da Sociedade Colonial de Construções Ltda., alteração ao projeto do edifício que pretende construir no seu terreno na rua do Carmo em Luanda, assinado pelo arquiteto Luiz Garcia de Castilho, plantas, alçados e secções.

CASTILHOS LTD 27/03/1965 – carta a João Marques Pinto fazendo cobrança sobre conclusão de trabalhos de construção da ampliação da Fábrica de Contraplacados e o prédio na Marginal quase concluída.

CASTILHOS LTD 27/06/1969 – memória descritiva e justificativa do edifício a construir a frente no cinema Avis, plantas, secções e alçados.

CASTILHOS LTD 27/11/1959 – carta para presidente da CML, memória descritiva e justificativa das alterações ao projeto do edifício que Salvador Magalhães Mota pretende construir numa das ruas transversais a rua da Missão de S. Paulo em Luanda, planta, implantação, seção e alçado.

CASTILHOS LTD 28/07/1955 – carta a 4ª repartição da CML prestando esclarecimentos a José Vicente de Almeida Neves.

CASTILHOS LTD 30/12/1966 – carta a Jomar (África) Ltda.

CASTILHOS LTD 31/01/1963 - memória descritiva e justificativa, cinema Avis – estrutural, assinado por Alberto Serafim Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD 31/01/1963 – alteração da lotação da esplanada para 1311 pessoas, memória descritiva e estrutural do edifício a construir a frente do cinema Avis.

CATILHOS LTD 27/11/1959 – carta para presidente da CML, assinou o arquiteto Luiz Garcia de Castilho.

CASTILHOS LTD (sem data) – memória descritiva do cinema Avis.

CASTILHOS LTD (sem data) – memória descritiva e justificativa da alteração do projeto que a Sociedade Colonial de Construções Ltda. pretende construir um edifício no gaveto formado pelas ruas Paiva Couceiro e Gil Vicente, plantas, seções e alçados.

CASTILHOS LTD (sem data) – memória descritiva, implantação, planta, seções e alçados.

CASTILHOS LTD (sem data) – projeto da Casa Americana estrutural, alçados, plantas e seções.

CASTILHOS LTD (sem data) – Joaquim Braz Ribeiro Belga, esplanada cinematográfica Ngola Cine – plantas, secções e alçados.

CASTILHOS LTD (sem data) – Joaquim Braz Ribeiro Belga, esplanada cinematográfica de Viana, plantas, seções e alçados.

CASTILHOS LTD (sem data) – projeto casa americana, estrutural, alçados, plantas e seções.

CASTILHOS LTD (sem data) – projeto, planta, alçados, seções e redes.

CASTILHOS LDT (sem data) – memória descritiva e justificativa do projeto de alteração de Serafim Lopes de Andrade na avenida Combatentes da Grande Guerra – alçados, secções, plantas e implantação.

PROFABRIL CENTRO DE PROJETOS SARL DELEGACAO DE ANGOLA 30/06/1975 – condições gerais de prestação de serviços.

PROFABRIL CENTRO DE PROJETOS SARL DELEGAÇÃO DE ANGOLA 30/06/1975 – previsão de honorários.

DIREÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES 12/05/1972 – Repartição de Edifícios e Monumentos, informação nº 99/72, instalação para o Arquivo Geral da Província, assinado por Fernando Batalha.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ANGOLA 22/12/1971 – carta para Diretor dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, assinado pelo diretor Virgílio Cannas Martins.

DIREÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES 19/11/1971 – complemento da informação nº 79, assinado pelo Chefe da Direção Engenheiro Valdemar d'Orey.

DIREÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS E

TRANSPORTES 03/04/1971 – repartição de edifícios e monumentos, informação nº 79 de 1971 sobre o edifício para o arquivo geral e para o arquivo histórico da província, implantação, assinado por Fernando Batalha e o diretor do Instituto de Investigação Científica de Angola.

JOÃO MARQUES PINTO E Cª LTD 28/05/1962 – carta para Castilhos Ltda., a solicitar a construção do prédio na avenida Paulo Dias de Novais, licença nº 6953 de 06/01/1960.

SOCIEDADE COLONIAL DE CONSTRUÇÕES LTD 14/04/1961 – carta para Presidente da CML.

MAGALHÃES MOTA E Cª LTD 04/05/1960 – carta para Castilhos Ltda., assinado por Abílio Magalhães Mota.

UNIÃO COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS LTD 03/10/1945 e 12/09/1946 – carta para senhores engenheiro e arquiteto Garcia de Castilho.

ELEUTÉRIO FREIRE E LUANDINO VIEIRA 08/1990 – bairros e musseques de Luanda em 1940 sobre a planta da cidade de 1926.

RUI FERNANDO MENDO ARQUITECTOS (sem data) - edifícios públicos, Junta Provincial de Povoamento, plantas, secções e alçados.

RUI FERNANDO MENDO ARQUITECTOS (sem data) – memória descritiva e caderno de encargos do edifício a instalar: Serviços de Veterinária, IIAA, IIVA e os Serviços de Agricultura.

SALVADOR MAGALHÃES MOTA (sem data) – alteração do projeto do seu edifício a construir em Luanda próximo da rua da Missão de S. Paulo, implantação, plantas, secções.

SOCIEDADE COLONIAL DE CONSTRUÇÕES LTD (sem data) – alteração de projeto alçados, plantas e secções.

SOCIEDADE COLONIAL DE CONSTRUÇÕES LTD (sem data) – alteração do projeto do edifício na esquina da rua Paiva Couceiro, seção, planta, alçado e redes técnicas.

CENTRO DE RADIODIFUSÃO DE ANGOLA (sem data) – projeto radiodifusão de Angola, implantação alçados secções e redes técnicas, assinou Fernão Lopes Simões de Carvalho e José Pinto da Cunha.

TECNANGOL EMPRESA TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO (sem data) – caderno de encargos, assinado pelo arquiteto Rui Fernando Mendo.

TECNANGOL EMPRESA TECNICA DE CONSTRUÇÃO (sem data) – memória descritiva do edifício dos serviços de veterinária, IIAA, IIVA e Serviços de Agricultura, assinado pelo arquiteto Rui Fernando Mento.

Arquivo Histórico Ultramarino

BIBLIOTECA NACIONAL ULTRAMARINA. **Coleção de gravuras portuguesas.** 9ª série. Lisboa, s/d.

BOLETIM GERAL DAS COLÔNIAS. n. ° 248, ano 22, fev. 1946.

BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA, I Série nº 51, 19 dez. 1956.

BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA, I Série nº 52, 29 de dez. 1954.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1964 – extensão do plano do Cazenga, arranjo urbanístico.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1965 – unidade de vizinhança Rangel.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1964 – unidade de vizinhança nº 9 à rua Francisco Newton.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1963 – arranjo urbanístico da zona compreendida entre a avenida de Lisboa, rua Norton de Matos e rua António Barroso – planta de apresentação.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1963 – musseque Prenda, planta geral e detalhe de arborização.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1962 – arranjo urbanístico do troço das ruas Mousinho de Albuquerque e Conselheiro Aires de Ornelas.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1962 – arranjo urbanístico da zona da Boavista e plano viário.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1961 – plano diretor de Luanda.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1961 – maquete para centro cívico de Luanda.

GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL 1952 - regulamento geral da construção urbana para a cidade de Luanda.

GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL 1950 - anteplano regulamento geral da construção urbana para a cidade de Luanda.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1942 – unidade de realojamento nº 1.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1942 – plano diretor de Luanda.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – musseque Burity, revisão urbanística.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – revisão do arranjo urbanístico do bairro ao Sul da CUCA (parte Leste).

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA (sem data) – unidade de vizinhança nº 26 ao Sul do bairro Berman.

Arquivo do Professor Fernão Lopes Simões de Carvalho

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 28/01/1963 – informação nº 24, referente a urgência de urbanização de unidades de vizinhança, assinado pelo Arquiteto Urbanista Chefe do Gabinete de Urbanização Fernao Lopes Simões de Carvalho.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 07/11/1961 – informação nº 84 com a proposta de alteração da organização e modo de funcionamento do Gabinete de Urbanização, assinado pelo Arquiteto Urbanista Chefe do Gabinete de Urbanização.

Biblioteca do Professor Doutor Fernando Augusto Albuquerque Mourão

GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL 1952 – Plano Diretor de Luanda.

GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL 1950 – Plano Diretor de Luanda.

GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL 1947 – Plano Diretor de Luanda.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA 1942 – Plano Diretor de Luanda.

Entrevistas

Ana Antónia da Silva 2014 – Luanda.

Anabela Ravara 2017 – via Skype de Luanda.

António Pateiro 2015 – via Skype de Lisboa.

Carlos Alberto Bastos de Almeida 2012 – Luanda.

Eleutério Freire 2017 – Luanda.

Fernando Augusto Albuquerque Mourão 2012 – Cutia-São Paulo.

Fernando Augusto Albuquerque Mourão 2012 – Luanda.

Fernando Leal Machado 2017 – Luanda.

Fernão Lopes Simões de Carvalho 2011 – Lisboa.
 Fernão Lopes Simões de Carvalho 2011 – Luanda.
 Filomena Soares 2017 – Luanda.
 Florinda Carlos António 2014 – Luanda.
 Francisco Castro Rodrigues 2014 – Do-Co-Mo-Mo Angola Lisboa.
 Graça Sá Carneiro D'Orey 2012 – Luanda.
 Jorge Batalha 2017 – Luanda.
 José Deodoro Faria Troufa Real 2012 – Luanda.
 José Manuel Fernandes 2015 – Luanda.
 Luís Carlos Dias 2017 – Luanda.
 Maria dos Prazeres 2014 – Luanda.
 Maria Rosa Beteca 2017 – Luanda.
 Matos Veloso 2015 – Luanda.
 Miguel Gonçalves Dias 2012 – Luanda.
 Paulo Borges 2012 – Luanda.
 Resende de Oliveira 2012 – Luanda.
 Ruy Morais e Castro 2017 – via WhatsApp de São Paulo.
 Sebastião Soares 2012 – Luanda.
 Violante Oliveira 2018 – Luanda.

Legislação – Site do Ministério da Administração do Território da República de Angola

BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA, I Série nº 289, 14 dez. 1970.
 BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA, I Série nº 21, 26 jan. 1970.
 BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA, I Série nº 21, 23 mai. 1962.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 180 – I Série de 25 ago. 1956.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 180 – I Série de 25 ago. 1956.
 BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA, I Série nº 06, 11 fev. 1953.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 166 – I Série de 07 ago. 1951.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 54 – I Série de 08 mar. 1947.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 54 – I Série de 08 mar. 1947.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 250 – I Série de 04 nov. 1946.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 250 – I Série de 04 nov. 1946.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 269 – I Série de 06 dez. 1944.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 269 – I Série de 06 dez. 1944.

DIÁRIO DO GOVERNO nº 269 – I Série de 06 dez. 1944.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 197 – I Série de 05 dez. 1944.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 197 – I Série de 05 nov. 1944.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 197 – I Série de 05 nov. 1944.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 299 - I Série de 21 dez. 1934.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 299 - I Série de 21 dez. 1934.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 261, I Série de 15 nov. 1933.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 261 – I Série de 15 nov. 1933.
 DIÁRIO DO GOVERNO nº 261 – I Série de 15 nov. 1933.
 BOLETIM OFICIAL DA COLÔNIA DE ANGOLA, 25 jan. 1930.

PORTARIA de 18 de junho de 1901 que ordena que sejam postas em execução certas alterações feitas às instruções de 20 de outubro de 1900, para a adjudicação de obras públicas e de fornecimento de materiais, feitos na Direção Geral do Ultramar e nas províncias ultramarinas.

PORTARIA nº 555 de 1971 que torna extensivo ao ultramar, observadas as alterações constantes do presente diploma, o Decreto-Lei n.º 48 871, que promulga o regime do contrato de empreitadas de obras públicas.

DECRETO-LEI nº 48. 871 de 19 de fevereiro de 1969 que promulga o regime do contrato de empreitadas de obras públicas.

DECRETO-LEI nº 40. 742 de 25 de agosto de 1956¹⁰⁸ que sujeita à disciplina urbanística estabelecida pelo presente diploma, as capitais das províncias ultramarinas e outras sedes de concelho ou povoações cuja situação ou importância o justifique, incluindo em qualquer dos casos as zonas suburbanas ou destinadas à sua, natural expansão.

DECRETO-LEI nº 36.175 de 8 de março de 1947¹⁰⁹ que estabelece as condições em que serão permitidos nas colónias o uso do título de arquiteto e o exercício da respectiva profissão.

DECRETO-LEI nº 35.931 de 04 de novembro de 1946¹¹⁰, o Ministério de Obras Publicas e Comunicações, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 33. 921 de 05 de setembro de 1944, encontrando-se em estudo algumas centenas de planos de urbanização de sedes de concelho e de localidade definidas no artigo 2º do mesmo diploma. De harmonia com a pratica corrente em trabalhos desta natureza, os técnicos encarregados desses estudos apresentam em

¹⁰⁸ Diário do Governo nº 180 – I Série de 25 de ago. 1956

¹⁰⁹ Diário do Governo nº 54 – I Série de 08 de mar. 1947

¹¹⁰ Diário do Governo nº 250 – I Série de 04 de nov. 1946

primeiro lugar anteplanos pormenorizados, que, depois de apreciados pelas entidades e serviços competentes, servem de base aos projetos definitivos, mas que já por si definem linhas gerais de arranjos urbanísticos que convém fazer cumprir rigorosamente, até a conclusão dos estudos definitivos

DECRETO-LEI 33. 921 de 05 de setembro de 1944¹¹¹ o Ministério de Obras Publicas e Comunicações apela reunir a legislação em vigor, dispersa por vários diplomas, sobre levantamentos topográficos e planos de urbanização das cidades, vilas e outras localidades do país, e reconhecendo-se a necessidade de algumas alterações a essa legislação e de disposições novas que a experiência aconselha.

DECRETO-LEI nº 34. 173¹¹² de 6 de dezembro de 1944¹¹³ que cria com sede em Lisboa, o Gabinete de Urbanização Colonial, organismo comum a todas as colónias de África, e define as suas atribuições.

DECRETO-LEI nº 44. 258

DECRETO-LEI nº 28. 228¹¹⁴ que promulga a Carta Orgânica do Império Português.

DECRETO-LEI nº 28. 229¹¹⁵ que aprova a Reforma Administrativa Ultramarina.

DECRETO-LEI nº 24. 802¹¹⁶, o Ministério de Obras Publicas e Comunicações, obriga as câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes a promover o levantamento de plantas topográficas e a elaboração de planos gerais de urbanização.

PORTARIA nº 17. 710 de 4 de maio de 1960¹¹⁷ que aprova as normas para as construções prisionais no ultramar.

PORTARIA nº 7.675 de 19 de dezembro de 1951 aprovou a área destinada a zona industrial de armazéns.

PORTARIA nº 13. 302 de 18 de setembro de 1950¹¹⁸ que manda aplicar à colónia de Angola os artigos 24.º a 48.º do Decreto n.º 20 985 (classificação e regime de monumentos nacionais).

PORTARIA nº 6.707 de 14 de maio de 1949 aprovou a Zona Ferroviária compreendida pelas estações do Bungo e Nazaré, a linha de saída da cidade e a área para as oficinas gerais.

PORTARIA nº 2837 de 02 de dezembro de 1938

¹¹¹ Diário do Governo nº 197 – I Série de 05 de nov. 1944

¹¹²

¹¹³ Diário do Governo nº 269 – I Série de 06 de dez. 1944

¹¹⁴ Diário do Governo nº 261 – I Série de 15 de nov. 1933

¹¹⁵ Diário do Governo nº 261 – I Série de 15 de nov. 1933

¹¹⁶ Diário do Governo nº 299 - I Série de 21 de dez. 1934

¹¹⁷

¹¹⁸

Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares de Angola na Portaria nº 16817, publicado no Boletim Oficial nº 61 de 13 de março de 1970 cujo objetivo seria cuidar da gestão e controlo do orçamento das edificações, visto que o fundo já existia e também já havia produção de habitação

Sites.

<http://cutcity7.blogspot.com.br/2012/02/parque-mayer-historia-dos-80-anos-da.html>. Acesso em 26 jan. 2017.

http://issuu.com/isabelfiadeiroadvirta/docs/do_roma_ao_forum_50_anos. [Acesso em 16 abr. 2017.](#)

<http://lisboadeantigamente.blogspot.com.br/2016/01/cinema-roma.html>. [Acesso em 06 abr. 2015.](#)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Gaiola_pombalina/ Acesso em 06 abr. 2015.

<http://www.cinelineangola.com/mais-categorias/noticias/item/198-um-olhar-ao-cine-teatro-nacional?tmpl=component&print=1> Acesso em 06 abr. 2015.

<http://www.portaldeangola.com/2013/12/luanda-demolida-a-sala-de-cinema-mais-popular> Acesso em 06 abr. 2015.

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465985W6dOR5rt8Jv59IF7.pdf> 10 mai. 2017.

ANEXO

ANEXOS.

São constituídos por: documentos que comprovam as bases inspiradoras dos arquitetos e dos urbanistas da CML, no desenvolvimento da cidade de Luanda; mapas; lista de ruas e dos bairros. Essa documentação reunida permite maior entendimento sobre o propósito desta pesquisa.

Lista de algumas ruas da cidade de Luanda

Nome antigo	Nome atual
Alameda Almirante Américo Tomaz	Largo do Ambiente
Alameda D. João II	Alameda Manuel Van-Dúnem
Alameda Príncipe Real	Largo de África
Avenida Norton de Matos	Rua Comandante Jika
Avenida Alvaro Ferreira	Rua do 1o Congresso do M.P.L.A
Avenida Artur de Paiva	Rua Hoji Ya Henda
Avenida Boavista	Avenida Comandante Kima Kienda
Avenida Brasil	Rua Demostenes de Almeida
Avenida Brito Godins	Rua Lenine
Avenida Combatentes da Grande Guerra	Avenida Comandante Valódia
Avenida D. João II	Avenida Ho Chi Min
Avenida General Carmona	Avenida Che Guevara
Avenida Lisboa	Avenida Revolução de Outubro
Avenida Marechal Gomes da Costa	Avenida Mutela Mohamed
Avenida Marginal	Avenida 4 de Fevereiro
Avenida Massano de Amorim	Avenida Massano de Amorim
Avenida Norton de Matos	Rua Comandante Jika
Avenida Restauradores de Angola	Avenida Rainha Ginga
Avenida Sá da Bandeira	Avenida Comandante Kwennya
Avenida Serpa Pinto	Rua Amilcar Cabral
Calçada de Santo António	Calçada de Domingos Tahakahanda
Estrada da Circunvalação	Rua Lueji Ankonda
Estrada de Catete	Avenida Deolinda Rodrigues
Largo Afonso Henriques	Largo Lumeji
Largo Alexandre Herculano	Largo de Irene Cohen
Largo Almirante Baptista de Andrade	Largo da Mutamba
Largo João Fernando Vieira	Largo Albano Machado
Largo Tavares de Carvalho	Luther King
Parque Heróis de Chaves	Parque da Liberdade
Praça Angola	Praça Major Saydi Mingas
Praça Palácio	Praça do Povo
Rua A. Melo Correia	Rua João Piu do Amaral Gurgel

Rua 28 de Maio	Rua de Kariphande
Rua 5 de Outubro	Rua Augusto Tadeu Bastos
Rua A. Saldanha Gama	Rua A. Saldanha Gama
Rua Adolfo Pina	Rua J.S. Lameira
Rua Aires de Ornelas	Rua Aires de Ornelas
Rua Alda Lara	Rua de Alda Lara
Rua Almeida Garret	Rua Anibal de Melo
Rua Almirante Azevedo Coutinho	Rua Houari Boumedienne
Rua Alvares Maciel	Rua Robert Shields
Rua António B. de Melo	Rua Comandante Bula
Rua António Barroso	Rua Marien N'Gouabi
Rua António Enes	Rua Ndunduma
Rua António Manuel Noronha	Rua Lourenco Mendes da Conceição
Rua António Nobre	Rua António Nobre
Rua António Oliveira Cadornega	Rua Comandante Eurico
Rua Avelino Dias	Rua Frederich Engels
Rua Baltazar de Aragão	Rua Baltazar de Aragão
Rua Baltazar Leitão	Rua Baltazar Leitão
Rua Banbosa do Bocage	Rua Major Marcelino Dias
Rua Barbosa do Bocage	Rua Major Marcelino Dias
Rua Barbosa Rodrigues	Rua Guilherme Pereira Ingles
Rua Bernardim Ribeiro	Rua Custódio Bento de Azevedo
Rua Cabral Moncada	Rua Eduardo Mondlane
Rua do Carmo	Rua Mamã Tita
Rua Camilo Castelo Branco	Rua Comandante Nzaji
Rua Capelo Ivens	Rua Higino Aires
Rua Frei João Cavazzi	Rua Frei João Cavazzi
Rua Cerveira Pereira	Rua Cerveira Pereira
Rua Chaves	Rua Ngungunyana
Rua Comandante Correia da Silva	Rua Dr. Aires de Menezes
Rua Conde de Ficalho	Rua da Liga Nacional Africana
Rua Conselheiro Aires de Ornelas	Rua Conselheiro Aires de Ornelas
Rua Cordeiro da Mata	Rua de Cordeiro da Mata
Rua Coronel Artur de Paiva	Rua Rei Katiavala
Rua Correia da Silva	Rua Dr. Aires de Menezes
Rua D. António da Cunha	Rua D. António da Cunha
Rua D. Francisco Soveral	Rua D. Francisco Soveral
Rua D. João I	Rua Lino Amêzaga (escravo)
Rua D. Manuel I	Rua D. Manuel I
Rua Damião de Góis	Rua de Damião de Góis
Rua Direita de Luanda	Rua Major Kanhangulo
Rua do Carmo	Rua Mamã Tita

Rua do Casuno	Rua do Casuno
Rua do Sol	Rua do Sol
Rua Dr. António Videira	Rua Comandante Dangereux
Rua Dr. Luís Carriço	Rua Salvador Allende
Rua Duarte Lopes	Rua Manuel Fernandes Caldeira
Rua Eca de Queirós	Rua Eca de Queirós
Rua Eng. Armindo de Andrade	Rua Eng. Armindo de Andrade
Rua Eng. Artur Torres	Moisés Cardoso - Kami
Rua Eng. Costa Serrão	Rua João Rodrigues
Rua Enganos	Rua dos Enganos
Rua Eugénio de Castro	Rua Bula Matadi
Rua Fernao de Magalhães	Rua Miguel Bernardo Mingo
Rua Fernão Lopes	Rua Dr. Luís Pinto da Fonseca
Rua Feu Torres	Rua Feu Torres
Rua Francisco das Necessidades Castelo Branco	Rua Francisco das Necessidades Castelo Branco
Rua Francisco Newton e Est. Cuca	Rua Ngola Kiluanji
Rua Frederico Welwitsch	Rua Frederico Welwitsch
Rua Funantes	Rua dos Funantes
Rua Garcia de Resende	Rua Emílio Mbindi
Rua General Carmona	Rua Comandante Che Guevara
Rua General João de Almeida	Rua Liberdade
Rua General Pereira D'Eca	Rua Comandante Kusi
Rua General Roçadas	Rua General Roçadas
Rua Gomes de Sousa	Rua Engrácia Fragoso
Rua Guilherme Capelo	Rua Kwamme Nkrumah
Rua Henrique de Carvalho	Rua de Saurimo
Rua João das Regras	Rua Gil (Liberdade)
Rua João Seca	Rua António Marques Monteiro
Rua José de Anchieta	Rua José de Anchieta
Rua José de Oliveira Barbosa	Rua Dr. Tomé A. das Neves
Rua Júlio de Vilhena	Rua Júlio de Vilhena
Rua Lopes Lima	Rua do Clube Marítimo
Rua Lourenço Mendes da Conceição	Rua Lourenço Mendes da Conceição
Rua Luís Mota Feu	Rua Dr. Amílcar Cabral
Rua Luiz de Camões	Rua da Missão
Rua Maculusso	Rua Maculusso
Rua Marques das Minas e Praceta	Rua Lucrécia Paim
Rua Marques Trindade	Rua Guerrilheiro Makesu
Rua Massano de Amorim	Rua Massano de Amorim
Rua Mercadores	Rua Mercadores
Rua Misericórdia	Rua 17 de Setembro

Rua Missão de São Paulo	Rua Cristiano dos Santos
Rua Mousinho de Albuquerque	Rua Brós Tito
Rua Municípios Portugueses	Rua Municípios Portugueses
Rua Neves Ferreira	Pedro Felix Machado
Rua Nossa Senhora da Muxima	Rua Georgi Dmitrov
Rua Oliveira Barbosa	Rua Agostinho das Neves
Rua Padre António Vieira	Hélder Neto
Rua Paiva Couceiro	Cônego Manuel das Neves
Rua Pedro Nunes	Dr. Américo Boavida
Rua Pereira Forjaz	Rua Amilcar Cabral
Rua Pinheiro Chagas	Rua Gamal Abdel Nasser
Rua Pombeiros	Cristiano dos Santos
Rua Rui de Sousa	Rua Rui de Sousa
Rua Salvador Correia	Rainha Ginga
Rua Senado da Câmara	Rua Soba Mandume
Rua Serpa Pinto	Rua Amilcar Cabral
Rua Sertanejos	Rua dos Sertanejos
Rua Sidónio Pais	Rua Nicolau Gomes Spenser
Rua Silva Porto	Rua Joaquim Kapango
Rua Sociedade de Geografia de Lisboa	Agostinho Pedro Neto
Rua Sousa Coutinho	Rua Fernando Brique
Rua Sousa Lara	Rua Sousa Lara
Rua Sul (zona industrial)	Ndumba Watembe
Rua Tavares de Carvalho	Luther King
Rua Tomás Vieira da Cruz	Lénine
Rua Vasco da Gama	Avenida de Portugal
Rua Vereador Prazeres	Rua Vereador Prazeres
S. Esp. (Largo) a Tourada	Ngola Mbandi
Rua Governador Eduardo Costa	Rua Serqueira Lukoki

Documentos

Mod. A/4^o

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 25 de Março de 1957

Repartição CITAVA Secção _____

Informação N.º 144

Referência: **MUCEQUE CAYATTE**

Em obediência aos princípios estabelecidos pela técnica urbanística, não esqueceu esta Repartição que os perfis transversais dos arruamentos que estruturam um aglomerado, devem ser definidos em concordância com as funções que tenham a desempenhar.

Para isso e de acordo com a Carta de Atenas, consideram-se 5 categorias de vias:

- 1.ª) - Destinadas única e simplesmente a servirem as habitações;
- 2) - de passeio/;
- 3) - para pções;
- 4) - de trânsito;
- 5) - mestras ou de grande circulação;

cujos perfis são estudados de modo a poderem satisfazer cabalmente a essas funções.

É claro que, quando se trata de arruamentos antigos, cujo alargamento, por razões de ordem económica, não é considerado, propõem-se soluções de compromisso, onde predominam o critério pessoal, visto as suas dimensões não permitirem a aplicação das regras clássicas para o estabelecimento desses perfis.

Para a primeira das categorias atrás indicadas, adoptou esta Repartição, nos primeiros estudos realizados, o cri-

DESPACHO

A. Carrilho
5/3/57

Sessão de 14/5/58
Foi deliberado aprovar.

[Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 25 de Março de 195

Repartição CITEVA

Secção

Informação N.º 144

Referência:

(II)

DESPACHO

tério de marcar os espaços destinados aos estacionamento, por reentrâncias praticadas nos passeios.

Do contrário de que possa parecer, tal solução não se traduz num entranhamento dos arruamentos, mas sim um alargamento, à custa dos passeios, destinados ao estacionamento de automóveis, visto ser um princípio geral que as faixas de rodagem não devem ultrapassar a largura máxima necessária à circulação automóvel, isto é: 6 metros.

Esta solução, além de simplificar, de forma nítida, os locais destinados ao estacionamento das viaturas mecânicas, apresentava, simultaneamente, a vantagem de oferecer um meio eficaz de obrigar os automóveis a moderar a sua velocidade, fazendo sentir aos condutores que se encontravam precorrendo ruas destinadas, unicamente, a servir as habitações e que, portanto, há que respeitar o ambiente de calma e sossego que deve caracterizar as zonas residenciais.

Trata-se de uma solução correntíssima e por isso mesmo, dada a frequência, em países francamente evoluídos, de já se compreender que as ruas residenciais deverão ser traçadas de modo a moderar e desencorajar o trânsito mecânico.

Porém, a grande massa de população da cidade, insuficientemente escolarizada, e altamente violada pelas suas exortações que as Cargas Administrativas têm imposto por toda a parte, não mostra de bom grado tais limitações aos seus hábitos de velocidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Mod. A/4.

Luanda, 25 de Março de 1950

Repartição OITAVA

Secção

Informação N.º 144

Referência:

(III)

DESPACHO

Isto é: grande parte da população, que é aliás quem forma a opinião da Imprensa, ainda não se encontra suficientemente preparada para aceitar uma solução que obrigaria a modificar os seus hábitos, moldados numa comodidade egoísta e perigosa para o resto da colectividade.

Assim, achou, esta Repartição conveniente dar satisfação ao desejo dessa grande parte da população e por isso propôs a V. Ex.ª o abandono dessa solução.

O parecer, do Conselho de Estética, veio confirmar a justeza da nossa atitude, pois que, por lapso, a cópia remetida ainda não se encontrava corrigida em obediência a esse critério.

A cópia que agora se junta, devidamente revista, atende a todas as observações concretizadas no referido parecer, pois que esta Repartição não viu, mesmo, inconveniente de maior, em prever, nos arranjos de 11 m. de largura, 2 passeios de 1,50 metro, em vez de um refúgio de 0,50 m. e um passeio de 1,50 m. como havia proposto.

O ARQUITECTO-CHEFE DA S.ª REP.ª,

Vasco Vieira da Costa.-

Em tempo:
junta-se a MEMÓRIA justificativa
do Estudo do Gabinete para
a Rua de S. Paulo.

26/4/50
Esta informação foi dada ao Conselho de Estética, para que se manifeste a seu respeito.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE LUANDA

P L A N O
REGULADOR

1957

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE LUANDA

PLANO DIRECTOR

Pode-se definir as cidades como seres vivos que nascem, crescem e morrem.

Na realidade, as cidades desde que nascem, estão em permanente estado de transformação.

No período da evolução positiva o seu desenvolvimento depende de factores que estão sujeitos a alterações constantes e imprevisíveis.

Uma insignificante variação, em qualquer destes factores, pode alterar profundamente o ritmo desta evolução.

É o caso de LUANDA.

Debruçada sobre o Atlantico, escala obrigatória de numerosas carreiras de navegação, Luanda é uma cidade essencialmente marítima, que depende principalmente da sua actividade commercial, consequencia lógica de "arrière Pays".

Destinada desde a sua fundação, a ser a Capital de Angola, apresenta-se como uma Cidade de funções múltiplas, podendo, por isso, ser classificada como um "Porto moderno de função múltipla" que "trabalha" para toda a Provincia.

Ao lado da intensa e progressiva função commercial, desenvolvem-se as actividades: Industrial, Governamental, Administrativa, Religiosa e Militar, que, como sucede em todas as capitais Coloniais, reforçam a sua estrutura urbana, e contribuem para o desenvolvimento e portanto para o aumento da sua população.

- 2ª. Fls. -

O equilibrio que durante muitos anos se estabelecera, entre essas várias actividades, foi bruscamente perturbado, pelo desenvolvimento repentino da função comercial, que, reflectindo -se directamente sobre o sector industrial, provocou um aumento brusco desta actividade.

Industrias de toda a ordem e de toda a grandeza occupam tão rapidamente as Zonas Industriais previstas pelo P.U. que no ano de 1952 houve que fazer a Revisão desse Plano para se criarem zonas onde as novas industrias se pudessem instalar.

Pesados condicionamentos de vária natureza, obrigaram a localizar essas zonas além do perimetro então existente.

Esse facto acarretou um notável extensão do aglomerado que alterou profundamente as principais características do P.U. inicial realizado em 1942 e que, durante um periodo de 13 anos, satisfizera, cabalmente, às exigências que a lenta evolução da cidade ia formulando.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Plano Director, agora elaborado, resultou da necessidade premente de criar zonas destinadas a habitação dos autoctones, pois que factores de vária natureza, entre os quais avultava a violência dos interesses privados, impossibilitaram a occupação de algumas das zonas que o P.U. previra para esse fim.

A localização destas Zonas Residenciais (a que chamamos especiais) constitue um dos elementos mais importantes do Plano Regulador de um aglomerado africano, e é tão importante no conjunto do Plano de Urbanização, que deve dominar, por absoluto, a sua composição.

Infelizmente, poucos ou nenhuns principios ainda fe-

- 3ª. Fls. -

ram estabelecidos pela Technica Urbanistica. Algumas experiências realizadas num ou noutro países, ficaram como manifestações isoladas, que aguardam um estudo de conjunto que chegue a qualquer conclusão.

No entanto a análise da evolução natural das cidades coloniais revela-nos que a sua evolução se faz sempre da mesma forma: o núcleo central, creado pelos europeus, atrai as populações indígenas que o vão envolvendo, lentamente, para formarem a reserva de mão de obra que o comércio e a industria exigem.

Tanto sob o ponto de vista urbanistico como social, a proximidade destas grandes massas de população constitue um grave e complicado problema que só os povos dotados dum passado colonizador, onde não falta uma intuição especial, têm sabido resolver.

Na realidade, estas aglomerações, são complexos amalgamos, não formados por "déracinés" sem moral própria, que ignorando os mais rudimentares principios de hygiene, constituem grave e constante perigo para os aglomerados europeus.

São possíveis focos de epidemias, que só uma fiscalização sanitária assídua poderá evitar a sua rápida transformação em "taudis", que nestes ambientes, atingem proporções bem mais alarmantes do que nas nossas metrópoles.

A única teoria que conhecemos sobre o assunto deve -se ao urbanista M. SCHORNTSES que propõe para o traçado das cidades coloniais o esquema em T, onde o traço horizontal representaria a Zona Industrial, (em constacção directa com o Porto e o Caminhos de Ferro), e o traço vertical constituiria a artéria principal onde se apoiariam, de um e de outro lado, os Bairros residenciais europeus e indígenas.

Este esquema, de concepção inteligente, parece-nos no entanto, menos lógico do que aquele seguido pela evolução natural

- 4ª. Fls. -

das cidades africanas ao Sul do Saará.

No caso particular de Luanda, em que a trama viária e a zonagem se encontravam já nitidamente definidas, formulando permissas rígidas de que era impossível libertarmo-nos, impôs -se uma localização, que admitindo poucas variantes, é na sua essência, o esquema desenhado pela formação natural.

Assim:

- 1) - admitindo que a cidade se desenvolverá ao longo da costa, que se estende para Sudeste;
- 2) - o futuro desenvolvimento da Grande Zona Industrial;
- 3) - a preocupação de encurtar ao máximo a distância a percorrer entre o local de trabalho e a residência;

levou-nos a localizar estas Zonas a Sul do aglomerado, entre as duas radiais que se dirigem de Leste digo, dirigem para Leste e Sul.

Esta localização, muito embora se mostre correcta, em relação aos ventos dominantes, apresenta o grande inconveniente de distanciar excessivamente tais bairros do núcleo urbano.

Este inconveniente verifica-se em todas as cidades do tipo rádio-concêntrico e infelizmente não há solução capaz de o anular, pois que a preocupação de não envolver estes bairros pela população europeia, leva a atirá-los para a periferia do aglomerado, localizando-os em zonas excentricas, de acesso difícil, que obrigam a sua população a percursos que se traduzem na perda de várias horas do dia útil.

Defenido agora o novo perímetro urbano, resultante da criação destas Zonas Residenciais; tudo leva a crer que, para a futura expansão, a cidade se libertará da forma concentrica, para se desenvolver em cidade linear para Sul, ao longo do plateau que as benéficas brisas dominantes do Sudoeste e Poente varrem constantemente.

- 5ª. Fls. -

As Zonas Residenciais especiais, agora criadas, que totalizam a área de 1.450 hectares, enquadrar-se-ão numa trama viária capaz de permitir uma urbanização que evite aglomerações complicadas, digo, aglomerações compactas e faculte um controle fácil de todas as unidades.

A expansão resultante da criação destas zonas levou à ocupação dos terrenos municipais e das zonas limítrofes situadas no Mucque Prenda.

Esta ocupação porá ao dispor da Câmara um lote de terreno de cerca de 220 hectares de superfície, cuja venda, sabiamente controlada, poderá contribuir para o ajustamento do actual valor dos terrenos urbanos.

A existência da Grande Zona Industrial e da Zona Ferroviária, situadas, respectivamente, a Nascente e a Norte do aglomerado urbano, obrigou a manter e confirmar o bairro indígena que fofa previsto entre essas duas zonas, para que seja ocupado pela população que tem o seu lugar de trabalho no Porto e nas indústrias vizinhas.

Uma análise mesmo superficial, do Plano Regulador da cidade, mostra, à evidência, que este bairro não poderá ser deslocado. A actividade industrial e portuária exigem uma mão de obra abundante que deverá habitar a distâncias que não ultrapassem a escala humana.

Unicamente com o fim de facilitar a aquisição dos terrenos ocupados por esta unidade residencial, criou-se junto a ela uma Zona Industrial (destinada unicamente a armazéns) com a área de cerca de 80 hectares.

Foram também criadas duas novas unidades residenciais denominadas "Económicas", que se localizaram a Sul e Poente da Grande Zona Industrial, destinadas à construção de habitações de renda económica.

- 6ª. Fls. -

Para facilitar a instalação de artesanato, previu-se a ampliação de Zona Industrial existente ao longo da Rua de Francisco Newton.

Como as linhas gerais do Plano de Urbanização foram mantidas, os pequenos ajuntamentos, resultantes da expansão agora estudada, em nada modificam as características essenciais do Plano em vigor.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

xxxxxxxx

x

Mod. A/4.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 28 de Novembro de 1958

Repartição OITAVA

Secção

Informação N.º 397

Referência:

REGULAMENTO DO PLANO
DE URBANIZAÇÃO.-

DESPACHO

Logo que esta Repartição foi criada, iniciou-se a revisão do Regulamento do Plano de Urbanização que, de acordo com a Presidência, deveria ser discutido e aprovado, simultaneamente, com o Plano Geral de Urbanização.

Porém, uma vez que não se poderá concluir a revisão do Plano de Urbanização com a urgência necessária, afigura-se-nos que se torna necessário adoptar, desde já, normas que evitem os inconvenientes de ordem urbanística que poderão resultar para a Cidade se a ocupação do solo e a volumetria das edificações continuarem a ser condicionadas pelas disposições estatuidas nos desejos regulamentos que, aliás, traduzem o plano da grande parte da população.

Na realidade, há que constatar que houve, sempre, uma geral relutância na aceitação das limitações das alturas das edificações, preconizadas, embora com pouca clareza, pelo regulamento do primeiro Plano de Urbanização (De Groer).

Assim, quando da construção, na Cidade, do primeiro edifício com 6 pisos (Janeiro de 1952), chamava-se a atenção da Exmª Câmara para a necessidade de se impedir a construção de tão elevado número de pisos, e na informação n.º 12/53, afirmava-se:

"1) - Que as Ruas da Zona Comercial Central, apresentam na sua maioria perfis transversais de dimensões reduzidas e que, portanto, não poderão suportar as grandes correntes de trânsito mecânico a que dão origem os grandes blocos.

2) - Que a nossa cidade se situa na chama-

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 28 de Novembro de 1958

Repartição OITAVA

Secção

Informação N.º 397

Referência:

(II)

DESPACHO

da zona Tropical e que, por conseguinte, o clima exige que não se criem obstáculos à ventilação das artérias da Zona Baixa, que já é insuportavelmente quente.

- 3)- Que custou caro a várias cidades a ambição, ridícula, de quererem ostentar o "seu arranha-ceus", pois que na maioria dos casos permitiram a sua construção nos locais menos indicados.
- 4)- Que essas experiências, tendo servido de exemplo, levaram as cidades a regulamentar rigidamente a altura dos seus edifícios, como já hoje se verifica na própria cidade de Nova York, onde a altura, dos seus "arranha-ceus" é função do espaço livre que os rodeia.
- 5)- Que no Cairo a construção de um único grande edifício tornou insalubre todo um bairro, pois que o calor acumulado por esse enorme volume de alvenaria, alterou profundamente o "micro-clima" local."

No entanto, porque a consideração de tal informação impediria a satisfação do desejo, tão peduliar das pequenas Cidades, de ostentar prédios altos - numa imitação perigosa e ridícula das grandes metrópoles -, essas recomendações não foram consideradas, com base (como se lê nas respectivas informações) no facto do único regulamento existente (De Groer) nunca ter sido aprovado.

Supomos que na intenção de não contrariar aquele desejo da população, o regulamento que acompanhava a revisão do Plano

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 28 de Novembro de 1958

Repartição OITAVA

Secção

Informação N.º 397

Referência:

(III)

DESPACHO

de Urbanização, realizado pelo G. U. U. em 1952, limitou-se com o acordo superior, a fixar o número mínimo de pisos, sem limitar a altura máxima das edificações.

Publicado, por razões que desconhecemos, só no ano de 1953 (B.O. n.º 6 de 11/2/53), esse regulamento tendo-se mantido em vigor cerca de um ano, foi depois revisto pela Ex.ª Vereação que, a instâncias nossas, incluiu, então, o art.º 24.º das disposições regulamentares (B.O. n.º 16/54), que limitava a altura máxima das edificações a 1 vez e meia a largura da rua, à semelhança do regulamento do primitivo Plano.

Essa limitação, embora imperfeita, representava já um passo importante no sentido do regresso aos bons princípios que, depois, uma posterior deliberação da Ex.ª Câmara (Sessão de 14/11/56), limitando a altura das edificações a 1 vez a largura da rua, consolidou, como fase preparatória - aliás, aconselhada por uma política cautelosa -, para a aceitação de futuras limitações mais conformes com as exigências urbanísticas da Cidade - portanto mais drásticas -, através do regulamento que acompanharia a revisão do Plano Geral de Urbanização.

Nas suas linhas gerais era esse o programa superiormente estabelecido e que esta Repartição vinha cumprindo.

Porém, tudo aconselha a que não se protelesse por mais tempo a revisão da regulamentação vigente, pois que muito embora, se tenha vindo a tentar compensar a insuficiência dessa regulamentação através da fixação de cêrceas com alturas mais conformes, com

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 28 de Novembro de 1958

Repartição OITAVA

Secção

Informação N.º 397

Referência:

(IV)

DESPACHO

justificação na necessidade de equilibrar os volumes das construções recentes, as deficiências básicas continuam a existir.

Assim, afigura-se-nos que se deverá proceder à promulgação imediata de normas que:

- 1 - Visem uma limitação da altura das edificações, mais consentânea com as exigências urbanísticas das respectivas zonas, e que obste ao aparecimento de densidades de população que ultrapassem os índices mais aconselhados para as condições climatéricas locais;
- 2 - originem planos de massa mais abertos, afim de favorecer o arejamento e ventilação das edificações;
- 3 - conduzam à criação de espaços livres, de forma a que cada edificação, ou grupo de edificações, disponha de parques de estacionamento privativos, com a capacidade suficiente para conterem os carros dos seus moradores.

Porque, como é óbvio, tal desiderato só poderá ser alcançado através de condicionamentos que irão colidir com muitos interesses individuais, torna-se indispensável que a legislação a promulgar seja, não só caracterizada pela precisão e rigidez, mas também apoiada numa intransigência forte e esclarecida, para que possa resistir ao embate da violenta reacção dos interesses pessoais que porá em jogo.

Por outro lado, como tudo aconselha a que se considere chegada a oportunidade - criada pelas afirmações claras e pre-

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 28 de Novembro de 1958

Repartição OITAVA

Secção

Informação N.º 397

Referência:

(V)

DESPACHO

cisas do Sr. Architecto Faria da Costa -, para que se adoptem normas que conduzam a uma ocupação do solo mais consentânea com as características do nosso clima, propõe-se a promulgação das seguintes regras, que se baseiam nos estudos que se vinham fazendo, com vista à revisão do regulamento do Plano de Urbanização, e pelas quais deverá passar a condicionar-se o aproveitamento dos terrenos dentro da área da Cidade:

ZONA RESIDENCIAL UNIFAMILIAR (H1)

Art.º 1.º - A altura das edificações não poderá ser superior a dois pisos acima do nível da Rua.

§ 1.º - Quando a média da diferença de cotas entre o contra-lancil e a linha de intercepção do plano da fachada posterior com o terreno for superior a 1,70 m., será permitida a construção de mais um piso, acima do nível da rua ou em cave, destinado a dependências de serviço, desde que as soleiras do piso ao nível da rua não fiquem a uma cota superior a 0,20 m., relativamente ao passeio.

§ 2.º - Quando o piso a que se refere o parágrafo anterior for construído acima do nível da rua, não poderá ter um pé-direito superior a 2,50 metros.

Art.º 2.º - O afastamento lateral mínimo será de 5 metros.

§ único. - Quando a edificação tiver 3 pisos, acima do nível da rua, o afastamento lateral mínimo será de 7 metros.

ZONA COMERCIAL LOCAL (CL)

Art.º 3.º - A altura das edificações não poderá ser superior a dois pisos acima do nível da rua.

§ único. - Quando o terreno apresentar uma cota inferior à do passeio será permitida a construção de um piso em cave, destinado a dependências de serviço ou armazém, desde que a cota do pavimento ao nível da rua não seja superior a 0,20 m., relativamente ao passeio.

Art.º 4.º - O afastamento lateral mínimo será de 5 metros.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 28 de Novembro de 1958

Repartição OITAVA

Secção

Informação N.º 397

Referência:

(VI)

DESPACHO

Art.º 5.º - Não são permitidos blocos com mais de 30 metros de extensão.

DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS ÀS ZONAS RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES (H1) E COMERCIAIS LOCAIS (CL)

Art.º 6.º - Quando as fachadas laterais das edificações não forem paralelas aos limites laterais dos talhões, só poderá considerar-se a média de 5 m. como afastamento lateral, desde que fique assegurada a distância mínima de 10 m. entre os dois pontos mais próximos dos planos verticais que contêm os elementos de maior saliência das duas fachadas vizinhas.

Art.º 7.º - O aproveitamento dos talhões de pavêto deverá ser feito por um único corpo de edifício paralelepipedico, com o afastamento posterior mínimo de 10 m. e com frente para a rua de maior importância, sempre que o Plano de Massas definido pela Câmara não imponha outra implantação.

Art.º 8.º - Quando o afastamento posterior do edifício for igual ou superior a 30 metros poderá construir-se outra edificação com frente para o outro arruamento e à distância mínima de 15 m. do referido edifício, desde que esse arruamento se situe numa zona residencial unifamiliar (H1) ou comercial local (CL), e se respeitem os afastamentos e as disposições regulamentares em vigor.

§ 1.º - Para a avaliação do afastamento posterior, referido nos artigos 7.º e 8.º, deverá considerar-se a mais curta distância entre o plano que contém os elementos de ma-

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 28 de Novembro de 1958

Repartição OITAVA

Secção

Informação N.º 397

Referência:

(VII)

DESPACHO

ior saliência da fachada posterior do edifício e o limite oposto do talhão.

§ 2.º - A distância mínima de 15 m. entre os edifícios, referida no artigo 8.º, deverá ser considerada entre os dois pontos mais próximos dos planos que contêm os elementos de maior saliência das fachadas das edificações.

Art.º 9.º - Sempre que as dimensões do talhão não permitam que se respeite os afastamentos posteriores mínimos exigidos, o edifício não poderá ter uma profundidade superior a 10 m. incluindo os elementos de protecção contra o sol, escadas ou qualquer outra saliência.

Art.º 10.º - Os talhões definidos pela Câmara não poderão ser sub-divididos em lotes de largura inferior a 5 metros.

Art.º 11.º - As edificações deverão, em princípio, ser agrupadas conforme os respectivos Planos de Massas definidos pela Câmara, devendo os seus projectos obedecer a um estudo de conjunto.

Art.º 12.º - Nos talhões de gavêto ou que confinam posteriormente com ruas, espaços livres públicos, escolas ou edifícios públicos, não são permitidos anexos.

ZONA RESIDENCIAL COLECTIVA (H2)

Art.º 13.º - A altura das edificações situadas na Zona Residencial Colectiva (H2), não poderá exceder 4 pisos acima do nível da rua.

§ único. - A Câmara Municipal, poderá,

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 28 de Novembro de 1958

Repartição OTTAVA

Secção

Informação N.º 397

Referência:

(VIII)

DESPACHO

para certos arruamentos, tendo em consideração a altura das edificações de construção recente, fixar cêrceas de alturas diferentes, que deverão ser rigorosamente respeitadas.

Art.º 14.º - O afastamento lateral mínimo deverá ser de 8 metros.

ZONA COMERCIAL CENTRAL (C2)

Art.º 15.º - A altura das edificações na Zona Comercial Central (C2), em princípio, não poderá exceder 4 pisos acima do nível da rua.

§ único. - A Câmara Municipal, tendo em consideração a altura das edificações de construção recente, poderá, para determinadas ruas, fixar cêrceas de alturas diferentes, que deverão ser rigorosamente respeitadas.

Art.º 16.º - O afastamento lateral mínimo será de 8 metros.

ZONA MIXTA (M)

Art.º 17.º - A altura das edificações situadas na Zona Mixta (M), em princípio, não poderá exceder dois pisos acima do nível da rua.

§ único. - A Câmara Municipal, poderá, para certos arruamentos, tendo em consideração a altura das edificações de construção recente, fixar cêrceas de alturas diferentes, que deverão ser rigorosamente respeitadas.

Art.º 18.º - O afastamento lateral mí-

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 28 de Novembro de 1958

Repartição OTAVA

Secção

Informação N.º 397

Referência:

(IX)

nimo será de 8 metros.

DESPACHO

DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS ÀS ZONAS
RESIDENCIAIS COLECTIVAS (H2), COMER-
CIAIS CENTRAIS (C2) E MIXTAS (M)

Art.º 19.º - Os logradouros laterais e posteriores das edificações deverão ser tratados de forma a facilitar a circulação e o estacionamento das viaturas dos moradores.

Art.º 20.º - Nos casos em que as edificações, de acordo com o respectivo Plano de Massas, forem adossadas aos limites laterais do talhão, deverá ser prevista, pelo menos, uma passagem com a largura mínima de 4 metros, de forma a permitir o acesso das viaturas ao logradouro posterior.

Art.º 21.º - Quando as dimensões do talhão não permitirem que a área destinada ao estacionamento de viaturas tenha a capacidade suficiente para conter um número de carros correspondente a 60% do número de fogos previstos, a edificação deverá ser construída sobre pilares, de forma a que o estacionamento se possa fazer debaixo do edifício.

Art.º 22.º - Os logradouros posteriores, de acordo com os estudos que a Câmara venha a fazer, poderão ser obrigatoriamente integrados em parques de estacionamento colectivos.

Art.º 23.º - O aproveitamento dos talhões de gavêto deverá ser feito por um único corpo de edifício paralelepipedico, com o afastamento posterior mínimo de 13 metros e com frente para a rua de maior importância,

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 28 de Novembro de 1958

Repartição OTTAVA

Secção

Informação N.º 397

Referência:

(X)

DESPACHO

sempre que o Plano de Massas, definido pela Câmara, não imponha outra implantação.

Art.º 24.º - Quando o afastamento posterior do edifício for igual ou superior a 36 m., poderá construir-se outra edificação com frente para o outro arruamento e à distância mínima de 16 m. do referido edifício, desde que se respeitem os afastamentos e as disposições regulamentares em vigor para a zona onde se situa o arruamento.

Art.º 25.º - Quando o afastamento posterior for inferior a 36 m. mas superior a 27 m., poderá construir-se outra edificação, nas condições expressas no artigo anterior, só quando o Plano de Massas definido pela Câmara, imponha o adossamento da edificação ao prédio vizinho.

§ 1.º - Para a avaliação do afastamento posterior referido nos artigos 23.º, 24.º e 25.º, deverá considerar-se a mais curta distância entre o plano que contém os elementos de maior saliência da fachada posterior do edifício e o limite oposto do talhão.

§ 2.º - A distância mínima de 16 m., entre edifícios, referida no artigo 24.º, deverá ser considerada entre os dois pontos mais próximos dos planos que contém os elementos de maior saliência das fachadas das edificações.

Art.º 26.º - Quando as dimensões dos talhões não permitirem que se respeite os afastamentos posteriores mínimos exigidos, as edificações não poderão ter uma profundidade superior a 10 m., incluindo os elementos de protecção contra o sol, escadas ou qualquer outra saliência.

Art.º 27.º - Os primeiros pisos dos edi

CÂMARA MUNICIPAL DE LUANDA

Luanda, 28 de Novembro de 1958

Repertição OTAVA

Secção

Informação N.º 397

Referência:

(XI)

DESPACHO

fícios, a que se referem os artigos 24.º e 25.º, deverão ser ligados por um elemento arquitectónico aberto, cuja altura não poderá ser superior à dos referidos pisos.

Art.º 28.º - O logradouro anterior deverá respeitar as cotas do passeio não sendo permitido qualquer degrau, construção ou vedação acima das referidas cotas.

Art.º 29.º - As edificações deverão, em princípio, ser agrupadas da forma indicada nos Planos de Massas definidos pela Câmara, devendo os seus projectos obedecer a um estudo de conjunto.

Art.º 30.º - Quando as fachadas laterais das edificações não forem paralelas aos limites laterais dos talhões, só poderá considerar-se a média de 8 m. como afastamento lateral, desde que fique assegurada a distância mínima de 16 m. entre os dois pontos mais próximos dos planos verticais que contêm os elementos de maior saliência das duas fachadas vizinhas.

Art.º 31.º - Todas as edificações deverão obedecer igualmente ao estatuido nos regulamentos municipais, em tudo o que não contrarie as presentes disposições.-

O ARQUITECTO-CHEFE DA 8.ª REP.,

Vasco Vieira da Costa.-

Paços do Concelho de Luanda, em de
Junho de 1958.-

SÉRIE DE 195.....

N.º 553/88

Ref.ª Carta nº 2499/58

Ex.mº Senhor

ARQUITECTO ROBERT AUZELLE

Acusando a recepção da amável carta de V. Ex.ª, agradecemos o interesse que se dignou dispensar ao convite que, em nome da Câmara Municipal de Luanda, tivemos a honra de lhe dirigir.

Devemos, no entanto, comunicar que, muito embora os condicionamentos e o plano de trabalho, propostos por V. Ex.ª, tenha merecido a nossa melhor atenção, sempre foi desejo da Câmara, promover, antes de mais nada, a vinda imediata de V. Ex.ª a Luanda, para que em face da Cidade e do Plano de Urbanização, que vem controlando o seu desenvolvimento, fizesse V. Ex.ª uma crítica que, sem descer a pormenores, poderia limitar-se a apontar os erros ou deficiências de maior gravidade que se tornaria necessário corrigir ou, pelo menos, melhorar.

Muito embora esta Câmara não ignore que a existência de um grande número de compromissos, criados por edificações recentemente construídas, impossibilitam a correcção de muitos desses erros, essa crítica seria sempre bastante proveitosa, pois que, viria esclarecer a Municipalidade sobre a natureza e a grandeza dessas deficiências, habilitando-a assim, com o auxílio dos autorizados conselhos de V. Ex.ª, a estabelecer planos para a sua acção futura.

Sabemos que a tarefa que exigimos de V. Ex.ª é bastante ingrata, mas confiamos que ela possa ser grandemente facilitada pelos elementos de informação que os serviços de urbanismo desta Câmara (dispondo actualmente de 4 arquitectos, um dos quais é urbanista) possam facultar a V. Ex.ª.

Atendendo à urgência com que o assunto terá de ser resolvido, - pois que o ritmo de crescimento da Cidade não admite demoras -, muito agradeceríamos a V. Ex.ª que, caso concordasse com a nossa proposta, nos esclarecesse, o mais urgentemente possível, sobre a data provável da sua vinda e as condições, quanto a ho-

SÉRIE DE 195 8N.º 553/88

Ref.ª

(II)

norários, em que estaria disposto a aceitar o convite que a Câmara da minha presidência tem a honra de lhe endereçar.

Com os meus cumprimentos, apresento a V. Ex.ª os protestos da minha mais elevada consideração.

A BEM DA NAÇÃO
O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Câncio Martins.-
Major de Eng.ª.-

Paços do Concelho de Luanda, em 3 de Maio de 1958

1933/Sec 1ª.R/44

EXMO. SENHOR
ARQUITECTO ROBERT AUZELLE

P O R T O

A evolução da Cidade de Luanda que desde há 4 séculos se vinha processando num ritmo lento, sofreu nestes últimos 6 anos um impulso tão brusco que os elementos básicos, que estruturavam o plano de urbanização, elaborado em 1943, perderam toda a sua validade.

Muito embora tivesse sido revisto em 1952, esse plano mostra-se incapaz de satisfazer as necessidades de uma Cidade que sofre no momento as consequências de um notável surto industrial, a que não é estranha a perspectiva da existência de ricos jazidos de petróleo, cuja exploração já se iniciou dentro do próprio perímetro urbano.

No ano de 1957, na intenção de dominar e controlar em eficácia e rapidez as perturbações resultantes do rápido aumento da população (cêrca de 3.000 habitantes por ano), resolveu a Câmara chamar a si a responsabilidade da urbanização da Cidade que, até então, vinha sendo conduzida e orientada por um organismo integrado no Ministério do Ultramar.

Consciente da grave responsabilidade que lhe traz esta decisão, reconheceu a Câmara da minha presidência, a necessidade imperiosa da vinda a Luanda de um urbanista de reconhecida competência e de comprovada experiência para se pronunciar sobre os problemas urbanísticos que, no momento, mais preocupam a nossa Cidade.

Sabendo ser V. Exa. um técnico que reúne ao saber a experiência, tenho a honra de solicitar a V. Exa. a aceitação do convite que a Câmara Municipal lhe dirige, para se deslocar urgentemente a Luanda, para que em face do Plano de Urbanização e da própria Cidade, V. Exa. defina princípios e bases orientadoras da futura acção deste Município e dos seus serviços técnicos.

Para uma mais completa apreciação de V. Exa., enviamos uma fotografia do Plano Regulador da Cidade com algumas anotações esclarecedoras.

Agradecendo desde já o interesse que V. Exa. se digne dispensar ao nosso convite, solicitamos que, também com a urgência possível, nos esclareça em que condições estaria V. Exa. disposto a aceitar o referido convite.

Com os meus cumprimentos, apresento a V. Exa. os protestos da minha mais elevada consideração. a) L.C.Martins.